Município de CHOPINZINHO

1Doc

Memorando 1.291/2025

De: Neide C. - SMA

Para: GAB - Gabinete do Prefeito

Data: 13/03/2025 às 14:39:54

Setores (CC):

GAB, SMF

Setores envolvidos:

SMA, GAB, SMF

Contratação de empresa especializada para implantação dos novos indicadores REBAPP

Senhor Prefeito:

As Secretarias Municipais de Administração e de Finanças, tendo em vista a necessidade da Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de implantação dos novos indicadores ambientais REBAPP – Retificação das bordas em APP's – Áreas de Preservação Permanente e de Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo – IRAV/Índice REBAPP de Áreas Verdes e IRAP/Índice REBAPP de Áreas Verdes Protegidas do Município de Chopinzinho, solicita autorização para realização de Inexigibilidade de Licitação.

Valor estimado da contratação: R$ 112.270,00

_

Atenciosamente,

Neide Marinez Caldato
Agente Administrativo

Anexos:
SOLICITACAO.pdf

Assinado por 2 pessoas: RUBENEI MELOTO e RODRIGO MIGUEL KOPROVSKI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/9C4C-3028-AE9F-8545 e informe o código 9C4C-3028-AE9F-8545

SOLICITAÇÃO

Senhor Prefeito:

As Secretarias Municipais de Administração e de Finanças, tendo em vista a necessidade da Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de implantação dos novos indicadores ambientais REBAPP – Retificação das bordas em APP's – Áreas de Preservação Permanente e de Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo – IRAV/Índice REBAPP de Áreas Verdes e IRAP/Índice REBAPP de Áreas Verdes Protegidas do Município, solicita a vossa excelência, autorização para a Contratação, através de processo licitatório, na modalidade Inexigibilidade de Licitação, do item relacionado no Termo de Referência em anexo.

A responsabilidade técnica pelo acompanhamento e fiscalização, fica a cargo da Secretaria Municipal de Finanças.

Fica como responsável pela gestão do contrato a servidora Joseane de Souza.

A fiscalização do contrato ficará a cargo dos servidores, Sr. Helder Felipe Klassen(titular) e Sr. Rodrigo Jazynski (substituto).

Nestes termos pede deferimento.

Chopinzinho, 13 de março de 2025.

Rubenei Meloto
Secretário Municipal de Administração

Rodrigo Miguel Koprovski
Secretário Municipal de Finanças

Assinado por 2 pessoas: RUBENEI MELOTO e RODRIGO MIGUEL KOPROVSKI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/9C4C-3028-AE9F-8545 e informe o código 9C4C-3028-AE9F-8545

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 9C4C-3028-AE9F-8545

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

RUBENEI MELOTO (CPF 749.XXX.XXX-68) em 13/03/2025 14:42:07 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

RODRIGO MIGUEL KOPROVSKI (CPF 030.XXX.XXX-67) em 13/03/2025 15:39:39 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/9C4C-3028-AE9F-8545

Município de CHOPINZINHO

1Doc

Memorando 1- 1.291/2025

De: Neide C. - SMA

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 13/03/2025 às 14:40:29

Setores envolvidos:

SMA, GAB, SMF

Contratação de empresa especializada para implantação dos novos indicadores REBAPP

Em anexo documentos.

_

Atenciosamente,

Neide Marinez Caldato
Agente Administrativo

Anexos:
3_ALTERACAO_CONSOLIDADO_1.PDF
ART_REBAPP_Singularidade_3.pdf
certidao_Caixa_CRF_1_.pdf
CERTIDAO_DE_FALENCIA_E_CONCORDATA_NATIVA_15_01_2025_1.pdf
CERTIDAO_SIMPLIFICADA_NATIVA_BRASIL_09_2024.pdf
Certidoes_Fevereiro.pdf
CERTIFICADO_INPI_Nacional_PROC_924359021_2.pdf
CND_Municipal_1_.pdf
CNPJ_Nativa.pdf
Contrato_37_2024_NATIVA_BRASIL_2.pdf
Contrato_Nativa_do_Brasil.pdf
CONTRATO_N_043_2024_NATIVA_BRASIL_PESQUISA_TEC_E_DESENV_LTDA_Inexigibilidade_n_021_2024.pdf
CONTRATO_N_043_2024_NATIVA_BRASIL_PESQUISA_TEC_E_DESENV_LTDA_Inexigibilidade_n_021_2024_1_.pdf
Contrato_Ramilandia_assinado_completo.pdf
COPIA_DO_DIARIO_OFICIAL.pdf
Curriculo_MLubas_2022_2023_vf.pdf
Curriculo_Nativa_do_Brasil.pdf
NF_162_SAO_MIGUEL_DO_IGUACU.pdf
Nota_Fiscal_163_REBAPP.pdf
NOTA_FISCAL_REBAPP_RAMILANDIA.pdf
Nota_Fiscal_REBAPP_SERRANOPOLIS_167.pdf
Proposta_REBAPP_Chopinzinho.pdf
SEI_ICMBio_19030233_Carta_2.pdf

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

3º ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA
CNPJ 08.648.607/0001-94
NIRE 41205861656

Pelo presente instrumento particular de alteração de contrato social e na melhor forma de direito, os sócios a seguir identificados:

MARCELO LUBAS, brasileiro, natural de São José dos Pinhais/PR, nascido em 19/05/1967, maior, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado à Rua Nicolau Pampuch, 188, Bairro Afonso Pena na cidade de São José dos Pinhais no Estado do Paraná, CEP 83.045-280, portador da Carteira de Identidade RG 4.164.583-0 SSP/PR e CPF 610.572.319-91 e **LEILA CRISTINA DA ANUNCIAÇÃO LUBAS**, brasileira, natural de Arapongas/PR, nascida em 11/10/1972, maior, casada sob o regime da comunhão parcial de bens, empresária, residente e domiciliada à Rua Nicolau Pampuch, 188, Bairro Afonso Pena na cidade de São José dos Pinhais no Estado do Paraná, CEP 83.045-280, portadora da Carteira de Identidade RG 5.651.301-9 SSP/PR e CPF 857.440.269-91, sócios componentes da **SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA** que gira sob a denominação de **NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**, inscrita no CNPJ 08.648.607/0001-94, com sede à Rua Nicolau Pampuch, 188, Bairro Afonso Pena na cidade de São José dos Pinhais no Estado do Paraná, CEP 83.045-280, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o n.º 41205861656 em sessão de 26 de Janeiro de 2007 e última alteração contratual arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob n.º 20202460533 em sessão de 28 de Maio de 2020, resolvem por este instrumento particular de alteração contratual, modificar seu contrato social de acordo com as cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira: Altera o objeto social da sociedade que era **prestação de serviços de pesquisa, levantamento, estudos, diagnóstico, assessoria, consultoria, planejamento, execução de projetos florestais, ambientais,e de serviços em saneamento básico: água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos urbanos, industriais, agrossilvipastoris (agroindústrias, agropecuário), desenvolvimento de tecnologias, metodologias, técnicas e processos, e protótipos de produtos da indústria madeireira e moveleira, de marketing e publicidade florestal e ambiental e compra, venda e aluguel de imóveis próprios** e passa a ser **prestação de serviços de pesquisa, levantamento, estudos, diagnóstico, assessoria, consultoria, planejamento, execução de projetos florestais, ambientais, e de serviços em saneamento básico: água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos urbanos, industriais, agrossilvipastoris (agroindústrias, agropecuário), desenvolvimento de tecnologias, metodologias, técnicas e processos, e protótipos de produtos da indústria madeireira e moveleira, de marketing e publicidade florestal e ambiental e compra, venda e aluguel de imóveis próprios, desenvolvimento de projetos de máquinas, dispositivo de montagem, dispositivos de controle, ferramentas, moldes, matrizes, protótipos, produtos, dispositivos de movimentação, simulações, layout, elaboração de plano de execução, comunicação e acompanhamento de projeto, cronograma, produção, indicadores, dimensionamento de peças de alta responsabilidade, análises térmicas e de fluídos, cálculos estruturais, estudo técnico de engenharia mecânica, serviços de gerenciamento e controle e manutenção de equipamentos.**

Cláusula Segunda: Ingressa na sociedade, o sócio **HENRIQUE ANUNCIAÇÃO LUBAS**, brasileiro, natural de Curitiba/PR, nascido em 26/02/2000, maior, solteiro, engenheiro mecânico inscrito no CREA/PR sob n° PR-211453/D, residente e domiciliado à Rua Nicolau Pampuch, 188, Bairro Afonso Pena na cidade de São José dos Pinhais no Estado do Paraná, CEP 83.045-280, portador da Carteira de Identidade RG 13.824.701-5 SSP/PR e CPF 075.505.529-24.

Cláusula Terceira: Venda de quotas:

Parágrafo Primeiro: A sócia **LEILA CRISTINA DA ANUNCIAÇÃO LUBAS,** que possui 5.000 (Cinco mil) quotas, no valor unitário de R$ 1,00 (Um real), que representa no capital social da sociedade, o valor de R$ 5.000,00 (Cinco mil reais), **vende** ao sócio ingressante **HENRIQUE ANUNCIAÇÃO LUBAS**, a importância de R$ 500,00 (Quinhentos reais), divididos em 500 (Quinhentas) quotas, no valor unitário de R$ 1,00 (Um real).

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ ZANATTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

3º ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA
CNPJ 08.648.607/0001-94
NIRE 41205861656

Parágrafo Segundo: O sócio **MARCELO LUBAS,** que possui 5.000 (Cinco mil) quotas, no valor unitário de R$ 1,00 (Um real), que representa no capital social da sociedade, o valor de R$ 5.000,00 (Cinco mil reais), **vende** ao sócio ingressante **HENRIQUE ANUNCIAÇÃO LUBAS**, a importância de R$ 500,00 (Quinhentos reais), divididos em 500 (Quinhentas) quotas, no valor unitário de R$ 1,00 (Um real).

Cláusula Quarta: Em decorrência das alterações acima, fica o capital social no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais), divididas em 10.000 (Dez mil) quotas, totalmente integralizadas em moeda corrente do País, no valor unitário de R$ 1,00 (Um real) cada uma, assim distribuído aos sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	R$	%
MARCELO LUBAS	4.500	4.500,00	45,00
LEILA CRISTINA DA ANUNCIAÇÃO LUBAS	4.500	4.500,00	45,00
HENRIQUE ANUNCIAÇÃO LUBAS	1.000	1.000,00	10,00
TOTAL	**10.000**	**10.000,00**	**100,00**

Cláusula Quinta: As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas pelos sócios, sob qualquer título ou pretexto a terceiros estranhos à sociedade, sem o expresso consentimento dos demais sócios por escrito, os quais tem em igualdade de condições e na proporção de suas quotas de capital social, o direito de preferência na aquisição de tais quotas.

Cláusula Sexta: As responsabilidades dos sócios são restritas aos valores de suas quotas sociais, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052 da Lei n.º 10.406/2002.

Cláusula Sétima: A administração da sociedade caberá ao sócio **MARCELO LUBAS**, com os poderes e atribuições de **ADMINISTRADOR**, autorizando o uso do nome empresarial, vedando, no entanto, o uso da sociedade em negócios alheios aos fins sociais, como abono, aceite, aval, endossos e outros compromissos em nome da sociedade, em benefício dos sócios, dos procuradores e de terceiros em prejuízo da sociedade.

Parágrafo Primeiro: O administrador compete assinatura **INDIVIDUAL**, na forma de representação ativa e passiva, judicial, extrajudicial da sociedade.

Parágrafo Segundo: O administrador pode constituir procuradores com poderes específicos para representá-lo na sociedade, para administrar e/ou defender a prática de atos necessários à consecução dos objetivos sociais na defesa dos bens e interesses da sociedade.

Parágrafo Terceiro: Para compra e venda de ativos imobilizados, veículos, aquisição, alienações ou oneraçõesde qualquer natureza, compromissos contratuais, contratações financeiras e aceite de duplicatas será necessária a assinatura do administrador, ou de um procurador.

Parágrafo Quarto: Para abertura de conta corrente, assinaturas endossos de duplicatas, será necessária a assinatura do administrador, ou de um procurador.

Parágrafo Quinto: Para recibo de pagamento efetuado em forma de cheques nominativos ou qualquer outro título a ordem da sociedade, descontos de duplicatas a favor e a ordem de conta bancária da sociedade, requisição de talonários de cheques, será necessária a assinatura do administrador, ou de um procurador.

Parágrafo Sexto: Caberá isoladamente ao administrador a representação da sociedade em juízo, sendo permitida a constituição de procuradores especialmente para este fim.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

Parágrafo Sétimo: O administrador que participar ativamente na administração da sociedade fará jus a uma retirada mensal a título de pró – labore a ser fixada anualmente pelo consenso unânime do administrador, cuja importância, de acordo com a legislação do imposto de renda, será contabilizada com despesa de administração da sociedade.

Parágrafo Oitavo: Fica estabelecido que nenhum dos sócios poderá utilizar sua participação nas quotas de capital da sociedade como garantia de aval e/ou penhora.

Cláusula Oitava: O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela. (art. 1.011, § 1º, CC/2002).

Cláusula Nona: O sócio ingressante declara sob as penas da lei, de que não está impedido de ingressar na sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela.

Cláusula Décima: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato social original, que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

Cláusula Décima Primeira: Os sócios resolvem consolidar o contrato social da sociedade **NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA.**

CONSOLIDADO DE CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE
NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA
CNPJ 08.648.607/0001-94 – NIRE 41205861656

Pelo presente instrumento particular de consolidação de contrato social e na melhor forma de direito, os sócios a seguir identificados:

MARCELO LUBAS, brasileiro, natural de São José dos Pinhais/PR, nascido em 19/05/1967, maior, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado à Rua Nicolau Pampuch, 188, Bairro Afonso Pena na cidade de São José dos Pinhais no Estado do Paraná, CEP 83.045-280, portador da Carteira de Identidade RG 4.164.583-0 SSP/PR e CPF 610.572.319-91, **LEILA CRISTINA DA ANUNCIAÇÃO LUBAS**, brasileira, natural de Arapongas/PR, nascida em 11/10/1972, maior, casada sob o regime da comunhão parcial de bens, empresária, residente e domiciliada à Rua Nicolau Pampuch, 188, Bairro Afonso Pena na cidade de São José dos Pinhais no Estado do Paraná, CEP 83.045-280, portadora da Carteira de Identidade RG 5.651.301-9 SSP/PR e CPF 857.440.269-91 e **HENRIQUE ANUNCIAÇÃO LUBAS**, brasileiro, natural de Curitiba/PR, nascido em 26/02/2000, maior, solteiro, engenheiro mecânico inscrito no CREA/PR sob n° PR-211453/D, residente e domiciliado à Rua Nicolau Pampuch, 188, Bairro Afonso Pena na cidade de São José dos Pinhais no Estado do Paraná, CEP 83.045-280, portador da Carteira de Identidade RG 13.824.701-5 SSP/PR e CPF 075.505.529-24, sócios componentes da **SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA** que gira sob a denominação de **NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**, inscrita no CNPJ 08.648.607/0001-94, com sede à Rua Nicolau Pampuch, 188, Bairro Afonso Pena na cidade de São José dos Pinhais no Estado do Paraná, CEP 83.045-280, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o n.º 41205861656 em sessão de 26 de Janeiro de 2007, resolvem por este instrumento particular de contrato, consolidar a sociedade, pelos dispositivos legais aplicáveis a matéria e pelas cláusulas seguintes:

Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Prazo.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ ZANDAO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

3º ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA
CNPJ 08.648.607/0001-94
NIRE 41205861656

Cláusula Primeira: A sociedade girará sob a denominação empresarial de **NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**, com sede à Rua Nicolau Pampuch, 188, Bairro Afonso Pena na cidade de São José dos Pinhais no Estado do Paraná, CEP 83.045-280.

Parágrafo Primeiro: A sociedade poderá abrir ou fechar filiais e escritórios ou sucursais em qualquer parte do território nacional ou internacional, por deliberação da administração.

Cláusula Segunda: O objetivo da sociedade é a exploração do ramo de **prestação de serviços de pesquisa, levantamento, estudos, diagnóstico, assessoria, consultoria, planejamento, execução de projetos florestais, ambientais, e de serviços em saneamento básico: água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos urbanos, industriais, agrossilvipastoris (agroindústrias, agropecuário), desenvolvimento de tecnologias, metodologias, técnicas e processos, e protótipos de produtos da indústria madeireira e moveleira, de marketing e publicidade florestal e ambiental e compra, venda e aluguel de imóveis próprios, desenvolvimento de projetos de máquinas, dispositivo de montagem, dispositivos de controle, ferramentas, moldes, matrizes, protótipos, produtos, dispositivos de movimentação, simulações, layout, elaboração de plano de execução, comunicação e acompanhamento de projeto, cronograma, produção, indicadores, dimensionamento de peças de alta responsabilidade, análises térmicas e de fluídos, cálculos estruturais, estudo técnico de engenharia mecânica, serviços de gerenciamento e controle e manutenção de equipamentos.**

Cláusula Terceira: O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, tendo o início de suas atividades em 10 de Janeiro de 2007.

Capítulo II – Do Capital Social.

Cláusula Quarta: O capital social inteiramente subscrito e realizado em moeda corrente do País, na importância de R$ 10.000,00 (Dez mil reais), divididos em 10.000 (Dez mil) quotas no valor unitário de R$ 1,00 (Um real) cada uma, assim distribuído aos sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	R$	%
MARCELO LUBAS	4.500	4.500,00	45,00
LEILA CRISTINA DA ANUNCIAÇÃO LUBAS	4.500	4.500,00	45,00
HENRIQUE ANUNCIAÇÃO LUBAS	1.000	1.000,00	10,00
TOTAL	**10.000**	**10.000,00**	**100,00**

Capítulo III – Das Quotas, Responsabilidade e Administração.

Cláusula Quinta: As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas pelos sócios, sob qualquer título ou pretexto a terceiros estranhos à sociedade, sem o expresso consentimento dos demais sócios por escrito, os quais tem em igualdade de condições e na proporção de suas quotas de capital social, o direito de preferência na aquisição de tais quotas.

Cláusula Sexta: As responsabilidades dos sócios são restritas aos valores de suas quotas sociais, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052 da Lei nº 10.406/2002.

Cláusula Sétima: A administração da sociedade caberá ao sócio **MARCELO LUBAS**, com os poderes e atribuições de **ADMINISTRADOR**, autorizando o uso do nome empresarial, vedando, no entanto, o uso da sociedade em negócios alheios aos fins sociais, como abono, aceite, aval, endossos e outros compromissos em nome da sociedade, em benefício dos sócios, dos procuradores e de terceiros em prejuízo da sociedade.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ ANDACO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

3º ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA
CNPJ 08.648.607/0001-94
NIRE 41205861656

Parágrafo Primeiro: O administrador compete assinatura **INDIVIDUAL**, na forma de representação ativa e passiva, judicial, extrajudicial da sociedade.

Parágrafo Segundo: O administrador pode constituir procuradores com poderes específicos para representá-lo na sociedade, para administrar e/ou defender a prática de atos necessários à consecução dos objetivos sociais na defesa dos bens e interesses da sociedade.

Parágrafo Terceiro: Para compra e venda de ativos imobilizados, veículos, aquisição, alienações ou onerações de qualquer natureza, compromissos contratuais, contratações financeiras e aceite de duplicatas será necessária a assinatura do administrador, ou de um procurador.

Parágrafo Quarto: Para abertura de conta corrente, assinaturas endossos de duplicatas, será necessária a assinatura do administrador, ou de um procurador.

Parágrafo Quinto: Para recibo de pagamento efetuado em forma de cheques nominativos ou qualquer outro título a ordem da sociedade, descontos de duplicatas a favor e a ordem de conta bancária da sociedade, requisição de talonários de cheques, será necessária a assinatura do administrador, ou de um procurador.

Parágrafo Sexto: Caberá isoladamente ao administrador a representação da sociedade em juízo, sendo permitida a constituição de procuradores especialmente para este fim.

Parágrafo Sétimo: O administrador que participar ativamente na administração da sociedade fará jus a uma retirada mensal a título de pró – labore a ser fixada anualmente pelo consenso unânime do administrador, cuja importância, de acordo com a legislação do imposto de renda, será contabilizada com despesa de administração da sociedade.

Parágrafo Oitavo: Fica estabelecido que nenhum dos sócios poderá utilizar sua participação nas quotas de capital da sociedade como garantia de aval e/ou penhora.

Capítulo IV – Do Exercício Social, Balanço, Lucros, Perdas e Conselho Fiscal.

Cláusula Oitava: O exercício social coincide com o ano civil. Em 31 de dezembro será levantado o balanço geral com demonstração do resultado do exercício, cujo resultado líquido apurado será partilhado aos sócios da seguinte forma:

a) Havendo lucros, o valor líquido será distribuído aos sócios na proporção de suas quotas.

b) Havendo prejuízo, o valor líquido será suportado pelos sócios na proporção de suas quotas.

Cláusula Nona: Conselho Fiscal – A sociedade não tem conselho fiscal e não realiza assembleia de sócios. Compete ao administrador decidir sobre os negócios da sociedade. As deliberações serão tomadas por maioria de votos, contados segundo o valor das quotas de capital de cada um. (art. 1.010 da Lei n.º 10.406/2002).

Parágrafo Primeiro: Para formação da maioria absoluta são necessários votos correspondentes a mais da metade do capital social.

Parágrafo Segundo: Prevalece a decisão sufragada por maioria do número de administradores no caso de empate, e, se este prevalecer, decidirá o juiz.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

3º ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA
CNPJ 08.648.607/0001-94
NIRE 41205861656

Capítulo V – Da Retirada ou Sucessão de Sócios.

Cláusula Décima: Na eventual necessidade de qualquer categoria de sócios precisar retira-se da sociedade por motivo de falecimento, falência, impedimento ou de livre e espontânea vontade, a sociedade não acarretará a dissolução, a qual continuará suas atividades normais com o sócio remanescente e sucessor, mediante alteração do contrato social indicando o evento e registrado na Junta Comercial em 30 (trinta) dias da data da alteração.

Parágrafo Primeiro: Em caso de falecimento de um dos sócios, aos herdeiros maiores fica assegurado o direito de substituí-lo se assim o desejarem, ressalvando-se, entretanto, que somente um dos herdeiros aptos poderá ser incluído na sociedade.

Parágrafo Segundo: Inexistindo herdeiros maiores ou, caso os sucessores não tenham interesse em continuar na sociedade, deverão na forma da Lei e dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data do óbito, manifestar expressamente o interesse de apurarem seus haveres sociais.

Parágrafo Terceiro: Para qualquer motivo que seja para a saída de um dos sócios da sociedade, seja ele fundador, sucessor e ou herdeiro, seus haveres sociais serão apurados em balanço geral especial com demonstrações de resultado, a ser levantado em 30 (trinta) dias da data da comunicação, e se for do interesse da sociedade ou dos sócios remanescentes, o valor apurado será pago na forma e condições da cláusula décima segunda.

Parágrafo Quarto: A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade, nem nos dois primeiros casos, pelas posteriores e em igual prazo, enquanto não se requer a averbação.

Cláusula Décima Primeira: O sócio retirante da sociedade tem o dever de comunicar e oferecer, por escrito, suas quotas e haveres na sociedade, aos sócios remanescentes no prazo de 60 (sessenta) dias de antecedência da data de seu desligamento.

Parágrafo Primeiro: Em 30 (trinta) dias da data da comunicação, os sócios remanescentes tem o dever de responder por escrito ao sócio retirante, se tem ou não interesse na compra de seus haveres na sociedade.

Parágrafo Segundo: Havendo interesse dos sócios remanescentes para a compra das quotas do sócio retirante da sociedade, o valor será apurado e pago na forma e condições fixadas na cláusula décima segunda deste contrato.

Parágrafo Terceiro: Somente com a recusa dos sócios remanescentes por escrito no prazo legal da data da oferta, é que as quotas do sócio retirante podem ser oferecidas a pessoas estranhas à sociedade.

Parágrafo Quarto: O sócio não pode ser substituído no exercício de suas funções, sem o devido consentimento dos demais sócios, expresso em modificação contratual.

Cláusula Décima Segunda: Indistintamente e para qualquer dos motivos para a saída dos sócios da sociedade, os haveres do sócio retirante serão apurados em balanço geral especial, com a demonstração do resultado do exercício, a ser levantado em 30 (trinta) dias da data da comunicação, cujo valor apurado será somado com o valore comercial se for o caso e pagos pela sociedade ou pelos sócios remanescentes, em 12 (doze) parcelas mensais iguais sucessivas, com juros de 1% (um por cento) ao mês, vencendo a primeira a 90 (noventa) dias da data da comunicação e as demais parcelas, nos mesmos dias dos meses seguintes.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ ALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

3º ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA
CNPJ 08.648.607/0001-94
NIRE 41205861656

Capítulo VI – Da Dissolução, Desimpedimento e Divergência.

Cláusula Décima Terceira: Dissolve-se a sociedade quando ocorrer qualquer um dos eventos:

Parágrafo Primeiro: Por deliberação dos sócios, por maioria absoluta, na sociedade de prazo indeterminado.

Parágrafo Segundo: Na falta de pluralidade dos sócios, não reconstituída no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Cláusula Décima Quarta: O administrador declara, sob as penas da lei, de que não esta impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela. (art. 1.011, § 1º, CC/2002).

Cláusula Décima Quinta: As divergências que eventualmente ocorrerem entre os sócios na interpretação dos termos e dos casos omissos no presente instrumento serão resolvidas sob o amparo legal da Lei n.º 10.406 e outros instrumentos vigentes, que regem a matéria.

Capítulo VII – Das Disposições Gerais.

Cláusula Décima Sexta: As decisões administrativas, bem como modificação do contrato social que tenha por objetivo matéria indicada no art. 997 da Lei n.º 10.406/2002, dependem do consentimento de todos os sócios. As demais podem ser decididas por maioria absoluta de votos. Qualquer modificação do contrato social será averbada, cumprindo-se as formalidades previstas neste contrato, sob pena de nulidade.

Cláusula Décima Sétima: Fica eleito o foro de São José dos Pinhais/PR, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por assim estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam digitalmente o presente instrumento em única via, obrigando-se a cumpri-lo em todos os seus termos fielmente, por si e por seus herdeiros.

São José dos Pinhais/PR, 17 de Julho de 2023.

MARCELO LUBAS
RG 4.164.583-0 SSP/PR
CPF 610.572.319-91

LEILA CRISTINA DA ANUNCIAÇÃO LUBAS
RG 5.651.301-9 SSP/PR
CPF 857.440.269-91

HENRIQUE ANUNCIAÇÃO LUBAS
RG 13.824.701-5 SSP/PR
CPF 075.505.529-24
PR-211453/D CREA/PR

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
07550552924	HENRIQUE ANUNCIACAO LUBAS
61057231991	MARCELO LUBAS
85744026991	LEILA CRISTINA DA ANUNCIACAO LUBAS

CERTIFICO O REGISTRO EM 19/07/2023 16:43 SOB Nº 20234827254.
PROTOCOLO: 234827254 DE 19/07/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12310726683. CNPJ DA SEDE: 08648607000194.
NIRE: 41205861656. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 17/07/2023.
NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná
Anotação de Responsabilidade Técnica Lei Fed 6496/77
Valorize sua Profissão: Mantenha os Projetos na Obra

ART Nº 20174739275
Obra ou Serviço Técnico
ART Principal

O valor de R$ 81,53 referente a esta ART foi pago em 30/10/2017 com a guia nº 100020174739275

Profissional Contratado: MARCELO LUBAS (CPF:610.572.319-91) Nº Carteira: PR-23078/D - Nº Visto Crea: -
Título Formação Prof.: ENGENHEIRO FLORESTAL,
Empresa contratada: NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA Nº Registro: 61084
Contratante: NATIVA BRASIL PESQUISA TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA CPF/CNPJ: 08.648.607/0001-94
Endereço:R NICOLAU PAMPUCH 188 AFONSO PENA
CEP: 83045280 SAO JOSE DOS PINHAIS PR Fone: 41 3282-7488
Local da Obra/Serviço: R NICOLAU PAMPUCH 188 Quadra: Lote:
AFONSO PENA - SAO JOSE DOS PINHAIS PR CEP: 83045280

Tipo de Contrato	4	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	Dimensão 1 SERV
Ativ. Técnica	2	ESTUDO, PLANEJAMENTO, PROJETO, ESPECIFICAÇÕES	
Área de Comp.	8200	SERVIÇOS TÉC PROFISSIONAIS EM ENG FLORESTAL	
Tipo Obra/Serv	**135**	**OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS**	
Serviços contratados	035	PROJETO	

Dados Compl. 0
Data Início 28/10/2017
Data Conclusão 28/11/2017
Vlr Taxa R$ 81,53 0

Base de cálculo: TABELA VALOR DE CONTRATO

Outras Informações sobre a natureza dos serviços contratados, dimensões, ARTs vinculadas, ARTs substituídas, contratantes, etc
DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIA DENOMINADA REBAPP:
RETIFICAÇÃO DE BORDAS EM APP - ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE,
CONTENDO ETAPAS DE LEVANTAMENTO DE DADOS, ELABORAÇÃO LEVANTAMENTO PLANI-ALTIMÉTRICO,
CÁLCULO DA COTA, COMPARAÇÃO E ANÁLISE DA COTA COM O LEVANTAMENTO REALIZADO, ELABORAÇÃO DE
MAPEAMENTO REBAPP, PARA ATUALIZAÇÃO, CORREÇÃO OU AJUSTE EM ZONEAMENTOS DE USO E OCUPAÇÃO
DE SOLO/PLANO DIRETOR DE MUNICÍPIOS.
MUNICÍPIO PILOTO: SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR.

Insp.: 4230
12/10/2020
CreaWeb 1.08

Assinatura do Contratante

Assinatura do Profissional

Central de Informações do CREA-PR 0800 041 0067
A autenticação deste documento poderá ser consultada através do site www.crea-pr.org.br

Marcelo Lubas
Engenheiro Florestal
CREA 23.078/D

08.648.607/0001-94
NATIVA BRASIL - PESQUISA,
TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA
RUA NICOLAU PAMPUCH, 188
AFONSO PENA - CEP 83045-280
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS-PR

NATIVA do BRASIL
(41)3282-7488 / 96378863

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 08.648.607/0001-94
Razão Social: NATIVA BRASIL PESQUISA TECNOLOGIA E DESENVOLVIM LTDA
Endereço: PR NICOLAU PAMPUCH 188 / AFONSO PENA / SAO JOSE DOS PINHAIS / PR / 83045-280

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 17/02/2025 a 18/03/2025

Certificação Número: 2025021723161430637946

Informação obtida em 26/02/2025 11:08:27

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
FORO REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

OFICIO DISTRIBUIDOR
Rua Joao Angelo Cordeiro - Edificio do Forum - Centro
SAO JOSE DOS PINHAIS/PR - 83005-570

T I T U L A R
SIMONE PEREIRA LAGE (DESIGNADA)
J U R A M E N T A D O S
CLAUDIO HANUSIAK SETIM
KELLEN CRISTINA BUSCHMANN

Certidão Negativa

FALÊNCIA E CONCORDATA

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição de Pedidos de FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL (somente nos casos em que a homologação tenha sido trazida à juízo), nos termos da Lei 11.101/2005 sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento, tendo como parte:

NATIVA BRASIL PESQUISA TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA.

Documento..... CNPJ 08.648.607/0001-94
Sede..... Rua NICOLAU PAMPUCH, 188, AFONSO PENA, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR, CEP 83045280

no período compreendido entre a presente data e os últimos 20 anos que a antecedem.

Certificação

SAO JOSE DOS PINHAIS/PR, 14 de Janeiro de 2025

SIMONE PEREIRA LAGE (DESIGNADA)

Assinado de forma digital por SIMONE PEREIRA LAGE:73794015991
Dados: 2025.01.15 15:52:53 -03'00'

Resolução 213/2018 - competência para processar e julgar passa a ser do Foro Central De Curitiba/PR.
OC74/2024-orienta a expedição desta certidão também pela Vara Empresarial Regionalizada Curitiba/P

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Junta Comercial do Estado do Paraná

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA **NIRE :** 41205861656 **Natureza Jurídica:** Sociedade Empresária Limitada			**Protocolo:** PRC2422556476
NIRE (Sede) 41205861656	**CNPJ** 08.648.607/0001-94	**Data de Ato Constitutivo** 26/01/2007	**Início de Atividade** 10/01/2007

Endereço Completo
Rua NICOLAU PAMPUCH, Nº 188, AFONSO PENA - São José dos Pinhais/PR - CEP 83045-280

Objeto Social
PRESTACAO DE SERVICOS DE PESQUISA, LEVANTAMENTO, ESTUDOS, DIAGNOSTICO, ASSESSORIA, CONSULTORIA, PLANEJAMENTO, EXECUCAO DE PROJETOS FLORESTAIS, AMBIENTAIS, E DE SERVICOS EM SANEAMENTO AGUA, ESGOTO, DRENAGEM E RESIDUOS SOLIDOS URBANOS, INDUSTRIAIS, AGROSSILVIPASTORIS (AGROINDUSTRIAS, AGROPECUARIO), DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS, METODOLOGIAS, TECNICAS E PROCESSOS, E PROTOTIPOS DE PRODUTOS DA INDUSTRIA MADEIREIRA E MOVELEIRA, DE MARKETING E PUBLICIDADE FLORESTAL E AMBIENTAL E COMPRA, VENDA E ALUGUEL DE IMOVEIS PROPRIOS, DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE MAQUINAS, DISPOSITIVO DE MONTAGEM, DISPOSITIVOS DE CONTROLE, FERRAMENTAS, MOLDES, MATRIZES, PROTOTIPOS, PRODUTOS, DISPOSITIVOS DE MOVIMENTACAO, SIMULACOES, LAYOUT, ELABORACAO DE PLANO DE EXECUCAO, COMUNICACAO E ACOMPANHAMENTO DE PROJETO, CRONOGRAMA, PRODUCAO, INDICADORES, DIMENSIONAMENTO DE PECAS DE ALTA RESPONSABILIDADE, ANALISES TERMICAS E DE FLUIDOS, CALCULOS ESTRUTURAIS, ESTUDO TECNICO DE ENGENHARIA MECANICA, SERVICOS DE GERENCIAMENTO E CONTROLE E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS.

Capital Social R$ 10.000,00 (dez mil reais) **Capital Integralizado** R$ 10.000,00 (dez mil reais)	**Porte** Demais	**Prazo de Duração** Indeterminado

Dados do Sócio

Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
HENRIQUE ANUNCIACAO LUBAS	075.505.529-24	R$ 1.000,00	Sócio	N	Indeterminado
Nome	**CPF/CNPJ**	**Participação no capital**	**Espécie de sócio**	**Administrador**	**Término do mandato**
LEILA CRISTINA DA ANUNCIACAO LUBAS	857.440.269-91	R$ 4.500,00	Sócio	N	Indeterminado
Nome	**CPF/CNPJ**	**Participação no capital**	**Espécie de sócio**	**Administrador**	**Término do mandato**
MARCELO LUBAS	610.572.319-91	R$ 4.500,00	Sócio	S	Indeterminado

Dados do Administrador

Nome	CPF	Término do mandato
MARCELO LUBAS	610.572.319-91	Indeterminado

Último Arquivamento			
Data 19/07/2023	**Número** 20234827254	**Ato/eventos** 002 / 051 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO	**Situação** ATIVA **Status** SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 09/09/2024, às 08:24:37 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.pr.gov.br**, com o código **NRVSAKUX**.
Em caso de divergência de dados, solicitar a correção através do "Fale Conosco" (https://www.juntacomercial.pr.gov.br/webservices/jucepar/faleconosco) no prazo de 30 dias da emissão deste documento.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário(a) Geral

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA
CNPJ: 08.648.607/0001-94

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:14:35 do dia 02/01/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 01/07/2025.
Código de controle da certidão: **2916.9F1D.F795.4968**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 035991720-51

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **08.648.607/0001-94**
Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 07/06/2025 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

***** CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITO *****
Nº: 4392/2025

IMPORTANTE: 1.RESERVA - SE O DIREITO DE A FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÍVIDAS POSTERIORMENTE CONSTATADAS, MESMO REFERENTES A PERIODOS NESTA CERTIDÃO COMPREENDIDOS.

2.A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE DE 60 DIAS, A CONTAR DA DATA DA EMISSÃO, CONFORME DECRETO 4.751 DE 18/04/2022.

3. A ACEITAÇÃO DA PRESENTE CERTIDÃO ESTÁ CONDICIONADA A VERIFICAÇÃO DE SUA VALIDADE NA INTERNET, NO ENDEREÇO www.sjp.pr.gov.br.

"CERTIFICO QUE ATÉ A PRESENTE DATA, NÃO CONSTA DÉBITO TRIBUTÁRIO RELATIVO AO CONTRIBUINTE COM LOCALIZAÇÃO DESCRITA ABAIXO "

IMPRESSA VIA INTERNET

CONTRIBUINTE: NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA
CNPJ/ 08.648.607/0001-94 **INSCRIÇÃO MUNICIPAL:** 30961
CPF:
BAIRRO: AFONSO PENA
ENDEREÇO: RUA NICOLAU PAMPUCH, 188
COMPLEMENTO: **BLOCO:** **APTO:**
CIDADE: SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
SITUAÇÃO: ATIVA
FINALIDADE: DIVERSOS / LICITAÇÃO / LICITAÇÃO MOBILIÁRIO / LICITAÇÃO IMOBILIÁRIO

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: bd31572a0827cedbe60ddf7fcb2d119d

ESTÁ CERTIDÃO PODERÁ SER VALIDADA NO SITE: https://financas.sjp.pr.gov.br

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 26 de janeiro de 2025

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361
1Doc: Memorando 1- 1.291/2025 19/489

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 08.648.607/0001-94
Certidão nº: 7173343/2025
Expedição: 07/02/2025, às 10:30:24
Validade: 06/08/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **08.648.607/0001-94, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 08.648.607/0001-94
Razão Social: NATIVA BRASIL PESQUISA TECNOLOGIA E DESENVOLVIM LTDA
Endereço: PR NICOLAU PAMPUCH 188 / AFONSO PENA / SAO JOSE DOS PINHAIS / PR / 83045-280

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:29/01/2025 a 27/02/2025

Certificação Número: 2025012905461430637988

Informação obtida em 07/02/2025 10:42:36

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que a empresa encontra-se regularmente registrada nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, estando habilitada a exercer suas atividades no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Certidão nº: 15749/2025 — Validade: 08/08/2025

Razão social:
NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

CNPJ:
08.648.607/0001-94

Num. Registro:
61084

Data do Registro:
24/05/2016

Capital Social:
R$ 10.000,00

Endereço:
RUA NICOLAU PAMPUCH, 188, CONJUNTO URANO, AFONSO PENA

CEP:
83045-280

Cidade:
SAO JOSE DOS PINHAIS-PR

Nº da Alteração Contratual:
0

Data da última alteração:
26/01/2007

Objetivo Social:
Prestação de serviços de pesquisa, levantamento, estudo, diagnóstico, assessoria, consultoria, planejamento, execução de projetos florestais, ambientais, industriais, agrossilvipastoris (agroindústrias, agropecuário), desenvolvimento de tecnologia e protótipos de produtos da indústria madeireira e moveleira, de marketing e publicidade florestal e ambiental.

Restrição de atividade:
Atividades da empresa circunscritas às atribuições de seu responsável técnico.

Encontra-se quite com o exercício 2025
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Responsáveis técnicos pela Matriz - CNPJ: 08.648.607/0001-94

NOME CIVIL: MARCELO LUBAS

Carteira: PR-23078/D - Data de expedição: 15/04/1991

Desde 24/05/2016 - Carga horária: 40h

Situação: Ativo

TÍTULO: ENGENHEIRO FLORESTAL - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 10º

Para fins de: Comprovação junto a órgãos públicos

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 44083/2025, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).
Emitida via Internet em 07/02/2025 10:44:56

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Certidão de Registro Profissional e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

Certidão nº: 15750/2025

Validade: 08/08/2025

Nome civil:
MARCELO LUBAS

CPF:
610.572.319-91

Carteira - CREA-PR Nº:
PR-23078/D

Documento de Identidade:
41645830

Registro Nacional:
1702473163

Órgão emissor:
SSP-PR/PR

Registrado(a) desde:
15/04/1991

Filiação:
PAI: EUGENIO LUBAS
MÃE: LIRIA BASSAN LUBAS

Naturalidade:
SAO JOSE DOS PINHAIS/PR

Encontra-se quite com o exercício 2025.
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

TÍTULOS

Título: ENGENHEIRO FLORESTAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Data da Colação de Grau: 15/03/1990 - Diplomação: 15/05/1990

Situação: Regular

Atribuições profissionais:

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 10º de 29/06/1973

RESPONSABILIDADE TÉCNICA/QUADRO TÉCNICO:

NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

CNPJ: 08648607000194

Desde: 24/05/2016 Carga Horária: 40h

Para fins de: Comprovação junto a órgãos públicos

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 44094/2025, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).
Emitida via Internet em 07/02/2025 10:46:29

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Ministério da Economia
Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Diretoria de Marcas, Desenhos Industriais e Indicações Geográficas

Certificado de registro de marca

Processo nº: 924359021

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial, para garantia da propriedade e do uso exclusivo, certifica que a marca abaixo reproduzida encontra-se registrada nos termos das normas legais e regularmente em vigor, mediante as seguintes características e condições:



Data de depósito: 22/09/2021
Data da concessão: 13/12/2022
Fim da vigência: 13/12/2032

Titular: NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA. [BR/PR]
CNPJ: 08648607000194
Endereço: RUA NICOLAU PAMPUCH, 188, 83045280 , São José dos Pinhais, PARANÁ, BRASIL

Apresentação: Mista
Natureza: Marca de Produto/Serviço
CFE(4): 27.5.1
NCL(11): 42
Especificação: Aerofotogrametria; Agrimensura [medição de terras agrícolas]; Antropologia [estudo e pesquisa]; Arqueologia [estudo e pesquisa]; Assessoria, consultoria e informação em agrimensura de fazendas; Assessoria, consultoria e informação em tecnologia da informação; Assessoria, consultoria e informações sobre pesquisas no campo de agricultura; Elaboração de textos técnicos; Estudo hidrológico [levantamento geológico]; Fotogrametria [fotocartografia]; Geodesia [estudo e pesquisa]; Geografia [estudo e pesquisa]; Geologia [estudo e pesquisa]; Heliografia [estudo do sol] [estudo e pesquisa]; Hidrologia [estudo e pesquisa]; Informações meteorológicas; Levantamento geológico; Levantamentos topográficos; Pesquisa científica; Pesquisa científicas e tecnológicas no campo de desastres

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Ministério da Economia
Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Diretoria de Marcas, Desenhos Industriais e Indicações Geográficas

Certificado de registro de marca

Processo nº: 924359021

naturais; Pesquisa no campo de proteção ambiental; Planejamento urbano; Planimetria [levantamento topográfico]; Realização de estudos para projetos técnicos; Serviços de cartografia (da classe 42)

Rio de Janeiro, 13/12/2022

Felipe Augusto Melo de Oliveira
Diretor

A proteção conferida pelo presente registro de marca tem como limite o disposto no art. 124, incisos II, VI, VIII, XVIII e XXI, da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

*** CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITO ***
Nº: 4392/2025

IMPORTANTE: 1.RESERVA - SE O DIREITO DE A FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÍVIDAS POSTERIORMENTE CONSTATADAS, MESMO REFERENTES A PERIODOS NESTA CERTIDÃO COMPREENDIDOS.

2.A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE DE 60 DIAS, A CONTAR DA DATA DA EMISSÃO, CONFORME DECRETO 4.751 DE 18/04/2022.

3. A ACEITAÇÃO DA PRESENTE CERTIDÃO ESTÁ CONDICIONADA A VERIFICAÇÃO DE SUA VALIDADE NA INTERNET, NO ENDEREÇO www.sjp.pr.gov.br.

"CERTIFICO QUE ATÉ A PRESENTE DATA, NÃO CONSTA DÉBITO TRIBUTÁRIO RELATIVO AO CONTRIBUINTE COM LOCALIZAÇÃO DESCRITA ABAIXO "

IMPRESSA VIA INTERNET

CONTRIBUINTE: NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

CNPJ/ 08.648.607/0001-94 **INSCRIÇÃO MUNICIPAL:** 30961

CPF:

BAIRRO: AFONSO PENA

ENDEREÇO: RUA NICOLAU PAMPUCH, 188

COMPLEMENTO: **BLOCO:** **APTO:**

CIDADE: SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

SITUAÇÃO: ATIVA

FINALIDADE: DIVERSOS / LICITAÇÃO / LICITAÇÃO MOBILIÁRIO / LICITAÇÃO IMOBILIÁRIO

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: bd31572a0827cedbe60ddf7fcb2d119d

ESTÁ CERTIDÃO PODERÁ SER VALIDADA NO SITE: https://financas.sjp.pr.gov.br

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 26 de janeiro de 2025

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361
1Doc: Memorando 1- 1.291/2025 26/489

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
08.648.607/0001-94 **MATRIZ**		**26/01/2007**

NOME EMPRESARIAL
NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
NATIVA DO BRASIL	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
71.12-0-00 - Serviços de engenharia (Dispensada *)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
68.10-2-01 - Compra e venda de imóveis próprios (Dispensada *)
68.10-2-02 - Aluguel de imóveis próprios (Dispensada *)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R NICOLAU PAMPUCH	**188**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
83.045-280	**AFONSO PENA**	**SAO JOSE DOS PINHAIS**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
NATIVA@NATIVADOBRASIL.COM.BR	**(41) 3282-7488**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**26/01/2007**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

(*) *A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **09/01/2025** às **10:24:36** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 37/2024, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU - PR E **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA.**

O **MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Santos Dumont, n.º 2021, Área Central, na cidade de Serranópolis do Iguaçu, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.052/0001-04, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal **IVO ROBERTI**, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**, estabelecida na cidade de São José dos Pinhais/PR, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º **08.648.607/0001-94**, neste ato representada por **MARCELO LUBAS**, sócio administrador, conforme atos constitutivos da empresa, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº 43/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade de Licitação n° 37/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

Parágrafo Primeiro - O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA IMPLANTAÇÃO DOS NOVOS INDICADORES AMBIENTAIS REBAPP E INSERÇÃO DOS CORREDORES ECOLÓGICOS DE CONECTIVIDADE MUNICIPAL COM O PROJETO REBAPP MOSAICO DE UC´S - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO CORREDOR ECOLÓGICO SANTA MARIA**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Parágrafo Segundo - Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
1	Implantação dos Indicadores Ambientais REBAPP do município de Serranópolis do Iguaçu e estabelecimento dos corredores ecológicos de conectividade do município com o projeto REBAPP Mosaico de UC´s - Unidades de Conservação do Corredor Ecológico Santa Maria.	R$ 112.270,00

Parágrafo Terceiro - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

I - O Termo de Referência;

II - O Edital da Licitação;

III - A Proposta do contratado;

IV - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

Parágrafo Primeiro - O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses contados da sua assinatura e publicação, podendo ser prorrogado na forma do artigo 105 e seguintes da Lei n° 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

Parágrafo Primeiro - O *valor total da contratação é de* **R$ 112.270,00 (cento e doze mil reais duzentos e setenta reais)**.

Parágrafo Segundo - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Parágrafo Terceiro - O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

1Doc: Memorando 1- 1.291/2025 28/489

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Parágrafo Primeiro - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), bem como na Lei Orçamentária Anual (LOA) deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Red.	Programática	Natureza de Despesa	Fonte	Descrição
22	03.001.04.122.0044.2006	3.3.90.39	1000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica.
48	03.001.04.122.0044.2006	3.3.90.39	9000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica.

Parágrafo Segundo - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUINTA - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro - O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

Parágrafo Primeiro - As regras acerca do reajuste de preços do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

Parágrafo Primeiro - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

I - A garantia de execução é independente de eventual garantia do serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

Parágrafo Primeiro - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

Parágrafo Primeiro - As obrigações do contratante e do contratado são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - SUBCONTRATAÇÃO

Parágrafo Primeiro - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

Parágrafo Primeiro - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

Parágrafo Segundo - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

Parágrafo Terceiro - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

Parágrafo Quarto - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

Parágrafo Quinto - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

Parágrafo Sexto - É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

1Doc: Memorando 1- 1.291/2025 29/489

Parágrafo Sétimo - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
Parágrafo Oitavo - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
Parágrafo Nono - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
Parágrafo Décimo - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
I - Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
Parágrafo Décimo Primeiro - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
Parágrafo Décimo Segundo - Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Parágrafo Primeiro - As sanções relacionadas à execução contratual são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL
Parágrafo Primeiro - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
Parágrafo Segundo - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
I - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
Parágrafo Terceiro - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
I - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
II - Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados.
III - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
a) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
Parágrafo Quarto - A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.
Parágrafo Quinto - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
I - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
II - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
III - Indenizações e multas.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

1Doc: Memorando 1- 1.291/2025 30/489

Parágrafo Sexto - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - VEDAÇÕES

Parágrafo Primeiro - É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos expressamente previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

Parágrafo Primeiro - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Segundo - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo Terceiro - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

Parágrafo Primeiro - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

A) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

B) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

C) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

D) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

E) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promoverinspeção.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

1Doc: Memorando 1- 1.291/2025 31/489

Parágrafo Terceiro - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

Parágrafo Primeiro - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas legais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO

Parágrafo Primeiro - Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, e, facultativamente, no sítio eletrônico oficial do Município de Serranópolis do Iguaçu/PR.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO

Parágrafo Primeiro - Fica eleito o Foro da Comarca Medianeira - PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Serranópolis do Iguaçu, 03 de maio de 2024.

IVO ROBERTI:55691382934

Assinado digitalmente por IVO ROBERTI:55691382934
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=VALID, OU=AR ONLINE SUL, OU=Presencial, OU=14695517000157, CN=IVO ROBERTI:55691382934
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Foxit Reader Versão: 9.7.0

MUN. DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU
IVO ROBERTI
CONTRATANTE

NATIVA BRASIL PESQUISA TECNOLOGIA E DESENVOLVIMEN:08648607000194

Assinado de forma digital por NATIVA BRASIL PESQUISA TECNOLOGIA E DESENVOLVIMEN:08648607000194
Dados: 2024.05.06 14:16:40 -03'00'

NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA
MARCELO LUBAS
CONTRATADA

Testemunhas:

MAURO CARLING:76100286904

Assinado digitalmente por MAURO CARLING:76100286904
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=VALID, OU=AR ONLINE SUL, OU=Presencial, OU=14695517000157, CN=MAURO CARLING:76100286904
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Foxit Reader Versão: 9.7.0

MAURO CARLING
CPF: 761.002.869-04

LEANDRO LUIZ HIPPLER:00813697948

Assinado digitalmente por LEANDRO LUIZ HIPPLER:00813697948
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=VALID, OU=AR ONLINE SUL, OU=Presencial, OU=14695517000157, CN=LEANDRO LUIZ HIPPLER:00813697948
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Foxit Reader Versão: 9.7.0

LEANDRO LUIZ HIPPLER
CPF: 008.136.979-48

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

1Doc: Memorando 1- 1.291/2025 32/489

ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE CELEBRAM ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU-PR E A EMPRESA NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Vânio Ghellere, nº 64, inscrito no CNPJ nº 76.206.499/0001-50, neste ato representado pelo Secretario Municipal de Agricultura, o senhor **MARCELO ALEXANDRE**, sob matrícula nº 4436791, por delegação do Prefeito Municipal, conforme portaria nº 373/2021, e

CONTRATADA: **NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.648.607/0001-94, com sede a Rua Nicolau Panpuch, nº 188, Bairro Afonso Pena, na cidade de São José dos Pinhais – PR, CEP: 83.045-280, Telefone (41) 99646-1560, e-mail: nativa@nativadobrasil.com.br, neste ato devidamente representada pelo Sr. **MARCELO LUBAS**, portador do RG nº 4.164.583-0 SSP/PR e CPF nº 610.572.319-91.

CONTRATO Nº 024/2024 **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 453/2023**
INEXIGIBILIDADE Nº 002/2024

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 Contratação de empresa com notória especialização na ampliação dos indicadores ambientais REBAPP de Áreas Verdes Protegidas do Município de São Miguel do Iguaçu, por intermédio do estímulo a criação de RPPN's – Reservas Particulares do Patrimônio Natural e de ARIE's – Áreas de Relevante Interesse Ecológico na área rural do território municipal, incluindo a elaboração de Estudo Técnico de Atendimento do Município na região contígua da Vila Paulistânia e entorno, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição	Und.	Qnt.	Valor total
1	CATSER: 16888. Ampliação dos indicadores ambientais REBAPP de Áreas Verdes Protegidas do Município de São Miguel do Iguaçu, que, por sua vez, possui Índice REBAPP de IRAP atual de 0,1459121850, através do estímulo a criação de RPPN's – Reservas Particulares do Patrimônio Natural e de ARIE's – Áreas de Relevante Interesse Ecológico na área rural do território municipal, incluindo Estudo Técnico de Atendimento do Município na região contígua da Vila Paulistânia e entorno.	SÇ	1	R$ 112.270,00
Valor total global				**R$ 112.270,00**

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de 12 (doze) meses, com início na data de 15/01/2024 e encerramento em 15/01/2025, sem possibilidade de prorrogação, na forma do Art. 105º da Lei nº 14.133, de 1 de abril 2021.

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 112.270,00 (cento e doze mil duzentos e setenta reais).**

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2023 na classificação abaixo:

11.001 Departamento de Agricultura
11.001.20.605.0001.2002 Manutenção do departamento de agricultura
498 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 01000 1000 Recursos Ordinários (Livres)
497 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 00505 505 Royalties Tratado de Itaipu Binacional

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo dos bens, conforme este Termo de Inexigibilidade, e deverá conter, no campo de observações, o número da Nota de Empenho referente, da Ordem de Fornecimento, da Inexigibilidade de Licitação e do Contrato, bem como os dados bancários do Contratado (identificação do Banco, número da Agência e Conta Corrente) para que assim se torne possível ao Município de São Miguel do Iguaçu efetuar o depósito do valor devido;

5.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá à Contratante o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação;

5.2.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.3.1. O prazo de validade;
5.3.2. A data da emissão;
5.3.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
5.3.4. O período respectivo de execução do contrato;
5.3.5. O valor a pagar; e
5.3.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

5.5. O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa;

5.5.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado;

5.5.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A84-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A84-19F7-E6C9-1361

5.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no Art. 31 da Lei 8.212, de 1993, quando couber.

5.6.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta à documentação mencionada no Art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8. Constatando-se a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta junto ao TCE/PR., para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

5.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o Contratado não regularize sua situação.

5.13. Será rescindido o Contrato em execução com o Contratado inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.14. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

5.15. Ainda em relação ao pagamento, em atendimento à Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 2.145/2023 e do Decreto Municipal nº 460/2023, será efetuada a retenção do IRRF em todos os pagamentos realizados pela Contratante ao Contratado.

5.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \qquad I = \frac{(6 / 100)}{365} \qquad I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DO OBJETO E GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de Garantia de Execução para a presente contratação.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

8. CLÁUSULA OITAVA - REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Inexigibilidade.

9. CLAÚSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução dos serviços, objeto deste Contrato será feita pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Inexigibilidade.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da contratada e da contratante são aquelas indicadas no termo de INEXIGIBILIDADE Nº 002/2024.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que:

11.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.5. Não celebrar o contrato quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.1.11. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

11.1.12. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/MEI/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

11.1.13. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.1.14. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

11.1.15. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até dois anos;

11.1.16. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.

11.1.17. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o Contratado ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.1.18. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

11.1.19. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo Investigativo.

11.1.20. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo ao Município nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.1.21. O processamento do processo administrativo investigativo, não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.1.22. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

11.1.23. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

11.1.24. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.1.25. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município, no TCE/PR, e quando houver verbas federais deverá ser incluído no SICAF.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO

12.1. Os critérios de extinção contratual são aqueles previstos no Termo de Inexigibilidade.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos , até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou supressões que se fizerem necessários.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/21 e demais normas municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei 10406/02 – Código Civil, Lei nº 8.078, de 1990 – Codigo de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

000368

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, sendo o Diário Oficial, no prazo previsto na Lei 14.133/21

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da Comarca de São Miguel do Iguaçu, Estado do Paraná para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18.1. Integra a presente minuta, na qualidade de anexo, o Termo de Inexigibilidade Nº 002/2024.

18.2. Havendo conflito entre as disposições constantes do Termo de Inexigibilidade, e a minuta contratual, prevalecerão as expressamente contempladas no Termo de Contrato.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes, pelo fiscal de contrato e uma testemunha.

São Miguel do Iguaçu-PR, 15 de janeiro de 2024.

NATIVA BRASIL PESQUISA TECNOLOGIA E DESENVOLVIMEN:08648607000194

Assinado de forma digital por NATIVA BRASIL PESQUISA TECNOLOGIA E DESENVOLVIMEN:08648607000194
Dados: 2024.01.19 10:05:55 -03'00'

MARCELO LUBAS
Nativa Brasil – Pesquisa, Tecnologia e Desenvolvimento Ltda
Contratada

MARCELO ALEXANDRE
Secretário Municipal de Agricultura
Contratante

Testemunhas:

JOÃO PEDRO ALVES ROSSI
Matrícula: 4437648

WILSON ANDERSON LAGO
Matrícula: 4436206

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

CONTRATO Nº 043/2024

REF: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 021/2024

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º **76.977.768/0001-81**, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Fazenda, Sr. **GILMAR PINHEIRO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí-PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 430.522-1 PR e inscrito no CPF sob nº 300.997.499-04, doravante denominado **contratante** e a empresa **NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **08.648.607/0001-94**, estabelecida à Rua Nicolau Pampuch, nº 188, Bairro Afonso Pena na cidade de São José dos Pinhais – PR, CEP 83045-280, e-mail nativa@nativadobrasil.com.br, neste ato representada pelo sócio administrador Sr. **MARCELO LUBAS,** brasileiro, empresário, residente e domiciliado na cidade de São José dos Pinhais no Estado do Paraná, portador da Carteira de Identidade RG 4.164.583-0 SSP/PR e inscrito no CPF nº 610.572.319-91, doravante denominado **contratado,** resolvem celebrar contrato, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas.

CLÁUSULA 1ª: NORMAS REGENTES

1.1. O presente contrato está vinculado à Inexigibilidade de Licitação n° 021/2024 e ao Processo Administrativo nº 47/2024, ao Termo de Referência e à proposta apresentada pelo contratado, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto municipal nº 24.731/2023 .

CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste contrato será de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da comunicação ao contratado da publicação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas.

CLÁUSULA 3ª: OBJETO

3.1. O objeto do presente contrato é Contratação de pessoa jurídica para a “Implantação dos Indicadores Ambientais REBAPP de Retificação de Bordas em APP´s – Áreas de Preservação Permanente e de Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo das faixas de APP´s criando os novos indicadores ambientais REBAPP com fornecimento de Planos Ambientais de Conservação de Uso de Imóveis lindeiros - PACUIM”, do Município de Paranavaí/PR, cuja especificações constam no termo de referência e faz parte deste contrato.

CLÁUSULA 4ª: REGIME E FORMA DE EXECUÇÃO

4.1. O regime de execução deste contrato é empreitada por preço unitário;

4.2. A forma de execução deste contrato é prestação de serviço imediato.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

CLÁUSULA 5ª: LOCAL E PRAZO DE ENTREGA / EXECUÇÃO

5.1. O local e o prazo de entrega / execução, assim como outras descrições da solução e requisitos da contratação constam termo de referência e faz parte deste contrato.

5.2. Os prazos de entrega / execução serão contados da comunicação ao contratado da publicação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas.

5.3. O prazo de entrega / execução poderá ser prorrogado em caso de alterações unilaterais determinadas pelo contratante, bem como pela ocorrência de eventos supervenientes, alheios à vontade das partes, que impactem no seu cumprimento, mediante solicitação formal, devidamente fundamentada, encaminhada pelo contratado ao fiscal do contrato em momento anterior à data de entrega ou conclusão do serviço.

5.4. O prazo de execução do serviço será de 90 (noventa) dias (3 meses).

5.5. O produto deverá ser entregue a Secretaria Municipal de Fazenda, em meio físico ou, alternativamente, protocolada através do Protocolo Digital do Município no sitio eletrônico.

CLÁUSULA 6ª: FONTE DE RECURSOS

6.1. A despesa correrá por conta da dotação orçamentária: 11.001.049.2070.333903905 (1632).

CLÁUSULA 7ª: VALOR A SER PAGO PELO OBJETO

7.1. Pelo objeto deste contrato, o contratante pagará ao contratado o valor de **R$ 112.270,00 (cento e doze mil, duzentos e setenta reais),** incluídos os tributos incidentes sobre a transação, fretes e demais despesas para a execução do contrato, não cabendo ao contratante nenhum outro ônus.

7.2. As quantidades e preços unitários estão indicadas na proposta ajustada do contratado, que faz parte deste contrato

CLÁUSULA 8ª: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias, contados da data de entrega do objeto, prestação do serviço ou medição que ocorrerá mensalmente, mediante apresentação da nota fiscal emitida pelo contratado

8.2. O prazo de pagamento será suspenso nos casos de descumprimento total da obrigação contratual.

8.2.1. Nos casos de descumprimento parcial da obrigação contratual será realizado o pagamento relativo à parcela incontroversa.

8.2.2. Caso o contratado não emita a nota fiscal dentro do prazo para o pagamento, o contratante aguardará a entrega da nota fiscal para autorizar o pagamento, que deverá ocorrer, nestes casos, em até 15 (quinze) dias, contados da entrega da nota fiscal.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

8.2.3. A nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida ao contratado, para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento se reiniciarão a partir da data de sua reapresentação.

8.3. Nos casos de multas aplicadas ao contratado, os valores serão descontados dos pagamentos seguintes, desde que tenha ocorrido o julgamento do recurso no processo administrativo.

8.4. O fiscal do contrato comunicará previamente ao contratado a ocorrência de eventual atraso no pagamento, indicando os motivos e a perspectiva de regularização, com a data provável de pagamento, quando possível.

8.5. O pagamento efetuado após o prazo estabelecido será considerado em atraso, gerando para o contratado o direito à atualização monetária considerando os dias de atraso até a data do efetivo pagamento, contados de forma corrida, mediante aplicação do IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo, acrescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = VP (0,00016438356 x N + I), onde:

EM = Encargos moratórios a ser acrescido ao valor normal do pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a data do efetivo pagamento; e

I = Variação do IPCA no período de atraso.

8.6. Caso ainda não estejam disponíveis os valores dos índices necessários, serão considerados os últimos índices disponíveis que correspondam ao mesmo período desejado.

CLÁUSULA 9ª: REAJUSTAMENTO DO PREÇO

9.1. O preço será reajustado, de ofício, pelo contratante, conforme variação do INPC, após 12 (doze) meses contados de 05/02/2024, sobre o valor correspondente às parcelas do objeto cujo pagamento ainda não tenha sido realizado, devendo se dar na primeira medição realizada após o decurso do prazo de 12 (doze) meses.

9.2. Caso ainda não estejam disponíveis os valores dos índices necessários, serão considerados os últimos índices já disponíveis que correspondam ao mesmo período desejado.

9.3. O reajuste de valores, correspondentes às parcelas do objeto entregues ou prestadas após o prazo original, será concedido apenas quando não configurado atraso.

9.4. A formalização do reajuste será realizada por apostilamento contratual.

9.5. Caso o valor do contrato seja alterado em razão da concessão de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente e imprevisível, do qual decorra o reequilíbrio geral do valor do contrato, inclusive relacionado a perdas inflacionárias, a data-base para o próximo reajuste contratual passará a ser a data de início dos efeitos do reequilíbrio concedido.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

REPACTUAÇÃO DO PREÇO

9.6. O presente contrato será repactuado, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada:

9.7. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

9.8. O contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

9.9. É vedado ao município contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

9.10. Com relação aos insumos, a repactuação deverá observar o intervalo mínimo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado ou da data da última repactuação.

9.11. Com relação aos custos decorrentes de mão de obra, a partir da data indicada para a produção de efeitos jurídicos do acordo, da convenção coletiva ou do dissídio coletivo, é facultado à contratada protocolar o pedido de repactuação, demonstrando a variação dos custos contratuais bem como a partir de quando iniciam seus efeitos.

9.12. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação para recompor a variação de custos relativos à mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

9.13. A repactuação será precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

9.14. O contratante analisará o pedido de repactuação e emitirá resposta ao contratado dentro de 1 (um) mês da data do fornecimento da documentação que demonstre analiticamente a variação dos custos, admitida, desde que justificada, a prorrogação desse prazo, a partir do recebimento do pedido ou dos documentos complementares, se forem requisitados.

9.14.1. Na hipótese de não ser cumprido o prazo de resposta indicado, será facultado ao contratado a suspensão da execução contratual até que sobrevenha resposta a sua solicitação.

9.15. A formalização da repactuação será realizada por apostilamento contratual.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

9.16. Caso o valor do contrato seja alterado em razão da concessão de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente e imprevisível, do qual decorra o reequilíbrio geral do valor do contrato, inclusive relacionado a perdas inflacionárias, a data-base para a próxima repactuação contratual dos itens que tiveram seus preços alterados, passará a ser a data de início dos efeitos do reequilíbrio concedido no que se referir.

CLÁUSULA 10ª: REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

10.1. O reequilíbrio econômico-financeiro ocorrerá por meio de termo aditivo e, quando em favor do contratado, dependerá de prévia solicitação e demonstração de que a(s) ocorrência(s) inviabiliza(m) a execução do contrato nos termos inicialmente ajustados, por meio de documentos pertinentes e suficientes, acompanhados das memórias de cálculo.

10.1.1. A solicitação será endereçada ao gestor do contrato na Diretoria de Compras da Secretaria Municipal de Fazenda.

10.2. O contratante analisará o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro e emitirá resposta ao contratado em 60 (sessenta) dias, admitida, desde que justificada, a prorrogação desse prazo, a partir do recebimento do pedido ou dos documentos complementares, se forem requisitados.

10.2.1. Na hipótese de não ser cumprido o prazo de resposta indicado, será facultado ao contratado a suspensão da execução contratual até que sobrevenha resposta a sua solicitação.

10.3. A necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor do contratante será comunicada previamente ao contratado, de forma devidamente fundamentada e demonstrada nos mesmos termos da cláusula 14.1, deste contrato para a pertinente manifestação e concordância, levando à extinção contratual, sem penalidades, nos casos em que não houver acordo sobre o novo valor.

10.4. Formalizado o reequilíbrio econômico-financeiro, este produzirá efeitos retroativos à data do fato gerador, devendo, as subsequentes notas fiscais emitidas pelo contratado e os pagamentos realizados pelo contratante, observar os novos valores.

10.5. Nos casos de reequilíbrio econômico-financeiro em favor do contratante, será apresentado ao contratado memória de cálculo com o decréscimo de valor, com proposição de redução do contrato, que deverá ser realizada por acordo entre as partes.

10.6. Na hipótese de não ser possível o acordo entre as partes, o contrato será rescindido, sem ônus para nenhuma das partes.

10.7. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

CLÁUSULA 11ª: OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1. Constituem obrigações do contratado:

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

11.1.1. aceitar, nas mesmas condições de sua proposta, os acréscimos ou supressões determinadas pelo contratante nos termos da Lei nº 14.133/2021;

11.1.2. comunicar ao fiscal do contrato, de imediato, qualquer ocorrência que impeça a execução regular de suas obrigações;

11.1.3. atender às determinações do fiscal do contrato, destinadas ao regular cumprimento do contrato;

11.1.4. efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato;

11.1.5. declarar o descumprimento das condições de habilitação, sob pena de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

11.1.6. manter contatos com o contratante sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência, que deverão ser registrados e confirmados por escrito no prazo de 3 (três) dias úteis;

11.1.7. manter atualizado, durante a vigência do presente contrato, o endereço, número de telefone fixo e celular, correio eletrônico e nome do representante legal com poder de decisão;

11.1.8. Efetuar a entrega dos indicadores em prefeitas condições, no prazo e local indicados, em estrita observância das especificações do processo licitatório e da propsta acompanhado da respectiva nota fiscal;

11.1.9. Atender prontamente a quaisquer exigências, inerentes ao objeto da presente licitação;

11.1.10. Comunicar no prazo máximo de 03 (três) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.11. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.12. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

11.1.13. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

11.1.14. Responsabilizar-se pela prestação dos serviços, objeto da licitação, atendidos os requisitos e observadas às normas constantes do processo licitatório;

11.1.15. Colocar à disposição do CONTRATANTE todos os meios necessários à comprovação da qualidade e operacionalidade dos serviços, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações previstas no Termo de Referência;

11.1.16. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, quando da execução do serviço, não excluindo

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

11.1.17. Levar imediatamente ao conhecimento do CONTRATANTE quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do serviço;

11.1.18. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do serviço, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo CONTRATANTE;

11.1.19. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do Contratante para acompanhamento da execução contrato. A existência da fiscalização de modo a diminui ou atenua a responsabilidade do Fornecedor pela execução de qualquer serviço.

CLÁUSULA 12ª: OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1. Constituem obrigações do contratante:

12.1.1. realizar o empenho da respectiva dotação orçamentária;

12.1.2. publicar o contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas;

12.1.3. comunicar ao contratado a publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas;

12.1.4. acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, registrando as eventuais ocorrências;

12.1.5. comunicar imediatamente ao contratado qualquer defeito ou deficiência que venha a constatar, referente à execução do objeto deste contrato;

12.1.6. informar alterações no cronograma, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas;

12.1.7. fornecer, em tempo hábil, todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações por parte do contratado;

12.1.8. Receber provisoriamente os indicadores;

12.1.9. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do produto recebido provisoriamente com as especificações constantes do processo licitatório e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

12.1.10. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

12.1.11. Efetuar o pagamento no prazo previsto

12.1.12. Comunicar imediatamente ao Fornecedor quaisquer irregularidades no fornecimento do produto licitado para que seja providenciada regularização;

12.1.13. Fornecer ao licitante, todos os esclarecimentos e demais informações que esta venha solicitar;

12.1.14. Exigir o cumprimento do objeto desta licitação, segundo suas especificações, prazos e demais condições.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

CLÁUSULA 13ª: FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1. A fiscalização do contrato será realizada pelo servidor Cláudio de Oliveira e a gestão do contrato por Suzi Mayumi Yoneyama Barbosa, sendo representante do contratado o Sr. Marcelo Lubas, na qualidade de preposto.

CLÁUSULA 14ª: ALTERAÇÃO CONTRATUAL

14.1. O presente contrato poderá ser alterado pelo contratante para acrescer, suprimir o quantitativo contratado ou modificar as especificações técnicas do objeto, respeitado o limite legal, mantendo inalteradas as demais condições contratuais.

14.2. Em caso de acréscimo de quantitativo, poderá ser realizado o ajuste no prazo de vigência e no cronograma.

14.3. Em caso de supressão de quantitativo que ultrapasse o percentual de aceitação obrigatória, se o contratado já houver adquirido os materiais, no momento em que for formalmente notificado da supressão, no caso de revenda ou de insumos necessários à execução do serviço, estes valores deverão ser indenizados pelo contratante, em conformidade com o processo administrativo para apuração do valor devido.

CLÁUSULA 15ª: SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação.

CLÁUSULA 16ª: MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIA

16.1. Dentre as possibilidades elencadas no art. 151 da Lei n° 14.133/2021, as partes buscarão a solução consensual das eventuais controvérsias, por meio da conciliação.

CLÁUSULA 17ª: SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Dentre as possibilidades elencadas no art. 151 da Lei n° 14.133/2021, as partes buscarão a solução consensual das eventuais controvérsias, por meio da conciliação.

17.2. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: “Processo Sancionatório”.

17.3. Nos casos em que o contratado cometer ato de descumprimento parcial do contrato, sem que gere dano ao Município, o fiscal do contrato aplicará sanção de advertência ao contratado pelo inadimplemento.

17.4. Será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias.

17.5. Caso a empresa tenha declarado o compromisso de implementação de política de integridade ou de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, o seu inadimplemento implicará em multa mensal de 0,5% (meio por cento) sobre as faturas emitidas, enquanto persistir a situação de irregularidade.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

17.6. Ultrapassado o prazo máximo de multa moratória, o Município poderá optar por comunicar ao contratado a rescisão contratual, com a substituição da multa moratória por multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

17.7. Nos casos de inexecução total do contrato, o Município aplicará multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo contratual a executar.

17.8. A penalidade de multa poderá ser cumulada com penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Ensejar o retardamento da execução do contrato sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	6 meses
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	12 meses
Dar causa à inexecução total do contrato	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	18 meses
Prestar declaração falsa durante a execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

CLÁUSULA 18ª: FORMAS DE COMUNICAÇÃO ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADO

18.1. É facultada a qualquer das partes, a solicitação de reunião, prevista no art. 139 do Decreto municipal nº 24.731/2023, devendo ser observadas as exigências dos §§ 1º e 2º art. 139 do Decreto municipal nº 24.731/2023.

18.2. O contratado deverá comunicar-se com o contratante através do fiscal do contrato e seu substituto, em regra por e-mail, sendo admitidos outros meios de comunicação, desde que posteriormente formalizado no processo.

18.3. Todas as reclamações ou solicitações do contratado serão registradas nos autos do processo de gestão e fiscalização e respondidas no prazo de 60 (sessenta)

1Doc: Memorando 1- 1.291/2025 47/489
Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

dias, admitida, desde que justificada, a prorrogação desse prazo, exceto os pedidos de repactuação, que tem prazo de um mês.

18.3.1. O prazo de resposta será suspenso em caso de solicitação de informações ou realização de diligências pelo contratante, sendo retomado quando obtida a informação.

18.3.2. Na hipótese de não ser cumprido o prazo de resposta, será facultado ao contratado apresentar denúncia à Controladoria-Geral do Município para fins de responsabilização do servidor.

CLÁUSULA 19ª: MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

19.1. O contratante, por intermédio da Diretoria de Compras, acompanhará a manutenção das condições de habilitação pelo contratado por modelo auto declaratório, cabendo ao contratado informar, no prazo de 15 (quinze) dias, a mudança da sua situação, sob pena de infração equiparada à declaração falsa, com a correspondente instauração de procedimento administrativo sancionatório e aplicação de sanção.

19.2. A ausência ou omissão de declaração por parte do contratado corresponde, para todos os efeitos, à declaração da manutenção das condições de habilitação.

19.3. Nas hipóteses em que houver alteração de condição de habilitação:

19.3.1. o contratado deverá providenciar a regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ocorrência que gerou o não atendimento da condição de habilitação; e

19.3.2. será aplicada multa mensal de 5% (cinco por cento) sobre as faturas emitidas enquanto persistir a situação de irregularidade.

19.4. O contratante poderá diligenciar as condições de habilitação do contratado e aplicar sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 4 (quatro) anos e 6 (seis) meses pelo descumprimento da obrigação de informar a mudança da sua situação.

CLÁUSULA 20ª: PROTEÇÃO DE DADOS

20.1. As partes se obrigam a cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados - Lei n° 13.709/2018, no que for cabível em face do objeto deste contrato, em especial a:

20.1.1. guardar sigilo quanto aos dados pessoais aos quais eventualmente tenham acesso em razão da execução do objeto deste contrato;

20.1.2. tratar os dados pessoais recebidos de acordo com a finalidade da contratação, de modo legítimo e lícito, entendendo-se por tratamento de dados os atos que se refiram a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados;

20.1.3. garantir ao titular de dados a consulta gratuita e facilitada aos seus dados pessoais, bem como a forma, duração e finalidade do tratamento;

20.1.4. não utilizar os dados pessoais recebidos ou tratá-los com fins discriminatórios, ilícitos, abusivos ou para finalidade distinta da contratação;

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

20.1.5. fazer uso somente dos dados pessoais que forem imprescindíveis à execução do objeto;

20.1.6. adotar todas as medidas previstas em lei para evitar o vazamento de dados pessoais que receber ou o acesso por pessoal não autorizado;

20.1.7. em caso de vazamento de dados pessoais, adotar as providências necessárias para mitigar as consequências do dano, informando ao contratante, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas:

20.1.7.1. a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;

20.1.7.2. as informações sobre os titulares envolvidos;

20.1.7.3. a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;

20.1.7.4. os riscos relacionados ao incidente;

20.1.7.5. os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e

20.1.7.6. as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.

20.1.8. demonstrar, sempre que solicitado, a adoção de medidas eficazes para comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados;

20.1.9. utilizar medidas técnicas e organizacionais de modo a proteger os dados pessoais de tratamento não autorizado;

20.1.10. armazenar os dados somente pelo período necessário para cumprir as obrigações contratuais e legais;

20.1.11. apagar todos os dados pessoais quando solicitado pelo contratante ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual a retenção dos dados;

20.1.12. anonimizar os dados pessoais quando solicitado pelo contratante, ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual; e

20.1.13. não compartilhar com terceiros, em hipótese alguma, os dados pessoais que receber em decorrência do contrato.

20.2. O contratado ficará obrigado a reparar os danos patrimoniais ou morais, individuais ou coletivos, que sua ação ou omissão, no exercício da atividade de tratamento de dados pessoais relativas a este contrato, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, causarem ao contratante ou a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

CLÁUSULA 21ª: CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

21.1. O objeto será recebido provisoriamente pelo fiscal do contrato, em até 2 (dois) dias contados da comunicação da conclusão do objeto, pelo contratado ao fiscal. O objeto será recebido provisoriamente pelo fiscal do contrato, assim que o objeto for entregue.

21.2. O objeto será recebido definitivamente pela comissão de recebimento, mediante termo de recebimento, em 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

21.3. O objeto será recebido parcialmente pelo contratante quando descumprida condição de execução que possibilite o aproveitamento do objeto para os objetivos da contratação, aplicando-se a sanção cabível pelo descumprimento contratual.

21.4. Caso o recebimento provisório ou o recebimento definitivo não ocorra no prazo estabelecido, o objeto será considerado tacitamente recebido.

CLÁUSULA 22ª: EXTINÇÃO DO CONTRATO

22.1. A extinção do presente contrato será regulada pelas normas previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

22.2. A extinção do contrato deverá ser formalmente motivada nos autos, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

22.3. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva do contratante, o contratado será ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, bem como terá direito aos pagamentos das parcelas executadas até a data da extinção do contrato.

22.4. Na extinção do contrato determinada por ato unilateral, o contratante poderá reter dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos sofridos e das multas aplicadas, desde que já apurados em processo administrativo.

CLÁUSULA 23ª: FORO

23.1. O foro competente para dirimir qualquer questão contratual é o da comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.

Paranavaí-PR, _____.

GILMAR PINHEIRO
Secretário Municipal de Fazenda
CONTRATANTE

NATIVA BRASIL PESQUISA TECNOLOGIA E DESENVOLVIMEN:08648607000194

Assinado de forma digital por NATIVA BRASIL PESQUISA TECNOLOGIA E DESENVOLVIMEN:08648607000194
Dados: 2024.04.22 13:21:22 -03'00'

NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTGO LTDA.
MARCELO LUBAS
Sócio administrador / CPF 610.572.319-91
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: Cláudio de Oliveira

Nome: Suzi Mayumi Yoneyama Barbosa

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 043/2024

REF.: INEXIGIBILIDADE Nº 021/2024

Assinado em: _____.

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Getúlio Vargas, nº 900, Centro, Paranavaí, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº. 76.977.768/0001-81, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda.

CONTRATADA: **NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.648.607/0001-94, estabelecida à Rua Nicolau Pampuch, nº 188, Bairro Afonso Pena na cidade de São José dos Pinhais – PR, CEP 83045-280.

ASSINANTES: Sr. **Gilmar Pinheiro -** CPF nº 300.997.499-04 **(Secretário Municipal de Fazenda do Contratante), MARCELO LUBAS -** CPF nº 610.572.319-91 **(Sócio administrador da empresa Contratada).**

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para a "Implantação dos Indicadores Ambientais REBAPP de Retificação de Bordas em APP´s – Áreas de Preservação Permanente e de Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo das faixas de APP´s criando os novos indicadores ambientais REBAPP com fornecimento de Planos Ambientais de Conservação de Uso de Imóveis lindeiros - PACUIM", do Município de Paranavaí/PR, cuja especificações constam no termo de referência e faz parte deste contrato.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da comunicação ao contratado da publicação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas. O prazo de execução dos serviços será de 90 (noventa) dias.

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

CONTRATO Nº 043/2024

REF: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 021/2024

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º **76.977.768/0001-81**, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Fazenda, Sr. **GILMAR PINHEIRO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí-PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 430.522-1 PR e inscrito no CPF sob nº 300.997.499-04, doravante denominado **contratante** e a empresa **NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **08.648.607/0001-94**, estabelecida à Rua Nicolau Pampuch, nº 188, Bairro Afonso Pena na cidade de São José dos Pinhais – PR, CEP 83045-280, e-mail nativa@nativadobrasil.com.br, neste ato representada pelo sócio administrador Sr. **MARCELO LUBAS,** brasileiro, empresário, residente e domiciliado na cidade de São José dos Pinhais no Estado do Paraná, portador da Carteira de Identidade RG 4.164.583-0 SSP/PR e inscrito no CPF nº 610.572.319-91, doravante denominado **contratado,** resolvem celebrar contrato, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas.

CLÁUSULA 1ª: NORMAS REGENTES

1.1. O presente contrato está vinculado à Inexigibilidade de Licitação n° 021/2024 e ao Processo Administrativo nº 47/2024, ao Termo de Referência e à proposta apresentada pelo contratado, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto municipal nº 24.731/2023 .

CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste contrato será de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da comunicação ao contratado da publicação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas.

CLÁUSULA 3ª: OBJETO

3.1. O objeto do presente contrato é Contratação de pessoa jurídica para a “Implantação dos Indicadores Ambientais REBAPP de Retificação de Bordas em APP´s – Áreas de Preservação Permanente e de Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo das faixas de APP´s criando os novos indicadores ambientais REBAPP com fornecimento de Planos Ambientais de Conservação de Uso de Imóveis lindeiros - PACUIM”, do Município de Paranavaí/PR, cuja especificações constam no termo de referência e faz parte deste contrato.

CLÁUSULA 4ª: REGIME E FORMA DE EXECUÇÃO

4.1. O regime de execução deste contrato é empreitada por preço unitário;

4.2. A forma de execução deste contrato é prestação de serviço imediato.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

CLÁUSULA 5ª: LOCAL E PRAZO DE ENTREGA / EXECUÇÃO

5.1. O local e o prazo de entrega / execução, assim como outras descrições da solução e requisitos da contratação constam termo de referência e faz parte deste contrato.

5.2. Os prazos de entrega / execução serão contados da comunicação ao contratado da publicação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas.

5.3. O prazo de entrega / execução poderá ser prorrogado em caso de alterações unilaterais determinadas pelo contratante, bem como pela ocorrência de eventos supervenientes, alheios à vontade das partes, que impactem no seu cumprimento, mediante solicitação formal, devidamente fundamentada, encaminhada pelo contratado ao fiscal do contrato em momento anterior à data de entrega ou conclusão do serviço.

5.4. O prazo de execução do serviço será de 90 (noventa) dias (3 meses).

5.5. O produto deverá ser entregue a Secretaria Municipal de Fazenda, em meio físico ou, alternativamente, protocolada através do Protocolo Digital do Município no sitio eletrônico.

CLÁUSULA 6ª: FONTE DE RECURSOS

6.1. A despesa correrá por conta da dotação orçamentária: 11.001.049.2070.333903905 (1632).

CLÁUSULA 7ª: VALOR A SER PAGO PELO OBJETO

7.1. Pelo objeto deste contrato, o contratante pagará ao contratado o valor de **R$ 112.270,00 (cento e doze mil, duzentos e setenta reais),** incluídos os tributos incidentes sobre a transação, fretes e demais despesas para a execução do contrato, não cabendo ao contratante nenhum outro ônus.

7.2. As quantidades e preços unitários estão indicadas na proposta ajustada do contratado, que faz parte deste contrato

CLÁUSULA 8ª: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias, contados da data de entrega do objeto, prestação do serviço ou medição que ocorrerá mensalmente, mediante apresentação da nota fiscal emitida pelo contratado

8.2. O prazo de pagamento será suspenso nos casos de descumprimento total da obrigação contratual.

8.2.1. Nos casos de descumprimento parcial da obrigação contratual será realizado o pagamento relativo à parcela incontroversa.

8.2.2. Caso o contratado não emita a nota fiscal dentro do prazo para o pagamento, o contratante aguardará a entrega da nota fiscal para autorizar o pagamento, que deverá ocorrer, nestes casos, em até 15 (quinze) dias, contados da entrega da nota fiscal.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

8.2.3. A nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida ao contratado, para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento se reiniciarão a partir da data de sua reapresentação.

8.3. Nos casos de multas aplicadas ao contratado, os valores serão descontados dos pagamentos seguintes, desde que tenha ocorrido o julgamento do recurso no processo administrativo.

8.4. O fiscal do contrato comunicará previamente ao contratado a ocorrência de eventual atraso no pagamento, indicando os motivos e a perspectiva de regularização, com a data provável de pagamento, quando possível.

8.5. O pagamento efetuado após o prazo estabelecido será considerado em atraso, gerando para o contratado o direito à atualização monetária considerando os dias de atraso até a data do efetivo pagamento, contados de forma corrida, mediante aplicação do IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo, acrescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = VP (0,00016438356 x N + I), onde:

EM = Encargos moratórios a ser acrescido ao valor normal do pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a data do efetivo pagamento; e

I = Variação do IPCA no período de atraso.

8.6. Caso ainda não estejam disponíveis os valores dos índices necessários, serão considerados os últimos índices disponíveis que correspondam ao mesmo período desejado.

CLÁUSULA 9ª: REAJUSTAMENTO DO PREÇO

9.1. O preço será reajustado, de ofício, pelo contratante, conforme variação do INPC, após 12 (doze) meses contados de 05/02/2024, sobre o valor correspondente às parcelas do objeto cujo pagamento ainda não tenha sido realizado, devendo se dar na primeira medição realizada após o decurso do prazo de 12 (doze) meses.

9.2. Caso ainda não estejam disponíveis os valores dos índices necessários, serão considerados os últimos índices já disponíveis que correspondam ao mesmo período desejado.

9.3. O reajuste de valores, correspondentes às parcelas do objeto entregues ou prestadas após o prazo original, será concedido apenas quando não configurado atraso.

9.4. A formalização do reajuste será realizada por apostilamento contratual.

9.5. Caso o valor do contrato seja alterado em razão da concessão de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente e imprevisível, do qual decorra o reequilíbrio geral do valor do contrato, inclusive relacionado a perdas inflacionárias, a data-base para o próximo reajuste contratual passará a ser a data de início dos efeitos do reequilíbrio concedido.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

REPACTUAÇÃO DO PREÇO

9.6. O presente contrato será repactuado, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada:

9.7. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

9.8. O contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

9.9. É vedado ao município contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

9.10. Com relação aos insumos, a repactuação deverá observar o intervalo mínimo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado ou da data da última repactuação.

9.11. Com relação aos custos decorrentes de mão de obra, a partir da data indicada para a produção de efeitos jurídicos do acordo, da convenção coletiva ou do dissídio coletivo, é facultado à contratada protocolar o pedido de repactuação, demonstrando a variação dos custos contratuais bem como a partir de quando iniciam seus efeitos.

9.12. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação para recompor a variação de custos relativos à mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

9.13. A repactuação será precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

9.14. O contratante analisará o pedido de repactuação e emitirá resposta ao contratado dentro de 1 (um) mês da data do fornecimento da documentação que demonstre analiticamente a variação dos custos, admitida, desde que justificada, a prorrogação desse prazo, a partir do recebimento do pedido ou dos documentos complementares, se forem requisitados.

9.14.1. Na hipótese de não ser cumprido o prazo de resposta indicado, será facultado ao contratado a suspensão da execução contratual até que sobrevenha resposta a sua solicitação.

9.15. A formalização da repactuação será realizada por apostilamento contratual.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

9.16. Caso o valor do contrato seja alterado em razão da concessão de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente e imprevisível, do qual decorra o reequilíbrio geral do valor do contrato, inclusive relacionado a perdas inflacionárias, a data-base para a próxima repactuação contratual dos itens que tiveram seus preços alterados, passará a ser a data de início dos efeitos do reequilíbrio concedido no que se referir.

CLÁUSULA 10ª: REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

10.1. O reequilíbrio econômico-financeiro ocorrerá por meio de termo aditivo e, quando em favor do contratado, dependerá de prévia solicitação e demonstração de que a(s) ocorrência(s) inviabiliza(m) a execução do contrato nos termos inicialmente ajustados, por meio de documentos pertinentes e suficientes, acompanhados das memórias de cálculo.

10.1.1. A solicitação será endereçada ao gestor do contrato na Diretoria de Compras da Secretaria Municipal de Fazenda.

10.2. O contratante analisará o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro e emitirá resposta ao contratado em 60 (sessenta) dias, admitida, desde que justificada, a prorrogação desse prazo, a partir do recebimento do pedido ou dos documentos complementares, se forem requisitados.

10.2.1. Na hipótese de não ser cumprido o prazo de resposta indicado, será facultado ao contratado a suspensão da execução contratual até que sobrevenha resposta a sua solicitação.

10.3. A necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor do contratante será comunicada previamente ao contratado, de forma devidamente fundamentada e demonstrada nos mesmos termos da cláusula 14.1, deste contrato para a pertinente manifestação e concordância, levando à extinção contratual, sem penalidades, nos casos em que não houver acordo sobre o novo valor.

10.4. Formalizado o reequilíbrio econômico-financeiro, este produzirá efeitos retroativos à data do fato gerador, devendo, as subsequentes notas fiscais emitidas pelo contratado e os pagamentos realizados pelo contratante, observar os novos valores.

10.5. Nos casos de reequilíbrio econômico-financeiro em favor do contratante, será apresentado ao contratado memória de cálculo com o decréscimo de valor, com proposição de redução do contrato, que deverá ser realizada por acordo entre as partes.

10.6. Na hipótese de não ser possível o acordo entre as partes, o contrato será rescindido, sem ônus para nenhuma das partes.

10.7. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

CLÁUSULA 11ª: OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1. Constituem obrigações do contratado:

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

11.1.1. aceitar, nas mesmas condições de sua proposta, os acréscimos ou supressões determinadas pelo contratante nos termos da Lei nº 14.133/2021;

11.1.2. comunicar ao fiscal do contrato, de imediato, qualquer ocorrência que impeça a execução regular de suas obrigações;

11.1.3. atender às determinações do fiscal do contrato, destinadas ao regular cumprimento do contrato;

11.1.4. efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato;

11.1.5. declarar o descumprimento das condições de habilitação, sob pena de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

11.1.6. manter contatos com o contratante sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência, que deverão ser registrados e confirmados por escrito no prazo de 3 (três) dias úteis;

11.1.7. manter atualizado, durante a vigência do presente contrato, o endereço, número de telefone fixo e celular, correio eletrônico e nome do representante legal com poder de decisão;

11.1.8. Efetuar a entrega dos indicadores em prefeitas condições, no prazo e local indicados, em estrita observância das especificações do processo licitatório e da propsta acompanhado da respectiva nota fiscal;

11.1.9. Atender prontamente a quaisquer exigências, inerentes ao objeto da presente licitação;

11.1.10. Comunicar no prazo máximo de 03 (três) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.11. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.12. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

11.1.13. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

11.1.14. Responsabilizar-se pela prestação dos serviços, objeto da licitação, atendidos os requisitos e observadas às normas constantes do processo licitatório;

11.1.15. Colocar à disposição do CONTRATANTE todos os meios necessários à comprovação da qualidade e operacionalidade dos serviços, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações previstas no Termo de Referência;

11.1.16. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, quando da execução do serviço, não excluindo

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

11.1.17. Levar imediatamente ao conhecimento do CONTRATANTE quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do serviço;

11.1.18. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do serviço, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo CONTRATANTE;

11.1.19. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do Contratante para acompanhamento da execução contrato. A existência da fiscalização de modo a diminui ou atenua a responsabilidade do Fornecedor pela execução de qualquer serviço.

CLÁUSULA 12ª: OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1. Constituem obrigações do contratante:

12.1.1. realizar o empenho da respectiva dotação orçamentária;

12.1.2. publicar o contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas;

12.1.3. comunicar ao contratado a publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas;

12.1.4. acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, registrando as eventuais ocorrências;

12.1.5. comunicar imediatamente ao contratado qualquer defeito ou deficiência que venha a constatar, referente à execução do objeto deste contrato;

12.1.6. informar alterações no cronograma, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas;

12.1.7. fornecer, em tempo hábil, todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações por parte do contratado;

12.1.8. Receber provisoriamente os indicadores;

12.1.9. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do produto recebido provisoriamente com as especificações constantes do processo licitatório e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

12.1.10. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

12.1.11. Efetuar o pagamento no prazo previsto

12.1.12. Comunicar imediatamente ao Fornecedor quaisquer irregularidades no fornecimento do produto licitado para que seja providenciada regularização;

12.1.13. Fornecer ao licitante, todos os esclarecimentos e demais informações que esta venha solicitar;

12.1.14. Exigir o cumprimento do objeto desta licitação, segundo suas especificações, prazos e demais condições.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

CLÁUSULA 13ª: FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1. A fiscalização do contrato será realizada pelo servidor Cláudio de Oliveira e a gestão do contrato por Suzi Mayumi Yoneyama Barbosa, sendo representante do contratado o Sr. Marcelo Lubas, na qualidade de preposto.

CLÁUSULA 14ª: ALTERAÇÃO CONTRATUAL

14.1. O presente contrato poderá ser alterado pelo contratante para acrescer, suprimir o quantitativo contratado ou modificar as especificações técnicas do objeto, respeitado o limite legal, mantendo inalteradas as demais condições contratuais.

14.2. Em caso de acréscimo de quantitativo, poderá ser realizado o ajuste no prazo de vigência e no cronograma.

14.3. Em caso de supressão de quantitativo que ultrapasse o percentual de aceitação obrigatória, se o contratado já houver adquirido os materiais, no momento em que for formalmente notificado da supressão, no caso de revenda ou de insumos necessários à execução do serviço, estes valores deverão ser indenizados pelo contratante, em conformidade com o processo administrativo para apuração do valor devido.

CLÁUSULA 15ª: SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação.

CLÁUSULA 16ª: MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIA

16.1. Dentre as possibilidades elencadas no art. 151 da Lei n° 14.133/2021, as partes buscarão a solução consensual das eventuais controvérsias, por meio da conciliação.

CLÁUSULA 17ª: SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Dentre as possibilidades elencadas no art. 151 da Lei n° 14.133/2021, as partes buscarão a solução consensual das eventuais controvérsias, por meio da conciliação.

17.2. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: “Processo Sancionatório”.

17.3. Nos casos em que o contratado cometer ato de descumprimento parcial do contrato, sem que gere dano ao Município, o fiscal do contrato aplicará sanção de advertência ao contratado pelo inadimplemento.

17.4. Será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias.

17.5. Caso a empresa tenha declarado o compromisso de implementação de política de integridade ou de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, o seu inadimplemento implicará em multa mensal de 0,5% (meio por cento) sobre as faturas emitidas, enquanto persistir a situação de irregularidade.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

17.6. Ultrapassado o prazo máximo de multa moratória, o Município poderá optar por comunicar ao contratado a rescisão contratual, com a substituição da multa moratória por multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

17.7. Nos casos de inexecução total do contrato, o Município aplicará multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo contratual a executar.

17.8. A penalidade de multa poderá ser cumulada com penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Ensejar o retardamento da execução do contrato sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	6 meses
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	12 meses
Dar causa à inexecução total do contrato	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	18 meses
Prestar declaração falsa durante a execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

CLÁUSULA 18ª: FORMAS DE COMUNICAÇÃO ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADO

18.1. É facultada a qualquer das partes, a solicitação de reunião, prevista no art. 139 do Decreto municipal nº 24.731/2023, devendo ser observadas as exigências dos §§ 1º e 2º art. 139 do Decreto municipal nº 24.731/2023.

18.2. O contratado deverá comunicar-se com o contratante através do fiscal do contrato e seu substituto, em regra por e-mail, sendo admitidos outros meios de comunicação, desde que posteriormente formalizado no processo.

18.3. Todas as reclamações ou solicitações do contratado serão registradas nos autos do processo de gestão e fiscalização e respondidas no prazo de 60 (sessenta)

1Doc: Memorando 1- 1.291/2025 60/489
Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

dias, admitida, desde que justificada, a prorrogação desse prazo, exceto os pedidos de repactuação, que tem prazo de um mês.

18.3.1. O prazo de resposta será suspenso em caso de solicitação de informações ou realização de diligências pelo contratante, sendo retomado quando obtida a informação.

18.3.2. Na hipótese de não ser cumprido o prazo de resposta, será facultado ao contratado apresentar denúncia à Controladoria-Geral do Município para fins de responsabilização do servidor.

CLÁUSULA 19ª: MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

19.1. O contratante, por intermédio da Diretoria de Compras, acompanhará a manutenção das condições de habilitação pelo contratado por modelo auto declaratório, cabendo ao contratado informar, no prazo de 15 (quinze) dias, a mudança da sua situação, sob pena de infração equiparada à declaração falsa, com a correspondente instauração de procedimento administrativo sancionatório e aplicação de sanção.

19.2. A ausência ou omissão de declaração por parte do contratado corresponde, para todos os efeitos, à declaração da manutenção das condições de habilitação.

19.3. Nas hipóteses em que houver alteração de condição de habilitação:

19.3.1. o contratado deverá providenciar a regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ocorrência que gerou o não atendimento da condição de habilitação; e

19.3.2. será aplicada multa mensal de 5% (cinco por cento) sobre as faturas emitidas enquanto persistir a situação de irregularidade.

19.4. O contratante poderá diligenciar as condições de habilitação do contratado e aplicar sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 4 (quatro) anos e 6 (seis) meses pelo descumprimento da obrigação de informar a mudança da sua situação.

CLÁUSULA 20ª: PROTEÇÃO DE DADOS

20.1. As partes se obrigam a cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados - Lei n° 13.709/2018, no que for cabível em face do objeto deste contrato, em especial a:

20.1.1. guardar sigilo quanto aos dados pessoais aos quais eventualmente tenham acesso em razão da execução do objeto deste contrato;

20.1.2. tratar os dados pessoais recebidos de acordo com a finalidade da contratação, de modo legítimo e lícito, entendendo-se por tratamento de dados os atos que se refiram a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados;

20.1.3. garantir ao titular de dados a consulta gratuita e facilitada aos seus dados pessoais, bem como a forma, duração e finalidade do tratamento;

20.1.4. não utilizar os dados pessoais recebidos ou tratá-los com fins discriminatórios, ilícitos, abusivos ou para finalidade distinta da contratação;

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

20.1.5. fazer uso somente dos dados pessoais que forem imprescindíveis à execução do objeto;

20.1.6. adotar todas as medidas previstas em lei para evitar o vazamento de dados pessoais que receber ou o acesso por pessoal não autorizado;

20.1.7. em caso de vazamento de dados pessoais, adotar as providências necessárias para mitigar as consequências do dano, informando ao contratante, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas:

20.1.7.1. a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;

20.1.7.2. as informações sobre os titulares envolvidos;

20.1.7.3. a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;

20.1.7.4. os riscos relacionados ao incidente;

20.1.7.5. os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e

20.1.7.6. as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.

20.1.8. demonstrar, sempre que solicitado, a adoção de medidas eficazes para comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados;

20.1.9. utilizar medidas técnicas e organizacionais de modo a proteger os dados pessoais de tratamento não autorizado;

20.1.10. armazenar os dados somente pelo período necessário para cumprir as obrigações contratuais e legais;

20.1.11. apagar todos os dados pessoais quando solicitado pelo contratante ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual a retenção dos dados;

20.1.12. anonimizar os dados pessoais quando solicitado pelo contratante, ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual; e

20.1.13. não compartilhar com terceiros, em hipótese alguma, os dados pessoais que receber em decorrência do contrato.

20.2. O contratado ficará obrigado a reparar os danos patrimoniais ou morais, individuais ou coletivos, que sua ação ou omissão, no exercício da atividade de tratamento de dados pessoais relativas a este contrato, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, causarem ao contratante ou a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

CLÁUSULA 21ª: CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

21.1. O objeto será recebido provisoriamente pelo fiscal do contrato, em até 2 (dois) dias contados da comunicação da conclusão do objeto, pelo contratado ao fiscal. O objeto será recebido provisoriamente pelo fiscal do contrato, assim que o objeto for entregue.

21.2. O objeto será recebido definitivamente pela comissão de recebimento, mediante termo de recebimento, em 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

21.3. O objeto será recebido parcialmente pelo contratante quando descumprida condição de execução que possibilite o aproveitamento do objeto para os objetivos da contratação, aplicando-se a sanção cabível pelo descumprimento contratual.

21.4. Caso o recebimento provisório ou o recebimento definitivo não ocorra no prazo estabelecido, o objeto será considerado tacitamente recebido.

CLÁUSULA 22ª: EXTINÇÃO DO CONTRATO

22.1. A extinção do presente contrato será regulada pelas normas previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

22.2. A extinção do contrato deverá ser formalmente motivada nos autos, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

22.3. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva do contratante, o contratado será ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, bem como terá direito aos pagamentos das parcelas executadas até a data da extinção do contrato.

22.4. Na extinção do contrato determinada por ato unilateral, o contratante poderá reter dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos sofridos e das multas aplicadas, desde que já apurados em processo administrativo.

CLÁUSULA 23ª: FORO

23.1. O foro competente para dirimir qualquer questão contratual é o da comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.

Paranavaí-PR, _____.

GILMAR PINHEIRO
Secretário Municipal de Fazenda
CONTRATANTE

NATIVA BRASIL PESQUISA TECNOLOGIA E DESENVOLVIMEN:08648607000194

Assinado de forma digital por NATIVA BRASIL PESQUISA TECNOLOGIA E DESENVOLVIMEN:08648607000194
Dados: 2024.04.22 13:21:22 -03'00'

NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTGO LTDA.
MARCELO LUBAS
Sócio administrador / CPF 610.572.319-91
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: Cláudio de Oliveira

Nome: Suzi Mayumi Yoneyama Barbosa

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 043/2024

REF.: INEXIGIBILIDADE Nº 021/2024

Assinado em: _____.

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Getúlio Vargas, nº 900, Centro, Paranavaí, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº. 76.977.768/0001-81, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda.

CONTRATADA: **NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.648.607/0001-94, estabelecida à Rua Nicolau Pampuch, nº 188, Bairro Afonso Pena na cidade de São José dos Pinhais – PR, CEP 83045-280.

ASSINANTES: Sr. **Gilmar Pinheiro -** CPF nº 300.997.499-04 **(Secretário Municipal de Fazenda do Contratante), MARCELO LUBAS -** CPF nº 610.572.319-91 **(Sócio administrador da empresa Contratada).**

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para a "Implantação dos Indicadores Ambientais REBAPP de Retificação de Bordas em APP´s – Áreas de Preservação Permanente e de Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo das faixas de APP´s criando os novos indicadores ambientais REBAPP com fornecimento de Planos Ambientais de Conservação de Uso de Imóveis lindeiros - PACUIM", do Município de Paranavaí/PR, cuja especificações constam no termo de referência e faz parte deste contrato.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da comunicação ao contratado da publicação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas. O prazo de execução dos serviços será de 90 (noventa) dias.

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 147/2024

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE RAMILANDIA, com sede na cidade de RAMILANDIA, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° 95.725.024/0001-14, neste ato representado pelo Prefeito Municipal abaixo assinado, doravante designado **MUNICÍPIO** de um lado e, de outro a **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**, com sede na Rua Nicolau Pampuch, Nº 188, Afonso Pena - São José dos Pinhais/PR - CEP 83045-280, inscrita no CNPJ sob o nº 08.648.607/0001-94, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA,** ajustam o presente em conformidade com o descrito em seus termos, cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA POR NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO PARA A IMPLANTAÇÃO DOS INDICADORES AMBIENTAIS REBAPP DO MUNICÍPIO DE RAMILÂNDIA E ESTABELECIMENTO DOS CORREDORES ECOLÓGICOS DE CONECTIVIDADE DO MUNICÍPIO COM O PROJETO REBAPP MOSAICO DE UC´S - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO CORREDOR ECOLÓGICO SANTA MARIA.

1.2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

O município de Ramilândia está localizado na região oeste do estado do Paraná, e apresenta-se inserido dentro da região da Floresta Estacional Semi-decidual, com transição parcial da Floresta Ombrófila Mista.

Possui 23.553,6 hectares de território municipal e é detentor das porções significativas de áreas de mata nativa de conexão com o corredor ecológico Santa Maria, e de proximidade com o Parque Nacional do Iguaçu.

E possui apenas 3,3% do território do município com área verde já protegida no ICMS Ecológico, de um total geral disponível de 30,8%, ou seja, apenas 10,7% da área verde disponível, atualmente convertida em ICMS Ecológico, considerando o Mapa de Classe de Uso da Terra/IAT/Governo do Estado do Paraná.

Em termos práticos percentuais, Ramilândia possui no total, 7.255,30 hectares de mata nativa no seu território, e desta forma, impressionantes 6.477,0 hectares deste montante, ou seja, 89,2% de mata nativa preservada existente potencial e ainda não protegida e nem inserida no ICMS Ecológico. Assim, a relevância ambiental que o município possui apresenta-se em condição ímpar na região, onde a vocação para adoção de novos indicadores ambientais de apoio a gestão municipal de áreas verdes,

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

torne-se imprescindível para um melhor desempenho do município neste viés que vem de encontro com o tema mundial de apoio com ações de combate às Mudanças Climáticas.

O município possui, portanto, um total de 6.477,0 hectares de mata nativa preservada e que não são áreas verdes protegidas (UC´s), e pertencem 100% à bacia hidrográfica do Rio Paraná.

Além da permanente necessidade de monitoramento e controle para evitar o desmatamento, em especial na região floresta estacional semi-decidual, em que o município se encontra em maior parte de sua abrangência, é a mais ameaçada de extinção.

Desta forma, o município detectou a ausência de indicadores ambientais específicos, que criam através da relação entre área verdes e áreas verdes protegidas, em função do total do território do município, do qual, estes indicadores não estão contemplados nas fórmulas de cálculo do ICMS Ecológico, e são importantes ferramentas para o planejamento e tomada de decisões ambientais e de desenvolvimento, por parte do município.

Em síntese, o município, na ausência de indicadores ambientais específicos, constata um elevado potencial existente de área verde, e um aproveitamento em ICMS Ecológico extremamente baixos de áreas verdes protegidas existentes.

1.3. ESTIMATIVAS DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS
Foram estimadas as quantidades, conforme a tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Total
1	Implantação dos Indicadores Ambientais REBAPP do município de Ramilândia e estabelecimento dos corredores ecológicos de conectividade do município com o projeto REBAPP Mosaico de UC´s - Unidades de Conservação do Corredor Ecológico Santa Maria.	SERVIÇO	1	R$ 112.270,00
Valor Total Global				R$ 112.270,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DO CONTRATANTE

2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos objetos entregados provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

2.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

2.4. Solicitar à contratada os esclarecimentos que julgar necessários quanto ao objeto contratado e à execução contratual.

2.5. Comunicar à Contratada qualquer descumprimento de obrigações e responsabilidades previstas neste Termo de Referência e no respectivo Contrato, determinando as medidas saneadoras necessárias à sua imediata regularização.

2.6. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidos.

2.7. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo de até 30 (trinta dias) após o recebimento do objeto;

2.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

2.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da CONTRATADA;

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DA CONTRATADA

3.1. Cumprir fielmente, além da Lei nº 14.133/21 o estipulado no Edital, neste Termo de Referência e seus Anexos, na sua proposta e efetuar a confecção e a entrega do objeto na qualidade e quantidades especificadas neste Termo de Referência e de sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal.

3.2. Cumprir fielmente esta norma, de forma que os serviços relacionados sejam executados com esmero e perfeição;

3.3. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato, por todos e quaisquer danos materiais e morais causados à CONTRATANTE pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente.

3.4. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, "d", da Lei n° 14.133, de 2021;

3.5. Providenciar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a correção de falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE na execução do contrato, prestando os devidos esclarecimentos ao setor de fiscalização da CONTRATANTE;

3.6. Manter, durante toda a contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.7. Observar rigorosamente as normas que regulamentam o exercício de suas atividades, cabendo-lhes inteiramente a responsabilidade por eventuais transgressões;

3.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto do Contrato decorrente deste Termo de Referência, cabendo-lhe integralmente o ônus decorrente, independente da fiscalização exercida pela CONTRATANTE.

3.9. A licitante vencedora se obriga a manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço, sob pena de infração contratual.

CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES E FORMA DE PAGAMENTO

4.1. O preço global estimado é de 112.270,00 (Cento e doze mil duzentos e setenta reais).

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3. Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente contrato são oriundos da rubrica:

03.00 – Secretaria Municipal de Administração
03.01 – Administração Geral do Município
043122.0001.2.005 – Manutenção das atividades do gabinete do secretário de administração
Fonte de Recursos – 000 – Recursos Livres
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica

05.00 – Secretaria Mun. de Agricultura, meio AM., Ind. e Comercio
05.01 – Desenvolvimento Agropecuário
20.606.0001.2.010 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

Fonte de Recursos – 000 – Recursos Livres
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica

12.00 – Secretaria Municipal de Planejamento
12.01 – Planejamento Geral do Município
04.121.0001.2.070 – Manutenção das atividades de Planejamento e Convenios
Fonte de Recursos – 000 – Recursos Livres
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica

OBS: Conforme instrução normativa da RFB 1234/2012 e DECRETO Municipal Nº 3756/2024 publicado No Diário Oficial do Município 28/08/2024, é obrigatório retenção de Imposto de Renda, conforme tabelas. As Empresas optantes pelo Simples Nacional, isentas, deverão preencher o ANEXO IV e enviar a prefeitura. Demais situações de isenção, verificar no Decreto o anexo que se enquadrem e encaminhar para a Prefeitura – Setor Contabilidade.

Também deverão indicar, em suas notas fiscais, no campo destinado às informações complementares ou, em sua falta, no corpo do documento, por qualquer meio gráfico indelével, a expressão "DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL", em conformidade com o disposto no artigo 59, §4º, inciso II, da Resolução CGSN nº 140/2018, sob pena de sofrer retenção de ofício.

CLÁUSULA QUINTA –PRAZOS, LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

5.1. O prazo de execução dos serviços será de 3 (três) meses, com início em no máximo 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato ou instrumento equivalente.

5.2. A vigência contratual, por sua vez, será a informada no subitem "1.3" do Termo de Referência de Inexigibilidade de Licitação, correspondendo a 6 (seis) meses contados da assinatura do Contrato, sem possibilidade de prorrogação, na forma do Art. 105º da Lei n° 14.133, de 1 de abril 2021.

5.3. Ao final da execução dos serviços, o Contratado será responsável pela entrega, em conformidade com o subitem "1.2" deste Termo de Inexigibilidade de Licitação:

a. Mapeamentos REBAPP dos corredores ecológicos verdes existentes no município de conectividade ao Corredor Ecológico Santa Maria - Portaria Federal do Ministério do Meio Ambiente/IBAMA n° 137 de 09 de outubro de 2.001 e Artigo n° 11 do Decreto Federal n° 4.340 de 22 de agosto de 2.002 que regulamenta a Lei Federal n° 9.985 de 18 de julho de 2.000 (Lei do SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza) – inciso n° 19 do Artigo 2°.

b. Identificação das UC´s existentes e seus posicionamentos geográficos de conectividade ao Corredor Ecológico Santa Maria e ao Parque Nacional do Iguaçu.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

c. Análise técnica e seleção de áreas potenciais para criação de novas UC´s prioritárias e/ou de conectividade, para ampliação do Corredor Ecológico Santa Maria (Portaria Federal do Ministério do Meio Ambiente/IBAMA n° 137 de 2.001) e de seleção de corredores prioritários de conectividade verde ao projeto REBAPP Mosaico de UC´s do Corredor Ecológico Santa Maria em sintonia com a Lei Federal n° 9.985 de 18 de julho de 2.000 - Art. 26 e Decreto Federal n° 4.340 de 22 de agosto de 2.002 - Art. 11, e definição do potencial de ampliação dos índices REBAPP do município.

d. Da cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART pertinente.

5.4. Caso durante a execução contratual se fizer necessária a protocolação de documentos junto ao Instituto Água e Terra – IAT, esta correrá sob a responsabilidade do Contratado, sendo devidamente fiscalizada pelo servidor responsável pela fiscalização contratual nomeado neste Termo de Inexigibilidade de Licitação;

5.4.1. Ainda, caso forem verificadas pendências indicadas pelo Instituto Água e Terra – IAT, será de responsabilidade do Contratado a adequação dos documentos até a devida aprovação destes.

5.5. Os serviços prestados serão recusados nos seguintes casos:

a. Quando executados em especificações técnicas diferentes das contidas no Termo de Referência de Inexigibilidade de Licitação e da proposta técnica de preços;

b. Quando apresentarem eventuais vícios ou incorreções de execução durante a vigência contratual.

5.6. No caso da recusa dos serviços, estes deverão ser refeitos sem quaisquer ônus ao Município que não sejam realizados dentro do prazo estipulado, o Contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.7. Todas as comunicações a serem realizadas entre as partes serão feitas por correio eletrônico (e-mail), telefone ou ofício.

5.8. O recebimento dos serviços ocorrerá em caráter provisório e definitivo, sendo que:

5.8.1. Os serviços serão recebidos ao fim de sua execução, provisoriamente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização técnica do Contrato resultante deste procedimento administrativo, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Inexigibilidade de Licitação e na proposta.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

5.8.2. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da conformidade e qualidade dos mesmos e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.8.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.8.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada por quaisquer prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato, incluindo por vícios de qualidade ou técnicos, aparentes ou ocultos, ou por qualquer desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo, e verificadas posteriormente.

5.9. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO

5.9.1. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:

Cédula de Identidade.

Registro comercial, no caso de empresa individual.

Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício.

Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

5.9.2. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias);

Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná paro licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Fazenda Municipal; e

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011;

Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

5.9.3. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

O fornecedor deverá anexar Carta Proposta inicial contendo descrição de seu trabalho e forma de atuação, com fotos ou links que elucidam o funcionamento do seu trabalho.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional do tema abordado equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura, aprovada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato e pelo Secretário Municipal do órgão ordenador da despesa.
6.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do empenho/ordem de compra, a fim de acelerar o trâmite de recebimento dos serviços e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

7.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto entregado provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

7.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

7.4. Solicitar à contratada os esclarecimentos que julgar necessários quanto ao objeto contratado e à execução contratual.

7.5. Comunicar à Contratada qualquer descumprimento de obrigações e responsabilidades previstas neste Termo de Referência e no respectivo Contrato, determinando as medidas saneadoras necessárias à sua imediata regularização.

7.6. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidos;

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

7.7. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo de até 30 (trinta dias) após o recebimento do objeto;

7.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA - SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Cumprir fielmente, além da Lei nº 14.133/21 o estipulado no Edital, neste Termo de Referência e seus Anexos, na sua proposta e efetuar a confecção e a entrega do objeto na qualidade e quantidades especificadas neste Termo de Referência e de sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;

8.2. Cumprir fielmente esta norma, de forma que os serviços relacionados sejam executados com esmero e perfeição;

8.3. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato, por todos e quaisquer danos materiais e morais causados à CONTRATANTE pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente;

8.4. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, “d”, da Lei n° 14.133, de 2021.

8.5. Providenciar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a correção de falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE na execução do contrato, prestando os devidos esclarecimentos ao setor de fiscalização da CONTRATANTE;

8.6. Manter, durante toda a contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

8.7. Observar rigorosamente as normas que regulamentam o exercício de suas atividades, cabendo-lhes inteiramente a responsabilidade por eventuais transgressões.

8.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto do Contrato decorrente deste Termo de Referência, cabendo-lhe integralmente o ônus decorrente, independente da fiscalização exercida pela CONTRATANTE.

8.9. A licitante vencedora se obriga a manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço, sob pena de infração contratual.

CLÁUSULA NONA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.4. Reunião inicial:

9.4.1. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a reunião inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Termo de Referência de Inexigibilidade de Licitação e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

9.4.2. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis da assinatura do Contrato, de forma anterior ao início da implantação do sistema;

9.4.2.1. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

a. A presença do representante técnico e preposto do Contratado, que apresentará os serviços a serem executados;

b. Os esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

9.5. Fiscalização da execução contratual:

9.5.1. Nos termos do Art. 117º da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante da Administração Municipal para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.5.2. Nesse sentido, a fiscalização técnica e administrativa do Contrato resultante do presente certame ficará sob a responsabilidade do servidor Francisco Azevedo Pinheiro, nomeado pela Portaria nº 4153/2024 e pelo Termo de Designação de Fiscal em anexo a este Termo de Inexigibilidade de Licitação.

9.5.2.1. Será de responsabilidade do representante da Administração Municipal verificar a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhando o empenho, o pagamento, as garantias e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso se fizerem necessários, conforme o previsto no Art. 23º, Incisos I ao VII, do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

9.5.2.2. Caso ocorra o descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do Contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do Contrato para que tome as providências cabíveis quando ultrapassar sua competência;

9.5.2.3. Além disso, será também de responsabilidade do(a) representante da Administração acompanhar a execução do Contrato, de modo com que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no mesmo, de modo a assegurar melhores resultados à Administração Municipal, conforme o previsto no Art. 22º, Inciso VI do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, seguindo as seguintes rotinas de fiscalização:

9.5.2.3.1. Anotar, no histórico de gerenciamento contratual, todas as ocorrências relacionadas a execução do Contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme o previsto no Art. 117, §1º, da Lei nº 14.133, de 1 de abril 2021, bem como no Art. 22, Inciso II, do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022;

9.5.2.3.2. Ao ser identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, emitir notificações para a correção da execução contratual, determinando prazo para a correção, conforme o previsto no Art. 22, Inciso III do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022;

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

9.5.2.3.3. Informar ao gestor do Contrato, em tempo hábil, a situação que demandar a decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que então se adotem as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso, conforme o previsto no Art. 22, Inciso IV do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022;

9.5.2.3.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do Contrato nas datas aprazadas, comunicar o fato imediatamente ao gestor do Contrato, conforme o previsto no Art. 22, Inciso V, do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022;

9.5.2.3.5. Comunicar ao gestor do Contrato, em tempo hábil, o término do Contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, conforme o previsto no Art. 22, Inciso VII, do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022;

9.5.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do Contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do Contrato.

9.5.4. A fiscalização, por sua vez, não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório, conforme previsão legal no Art. 119º c/c Art. 140º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2023;

9.6. Gestor do Contrato: Ricardo Celoni Neto, Secretário de Agricultura e Meio Ambiente.

9.6.1. Conforme previsão no Art. 21º do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, será nomeado gestor de Contrato, o qual será responsável por, além de exercer as atribuições previstas no Art. 33º, Inciso I da IN SGD nº 94, de 2022, coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

9.6.1.1. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, conforme o previsto no Art. 21º, Inciso II do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022;

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

9.6.1.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, conforme o previsto no Art. 21º, Inciso III do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022;

9.6.1.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme o previsto no Art. 21º, Inciso VIII do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022;

9.6.1.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o Art. 158º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso, de acordo com o previsto no Art. 21º, Inciso X do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022;

9.6.1.5. O gestor do contrato deverá elaborará relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, conforme o previsto no Art. 21º, Inciso VI do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022;

9.6.1.6. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9.7. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso meios alternativos previstos no presente Termo de Inexigibilidade de Licitação para esse fim;

9.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

9.10. Por fim, a fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE

10.1. Durante a vigência do Contrato, os valores não serão reajustados.

10.2. Somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no Artigo 124, II, "d" da Lei 14.133/21.

10.3. Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.

10.4. Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal.

10.5. Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição. conforme disposto no Artigo 124, II, "d" da Lei 14. 133/21

10.6. Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura e PUBLICAÇÃO do Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO

11.1. A presente prestação de serviços pelo **CONTRATADO** ou pelas pessoas designadas pelo mesmo, junto ao **CONTRATANTE**, não caracteriza relação empregatícia sob qualquer forma, ficando sob a responsabilidade do **CONTRATADO**, as obrigações concernentes à legislação tributárias, sociais e trabalhistas, pertinentes aos docentes contratados para o desenvolvimento do curso/evento.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

12.1. A Contratada executará o presente contrato de forma direta, contratando os profissionais que julgar necessário para o bom e fiel desempenho do objeto do presente contrato, assumindo integral responsabilidade, ficando vedada a subcontratação, a não ser com a anuência expressa da CONTRATANTE.

12.2. O regime de execução deste contrato é pela forma de empreitada por preço global.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

13.1. O contrato terá vigência de 03 meses, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

14.2. Subcontratação: Não será admitida a subcontratação do objeto do presente procedimento administrativo em observância ao §4º do Art. 74º da Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021, o qual indica: "§ 4º - Nas contratações com fundamento no inciso III do caput deste artigo, é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade".

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/21, o licitante/adjudicatário que, com dolo ou culpa:

16.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

16.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra; (quando for o caso)

d) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital; (quando for o caso).

16.1.3. Não celebrar a ata ou contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

a) Recusar-se, sem justificativa, a assinar a ata de registro de preço ou contrato, ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

16.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

16.1.5. Fraudar a licitação;

16.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

16.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

16.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar e

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida

b) As peculiaridades do caso concreto

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

16.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da ata ou contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

16.4.1. Para as infrações previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor da ata ou contrato licitado.

16.4.2. Para as infrações previstas nos itens 16.1.6, a multa será de 15% a 30% do valor da ata ou contrato licitado.

16.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar, será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 16.1.4 a 16.1.7, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 16.1.1 a 16.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

16.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 16.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

16.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

16.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

17.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

17.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá o contratante providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

17.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida na cláusula anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá o contratante optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

17.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

17.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

17.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

17.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

17.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.4.3. Indenizações e multas.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

17.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

18.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

19.1. A legislação aplicável à execução deste contrato, inclusive quanto aos casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO

20.1. Após assinatura das partes, o extrato deste contrato será publicado no Diário Oficial do Município de Ramilândia/PR (https://publicacoesmunicipais.com.br/eatos/ramilandia).

20.2. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

21.1. O **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** comprometem-se a cumprir integralmente o contido na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, assim como devem resguardar a integridade e a confidencialidade de todos os dados pessoais recebidos em consequência do objeto do presente contrato, não devendo, em hipótese alguma, utilizar, compartilhar e/ou tratar referidos dados para outros fins, salvo para cumprimento de obrigação legal.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

21.2. O **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** obrigam-se a comunicar formalmente um ao outro, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após o conhecimento do fato, qualquer incidente de segurança que possa ferir os direitos dos titulares de dados pessoais.

21.3. A violação de quaisquer dos compromissos e obrigações estabelecidos neste contrato e/ou nas leis brasileiras em geral dará à **CONTRATADA** o direito de rescindir o presente contrato e aplicar as sanções administrativas previstas neste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - SUCESSÃO E FORO

22.1. Fica eleito o foro da Comarca de Matelândia, Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Ramilândia, 11 de julho de 2024

ASSINADO DIGITALMENTE
Validade jurídica assegurada conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a ICP-Brasil
bry
EDSON DOS SANTOS
102.759.978-80
Emitido por: AC Certisign RFB G5
Data: 17/07/2024

MUNICIPIO DE RAMILÂNDIA
EDSON DOS SANTOS
Prefeito Municipal
CPF *.759.978-****

NATIVA BRASIL PESQUISA TECNOLOGIA E DESENVOLVIMEN:08648607000194
Assinado de forma digital por NATIVA BRASIL PESQUISA TECNOLOGIA E DESENVOLVIMEN:08648607000194
Dados: 2024.07.11 16:13:24 -03'00'

NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA
Marcelo Lubas
CPF *.572.319-****

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

Elemento nominativo: FAMÍGLIA MANCINI
NCL(11): 31
Especificação: AZEITONAS FRESCAS;CEREAIS EM GRÃOS, NÃO PROCESSADOS;FRUTAS, VERDURAS E LEGUMES FRESCOS;GRÃO-DE-BICO;GRÃOS [CEREAIS];LEGUMES FRESCOS;TRIGO (DA CLASSE 31)

Procurador: EDUARDO MARTINELLI JÚNIOR

924359021

Concessão de registro
Titular: NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA. [BR/PR]
Data de depósito: 22/09/2021
Apresentação: Mista
Natureza: Marca de Produto/Serviço
Elemento nominativo: PROJETO REBAPP
CFE: 27.5.1
NCL(11): 42
Especificação: AEROFOTOGRAMETRIA; AGRIMENSURA [MEDIÇÃO DE TERRAS AGRÍCOLAS]; ANTROPOLOGIA [ESTUDO E PESQUISA]; ARQUEOLOGIA [ESTUDO E PESQUISA]; ASSESSORIA, CONSULTORIA E INFORMAÇÃO EM AGRIMENSURA DE FAZENDAS; ASSESSORIA, CONSULTORIA E INFORMAÇÃO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO; ASSESSORIA, CONSULTORIA E INFORMAÇÕES SOBRE PESQUISAS NO CAMPO DE AGRICULTURA; ELABORAÇÃO DE TEXTOS TÉCNICOS; ESTUDO HIDROLÓGICO [LEVANTAMENTO GEOLÓGICO]; FOTOGRAMETRIA [FOTOCARTOGRAFIA]; GEODESIA [ESTUDO E PESQUISA]; GEOGRAFIA [ESTUDO E PESQUISA]; GEOLOGIA [ESTUDO E PESQUISA]; HELIOGRAFIA [ESTUDO DO SOL] [ESTUDO E PESQUISA]; HIDROLOGIA [ESTUDO E PESQUISA]; INFORMAÇÕES METEOROLÓGICAS; LEVANTAMENTO GEOLÓGICO; LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS; PESQUISA CIENTÍFICA; PESQUISA CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS NO CAMPO DE DESASTRES NATURAIS; PESQUISA NO CAMPO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL; PLANEJAMENTO URBANO; PLANIMETRIA [LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO]; REALIZAÇÃO DE ESTUDOS PARA PROJETOS TÉCNICOS; SERVIÇOS DE CARTOGRAFIA (DA CLASSE 42)

PROJETO REBAPP

Procurador: IDEAL ASSESSORIA EMPRESARIAL S/C LTDA

924359137

Concessão de registro
Titular: RESTAURANTE TEMPERANÇA LTDA. [BR/SP]
Data de depósito: 22/09/2021
Apresentação: Nominativa
Natureza: Marca de Produto/Serviço
Elemento nominativo: FAMÍGLIA MANCINI
NCL(11): 33
Especificação: AGUARDENTE DE CANA;ANISETE [LICOR DE ANIS];APERITIVOS *;BEBIDAS ALCÓOLICAS PRONTAS;BEBIDAS ALCOÓLICAS, EXCETO CERVEJA;BEBIDAS AMARGAS [LICOR];BEBIDAS DESTILADAS;CAIPIRINHA;CAIPIVODKA [CAIPIROSCA];COQUETÉIS *;DIGESTIVOS [LICORES E DESTILADOS];GIM;LICORES;RUM;SIDRA [BEBIDA ALCOÓLICA];UÍSQUE;VINHO;VODCA (DA CLASSE 33)

FAMÍGLIA MANCINI

Procurador: EDUARDO MARTINELLI JÚNIOR

924359536

Concessão de registro
Titular: GABRIEL BARRETO DOS SANTOS SOUZA [BR/BA]
Data de depósito: 22/09/2021
Apresentação: Mista
Natureza: Marca de Produto/Serviço
Elemento nominativo: Gabriel Barreto
CFE: 27.5.1 e 28.11.0
NCL(11): 41
Especificação: APRESENTAÇÃO DE ESPETÁCULOS AO VIVO;BANDA DE MÚSICA [SERVIÇOS DE ENTRETENIMENTO];CANTOR(A);GRAVAÇÕES MUSICAIS EM VHS/DVD/CD [SERVIÇOS DE ESTÚDIO];GRUPO MUSICAL;PLANEJAMENTO DE FESTAS [SERVIÇOS DE ENTRETENIMENTO];PRODUÇÃO DE SHOWS;PRODUÇÃO MUSICAL (DA CLASSE 41)

GABRIEL BARRETO

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

Currículo: Engenheiro Florestal MARCELO LUBAS

Formação: UFPR – Engenharia Florestal; 1.990

Pós-graduação: USP / Vanzolini- Lato Sensu - São Paulo; 1.995

CFP: 610.572.319-91 - RG: 4.164.583-0 ISSPR

3 VEZES PREMIADO COM O TÍTULO DE PROFISSIONAL DESTAQUE CREA-PR

ÚNICO PROFISSIONAL DE ENGENHARIA DO ESTADO DO PARANÁ PREMIADO POR 3 VEZES COMO PROFISSIONAL DESTAQUE DO CREA-PR

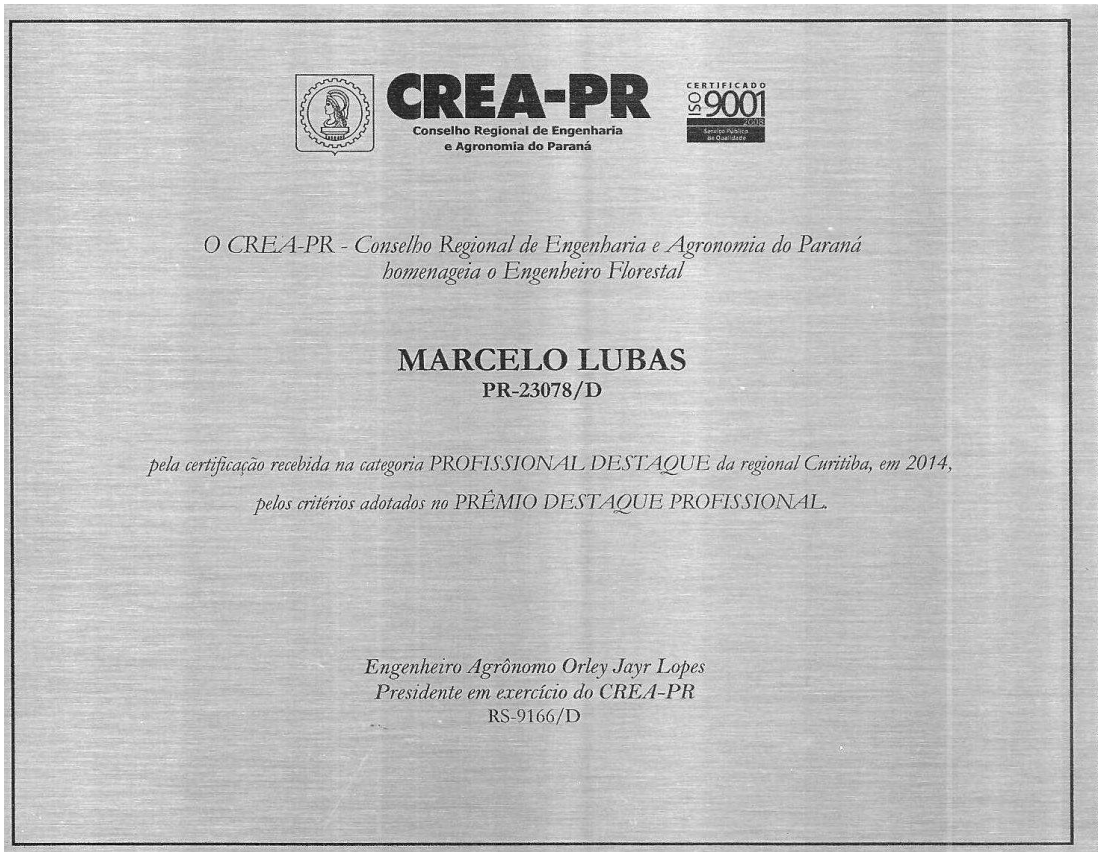
ANOS DE:

2014 – Quantificação de Carbono sequestrado da atmosfera em resíduos de madeiras da Amazônia (pastilhas de madeiras

2017 – Criação do modelo de Campanha Paranaense de Educação Florestal

2021 - Plano Municipal PMIC do ICMS Ecológico e REBAPP

2014



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

CERTIFICADO ISO 9001

O CREA-PR - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná homenageia o Engenheiro Florestal

MARCELO LUBAS
PR-23078/D

pela certificação recebida na categoria PROFISSIONAL DESTAQUE da regional Curitiba, em 2014, pelos critérios adotados no PRÊMIO DESTAQUE PROFISSIONAL.

Engenheiro Agrônomo Orley Jayr Lopes
Presidente em exercício do CREA-PR
RS-9166/D

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

GENTE D

São-joseense recebe prêmio destaque do CREA Paraná 2014


Foto Divulgação/CMSJP

Na imagem, Marcelo Lubas durante homenagem na Câmara Municipal de São José dos Pinhais

O engenheiro florestal Marcelo Lubas foi eleito pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) do Paraná para receber o troféu "Profissional Destaque 2014". A homenagem, concedida pelos profissionais e entidades de classe que compõe a governança cooperativa do Crea, será entregue hoje (7), no Hotel Mabu Thermas & Resort, em Foz do Iguaçu.

Marcelo Lubas é nascido em São José dos Pinhais, casado com Leila Cristina da Anunciação Lubas e tem dois filhos; Henrique e Willian. É formado em engenharia florestal pela Universidade Federal do Paraná e pós-graduado em Gestão Industrial pela Universidade de São Paulo. Em junho deste ano, Lubas recebeu na Câmara Municipal de São José dos Pinhais o Certificado de Responsabilidade Ambiental de 2014, uma proposição dos vereadores Carlos Machado e Assis Manoel Pereira.

2017



Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

PROJETO PREMIADO PELO CREA PR' 2021



Criador da Técnica – Diagramas das Araucárias do Paraná

Técnica que foi reconhecida, certificada e premiada pela

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL como:

NOVA TECNOLOGIA SOCIAL

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

15/02/2017 Consulta de ART

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ

ART: 20073001658

Profissional: MARCELO LUBAS **Carteira:** PR-23078/D
Título Formação Prof.: ENGENHEIRO FLORESTAL
Empresa: **Registro:**
Tipo de Contrato: 4-PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Ativ. Técnica: 8-ENSINO, PESQUISA, ANÁLISE, EXPERIMENTAÇÃO, EXTENSÃO
Área de Comp.: 8214-SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS DE ENG FLORESTAL
Tipo de Obra: 135 - OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS

Serviços Contratados
35 PROJETO

Dim/Qtde: 1 UNID
Dados Compl.: 0
Data de Início: 19/12/2007
Data de Conclusão: 30/07/2008
Entidade de Classe: 0 **Vlr. Obra:** 1,00 **Vlr. Serviço:** 1,00

Vlr. Pago: 29,00 **Data de Pgto.:** 20/12/2007

Situação da ART: OBRA/SERVIÇO EM ANDAMENTO
Data da Baixa: -

Descrição Complementar
PROJETO DIAGRAMAS DAS ARAUCÁRIAS DO PARANÁ - TRATA-SE DE UMA METODOLOGIA DE PROJETO DE RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL UTILIZANDO-SE DE FIBRAS SOLTAS E SECAS (SAPES QUE CAEM NATURALMENTE DOS PINHEIROS) DAS ARAUCÁRIAS, SENDO, ATRAVÉS DE TRATAMENTOS, COLETADAS, ARMAZENADAS, PREPARADAS E MONTADAS EM DIAGRAMAS.

Verso da ART
METODOLOGIA DE PROJETO NA ÁREA DE RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL - COM FIBRA NATURAL SUSTENTÁVEL DE ARAUCÁRIA.



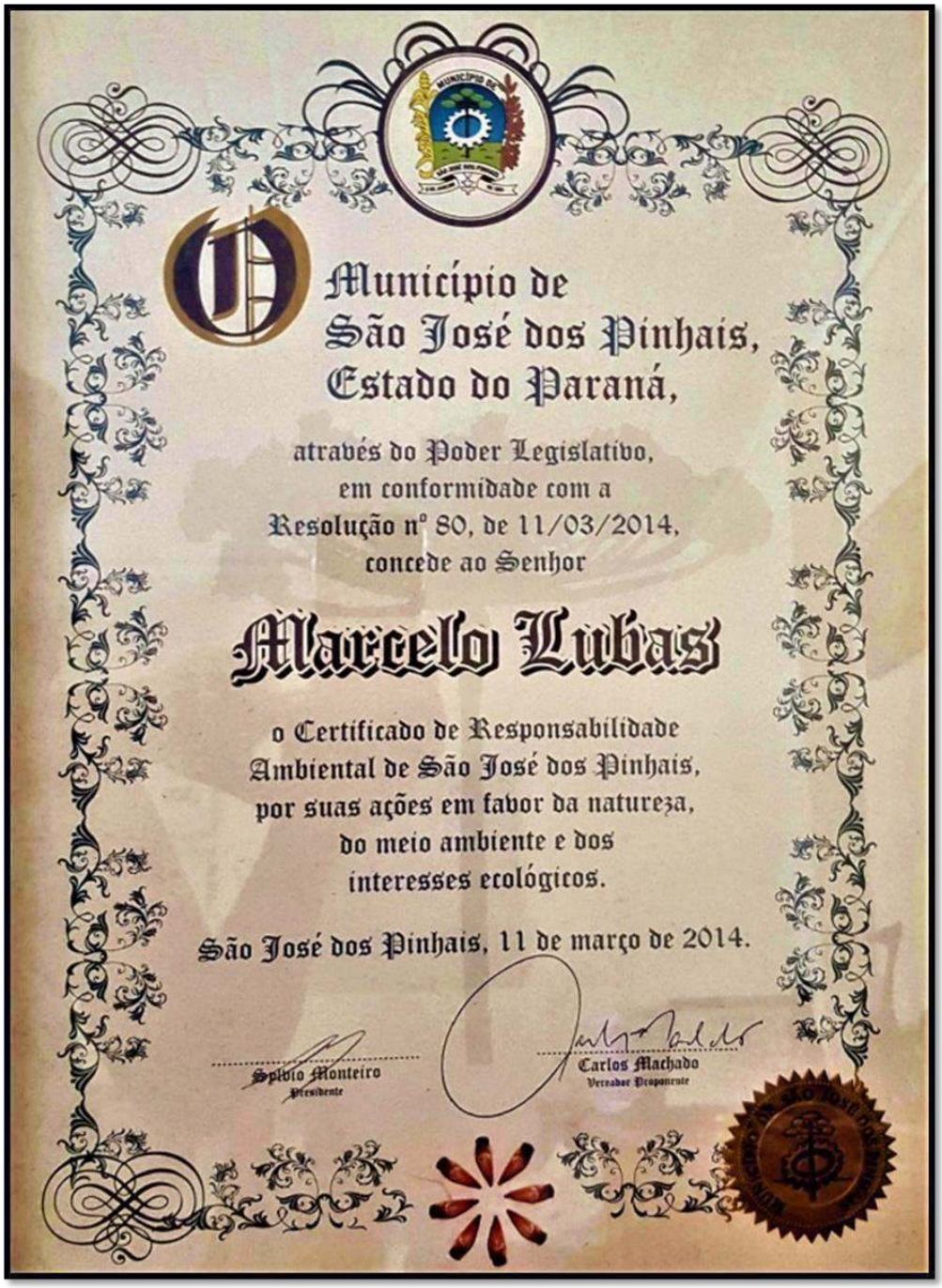
Técnica criada pelo Eng. Marcelo Lubas foi aplicada e desenvolvida na ASSOCIAÇÃO ASSOPINHO-PR.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

<u>RECONHECIMENTO NOTÓRIO DA SUA CIDADE-NATAL</u> – São José dos Pinhais – PR

Título de RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Emitido pela Câmara Municipal de Vereadores



Município de
São José dos Pinhais,
Estado do Paraná,

através do Poder Legislativo,
em conformidade com a
Resolução nº 80, de 11/03/2014,
concede ao Senhor

Marcelo Lubasz

o Certificado de Responsabilidade
Ambiental de São José dos Pinhais,
por suas ações em favor da natureza,
do meio ambiente e dos
interesses ecológicos.

São José dos Pinhais, 11 de março de 2014.

Sílvio Monteiro
Presidente

Carlos Machado
Vereador Proponente

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

Outras premiações destaques do autor – área ambiental

Autor PREMIADO PELO MINISTÉRIO DA CULTURA/FUNARTE

Pela Obra: **MEMÓRIA E SUSTENTABILIDADE**







Lubas, Marcelo
Memória e Sustentabilidade: A Cultura Tradicional
dos Pinhoeiros em São José dos Pinhais e
Tijucas do Sul/PR / Marcelo Lubas. – São José dos Pinhais:
Edição do autor, 2014
40 p . : Il.

Esta obra foi selecionada pela Bolsa FUNARTE – Fundação Nacional de Artes, Rio de Janeiro, de "Produção Crítica em Culturas Populares e Tradicionais". É resultado do apoio recebido pela mesma fundação.

funarte BRASIL

Organização, elaboração do conteúdo e texto:
Marcelo Lubas

Fotos:
Marcelo Lubas

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS AO AUTOR
Registro nº 616.212 - Fundação Biblioteca Nacional
Ministério da Cultura.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

CARTA DE RECONHECIMENTO E DE NOTORIEDADE INTERNACIONAL

Eng. Marcelo Lubas – Responsável Técnico da Nativa do Brasil

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
DIRECÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA

Maputo, 01 de Agosto de 2018

Assunto: **Carta de Reconhecimento e de Notoriedade dos serviços prestados pelo consultor ambiental Marcelo Lubas**

Uma equipa do Ministério da Indústria e Comércio chefiada pelo Sr Director Nacional da Indústria, Sr. Mateus Abelardo Américo Matusse, visitou Brasil (São Paulo, Curitiba, Brasília, São Luís e Belo Horizonte), 15 a 31 de Julho de 2018 corrente com objectivo de trocar de experiência em matérias ligadas à a implementação e desenvolvimento da cadeia do de valor do sector de florestas, meio ambiente e coordenação institucional para o desenvolvimento industrial.

A referida vista decorreu de forma satisfatória, forneceu ferramentas e conhecimentos teórico e práticos sobre as matérias acima referidas.

Assim, a Direcção Nacional da Indústria, do Ministério da Indústria e Comércio, vem, através desta prestar o reconhecimento, notoriedade e agradecimento pela recepção, atendimento, apresentação do projeto de aproveitamento de resíduos do consultor ambiental Marcelo Lubas e agendamento e acompanhamento nas visitas técnicas realizadas, durante a visita da Comitiva oficial do Governo de Moçambique, ao Brasil, em especial na visita ao Estado do Paraná, em Curitiba e região metropolitana em São José dos Pinhais e Colombo.

Desta forma, reiteramos nossos votos de consideração pela plena satisfação do atendimento, acompanhamento e reconhecimento do consultor ambiental Marcelo Lubas de aproveitamento de resíduos.

Cordiais saudações.

O Director Nacional

Mateus Abelardo Américo Matusse
(Técnico Superior N1)

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

- **Especificidades curriculares de *caráter singular* e de *notória especialização***

RESPONSÁVEL Técnico da e pesquisador da empresa Nativa do Brasil - Pesquisa, Tecnologia e Desenvolvimento – Registro no CREA N° 61.084, com sede em São José dos Pinhais, sob CREA profissional n° 23.078/D.

Responsável Técnico das inovações criadas na empresa de Pesquisa, Tecnologia e Desenvolvimento Nativa do Brasil, em São José dos Pinhais, com notória especialização em REBAPP/PMIC/ICMS ECOLÓGICO, de singularidade, autoria e exclusividade Nativa do Brasil/Eng. Marcelo Lubas.

Responsável Técnico de Convênios com 7 instituições nacionais e internacionais de 4 países: Espanha, Japão e na África em Moçambique e República Democrática do Congo, com Convênios/Acordos de Cooperação Internacional e 1 no Brasil.

ESPANHA: AIDIMA - Asociación de Investigación Y Desarollo em la Industria del Madera, Mueble, Embalajes, Resíduos Y Afines (Valencia/Espanha) – Projeto *BIOMER* de Gestão de resíduos oriundos de descartes de industriais, podas de árvores e resíduos de construção civil e de construções/reformas de habitações.



ESPANHA: ITC *Instituto Tecnològico del Ceràmica* (Castellón de la Plana/Espanha)



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO (ÁFRICA) Communauté des Amis de la Nature et de la Culture (CANACU – KINSHASA)



MOÇAMBIQUE (ÁFRICA) Mozaico do Índigo – Órgão Governamental de Moçambique e CCMUSA – Câmara de Comércio Moçambique e Estados Unidos

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361



BRASIL/JAPÃO Instituto FUKUOKA de Estudos Ambientais e de Operação de Reciclagem e Destinação Final de Resíduos Especiais (Licença de Operação n° 21.157/2016)

1. **Premiação: Certificado de Profissional Destaque do CREA do Estado do Paraná do ano de 2014 – Título concedido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Paraná – CREA em 2014 – pela Metodologia de Engenharia para quantificação de Carbono nos resíduos de madeiras.**

2. **Premiação: Certificado de Responsabilidade Ambiental da Câmara Municipal de Vereadores de São José dos Pinhais.**

3. **Premiado pela Fundação Banco do Brasil – Tecnologias Sociais, pela criação da técnica de trabalho com fibras e sapés de pinheiros (Diagramas das Araucárias) e Pinhote (arte de costurar cascas de pinhão), que foi considerada como "nova Tecnologia Social".**

4. **Premiação: Prêmio FUNARTE do MINISTÉRIO DA CULTURA em Produção Crítica em Culturas Populares e Tradicionais.**

5. **Publicação: Autor do livro "Memória e Sustentabilidade: A Cultura Tradicional dos Pinhoeiros de São José dos Pinhais".**

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

6. **Responsável Técnico do Projeto São José Biodiversidade – Projeto de Pesquisa Fauna das Araucárias do Paraná – que se alimenta do Pinhão em São José dos Pinhais.**

7. **Responsável Técnico de Elaboração do Projeto Ambiental Parque Linear do Rio Avariú (São José dos Pinhais).**

11. **Responsável Técnico de Elaboração do Projeto de Gestão de Parques dos Afluentes do Rio Iguaçu e Cavas de São José dos Pinhais.**

12. **Responsável Técnico Evento: Seminário Sul-brasileiro de Sustentabilidade da Araucária.**

13. **Plano de Coleta Seletiva de Resíduos de Madeiras de São José dos Pinhais, Curitiba e demais municípios da RMC.**

14. **NOVA PREMIAÇÃO em 2021 – Profissional Destaque CREA´PR 2021/Regional Curitiba e região Metropolitana (data prevista para o recebimento da premiação: 12 de dezembro de 2021) – PMIC e REBAPP.**

15. **Autor e Responsável Técnico (CREA-PR), através da empresa de Pesquisa Nativa do Brasil, da criação e implantação de Planos Municipais do ICMS Ecológico.**

16. **Responsável Técnico especializado com a elaboração de PMIC´s em 44 municípios do Estado do Paraná.**

17. **Autor e Responsável Técnico (CREA-PR), através da empresa de Pesquisa Nativa do Brasil, pela criação e implantação do REBAPP – Retificação de Bordas em APP´s e**

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

de Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo de Planos Diretores e de Áreas Verdes e Mananciais dos municípios do Estado do Paraná.

18. Autor e Responsável Técnico (CREA-PR), pelos Novos Indicadores Ambientais REBAPP, criados através da reconfiguração e rearranjo de variáveis e coeficientes da legislação ambiental, especificamente do ICMS Ecológico, de apoio para o gerenciamento de áreas verdes e de mananciais dos Municípios do Paraná.

Publicação na revista da AMP – Associação dos Municípios do Paraná



Diretoria e Governo buscam solução para dívida previdenciária das prefeituras

Pág . 8

JULHO/AGOSTO DE 2021

AMP

ANO 4 - EDIÇÃO Nº 2

AMP

AÇÕES DA AMP

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Técnicos discutem com Júnior Weiller planos de implantação do ICMS Ecológico

Aurélio Munhoz

O presidente da AMP (Associação dos Municípios do Paraná) e prefeito de Jesuítas, Júnior Weiller, participou de reunião com os técnicos Marcelo e Leila Cristina Lubas, da empresa Nativa do Brasil, para discutir os planos de implantação do ICMS Ecológico nos municípios. Hoje, anualmente, 251 cidades recebem R$ 400 milhões do ICMS Ecológico, mas o número pode aumentar se os municípios tiverem planos bem formulados. O ICMS Ecológico é um mecanismo tributário que existe há 30 anos e beneficia os municípios que atendem a uma série de critérios ambientais.

O presidente Júnior recebeu Lubas e Leila em seu gabinete, na AMP.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

ATUAÇÕES NO EXTERIOR:

- **Alemanha 1997** – Apresentação do projeto de sustentabilidade através do uso de florestas do Brasil - Stand Hannover Fair - LIGNA e INTERZUM (Hannover e Köhl).

- **Estados Unidos (USA) e Caribe (Porto Rico) 2001** – IWPA´2001 – Apresentação de produtos sustentáveis oriundos de florestas do Brasil no International Wood Products Association – IWPA – San Juan/Miami.

- **Espanha 2001** – Construmat´2001 - Apresentação de produtos brasileiros na Feira de Construção de Barcelona (Construmat) para inserção de produtos sustentáveis brasileiros na Construção Civil na Europa.

- **Alemanha 2006** – Freiburg, Nüremberg, Heildelberg e Stuttgart - Realização de ciclo de encontros técnicos e seminários sobre produtos florestais do Brasil e oferta de produtos sustentáveis em 4 cidades na Alemanha e na Câmara de Comércio de Stuttgart.

- **África do Sul e Moçambique- 2007** – Elaboração e execução de Projetos Brasil-África, que resultou no firmamento de Convênio da UFPR (Paraná/Brasil) e UEM (Maputo/Moçambique/África).

- **Itália e Suíça – 2008** – Apresentação e exposição da nova metodologia, tecnologia e produtos de pastilhas ecológicas de madeiras a partir de resíduos e sucatas de madeiras (Xilexpo, 2008).

- **Moçambique – 2007, 2008, 2009** – Execução de Projetos de sustentabilidade Brasil-África, em projetos ambientais, aproveitamento de resíduos e implantação de reflorestamentos, com apoio do Consulado Brasileiro e ABC – Agência Brasileira de Cooperação – ITAMARATY.

- **Moçambique – 2016** – Firmamento de Acordo de Cooperação e Apoio Mútuo da Nativa do Brasil com o MITADER – Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural de

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

Moçambique, para desenvolvimento do Programa de Controle e Combate ao Desmatamento ilegal em Moçambique.

Atuações profissionais:

- Eleito Inspetor do CREA de São José dos Pinhais por 2 gestões: 2012/2013 e reeleito na gestão 2013/2014.

- Representante do CREA na comissão de Acompanhamento da **Elaboração do Plano Diretor** de São José dos Pinhais; 2015/2016;

- Representante do CREA na comissão de Acompanhamento da Elaboração do **Plano Municipal de Saneamento Básico de São José dos Pinhais** 2015/2016 - eixos: ÁGUA, RESÍDUOS, DRENAGEM e ESGOTO.

- Secretário Executivo da FUPEF de 2007 a 2011 – Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná – Fundação de Apoio da UFPR – Universidade Federal do Paraná

- Presidente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de São José dos Pinhais em 1998 e vice em 1999.

- Idealizador e Coordenador da Câmara Setorial do Mobiliário e da Madeira e da ACIAP – Associação Comercial, Industrial, Agrícola e de Prestação de Serviços de São José dos Pinhais, em 1998.

- 1990 a 1992: DURATEX S/A (São Paulo) – responsável pela área de plantio, produção e colheita de árvores para produção de chapas de madeira reflorestada e coordenador do Programa de Educação Ambiental da Unidade de Jundiaí-SP.

- 1995 a 2001: SENAI – São José dos Pinhais - assessor técnico para o atendimento às empresas na área de madeira, móveis, fibras naturais e sustentabilidade para 60 municípios no Estado do Paraná

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

e atendimento em convênios com prefeituras municipais na área de qualificação de mão-de-obra, especialmente em Guarapuava, Irati e Telêmaco Borba.

- 2001 a 2005: Desenvolveu consultorias e elaboração de projetos de aproveitamento de resíduos para o SEBRAE nos estados do: Paraná, Pará, Amapá e Mato Grosso.

- 2005 a 2007: Elaboração e coordenação de projetos de sustentabilidade no aproveitamento de resíduos no Brasil (Amazônia) e África (Moçambique: Províncias de Manica, Sofala e Maputo).

- Atuou por 3 vezes na Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, sendo:
  2 gestões lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente
  1 gestão lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento.

- Colaborou para a organização do setor das olarias de São José dos Pinhais, criando a Associação dos Ceramistas de São José dos Pinhais em 2012, pois o município possui o maior número de olarias do Brasil.

- Atualmente é o sócio-proprietário da empresa NATIVA do BRASIL, que é especializada na área de meio ambiente com diversos convênios internacionais.

- Desenvolveu técnica para identificar os animais que vivem na floresta e que se alimentam de pinhão.

- Participou de diversos cursos de capacitação, dentre eles o Curso de apoio à comercialização de produtos da sociobiodiversidade das florestas brasileiras, através da GTZ (Alemanha) e PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

- Realizou projetos e ministrou cursos em diversos países, na área de meio ambiente, dentre eles: Na África, na Universidade Eduardo Mondlane em Maputo (Moçambique), na África do Sul e Zimbabwe. Na Europa: Alemanha - na Universidade de Freiburg e na Universidade de Stuttgart, além de ações em projetos em Nüremberg, Hannover e Heidelberg.; Ainda na Europa ações de projetos na Itália, Suíça e Espanha. E na América do Norte e Central, nos Estados Unidos e em Porto Rico (Caribe). Na América do Sul, desenvolveu um projeto em Corrientes, na Argentina.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

- Desenvolveu pesquisas e trabalhos de extensão relacionados à utilização de produtos não-madeiráveis (produção extrativista – frutos, sementes, fibras naturais e outros materiais) e atividades relacionadas ao meio ambiente (projetos de conservação florestal e de biodiversidade).

- Efetuou levantamentos preliminares sobre FITOSSOCIOLOGIA – estudos das relações e distribuição das comunidades vegetais da região de São José dos Pinhais e entorno.

- Coordenou os trabalhos de criação de produtos artesanais naturais, para o SEBRAE-PR, na Rota do Tropeiro (território turístico) e trabalhos de sustentabilidade, no Estado do Paraná.

- Realizou oficinas de capacitação e de melhoria da qualidade de produtos artesanais com sementes (SEBRAE - Mato Grosso), em 2003.

- Realizou a oficina de utilização de resíduos, no EQUINÓCIO-2002, em Macapá – AMAPÁ.

- Desenvolveu atividades de redução dos desperdícios de madeira (aproveitamento de resíduos) e da redução das emissões de Dióxido de Carbono (CO_2);

- Autor da iniciativa e estudos na Amazônia, sobre alternativas para a redução dos resíduos de madeiras das indústrias, que concluiu com a possibilidade do aumento de até + 10% no atual índice de rendimento em torno de apenas 42% (índice madeira bruta/produto acabado). Esta metodologia pode ser utilizada para resíduos e sucatas de madeiras geradas pelas indústrias de vários segmentos, em São José dos Pinhais.

- Desenvolveu pesquisas na área de aproveitamento socio-ambiental das fibras naturais da Araucária (pinheiro), através da criação de novas técnicas de aproveitamento racional, com as seguintes técnicas: Pinhote, Pinhaletes e Diagramas das Araucárias.

- Realizou cursos (oficinas) de treinamento e capacitação com uso de fibras naturais sustentáveis, para as APAE´s dos municípios de SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, RESERVA, TIBAGI, CÂNDIDO DE ABREU e PRUDENTÓPOLIS.

- Coordenou atividades relacionadas ao programa 2020 Emissões Controladas, criado na parceria FUPEF/UFPR - Programa que visa estimular a adoção de práticas, metodologias, processos e

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

matérias-primas que promovem a redução das emissões de gases de efeito estufa e contribuem para a sustentabilidade.

- Participou de diversas gestões como membro de Conselhos Municipais de São José dos Pinhais, a saber:

    - Conselho Municipal do Meio Ambiente (quatro gestões)
    - Conselho Municipal do Trabalho (duas gestões)
    - Conselho Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural (uma gestão)
    - Conselho Municipal da Saúde (uma gestão)
    - Conselho Municipal da Cultura (uma gestão)

Participação em cursos destaques:

- Curso de Capacitação para aplicação da **Metodologia BlueLinks** da **GTZ / PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento** – 2010/ONU.

- Curso de "Aplicação dos Programas de Políticas Públicas de Apoio à Comercialização dos Produtos da Sociobiodiversidade das Florestas Brasileiras" (Brasília – 2009/2010) – Governo Federal.

- Ministrou curso sobre Aproveitamento de Resíduos no Seminário de Engenharia Florestal da Universidade Eduardo Mondlane – Moçambique / África em 2008.

REFERÊNCIAS TÉCNICO-CIENTÍFICAS

- Prof. Dr. Dartagnan Baggio Emerenciano (UFPR)
- Prof. Dr. Dimas Agostinho da Silva (UFPR)
- Prof. Dr. Roberto Sanquetta (UFPR)
- Prof. Dr. Agnello Fernandes dos Milagres (UEM – MOÇAMBIQUE / ÁFRICA)

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

- Prof. Dr. Andrade Fernando Egas (UEM – MOÇAMBIQUE / ÁFRICA)

Resumo de principais destaques:

- Engenheiro autor de Técnica **PREMIADA** pela FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL como Nova Tecnologia Social, na premiação que contou com patrocínio da PETROBRÁS, e apoio do BNDES, MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, UNESCO/Representação no Brasil e a KPMG.
- Engenheiro autor de Publicação **PREMIADA** pelo Ministério da Cultura/FUNARTE, na obra: Memória e Sustentabilidade (espécie: *Araucária angustifolia*). Prêmio FUNARTE/Rio de Janeiro em Produção Crítica em Culturas Populares e Povos Tradicionais.
- Engenheiro autor da metodologia **REBAPP ICMS Ecológico** e de solução de conflitos em APP´s e de Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo de Planos Diretores e que cria o **Plano PMIC Plano Municipal do ICMS Ecológico** (inédito no Paraná) – **BIODIVERSIDADE E MANANCIAL**.
- Engenheiro autor do PMIC - Plano Municipal de ICMS Ecológico - para os municípios do PR, onde o plano cria a categoria “Acesso” ao ICMS Ecológico, que pode beneficiar um terço dos municípios do Estado do Paraná, e que são exatamente os municípios que ainda não participam do recebimento do benefício em ICMS Ecológico, mesmo o Paraná sendo o pioneiro na Lei do ICMS Ecológico, desde 1.991, ainda cerca de 33% dos municípios estão fora.
- Engenheiro autor e criador do modelo de Programa PRÓMANANCIAL do PARANÁ, para contribuir contra as crises de emergência hídrica no Estado e para os municípios que recebem ICMS Ecológico da categoria “manancial”.
- Engenheiro autor e responsável técnico da 1ª Pesquisa Técnica – Diagnóstico – da situação atual do ICMS Ecológico dos municípios do Estado do Paraná.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

- Engenheiro com Notória Especialização em gestão do ICMS Ecológico para município do Estado do Paraná, criador do Plano Municipal do ICMS Ecológico - PMIC, inédito no Estado do Paraná, através da implantação pela NATIVA do BRASIL.
- Responsável Técnico da empresa brasileira de pesquisa técnica e desenvolvimento NATIVA do BRASIL.

Dados Pessoais

Nome: Marcelo Lubas

NATURALIDADE: São José dos Pinhais

Data de nascimento: 19/05/1967

CREA: 23.078/D 7ª região

Filiação – Pai: Eugênio Lubas Mãe: Líria Bassan Lubas

Endereço Residencial atual: Rua Nicolau Pampuch, 188 – Afonso Pena – Conjunto Urano - São José dos Pinhais – PR. CEP: 83.045-290

Documentos básicos: RG: 4.164.583-0 PR / CPF: 610.572.319-91

Contato (s): 3282-7488 / 9637-8863

E-mail de contato: nativa@nativadobrasil.com.br

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

DESTAQUES E RESPONSABILIDADES TÉCNICAS INTERNACIONAIS

PROJETOS E CONVÊNIOS INTERNACIONAIS

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

DESTAQUES E CONVÊNIOS INTERNACIONAIS

ÁFRICA - MOÇAMBIQUE

Atuações socio-ambientais espontâneas do autor de caráter internacional

Realização de treinamentos gratuitos para pessoas da comunidade – Maputo/Moçambique´2016 no aproveitamento de resíduos.



Presidente da República de Moçambique, Felipi Nyusi conversa com o Marcelo Lubas, sobre o projeto que a Nativa

Treinamento para pessoas da comunidade em MAPUTO/ÁFRICA







Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

Parte Social – Treinamento gratuito oferecido pela Nativa do Brasil, em Maputo, capital de Moçambique/África







Projeto ambiental de aproveitamento de resíduos em novos produtos



Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

CARTA DE RECONHECIMENTO E DE NOTORIEDADE INTERNACIONAL

Eng. Marcelo Lubas – Responsável Técnico da Nativa do Brasil

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
DIRECÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA

Maputo, 01 de Agosto de 2018

Assunto: **Carta de Reconhecimento e de Notoriedade dos serviços prestados pelo consultor ambiental Marcelo Lubas**

Uma equipa do Ministério da Indústria e Comércio chefiada pelo Sr Director Nacional da Indústria, Sr. Mateus Abelardo Américo Matusse, visitou Brasil (São Paulo, Curitiba, Brasília, São Luis e Belo Horizonte), 15 a 31 de Julho de 2018 corrente com objectivo de trocar de experiência em matérias ligadas à a implementação e desenvolvimento da cadeia do de valor do sector de florestas, meio ambiente e coordenação institucional para o desenvolvimento industrial.

A referida vista decorreu de forma satisfatória, forneceu ferramentas e conhecimentos teórico e práticos sobre as matérias acima referidas.

Assim, a Direcção Nacional da Indústria, do Ministério da Indústria e Comércio, vem, através desta prestar o reconhecimento, notoriedade e agradecimento pela recepção, atendimento, apresentação do projeto de aproveitamento de resíduos do consultor ambiental Marcelo Lubas e agendamento e acompanhamento nas visitas técnicas realizadas, durante a visita da Comitiva oficial do Governo de Moçambique, ao Brasil, em especial na visita ao Estado do Paraná, em Curitiba e região metropolitana em São José dos Pinhais e Colombo.

Desta forma, reiteramos nossos votos de consideração pela plena satisfação do atendimento, acompanhamento e reconhecimento do consultor ambiental Marcelo Lubas de aproveitamento de resíduos.

Cordiais saudações.

O Director Nacional

Mateus Abelardo Américo Matusse
(Técnico Superior N1)

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

- **CONVITE INTERNACIONAL DE INSTITUIÇÃO DA ÁFRICA –**

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO – RDC – Cidade de Kinshasa

PARA IMPLANTAR METODOLOGIA PSA – CAP – PARANÁ criada pela NATIVA DO BRASIL

Communauté des Amis de la Nature et de la Culture
CANACU, a.s.b.l.

Siège social : Avenue : Ilaso N°5 / Quartier: Mpasa II/ Commune de la N'Sele
Tel : (+243) 814811019, 906848891(+ 243) 815 486 206,
E-mail : developpementenvironnement@gmail.com

N°/Réf : CAN/P/BOS/Sec/CK/022/2020.

À l'entreprise brésilienne de recherche Nativa
A / C: Marcelo Lubas, Directeur Technique

Nous avons pris connaissance du modèle de projet développé par Nativa do Brasil, pour le thème «eau, hygiène et assainissement», suite à l'accord entre CANACU et NATIVA do BRASIL, signé depuis le 25 novembre 2015. L'accord concerne les zones de captage de l'approvisionnement des sites urbano-ruraux de Kinshasa en eau potable en faveur de population locale.

Cela a été possible en se basant sur la connaissance que les résultats de l'étude technique et des recherches menées par NATIVA do BRASIL depuis 2015, et qui permettent la mise en œuvre de la méthodologie et du modèle de projet dans la région de Kinshasa, capitale de la RDC.

À partir de cette méthodologie développée par Nativa do Brasil, PSÁgua: PSA-CAP-PARANÁ / BRAZIL, qui comprend les activités du module 1 de PSA - PLAN DE SÉCURITÉ DE L'EAU.

CANACU vient demander à Nativa do Brasil de venir préparer, former et mettre en œuvre le service technique avec CANACU, pour le projet suivant: «Eau potable, hygiène et assainissement dans la périphérie urbaine et rurale de Kinshasa»

Ce projet met l'homme au centre de ses préoccupations et veut permettre à la population bénéficiaire de s'approprier et de maintenir l'hygiène, l'assainissement et la gestion des puits et des sources d'eau potable mises à sa disposition pour cette étape. Le projet s'occupera aussi de la gestion durable de l'environnement et s'orientera vers les aspects techniques, sociales et humanitaires.

29 juin 2020 - Kinshasa - RDC

BUNGU OMANGA SIX FLORENT.

Président CANACU

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

CONVÊNIOS INTERNACIONAIS DA NATIVA DO BRASIL

CANACU - RDC

NATIVA do BRASIL

Projetos de Responsabilidade Social, Ambiental e Cultural

CONDITIONS DE COOPÉRATION QUI FONT ENTRE COMMUNAUTÉ DES AMIS DE LA NATURE ET DE LA CULTURE - CANACU et NATIVA DO BRASIL - RECHERCHE, TECNOLOGIE ET DEVELOPPEMENT LTDA.

LA COMMUNAUTÉ DES AMIS DE LA NATURE ET DE LA CULTURE-CANACU,F92/8909,N°002/DIV/DH/BDD/2007dont le siège social est situé 5 ruellaso ,Quartier Mpasall, Commune de la N'sele-Kinshasa-République démocratique du Congo, ci-après dénommée CANACU, représentée par son président BUNGU OMANGA SIX Florent, et d'autrepart, la société spécialisée dans la recherche dans le domaine de l'environnement et de l'assainissement de base, NATIVA do BRASIL-RECHERCHE,TECHNOLOGIE ET DÉVELOPPEMENT LTDA, CNP Jn°08.648.607/0001-94, dont le siège social est situé à Rua Nicolau Pampuch, 188, municipalitédeSãoJosédosPinhais-Paraná-Brésil, ci-après dénommée NATIVAdoBRASIL, représentée par Marcelo Lubas, décide de célébrer le premier mandat Addendum à l'accord de coopération déjà existant, dont le contenu des clauses de l'accord présente désormais les conditions suivantes:

CLAUSE UN - OBJET:

1.1.Le présent accord de coopération a pour objet d'établir leprotocole de coopération entre CANACU et NATIVA do BRASIL pour la préparation et la mise en œuvre de projets environnementaux, des cours de formation, la publication d'articles techniques, lamise en œuvre de méthodologies, de processus et de technologies pour des projets socio-environnementaux., dans le domaine de l'assainissement de base(eau, hhgiène, assainissement et évacuation des eaux pluviales), culturel et forestier et artisanal, ainsi que d'autres activités que les parties coopérantes souhaitent mutuellement.

Premier paragraphe: laCANACU sera l'organisation non gouvernementale qui recevra les projets qui seront mis en œuvre en République démocratique du Congo, grâce à l'expertise et au savoir-faire de Nativa do Brasil, qui sera responsable du transfert des technologies, méthodes et processus socio-environnementaux à promouvoir le développement durable de la République démocratique du Congo.

Deuxième paragraphe: L'Accord aidera la CANACU à remplir sa mission en valorisant la conservation de la nature et de l'environnement ainsi que le développement culturel et l'appréciation du peuple de la République démocratique du Congo.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

DEUXIÈME CLAUSE - FORME DE PERFORMANCE:

2.1.Ce terme de coopération a le caractère de formaliser la coopération (accord) entre les parties demanière générique, leur permettant de se manifester entant qu'entités coopératives et de permettre l'exécution conjointe d'activités et la mise en œuvre de projets.

2.2.Pour chaque projet ou activité, un terme additif peut être préparé, qui contiendra les responsabilités, attributions, devoirs et droits de chacun, ainsi que l'objet de l'activité ou du service et ses détails techniques, financiers et opérationnels, le cas échéant.

TROISIÈME CLAUSE - COORDINATION:

3.1.Pour chaque mandat supplémentaire, un coordonnateur sera nommé par CANACU et un autre par NATIVA do BRASIL, qui devrait nommer les autres participant set/ou professionnels et technicien simpliqués, le cas échéant, ainsi que déterminer les routines de travail de l'événement, de la conférence ou de l'activité prévue. Être réalisé.

QUATRIÈME CLAUSE - RESSOURCES FINANCIÈRES:

4.1.Le présent accord de coopération ne prévoit pas en soi de transfert de fonds ou de toute autre forme de rémunération entre les parties, ni ne crée de passif ou de dette d'aucune sorte. Toute dotation ou utilisation deressources financières et matérielles doit êtres ou mise à une formalisation dans les conditions spécifiques de l'addendum, comme décrit dans la deuxième clause de cet instrument.

4.2 Les deux membres peuvent rechercher des ressources publiques ou privées pour permettre de réaliser ensemble des projets environnementaux, ainsi que pour promouvoir l'échange de connaissances intellectuelles, culturelles et sociales.

CINQUIÈME CLAUSE - EFFICACITÉ:

5.1. Cet accord de coopération sera valable 5ans à compter de la date de sa signature et pourra être renouvelé en cas d'intérêt des deux parties.

SIXIÈME CLAUSE - RÉSILIATION:

6.1. Le présent Accord de coopération peut être résilié, sans préavis judiciaire ou extra judiciaire, à condition qu'il soit justifié, ave cunminimumde 90 (quatre-vingt-dix) jours à l'avance, garantiles engagements et obligations assumés pendant la durée de la présente Durée et de ses Modifications.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

SEPTIÈME CLAUSE - FORMALISATION:

7.1.A fin d'enregistrer les effets de cet instrument comme preuve de conformité, les parties signent ce document.

Et comme ils sont conformes aux termes de cet instrument, ils signent le présent en 2 (deux) exemplaires de contenu et de forme égaux, en présence de témoins.

Datedel'accord:

Curitiba-Brésil, 20 juin 2020

Kinshasa-RDC-20juin2020

BUNGU OMANGA SIX Florent
President de CANACU
REPUBLIQUE DEMOCRATIQUE DU CONGO

CANACU KIN / RDC

LES TEMOINS

Signature :
Nom : IKALA Mfunami Charles

Curitiba-Brazil 20 de Junho de 2020

MARCELO LUBAS
Directeur - Nativa do Brasil
BRESIL

NATIVA do BRASIL
(41)3282-7488 / 96378863

Signature
Nom:LEILACRISTINADAANUNCIAÇÃOLUBAS

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

NATIVA do BRASIL
Pesquisa, Tecnologia e Inovação

TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE FAZEM ENTRE SI A EMPRESA DE PESQUISA NATIVA DO BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO E ASOCIACIÓN DE INVESTIGACIÓN DE LAS INDUSTRIAS CERÁMICAS – ITC.

TAC nº 01 /2012

A empresa de pesquisa NATIVA DO BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.648.607/0001-94, com sede à Rua Nicolau Pampuch, nº 188, Bairro Afonso Pena, na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná - Brasil, neste ato representada pelo Diretor-Presidente, MARCELO LUBAS, Engenheiro Florestal, RG nº. 4.164.583-0/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº. 610.572.319-91, devidamente autorizado nos termos do Estatuto Social, doravante simplesmente denominada **NATIVA do BRASIL** e la Asociación de Investigación de las Industrias Cerámicas (AICE) concertada con la Universidad Jaume I para constituir el Instituto Mixto de Tecnología Cerámica (en adelante ITC), representada por su Director el Dr. Carlos Feliu Mingarro, actuando en nombre y representación de este organismo con domicilio en Castellón (España), Campus Universitario Riu Sec y CIF G-46271144 e inscrito con el nº 39 como Centro Tecnológico en el registro de Centros Tecnológicos y Centros de Apoyo a la Innovación Tecnológica, reconocidos por la Secretaria General de Innovación al amparo del Real Decreto 2093/2008 de 19 de diciembre, resolvem celebrar o presente Acordo em forma de Termo de Cooperação Técnica, cujo escopo é apresentado nas cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O presente Termo tem por finalidade o estabelecimento de um protocolo de Cooperação técnica entre a **NATIVA do BRASIL** e **ITC**, para o desenvolvimento pesquisas, projetos, estudos e levantamentos, prospecção de investimentos, atividades de desenvolvimento de tecnologias, inovação, desenvolvimento de novos produtos, ecodesign, conservação e uso racional de recursos naturais, treinamentos, diagnósticos, difusão tecnológica, transferência de tecnologias, realização de palestras e eventos, publicação de artigos e outros materiais de divulgação na área de interesse das partes, pertinentes a trabalhos dentro da visão de atuação em cadeias produtivas, bem como realizar outras atividades que beneficiem mutuamente as partes cooperadas.

NATIVA do BRASIL (41)3282-7488 / 96378863

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE ATUAÇÃO:

2.1. Este Termo de Cooperação tem um caráter de formalizar a Cooperação entre as partes de forma genérica, permitindo que estas possam se manifestar como entidades cooperadas e desfrutar dos benefícios que a parceria traz na execução conjunta de projetos de pesquisas, desenvolvimento de tecnologias e inovação.

2.2. Para cada projeto, estudo, ou trabalho que venha eventualmente a ser executado em parceria entre as Cooperadas, deverá ser elaborado um **Termo Aditivo** acompanhado com um respectivo Plano de Trabalho, que o vincula, onde deverão constar as responsabilidades, atribuições, deveres e direitos de cada uma, bem como o objeto da pesquisa e seus detalhes técnicos e financeiros, formas de repasses, e fontes de captação de recursos, se houver.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA COORDENAÇÃO:

3.1. Para cada Termo Aditivo será designado um Coordenador pela **NATIVA DO BRASIL** e outro por **ITC**, os quais deverão nomear os demais profissionais, técnicos e pessoal envolvidos, quando for o caso, bem como determinar as rotinas de trabalho para a execução do serviço ou atividade acordada.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS:

4.1. O presente Termo de Cooperação não prevê por si só repasse de recursos ou qualquer outra forma de remuneração entre as partes, nem cria passivos ou dívidas de qualquer espécie. Toda e qualquer dotação ou utilização de recursos financeiros e materiais deverá ser alvo de formalização específica em Termos Aditivos, conforme prescreve a Cláusula Segunda deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA:

5.1. O presente Termo de Cooperação terá vigência de 04 (quatro) anos a contar da data de sua assinatura, podendo ser renovado se houver interesse de ambas as partes.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

NATIVA do BRASIL
Pesquisa, Tecnologia e Inovação

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

6.1. O presente Termo de Cooperação poderá ser rescindido, independentemente de aviso judicial ou extrajudicial, apenas com um comunicado por escrito por uma das partes à outra, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, garantidos, entretanto, todos os compromissos ou obrigações assumidos no período de vigência deste Termo e especialmente de seus Aditivos, que houver em andamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO:

7.1. Fica eleito o foro do Brasil, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Cooperação.

E por estarem de acordo com os termos deste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

03 de dezembro de 2012

ASSINAM O PRESENTE TERMO:

Marcelo Lubas
Engenheiro Florestal
CREA 23.078/D

Marcelo Lubas
Diretor-Presidente
NATIVA do BRASIL

JC AICE

Carlos Felix Mingarro
Director
AICE-ITC

TESTEMUNHAS (02):

Assinatura:
Nome: Paula Beatriz da A. Faubas
CPF/MF nº:
RG nº:

Assinatura:
Nome: MANUEL SAINZ-PARDO PEREZ
CPF/MF nº:
RG:

08.648.607/0001-94
NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA
RUA NICOLAU PAMPUCH, 188
AFONSO PENA - CEP 83045-280
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS-PR

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

AMCHAM - American Chamber of Commerce

NATIVA do BRASIL
Projetos de Responsabilidade Social e Ambiental

TERMO DE COOPERAÇÃO QUE FAZEM ENTRE SI A CÂMARA DE COMÉRCIO DE MOÇAMBIQUE E ESTADOS UNIDOS (CCMUSA) e a NATIVA DO BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

A **CÂMARA DE COMÉRCIO DE MOÇAMBIQUE E ESTADOS UNIDOS**, com sede na Rua Matheus Sansão Muthemba n° 452 R/C – Maputo – Moçambique, doravante denominada **CCMUSA,** neste ato representado pelo seu Presidente Evaristo Madime, e por outro lado, a **NATIVA do BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA,** CNPJ nº 08.648.607/0001-94, com sede à Rua Nicolau Pampuch, 188, município de São José dos Pinhais – Paraná - Brasil, doravante denominada **NATIVA do BRASIL,** neste ato representada por Marcelo Lubas, resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação cujo conteúdo é apresentado nas cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O presente Termo de Cooperação tem por finalidade o estabelecimento de um protocolo de cooperação entre a **CCMUSA** e a **NATIVA do BRASIL** para a realização de palestras, eventos, treinamentos, publicação de artigos e outros materiais de divulgação, na área de interesse de ambas as partes, bem como realizar outras atividades que beneficiem mutuamente as partes cooperadas.

Parágrafo primeiro: Será dada prioridade para apresentação de projetos de Inovação e Sustentabilidade para as empresas associadas à **CCMUSA,** na área de Responsabilidade Social e Ambiental, da qual é o *expertise* da Nativa do Brasil.

Parágrafo segundo: As partes cooperadas poderão criar em conjunto uma Certificação de Responsabilidade Social Empresarial – CRSE, a ser concedida às empresas que promovam e apoiem os princípios associados à Responsabilidade Social Coorporativa, tais como: qualidade de vida dentro da organização, gestão de responsabilidade social e responsabilidade com a comunidade e o meio ambiente. Esta Certificação passará a ser um diferencial para a empresa estrangeira que promova e apoie os projetos propostos originários desta Cooperação.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE ATUAÇÃO:

2.1. Este Termo de Cooperação tem um caráter de formalizar a Cooperação entre as partes de forma genérica, permitindo que estas possam se manifestar como entidades cooperadas e desfrutar dos benefícios que a parceria traz na execução conjunta de palestras, eventos, treinamentos e na promoção e realização de projetos.

2.2. Para cada atividade, palestra, evento, treinamento, projeto ou serviço que venha a ser executado em parceria entre ambas as partes, deverá ser elaborado um Termo Aditivo, onde deverão constar as responsabilidades, atribuições, deveres e direitos de cada uma, bem como o objeto da atividade ou serviço e seus detalhes técnicos, financeiros e operacionais, quando houver.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA COORDENAÇÃO:

3.1. Para cada Termo Aditivo será designado um Coordenador pela **CCMUSA** e outro pela **NATIVA do BRASIL** os quais deverão nomear os demais participantes e/ou profissionais e técnicos envolvidos, quando for o caso, bem como determinar as rotinas de trabalho do evento, palestra ou atividade prevista para ser realizada.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS:

4.1. O presente Termo de Cooperação não prevê por si só repasse de recursos ou outra forma de remuneração entre as partes, nem cria passivos ou dívidas de qualquer espécie. Toda e qualquer dotação ou utilização de recursos financeiros e materiais deverá ser alvo de formalização nos Termos Aditivos específicos, conforme prescreve a Cláusula Segunda deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA:

5.1. O presente Termo de Cooperação terá vigência de 4 anos a contar da data de sua assinatura, podendo ser renovado se houver interesse de ambas as partes.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

AMCHAM - American Chamber of Commerce

NATIVA do BRASIL
Projetos de Responsabilidade Social e Ambiental

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

6.1. O presente Termo de Cooperação poderá ser rescindido, independentemente de aviso judicial ou extrajudicial, apenas com um comunicado por escrito por uma das partes à outra, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, garantidos os compromissos e obrigações assumidos no período deste Termo e de seus Aditivos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMALIZAÇÃO:

7.1. Para que se conste os efeitos deste instrumento em prova de conformidade, as partes firmam o presente documento.

E por estarem de acordo com os termos deste instrumento, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

Maputo – Moçambique / Curitiba - Brasil, 01 de julho de 2015

Evaristo Madime

Presidente CCMUSA
Moçambique

Marcelo Lubas

Nativa do Brasil
Brasil

08.648.607/0001-94
NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA
RUA NICOLAU PAMPUCH, 188
AFONSO PENA - CEP 83045-280
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS-PR

TESTEMUNHAS:

Assinatura:	Assinatura:
Nome:	Nome: LEILA CRISTINA DA. A. LUBAS
RG:	RG: 5651301-9/PR

CÂMARA DE COMÉRCIO MOÇAMBIQUE/EUA

NATIVA do BRASIL
(41)3282-7488 / 96278962

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

CONVENIO MARCO DE COLABORACIÓN ENTRE

NATIVA DO BRASIL

Y

LA ASOCIACIÓN DE INVESTIGACIÓN Y DESARROLLO EN LA INDUSTRIA DEL MUEBLE Y AFINES (AIDIMA)

En Valencia, 30 de Mayo de 2013

REUNIDOS

De un parte, Don Marcelo Lubas, el cual interviene en nombre y representación del NATIVA DO BRASIL, en su condición de Director Presidente, con domicilio social en São José dos Pinhais (Paraná), en la Rua Nicolau Pampuch n° 188, Bairro Afonso Pena, com R.G. número 4.164.583-0

Y, de otra, Don Mariano J. Pérez Campos, el cual interviene en nombre y representación de la **ASOCIACION DE INVESTIGACION Y DESARROLLO EN LA INDUSTRIA DEL MUEBLE Y AFINES,** en adelante **AIDIMA,** en su condición de Director, con domicilio social en Paterna (Valencia), en la calle Benjamín Franklin nº 13, y provista con C.I.F. número G-46261590.

Ambas partes, en la representación que manifiestan ostentar, se reconocen mutuamente capacidad legal bastante para suscribir el presente documento, y a tal fin, ambas partes convienen suscribir el presente **CONVENIO DE COLABORACIÓN,** por el cual

EXPONEN

NATIVA DO BRASIL es una Empresa de la Investigación e desarrollo no ámbito de la madera e muebles, con espécies exóticas e tropicales. La empresa de investigación fue constituida e inaugurada en 10 de janero de 2007. El NATIVA tiene know-how e la responsabilidad del difusión del nuevo proceso del Engenharia Florestal de la madera con la creación del sistema pastilhado (placado) del madera, racionalizando o uso del recurso natural, aumentando la competitividad, qualidade, economía e inovacion para la arquitectura, muebles e design.

AIDIMA es una Asociación de Investigación, con personalidad jurídica propia, sin ánimo de lucro, carácter privado y ámbito nacional. La Asociación fue constituida en

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

noviembre de 1984, e inaugurada oficialmente en 1986, gracias a al apoyo de la Generalidad Valenciana y a la iniciativa de la empresa privada. Esta reconocida por CICYT como Centro de Innovación y Tecnología, e integrada en la Red de Institutos Tecnológicos de la Comunidad Valenciana (RedIT).

AIDIMA tiene como objetivo básico el contribuir a incrementar la competitividad del sector español del mueble, la madera e industrias afines, así como del sector del embalaje y transporte, fundamentalmente en todos aquellos aspectos relacionados con la calidad, la innovación tecnológica, la formación, la información, la seguridad, el medio ambiente, y en general, la mejora de la gestión especialmente en las áreas del diseño, producción y comercialización, y el fortalecimiento de la exportación.

ACUERDAN

PRIMERO

Promover acciones conjuntas destinadas a facilitar la cooperación entre NATIVA do BRASIL y AIDIMA que beneficien a las empresas de Brasil y a las empresas españolas del sector de la madera y el mueble.

SEGUNDO

Promover la transferencia y adaptación de la tecnología entre ambas instituciones. Participar en el desarrollo de proyectos de I+D y de transferencia de tecnología.

TERCERO

Este acuerdo deberá concretarse por medio de convenios singulares de colaboración que serán firmados por las partes implicadas al objeto de definir las actividades, recursos, plazos, presupuesto y fuentes de financiación necesarios para su ejecución.

Este Convenio-Marco tendrá un período de validez de dos años prorrogable automáticamente, salvo denuncia expresa de alguna de las partes.

Y para que conste a los efectos oportunos, en prueba de conformidad, las partes firman el presente documento.

NATIVA do BRASIL
(41)3282-7488 / 96379863

D. Marcelo Lubas
Director-Presidente da NATIVA do BRASIL

AIDIMA

Fdo. D.

Fdo. D. Mariano Pérez Campos
Director de AIDIMA

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361



Logística Reversa
www.afukuoka.com.br (41) 9976-3321
RESÍDUOS PERIGOSOS, TÓXICOS E ESPECIAIS: LÂMPADAS FLUORESCENTES; PILHAS; BATERIAS DE CELULARES; BATERIAS VEICULARES; REATORES DE LUMINÁRIAS; MEDICAMENMTOS VENCIDOS; BITUCAS CIGARRO; ÓLEO DE FRITURA; ELETRONICOS E INFORMATICA; CHAPAS RAIO X; LATAS TINTAS E SOLVENTES; ISOPOR; BANNERES E FAIXAS DE LONA; VIDROS;

NATIVA do BRASIL

Termo de Cooperação Técnica, Científica, Operacional, Administrativa e Financeira que entre si celebram a **ASSOCIAÇÃO FUKUOKA INSTITUTO DE ESTUDOS, PESQUISAS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS TECNOLÓGICAS, GESTÃO E EDUCAÇÃO AMBINETAL, SOCIAIS E CULTURAIS,** e a **NATIVA DO BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA.**

A **ASSOCIAÇÃO FUKUOKA INSTITUTO DE ESTUDOS, PESQUISAS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS, TECNOLÓGICA, GESTÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL, SOCIAIS E CULTURAIS**, fundada em 01 de janeiro de 1985, inscrita no CNPJ sob nº 81.190.100/0001-20, Inscrição Estadual Isenta, declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 17.703, de 07 de outubro de 2013, de Utilidade Pública Municipal (Curitiba) pela Lei nº 14.147, de 20 de novembro de 2012, com sede à Rua Simão Brante, 930 – bairro Uberaba – CEP 81570-340 – Curitiba – Paraná; escritório na Al. Dr. Muricy, 474 – 4º andar – sala 42a – Centro – CEP 80010-120 – Curitiba – Paraná; sede balneária no Balneário Barra do Saí, município de Itapoá – Santa Catarina, neste ato representada pelo **Diretor Presidente JOSÉ RAUL IMOTO**, portador da Carteira de Identidade Civil RG nº 2.083.309 SSP/IIPR e CPF nº 316.450.629-53 e pelo **Diretor de Meio Ambiente EDSON SADAO IMOTO**, portador da Carteira de Identidade Civil RG 1.006.848 SSP/IIPR, CPF 161.048.119-49, doravante denominada **FUKUOKA** e, a empresa **NATIVA DO BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA.**, fundada em 10 de janeiro de 2007, inscrita no CNPJ sob nº 08.648.607/0001-94, Inscrição Estadual Isenta, Inscrição Municipal nº 3096-1, com sede à Rua Nicolau Pampuch, 188 – CEP 83045-280 – município de São José dos Pinhais – Paraná, neste ato representada pelo **Sócio Proprietário e Administrador Engenheiro MARCELO LUBAS**, portador da Carteira de Identidade Civil RG 4.164.583-0 SSP/IIPR, CPF 610.572.319-91, doravante denominada **NATIVA DO BRASIL**, resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação Técnica, Científica, Operacional, Administrativa e Financeira, cujo escopo é apresentado nas cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO:

1.1. O presente Termo de Cooperação tem por finalidade o estabelecimento de um protocolo de cooperação técnica, científica, operacional, administrativa e financeira entre a **FUKUOKA** e a **NATIVA DO BRASIL** para o desenvolvimento conjunto de projetos de pesquisa, estudos, levantamentos, implantação e monitoramento dos mesmos, visando atender atividades e projetos de desenvolvimento socioambiental, de tecnologia, de preservação e conservação de recursos naturais, de educação ambiental, de treinamento, de difusão tecnológica, de realização de palestras e eventos, de publicação de artigos e outros materiais de divulgação na área de interesse das partes, bem como realizar outras atividades que beneficiem mutuamente as partes cooperadas.

CLÁUSULA 2ª – DA FORMA DE ATUAÇÃO:

2.1. Este Termo de Cooperação tem um caráter de formalizar a cooperação entre as partes de forma genérica, permitindo que estas possam se manifestar como entidades cooperadas e desfrutar dos benefícios que a parceria traz na execução conjunta de programas, projetos e serviços e/ou pesquisas, tecnologia e implantação de programas e projetos ambientais, tecnológicos, sociais, culturais, e de outras áreas afins.

2.2. Para cada projeto ou serviço que venha eventualmente a ser executado em parceria entre ambas, será elaborado um Termo Aditivo, onde deverão constar as responsabilidades, atribuições, deveres e direitos de cada uma, bem como o objeto dos programas, projetos e serviços e/ou pesquisas e seus detalhes técnicos, operacionais, administrativos e financeiros.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361



Logística Reversa
www.afukuoka.com.br (41) 9976-3321
RESÍDUOS PERIGOSOS, TÓXICOS E ESPECIAIS: LÂMPADAS FLUORESCENTES; PILHAS; BATERIAS DE CELULARES; BATERIAS VEICULARES; REATORES DE LUMINÁRIAS; MEDICAMENMTOS VENCIDOS; BITUCAS CIGARRO; ÓLEO DE FRITURA; ELETRÔNICOS E INFORMATICA; CHAPAS RAIO X; LATAS TINTAS E SOLVENTES; ISOPOR; BANNERES E FAIXAS DE LONA; VIDROS;

NATIVA do BRASIL

CLÁUSULA 3ª – DA COORDENAÇÃO:

3.1. Para cada Termo Aditivo será designado um Coordenador pela **FUKUOKA** e outro pela **NATIVA DO BRASIL** os quais deverão nomear os demais profissionais e técnicos envolvidos, quando for o caso, bem como determinar as rotinas de trabalho.

CLÁUSULA 4ª – DOS RECURSOS FINANCEIROS:

4.1. O presente Termo de Cooperação não estabelece diretrizes de atuação em relação a proporcionalidade de valores e repasses, que serão nominados na elaboração de Termos Aditivos.

Este Termo de Cooperação não prevê repasse de recursos ou outra forma de remuneração entre as partes, nem cria passivos ou dívidas de qualquer espécie.

Toda e qualquer dotação ou utilização de recursos financeiros e materiais deverão ser alvos de formalização nos Termos Aditivos específicos, conforme prescreve a Cláusula 2ª deste instrumento.

CLÁUSULA 5ª – DA VIGÊNCIA:

5.1. O presente Termo de Cooperação terá vigência de 4 (quatro) anos a contar da data de sua assinatura, podendo ser renovado se houver interesse de ambas as partes, por novos períodos sucessivos.

CLÁUSULA 6ª – DA RESCISÃO:

6.1. O presente Termo de Cooperação poderá ser rescindido, independentemente de aviso judicial ou extrajudicial, apenas com um comunicado por escrito por uma das partes à outra, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, garantidos os compromissos e obrigações assumidos no período deste Termo e de seus Aditivos.

CLÁUSULA 7ª – DO FORO:

7.1. Fica eleito o foro de Curitiba para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Cooperação.

E por estarem de acordo com os termos deste instrumento, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

Curitiba, 22 setembro de 2014

ASSOCIAÇÃO FUKUOKA INSTITUTO de Estudos, Pesquisas e Soluções Ambientais, Tecnológicas, Gestão e Educação Ambiental, Sociais e Culturais José Raul Imoto Diretor Presidente	ASSOCIAÇÃO FUKUOKA INSTITUTO de Estudos, Pesquisas e Soluções Ambientais, Tecnológicas, Gestão e Educação Ambiental, Sociais e Culturais Edson Sadao Imoto Diretor do Meio Ambiente	NATIVA DO BRASIL Pesquisa, Tecnologia e Desenvolvimento Ltda. Marcelo Lubas Sócio Proprietário

TESTEMUNHAS:

Assinatura: Nome: RG	Assinatura: Nome: RG

associação FUKUOKA INSTITUTO
"1985 a 2014 – 30º ano"
CLUBE AMIGO DA ÁGUA

ASSOCIAÇÃO FUKUOKA INSTITUTO
de Estudos, Pesquisas e Soluções Ambientais, Tecnológicas, Gestão e Educação Ambiental, Sociais e Culturais
Declarada Utilidade Pública Estadual Lei nº 17.703, de 07/10/13
Declarada Utilidade Pública Municipal (Curitiba) Lei nº 14.147, de 20/11/12
Fundação: 01/01/1985 CNPJ 81.190.100/0001-20 Inscrição Estadual: Isenta
Escritório: Al. Dr. Muricy, 474 4º and. 42a Centro CEP 80010-120 Curitiba PR
Sede: Rua Simão Brante, 930 Uberaba CEP 81570-340
Fone: (41) 9976-3321 eimoto@bol.com.br
Sede Balneária Barra do Sai Itapoá SC Inaugurado em 10/03/1990

Respeite a Família.
Proteja todos os Rios.
Plante muitas Árvores.
Recicle todo o Lixo.
Valorize a Vida.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DA TERRA, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL
DIRECÇÃO NACIONAL DE FLORESTAS

Exmo Senhor:
Marcelo Lubas

São José dos Pinhais - Brasil

N/Refª 637 /MITADER/DINAF/993/2016 Maputo, aos 06 de Julho de 2016

Assunto: **Convite para uma visita de Trabalho.**

Os recursos florestais revestem-se de grande importância económica, social, cultural, ambiental e científica, para actual e futura geração dos moçambicanos, como fonte de geração de emprego e renda, contribuindo significativamente na balança de pagamentos e no desenvolvimento do país; com cerca de 40 milhões de hectares de floresta, dos quais cerca de 27 milhões de hectares com potencial para exploração de madeira.

Relativamente à indústria florestal nacional, esta caracteriza-se, em geral, por ter fraca capacidade de processamento, possuir equipamento obsoleto, com baixos níveis de rendimento (45%), sendo a madeira serrada de baixa qualidade quando comparada os padrões de processamento exigido a nível nacional e internacional;

Com base no resultado do Diagnóstico do sector Industrial de Moçambique, realizado pelo Governo através do Ministério da indústria e Comércio e a Ernest & Young no final do ano 2015, a Empresa Nativa do Brasil – Pesquisa, Tecnologia e Desenvolvimento Ltda, propôs a apresentação de um programa de Modernização do Sector da Madeira e de Móveis de Moçambique, a ser realizado em Maputo.

Assim, a DINAF vem através desta convidar o Senhor **Marcelo Lubas,** Director Técnico da empresa Nativa do Brasil, com o Passaporte Nº: FI219786, emitido a 24.06.2013 e válido até 23.06.2018, para realizar uma visita de trabalho de 20 (vinte) dias a Moçambique (de ***28 de Agosto a 16 de Setembro de 2016***), para apresentar a proposta de projecto acima referido.

Atenciosamente

O Director Nacional

Xavier Sakamouera Sailors
(Docente N1)

Avenida Josina Machel 537, CP 288. Telefones: 21302555, Faxe: 21321804, Maputo.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

ApexBrasil
AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS

Brasília-DF, 25 de julho de 2016

CARTA APEX-BRASIL Nº: 698/2016

Assunto: Participação da empresa NATIVA BRASIL na Feira FACIM 2016

A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) irá realizar de 29 de agosto a 04 de setembro de 2016 a participação brasileira na **Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Moçambique - FACIM 2016**, com o objetivo de promover a parceria comercial entre o Brasil e Moçambique na maior feira multissetorial de negócios daquele país.

Informamos que a **Nativa Brasil** representada pelo Sr. MARCELO LUBAS, passaporte FI 219786, validade 23/06/2018, participará da referida feira como expositor brasileiro.

Atenciosamente,

Diogo Bass Akitaya

Diogo Akitaya
Supervisor
Coordenação de Promoção de Negócios

SBN Quadra 2 | Lote 11
Ed. Apex-Brasil
70040-020 | Brasília DF | Brasil
Tel.: +55 61 3426 0202
Fax: + 55 61 3426 0263
www.apexbrasil.com.br

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL QUE FAZEM ENTRE SI A MOZAICO DO ÍNDIGO e a NATIVA DO BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

A **MOZAICO DO ÍNDIGO** com sede na Av. 25 de Setembro N° 1383, 4º Andar, Porta 403 – Maputo – Moçambique, doravante denominada **MOZAICO,** neste ato representada por Evaristo Madime, e por outro lado, a **NATIVA do BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA,** CNPJ nº 08.648.607/0001-94, com sede à Rua Nicolau Pampuch, 188, município de São José dos Pinhais – Paraná - Brasil, doravante denominada **NATIVA do BRASIL**, neste ato representada por Marcelo Lubas, resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação cujo conteúdo é apresentado nas cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O presente Termo de Cooperação tem por finalidade o estabelecimento de um protocolo de cooperação entre a **MOZAICO** e a **NATIVA do BRASIL** para a realização de projetos, serviços, palestras, eventos, treinamentos, publicação de artigos e outros materiais de divulgação, na área de interesse de ambas as partes, bem como realizar outras atividades que beneficiem mutuamente as partes cooperadas.

Parágrafo primeiro: Será dada prioridade para elaboração e realização de projetos de Inovação e Sustentabilidade na área de Responsabilidade Social e Ambiental, da qual é o *expertise* da **NATIVA do BRASIL**, e que possam estimular o interesse e a atração turística, da qual é o expertise da **MOZAICO**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE ATUAÇÃO:

2.1. Este Termo de Cooperação tem um caráter de formalizar a Cooperação entre as partes de forma genérica, permitindo que estas possam se manifestar como entidades cooperadas e desfrutar dos benefícios que a parceria traz na execução conjunta de projetos, serviços, palestras, eventos, treinamentos e na promoção e realização de atividades em conjunto.

2.2. Para cada projeto, atividade, palestra, evento, treinamento, ou serviço que venha a ser executado em parceria entre ambas as partes, deverá ser elaborado um Termo Aditivo, onde deverão constar as

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

responsabilidades, atribuições, deveres e direitos de cada uma, bem como o objeto da atividade ou serviço e seus detalhes técnicos, financeiros e operacionais, quando houver.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA COORDENAÇÃO:

3.1. Para cada Termo Aditivo será designado um Coordenador pela **MOZAICO** e outro pela **NATIVA do BRASIL** os quais deverão nomear os demais participantes e/ou profissionais e técnicos envolvidos, quando for o caso, bem como determinar as rotinas de trabalho do evento, palestra ou atividade prevista para ser realizada.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS:

4.1. O presente Termo de Cooperação não prevê por si só repasse de recursos ou outra forma de remuneração entre as partes, nem cria passivos ou dívidas de qualquer espécie. Toda e qualquer dotação ou utilização de recursos financeiros e materiais deverá ser alvo de formalização nos Termos Aditivos específicos, conforme prescreve a Cláusula Segunda deste instrumento.

4.2 O presente Termo de Cooperação, por outro lado, estabelece, de comum acordo, que os resultados financeiros dos serviços e projetos (lucro), devidamente após serem retirados os custos, sejam repartidos igualmente entre a **MOZAICO** e a **NATIVA do BRASIL, na proporção de 50% a 50%.**

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA:

5.1. O presente Termo de Cooperação terá vigência de 4 anos a contar da data de sua assinatura, podendo ser renovado se houver interesse de ambas as partes.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

6.1. O presente Termo de Cooperação poderá ser rescindido, independentemente de aviso judicial ou extrajudicial, apenas com um comunicado por escrito por uma das partes à outra, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, garantidos os compromissos e obrigações assumidos no período deste Termo e de seus Aditivos.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

MOZAICO DO ÍNDIGO
desenvolvendo destinos turísticos
MOZAMBIQUE

NATIVA do BRASIL
Projetos de Responsabilidade Social e Ambiental

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMALIZAÇÃO:

7.1. Para que se conste os efeitos deste instrumento em prova de conformidade, as partes firmam o presente documento.

E por estarem de acordo com os termos deste instrumento, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

Maputo – Moçambique / Curitiba - Brasil, 01 de julho de 2015

Evaristo Madime
Mozaico do Índigo - Director Geral
Moçambique

Marcelo Lubas
Nativa do Brasil - Diretor
Brasil

08.648.607/0001-94
NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA
RUA NICOLAU PAMPUCH, 1...
AFONSO PENA - CEP 83045-260
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS-PR

TESTEMUNHAS:

Assinatura:	Assinatura:
Nome: Filomena Paulo Intimane	Nome: LEILA CRISTINA DA A. LUBAS
RG:	RG: 5651301-9 / PR

NATIVA do BRASIL
(41)3282-7488 / 96378863

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

Empresa de Pesquisa Técnica

CNPJ: 08.648.607/0001-94

CURRICULO EMPRESA DE PESQUISA TÉCNICA

NATIVA DO BRASIL

FUNDADA EM 10 DE JANEIRO DE 2007

- **EMPRESA DE PESQUISA TÉCNICA – NATIVA DO BRASIL – CREA/PR n° 61.084**
- **RESPONSÁVEL TÉCNICO – ENG. MARCELO LUBAS - CREA/PR n° 23.078/D**

RAZÃO SOCIAL: NATIVA BRASIL – Pesquisa, Tecnologia e Desenvolvimento Ltda

CNPJ: 08.648.607/0001-94

Endereço: Rua Nicolau Pampuch, 188 – Afonso Pena – São José dos Pinhais – PR

CEP: 83.045-280

Inscrição Estadual: Isenta

Registro no CREA/PR: n° 61.084

Responsável Técnico – Eng. Marcelo Lubas – CREA/PR n° 23.078/D

CPF: 610.572.319-91

RG: 4.164.583-0 ISSPR

A Nativa do Brasil é uma empresa de pesquisa técnica fundada em 10 de janeiro de 2007, e dentre suas atividades, possui a **especificidade** e o diferencial de ser uma empresa privada de pesquisas técnica-científica e aplicadas em campo, gerando como resultados de suas próprias pesquisas, **novos modelos de engenharia** inovadores para solução de problemas e questões no âmbito de planejamento e adequações ambientais inéditas.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

DESTAQUES INTERNACIONAIS

ÁFRICA - MOÇAMBIQUE

Atuações socio-ambientais espontâneas do autor de caráter internacional

Realização de treinamentos gratuitos para pessoas da comunidade – Maputo/Moçambique´2016 no aproveitamento de resíduos.



Presidente da República de Moçambique, Felipi Nyusi conversa com o Marcelo Lubas, sobre o projeto que a Nativa

Treinamento para pessoas da comunidade em MAPUTO/ÁFRICA







Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

Parte Social – Treinamento gratuito oferecido pela Nativa do Brasil, em Maputo, capital de Moçambique/África







Projeto ambiental de aproveitamento de resíduos em novos produtos



Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

CARTA DE RECONHECIMENTO E DE NOTORIEDADE INTERNACIONAL

Eng. Marcelo Lubas – Responsável Técnico da Nativa do Brasil

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
DIRECÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA

Maputo, 01 de Agosto de 2018

Assunto: **Carta de Reconhecimento e de Notoriedade dos serviços prestados pelo consultor ambiental Marcelo Lubas**

Uma equipa do Ministério da Indústria e Comércio chefiada pelo Sr Director Nacional da Indústria, Sr. Mateus Abelardo Américo Matusse, visitou Brasil (São Paulo, Curitiba, Brasília, São Luis e Belo Horizonte), 15 a 31 de Julho de 2018 corrente com objectivo de trocar de experiência em matérias ligadas à a implementação e desenvolvimento da cadeia do de valor do sector de florestas, meio ambiente e coordenação institucional para o desenvolvimento industrial.

A referida vista decorreu de forma satisfatória, forneceu ferramentas e conhecimentos teórico e práticos sobre as matérias acima referidas.

Assim, a Direcção Nacional da Indústria, do Ministério da Indústria e Comércio, vem, através desta prestar o reconhecimento, notoriedade e agradecimento pela recepção, atendimento, apresentação do projeto de aproveitamento de resíduos do consultor ambiental Marcelo Lubas e agendamento e acompanhamento nas visitas técnicas realizadas, durante a visita da Comitiva oficial do Governo de Moçambique, ao Brasil, em especial na visita ao Estado do Paraná, em Curitiba e região metropolitana em São José dos Pinhais e Colombo.

Desta forma, reiteramos nossos votos de consideração pela plena satisfação do atendimento, acompanhamento e reconhecimento do consultor ambiental Marcelo Lubas de aproveitamento de resíduos.

Cordiais saudações.

O Director Nacional

Mateus Abelardo Américo Matusse
(Técnico Superior N1)

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

- **CONVITE INTERNACIONAL DE INSTITUIÇÃO DA ÁFRICA –**

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO – RDC – Cidade de Kinshasa

PARA IMPLANTAR METODOLOGIA PSA – CAP – PARANÁ criada pela NATIVA DO BRASIL

Communauté des Amis de la Nature et de la Culture
CANACU, a.s.b.l.

Siège social : Avenue : Ilaso N°5 / Quartier : Mpasa II/ Commune de la N'Sele
Tel : (+243) 814811019, 906848891(+ 243) 815 486 206,
E-mail : developpementenvironnement@gmail.com

N°/Réf : CAN/P/BOS/Sec/CK/022/2020.

À l'entreprise brésilienne de recherche Nativa
A / C: Marcelo Lubas, Directeur Technique

Nous avons pris connaissance du modèle de projet développé par Nativa do Brasil, pour le thème «eau, hygiène et assainissement», suite à l'accord entre CANACU et NATIVA do BRASIL, signé depuis le 25 novembre 2015. L'accord conceme les zones de captage de l'approvisionnement des sites urbano-ruraux de Kinshasa en eau potable en faveur de population locale.

Cela a été possible en se basant sur la connaissance que les résultats de l'étude technique et des recherches menées par NATIVA do BRASIL depuis 2015, et qui permettent la mise en œuvre de la méthodologie et du modèle de projet dans la région de Kinshasa, capitale de la RDC.

À partir de cette méthodologie développée par Nativa do Brasil, PSÁgua: PSA-CAP-PARANÁ / BRAZIL, qui comprend les activités du module 1 de PSA - PLAN DE SÉCURITÉ DE L'EAU.

CANACU vient demander à Nativa do Brasil de venir préparer, former et mettre en œuvre le service technique avec CANACU, pour le projet suivant: «Eau potable, hygiène et assainissement dans la périphérie urbaine et rurale de Kinshasa»

Ce projet met l'homme au centre de ses préoccupations et veut permettre à la population bénéficiaire de s'approprier et de maintenir l'hygiène, l'assainissement et la gestion des puits et des sources d'eau potable mises à sa disposition pour cette étape. Le projet s'occupera aussi de la gestion durable de l'environnement et s'orientera vers les aspects techniques, sociales et humanitaires.

29 juin 2020 - Kinshasa - RDC

BUNGU OMANGA SIX FLORENT.

Président CANACU

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

CONVÊNIOS INTERNACIONAIS DA NATIVA DO BRASIL

CANACU - RDC

NATIVA do BRASIL

Projetos de Responsabilidade Social, Ambiental e Cultural

CONDITIONS DE COOPÉRATION QUI FONT ENTRE COMMUNAUTÉ DES AMIS DE LA NATURE ET DE LA CULTURE - CANACU et NATIVA DO BRASIL - RECHERCHE, TECNOLOGIE ET DEVELOPPEMENT LTDA.

LA COMMUNAUTÉ DES AMIS DE LA NATURE ET DE LA CULTURE-CANACU,F92/8909,N°002/DIV/DH/BDD/2007dont le siège social est situé 5 ruellaso ,Quartier Mpasall, Commune de la N'sele-Kinshasa-République démocratique du Congo, ci-après dénommée CANACU, représentée par son président BUNGU OMANGA SIX Florent, et d'autrepart, la société spécialisée dans la recherche dans le domaine de l'environnement et de l'assainissement de base, NATIVA do BRASIL-RECHERCHE,TECHNOLOGIE ET DÉVELOPPEMENT LTDA, CNP Jn°08.648.607/0001-94, dont le siège social est situé à Rua Nicolau Pampuch, 188, municipalitédeSãoJosédosPinhais-Paraná-Brésil, ci-après dénommée NATIVAdoBRASIL, représentée par Marcelo Lubas, décide de célébrer le premier mandat Addendum à l'accord de coopération déjà existant, dont le contenu des clauses de l'accord présente désormais les conditions suivantes:

CLAUSE UN - OBJET:

1.1.Le présent accord de coopération a pour objet d'établir leprotocole de coopération entre CANACU et NATIVA do BRASIL pour la préparation et la mise en œuvre de projets environnementaux, des cours de formation, la publication d'articles techniques, lamise en œuvre de méthodologies, de processus et de technologies pour des projets socio-environnementaux., dans le domaine de l'assainissement de base(eau, hhgiène, assainissement et évacuation des eaux pluviales), culturel et forestier et artisanal, ainsi que d'autres activités que les parties coopérantes souhaitent mutuellement.

Premier paragraphe: laCANACU sera l'organisation non gouvernementale qui recevra les projets qui seront mis en œuvre en République démocratique du Congo, grâce à l'expertise et au savoir-faire de Nativa do Brasil, qui sera responsable du transfert des technologies, méthodes et processus socio-environnementaux à promouvoir le développement durable de la République démocratique du Congo.

Deuxième paragraphe: L'Accord aidera la CANACU à remplir sa mission en valorisant la conservation de la nature et de l'environnement ainsi que le développement culturel et l'appréciation du peuple de la République démocratique du Congo.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

DEUXIÈME CLAUSE - FORME DE PERFORMANCE:

2.1.Ce terme de coopération a le caractère de formaliser la coopération (accord) entre les parties demanière générique, leur permettant de se manifester entant qu'entités coopératives et de permettre l'exécution conjointe d'activités et la mise en œuvre de projets.

2.2.Pour chaque projet ou activité, un terme additif peut être préparé, qui contiendra les responsabilités, attributions, devoirs et droits de chacun, ainsi que l'objet de l'activité ou du service et ses détails techniques, financiers et opérationnels, le cas échéant.

TROISIÈME CLAUSE - COORDINATION:

3.1.Pour chaque mandat supplémentaire, un coordonnateur sera nommé par CANACU et un autre par NATIVA do BRASIL, qui devrait nommer les autres participant set/ou professionnels et technicien simpliqués, le cas échéant, ainsi que déterminer les routines de travail de l'événement, de la conférence ou de l'activité prévue. Être réalisé.

QUATRIÈME CLAUSE - RESSOURCES FINANCIÈRES:

4.1.Le présent accord de coopération ne prévoit pas en soi de transfert de fonds ou de toute autre forme de rémunération entre les parties, ni ne crée de passif ou de dette d'aucune sorte. Toute dotation ou utilisation deressources financières et matérielles doit êtres ou mise à une formalisation dans les conditions spécifiques de l'addendum, comme décrit dans la deuxième clause de cet instrument.

4.2 Les deux membres peuvent rechercher des ressources publiques ou privées pour permettre de réaliser ensemble des projets environnementaux, ainsi que pour promouvoir l'échange de connaissances intellectuelles, culturelles et sociales.

CINQUIÈME CLAUSE - EFFICACITÉ:

5.1. Cet accord de coopération sera valable 5ans à compter de la date de sa signature et pourra être renouvelé en cas d'intérêt des deux parties.

SIXIÈME CLAUSE - RÉSILIATION:

6.1. Le présent Accord de coopération peut être résilié, sans préavis judiciaire ou extra judiciaire, à condition qu'il soit justifié, ave cunminimumde 90 (quatre-vingt-dix) jours à l'avance, garantiles engagements et obligations assumés pendant la durée de la présente Durée et de ses Modifications.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

SEPTIÈME CLAUSE - FORMALISATION:

7.1.A fin d'enregistrer les effets de cet instrument comme preuve de conformité, les parties signent ce document.

Et comme ils sont conformes aux termes de cet instrument, ils signent le présent en 2 (deux) exemplaires de contenu et de forme égaux, en présence de témoins.

Datedel'accord:

Curitiba-Brésil, 20 juin 2020

Kinshasa-RDC-20juin2020

BUNGU OMANGA SIX
President de CANACU
REPUBLIQUE DEMOCRATIQUE DU CONGO

Curitiba-Brazil 20 de Junho de 2020

MARCELO LUBAS
Directeur - Nativa do Brasil
BRESIL

NATIVA do BRASIL
(41)3282-7488 / 96378863

LES TEMOINS

Signature :	Signature
Nom : IKALA Mfunami Charles	Nom:LEILACRISTINADAANUNCIAÇAOLUBAS

:

:

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

NATIVA do BRASIL
Pesquisa, Tecnologia e Inovação

TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE FAZEM ENTRE SI A EMPRESA DE PESQUISA NATIVA DO BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO E ASOCIACIÓN DE INVESTIGACIÓN DE LAS INDUSTRIAS CERÁMICAS – ITC.

TAC nº 01 /2012

A empresa de pesquisa NATIVA DO BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.648.607/0001-94, com sede à Rua Nicolau Pampuch, nº 188, Bairro Afonso Pena, na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná - Brasil, neste ato representada pelo Diretor-Presidente, MARCELO LUBAS, Engenheiro Florestal, RG nº. 4.164.583-0/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº. 610.572.319-91, devidamente autorizado nos termos do Estatuto Social, doravante simplesmente denominada **NATIVA do BRASIL** e la Asociación de Investigación de las Industrias Cerámicas (AICE) concertada con la Universidad Jaume I para constituir el Instituto Mixto de Tecnología Cerámica (en adelante ITC), representada por su Director el Dr. Carlos Feliu Mingarro, actuando en nombre y representación de este organismo con domicilio en Castellón (España), Campus Universitario Riu Sec y CIF G-46271144 e inscrito con el nº 39 como Centro Tecnológico en el registro de Centros Tecnológicos y Centros de Apoyo a la Innovación Tecnológica, reconocidos por la Secretaria General de Innovación al amparo del Real Decreto 2093/2008 de 19 de diciembre, resolvem celebrar o presente Acordo em forma de Termo de Cooperação Técnica, cujo escopo é apresentado nas cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O presente Termo tem por finalidade o estabelecimento de um protocolo de Cooperação técnica entre a **NATIVA do BRASIL** e ITC, para o desenvolvimento pesquisas, projetos, estudos e levantamentos, prospecção de investimentos, atividades de desenvolvimento de tecnologias, inovação, desenvolvimento de novos produtos, ecodesign, conservação e uso racional de recursos naturais, treinamentos, diagnósticos, difusão tecnológica, transferência de tecnologias, realização de palestras e eventos, publicação de artigos e outros materiais de divulgação na área de interesse das partes, pertinentes a trabalhos dentro da visão de atuação em cadeias produtivas, bem como realizar outras atividades que beneficiem mutuamente as partes cooperadas.

NATIVA do BRASIL (41)3282-7488 / 96378863

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE ATUAÇÃO:

2.1. Este Termo de Cooperação tem um caráter de formalizar a Cooperação entre as partes de forma genérica, permitindo que estas possam se manifestar como entidades cooperadas e desfrutar dos benefícios que a parceria traz na execução conjunta de projetos de pesquisas, desenvolvimento de tecnologias e inovação.

2.2. Para cada projeto, estudo, ou trabalho que venha eventualmente a ser executado em parceria entre as Cooperadas, deverá ser elaborado um **Termo Aditivo** acompanhado com um respectivo Plano de Trabalho, que o vincula, onde deverão constar as responsabilidades, atribuições, deveres e direitos de cada uma, bem como o objeto da pesquisa e seus detalhes técnicos e financeiros, formas de repasses, e fontes de captação de recursos, se houver.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA COORDENAÇÃO:

3.1. Para cada Termo Aditivo será designado um Coordenador pela **NATIVA DO BRASIL** e outro por **ITC**, os quais deverão nomear os demais profissionais, técnicos e pessoal envolvidos, quando for o caso, bem como determinar as rotinas de trabalho para a execução do serviço ou atividade acordada.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS:

4.1. O presente Termo de Cooperação não prevê por si só repasse de recursos ou qualquer outra forma de remuneração entre as partes, nem cria passivos ou dívidas de qualquer espécie. Toda e qualquer dotação ou utilização de recursos financeiros e materiais deverá ser alvo de formalização específica em Termos Aditivos, conforme prescreve a Cláusula Segunda deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA:

5.1. O presente Termo de Cooperação terá vigência de 04 (quatro) anos a contar da data de sua assinatura, podendo ser renovado se houver interesse de ambas as partes.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

NATIVA do BRASIL
Pesquisa, Tecnologia e Inovação

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

6.1. O presente Termo de Cooperação poderá ser rescindido, independentemente de aviso judicial ou extrajudicial, apenas com um comunicado por escrito por uma das partes à outra, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, garantidos, entretanto, todos os compromissos ou obrigações assumidos no período de vigência deste Termo e especialmente de seus Aditivos, que houver em andamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO:

7.1. Fica eleito o foro do Brasil, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Cooperação.

E por estarem de acordo com os termos deste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

03 de dezembro de 2012

ASSINAM O PRESENTE TERMO:

Marcelo Lubas
Engenheiro Florestal
CREA 23.078/D

Marcelo Lubas
Diretor-Presidente
NATIVA do BRASIL

AICE

Carlos Felix Mingarro
Director
AICE-ITC

TESTEMUNHAS (02):

Assinatura:

Nome: Maria Batista da A. Lauba

CPF/MF nº:

RG nº:

Assinatura:

Nome: MANUEL SAINZ-PARDO PEREZ

CPF/MF nº:

RG:

08.648.607/0001-94
NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA
RUA NICOLAU PAMPUCH, 188
AFONSO PENA - CEP 83045-280
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS-PR

nativa@nativadobrasil.com.br - www.nativadobrasil.com.br
188 - Afonso Penu - Telefones: (41) 3282-7488 / 9637-8863 - CEP 83045-280 - São José dos Pinhais - PR

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

AMCHAM - American Chamber of Commerce

NATIVA do BRASIL
Projetos de Responsabilidade Social e Ambiental

TERMO DE COOPERAÇÃO QUE FAZEM ENTRE SI A CÂMARA DE COMÉRCIO DE MOÇAMBIQUE E ESTADOS UNIDOS (CCMUSA) e a NATIVA DO BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

A **CÂMARA DE COMÉRCIO DE MOÇAMBIQUE E ESTADOS UNIDOS**, com sede na Rua Matheus Sansão Muthemba n° 452 R/C – Maputo – Moçambique, doravante denominada **CCMUSA,** neste ato representado pelo seu Presidente Evaristo Madime, e por outro lado, a **NATIVA do BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA,** CNPJ nº 08.648.607/0001-94, com sede à Rua Nicolau Pampuch, 188, município de São José dos Pinhais – Paraná - Brasil, doravante denominada **NATIVA do BRASIL,** neste ato representada por Marcelo Lubas, resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação cujo conteúdo é apresentado nas cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O presente Termo de Cooperação tem por finalidade o estabelecimento de um protocolo de cooperação entre a **CCMUSA** e a **NATIVA do BRASIL** para a realização de palestras, eventos, treinamentos, publicação de artigos e outros materiais de divulgação, na área de interesse de ambas as partes, bem como realizar outras atividades que beneficiem mutuamente as partes cooperadas.

Parágrafo primeiro: Será dada prioridade para apresentação de projetos de Inovação e Sustentabilidade para as empresas associadas à **CCMUSA,** na área de Responsabilidade Social e Ambiental, da qual é o *expertise* da Nativa do Brasil.

Parágrafo segundo: As partes cooperadas poderão criar em conjunto uma Certificação de Responsabilidade Social Empresarial – CRSE, a ser concedida às empresas que promovam e apoiem os princípios associados à Responsabilidade Social Coorporativa, tais como: qualidade de vida dentro da organização, gestão de responsabilidade social e responsabilidade com a comunidade e o meio ambiente. Esta Certificação passará a ser um diferencial para a empresa estrangeira que promova e apoie os projetos propostos originários desta Cooperação.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE ATUAÇÃO:

2.1. Este Termo de Cooperação tem um caráter de formalizar a Cooperação entre as partes de forma genérica, permitindo que estas possam se manifestar como entidades cooperadas e desfrutar dos benefícios que a parceria traz na execução conjunta de palestras, eventos, treinamentos e na promoção e realização de projetos.

2.2. Para cada atividade, palestra, evento, treinamento, projeto ou serviço que venha a ser executado em parceria entre ambas as partes, deverá ser elaborado um Termo Aditivo, onde deverão constar as responsabilidades, atribuições, deveres e direitos de cada uma, bem como o objeto da atividade ou serviço e seus detalhes técnicos, financeiros e operacionais, quando houver.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA COORDENAÇÃO:

3.1. Para cada Termo Aditivo será designado um Coordenador pela **CCMUSA** e outro pela **NATIVA do BRASIL** os quais deverão nomear os demais participantes e/ou profissionais e técnicos envolvidos, quando for o caso, bem como determinar as rotinas de trabalho do evento, palestra ou atividade prevista para ser realizada.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS:

4.1. O presente Termo de Cooperação não prevê por si só repasse de recursos ou outra forma de remuneração entre as partes, nem cria passivos ou dívidas de qualquer espécie. Toda e qualquer dotação ou utilização de recursos financeiros e materiais deverá ser alvo de formalização nos Termos Aditivos específicos, conforme prescreve a Cláusula Segunda deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA:

5.1. O presente Termo de Cooperação terá vigência de 4 anos a contar da data de sua assinatura, podendo ser renovado se houver interesse de ambas as partes.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

AMCHAM - American Chamber of Commerce

NATIVA do BRASIL
Projetos de Responsabilidade Social e Ambiental

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

6.1. O presente Termo de Cooperação poderá ser rescindido, independentemente de aviso judicial ou extrajudicial, apenas com um comunicado por escrito por uma das partes à outra, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, garantidos os compromissos e obrigações assumidos no período deste Termo e de seus Aditivos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMALIZAÇÃO:

7.1. Para que se conste os efeitos deste instrumento em prova de conformidade, as partes firmam o presente documento.

E por estarem de acordo com os termos deste instrumento, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

Maputo – Moçambique / Curitiba - Brasil, 01 de julho de 2015

Evaristo Madime

Presidente CCMUSA
Moçambique

Marcelo Lubas

Nativa do Brasil
Brasil

08.648.607/0001-94
NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA
RUA NICOLAU PAMPUCH, 188
AFONSO PENA - CEP 83045-280
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS-PR

TESTEMUNHAS:

Assinatura:
Nome:
RG:

Assinatura:
Nome: LEILA CRISTINA DA. A. LUBAS
RG: 5651301-9/PR

CÂMARA DE COMÉRCIO MOÇAMBIQUE/EUA

NATIVA do BRASIL
(41)3282-7488 / 96278962

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

CONVENIO MARCO DE COLABORACIÓN ENTRE

NATIVA DO BRASIL

Y

LA ASOCIACIÓN DE INVESTIGACIÓN Y DESARROLLO EN LA INDUSTRIA DEL MUEBLE Y AFINES (AIDIMA)

En Valencia, 30 de Mayo de 2013

REUNIDOS

De un parte, Don Marcelo Lubas, el cual interviene en nombre y representación del NATIVA DO BRASIL, en su condición de Director Presidente, con domicilio social en São José dos Pinhais (Paraná), en la Rua Nicolau Pampuch n° 188, Bairro Afonso Pena, com R.G. número 4.164.583-0

Y, de otra, Don Mariano J. Pérez Campos, el cual interviene en nombre y representación de la **ASOCIACION DE INVESTIGACION Y DESARROLLO EN LA INDUSTRIA DEL MUEBLE Y AFINES,** en adelante **AIDIMA,** en su condición de Director, con domicilio social en Paterna (Valencia), en la calle Benjamín Franklin nº 13, y provista con C.I.F. número G-46261590.

Ambas partes, en la representación que manifiestan ostentar, se reconocen mutuamente capacidad legal bastante para suscribir el presente documento, y a tal fin, ambas partes convienen suscribir el presente **CONVENIO DE COLABORACIÓN,** por el cual

EXPONEN

NATIVA DO BRASIL es una Empresa de la Investigación e desarrollo no ámbito de la madera e muebles, con espécies exóticas e tropicales. La empresa de investigación fue constituida e inaugurada en 10 de janero de 2007. El NATIVA tiene know-how e la responsabilidad del difusión del nuevo proceso del Engenharia Florestal de la madera con la creación del sistema pastilhado (placado) del madera, racionalizando o uso del recurso natural, aumentando la competitividad, qualidade, economía e inovacion para la arquitectura, muebles e design.

AIDIMA es una Asociación de Investigación, con personalidad jurídica propia, sin ánimo de lucro, carácter privado y ámbito nacional. La Asociación fue constituida en

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

noviembre de 1984, e inaugurada oficialmente en 1986, gracias a al apoyo de la Generalidad Valenciana y a la iniciativa de la empresa privada. Esta reconocida por CICYT como Centro de Innovación y Tecnología, e integrada en la Red de Institutos Tecnológicos de la Comunidad Valenciana (RedIT).

AIDIMA tiene como objetivo básico el contribuir a incrementar la competitividad del sector español del mueble, la madera e industrias afines, así como del sector del embalaje y transporte, fundamentalmente en todos aquellos aspectos relacionados con la calidad, la innovación tecnológica, la formación, la información, la seguridad, el medio ambiente, y en general, la mejora de la gestión especialmente en las áreas del diseño, producción y comercialización, y el fortalecimiento de la exportación.

ACUERDAN

PRIMERO

Promover acciones conjuntas destinadas a facilitar la cooperación entre NATIVA do BRASIL y AIDIMA que beneficien a las empresas de Brasil y a las empresas españolas del sector de la madera y el mueble.

SEGUNDO

Promover la transferencia y adaptación de la tecnología entre ambas instituciones. Participar en el desarrollo de proyectos de I+D y de transferencia de tecnología.

TERCERO

Este acuerdo deberá concretarse por medio de convenios singulares de colaboración que serán firmados por las partes implicadas al objeto de definir las actividades, recursos, plazos, presupuesto y fuentes de financiación necesarios para su ejecución.

Este Convenio-Marco tendrá un período de validez de dos años prorrogable automáticamente, salvo denuncia expresa de alguna de las partes.

Y para que conste a los efectos oportunos, en prueba de conformidad, las partes firman el presente documento.

NATIVA do BRASIL
(41)3282-7488 / 96378863

D. Marcelo Lubas
Director-Presidente da NATIVA do BRASIL

Fdo. D.

Fdo. D. Mariano Pérez Campos
Director de AIDIMA

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361



Logística Reversa

www.afukuoka.com.br (41) 9976-3321

RESÍDUOS PERIGOSOS, TÓXICOS E ESPECIAIS: LÂMPADAS FLUORESCENTES; PILHAS; BATERIAS DE CELULARES; BATERIAS VEICULARES; REATORES DE LUMINÁRIAS; MEDICAMENMTOS VENCIDOS; BITUCAS CIGARRO; ÓLEO DE FRITURA; ELETRONICOS E INFORMATICA; CHAPAS RAIO X; LATAS TINTAS E SOLVENTES; ISOPOR; BANNERES E FAIXAS DE LONA; VIDROS;

NATIVA do BRASIL

Termo de Cooperação Técnica, Científica, Operacional, Administrativa e Financeira que entre si celebram a **ASSOCIAÇÃO FUKUOKA INSTITUTO DE ESTUDOS, PESQUISAS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS TECNOLÓGICAS, GESTÃO E EDUCAÇÃO AMBINETAL, SOCIAIS E CULTURAIS,** e a **NATIVA DO BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA.**

A **ASSOCIAÇÃO FUKUOKA INSTITUTO DE ESTUDOS, PESQUISAS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS, TECNOLÓGICA, GESTÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL, SOCIAIS E CULTURAIS**, fundada em 01 de janeiro de 1985, inscrita no CNPJ sob nº 81.190.100/0001-20, Inscrição Estadual Isenta, declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 17.703, de 07 de outubro de 2013, de Utilidade Pública Municipal (Curitiba) pela Lei nº 14.147, de 20 de novembro de 2012, com sede à Rua Simão Brante, 930 – bairro Uberaba – CEP 81570-340 – Curitiba – Paraná; escritório na Al. Dr. Muricy, 474 – 4º andar – sala 42a – Centro – CEP 80010-120 – Curitiba – Paraná; sede balneária no Balneário Barra do Saí, município de Itapoá – Santa Catarina, neste ato representada pelo **Diretor Presidente JOSÉ RAUL IMOTO**, portador da Carteira de Identidade Civil RG nº 2.083.309 SSP/IIPR e CPF nº 316.450.629-53 e pelo **Diretor de Meio Ambiente EDSON SADAO IMOTO**, portador da Carteira de Identidade Civil RG 1.006.848 SSP/IIPR, CPF 161.048.119-49, doravante denominada **FUKUOKA** e, a empresa **NATIVA DO BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA.**, fundada em 10 de janeiro de 2007, inscrita no CNPJ sob nº 08.648.607/0001-94, Inscrição Estadual Isenta, Inscrição Municipal nº 3096-1, com sede à Rua Nicolau Pampuch, 188 – CEP 83045-280 – município de São José dos Pinhais – Paraná, neste ato representada pelo **Sócio Proprietário e Administrador Engenheiro MARCELO LUBAS**, portador da Carteira de Identidade Civil RG 4.164.583-0 SSP/IIPR, CPF 610.572.319-91, doravante denominada **NATIVA DO BRASIL**, resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação Técnica, Científica, Operacional, Administrativa e Financeira, cujo escopo é apresentado nas cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO:

1.1. O presente Termo de Cooperação tem por finalidade o estabelecimento de um protocolo de cooperação técnica, científica, operacional, administrativa e financeira entre a **FUKUOKA** e a **NATIVA DO BRASIL** para o desenvolvimento conjunto de projetos de pesquisa, estudos, levantamentos, implantação e monitoramento dos mesmos, visando atender atividades e projetos de desenvolvimento socioambiental, de tecnologia, de preservação e conservação de recursos naturais, de educação ambiental, de treinamento, de difusão tecnológica, de realização de palestras e eventos, de publicação de artigos e outros materiais de divulgação na área de interesse das partes, bem como realizar outras atividades que beneficiem mutuamente as partes cooperadas.

CLÁUSULA 2ª – DA FORMA DE ATUAÇÃO:

2.1. Este Termo de Cooperação tem um caráter de formalizar a cooperação entre as partes de forma genérica, permitindo que estas possam se manifestar como entidades cooperadas e desfrutar dos benefícios que a parceria traz na execução conjunta de programas, projetos e serviços e/ou pesquisas, tecnologia e implantação de programas e projetos ambientais, tecnológicos, sociais, culturais, e de outras áreas afins.

2.2. Para cada projeto ou serviço que venha eventualmente a ser executado em parceria entre ambas, será elaborado um Termo Aditivo, onde deverão constar as responsabilidades, atribuições, deveres e direitos de cada uma, bem como o objeto dos programas, projetos e serviços e/ou pesquisas e seus detalhes técnicos, operacionais, administrativos e financeiros.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361



Logística Reversa
www.afukuoka.com.br (41) 9976-3321
RESÍDUOS PERIGOSOS, TÓXICOS E ESPECIAIS: LÂMPADAS FLUORESCENTES; PILHAS; BATERIAS DE CELULARES; BATERIAS VEICULARES; REATORES DE LUMINÁRIAS; MEDICAMENMTOS VENCIDOS; BITUCAS CIGARRO; ÓLEO DE FRITURA; ELETRONICOS E INFORMATICA; CHAPAS RAIO X; LATAS TINTAS E SOLVENTES; ISOPOR; BANNERES E FAIXAS DE LONA; VIDROS;

NATIVA do BRASIL

CLÁUSULA 3ª – DA COORDENAÇÃO:
3.1. Para cada Termo Aditivo será designado um Coordenador pela **FUKUOKA** e outro pela **NATIVA DO BRASIL** os quais deverão nomear os demais profissionais e técnicos envolvidos, quando for o caso, bem como determinar as rotinas de trabalho.

CLÁUSULA 4ª – DOS RECURSOS FINANCEIROS:
4.1. O presente Termo de Cooperação não estabelece diretrizes de atuação em relação a proporcionalidade de valores e repasses, que serão nominados na elaboração de Termos Aditivos.
Este Termo de Cooperação não prevê repasse de recursos ou outra forma de remuneração entre as partes, nem cria passivos ou dívidas de qualquer espécie.
Toda e qualquer dotação ou utilização de recursos financeiros e materiais deverão ser alvos de formalização nos Termos Aditivos específicos, conforme prescreve a Cláusula 2ª deste instrumento.

CLÁUSULA 5ª – DA VIGÊNCIA:
5.1. O presente Termo de Cooperação terá vigência de 4 (quatro) anos a contar da data de sua assinatura, podendo ser renovado se houver interesse de ambas as partes, por novos períodos sucessivos.

CLÁUSULA 6ª – DA RESCISÃO:
6.1. O presente Termo de Cooperação poderá ser rescindido, independentemente de aviso judicial ou extrajudicial, apenas com um comunicado por escrito por uma das partes à outra, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, garantidos os compromissos e obrigações assumidos no período deste Termo e de seus Aditivos.

CLÁUSULA 7ª – DO FORO:
7.1. Fica eleito o foro de Curitiba para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Cooperação.

E por estarem de acordo com os termos deste instrumento, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

Curitiba, 22 setembro de 2014

ASSOCIAÇÃO FUKUOKA INSTITUTO de Estudos, Pesquisas e Soluções Ambientais, Tecnológicas, Gestão e Educação Ambiental, Sociais e Culturais	*ASSOCIAÇÃO FUKUOKA INSTITUTO de Estudos, Pesquisas e Soluções Ambientais, Tecnológicas, Gestão e Educação Ambiental, Sociais e Culturais*	*NATIVA DO BRASIL Pesquisa, Tecnologia e Desenvolvimento Ltda.*
José Raul Imoto Diretor Presidente	*Edson Sadao Imoto Diretor de Meio Ambiente*	*Marcelo Lubas Sócio Proprietário*

TESTEMUNHAS:

Assinatura:	*Assinatura:*
Nome:	*Nome:*
RG	*RG*

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DA TERRA, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL
DIRECÇÃO NACIONAL DE FLORESTAS

Exmo Senhor:
Marcelo Lubas

São José dos Pinhais - Brasil

N/Refª 637 /MITADER/DINAF/ 993 /2016 Maputo, aos 06 de Julho de 2016

Assunto: **Convite para uma visita de Trabalho.**

Os recursos florestais revestem-se de grande importância económica, social, cultural, ambiental e científica, para actual e futura geração dos moçambicanos, como fonte de geração de emprego e renda, contribuindo significativamente na balança de pagamentos e no desenvolvimento do país; com cerca de 40 milhões de hectares de floresta, dos quais cerca de 27 milhões de hectares com potencial para exploração de madeira.

Relativamente à indústria florestal nacional, esta caracteriza-se, em geral, por ter fraca capacidade de processamento, possuir equipamento obsoleto, com baixos níveis de rendimento (45%), sendo a madeira serrada de baixa qualidade quando comparada os padrões de processamento exigido a nível nacional e internacional;

Com base no resultado do Diagnóstico do sector Industrial de Moçambique, realizado pelo Governo através do Ministério da indústria e Comércio e a Ernest & Young no final do ano 2015, a Empresa Nativa do Brasil – Pesquisa, Tecnologia e Desenvolvimento Ltda, propôs a apresentação de um programa de Modernização do Sector da Madeira e de Móveis de Moçambique, a ser realizado em Maputo.

Assim, a DINAF vem através desta convidar o Senhor **Marcelo Lubas,** Director Técnico da empresa Nativa do Brasil, com o Passaporte Nº: FI219786, emitido a 24.06.2013 e válido até 23.06.2018, para realizar uma visita de trabalho de 20 (vinte) dias a Moçambique (de ***28 de Agosto a 16 de Setembro de 2016***), para apresentar a proposta de projecto acima referido.

Atenciosamente

O Director Nacional

Xavier Sakambouera Sailors
(Docente N1)

Avenida Josina Machel 537, CP 288. Telefones: 21302555, Faxe: 21321804, Maputo.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

ApexBrasil
AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS

Brasília-DF, 25 de julho de 2016

CARTA APEX-BRASIL Nº: 698/2016

Assunto: Participação da empresa NATIVA BRASIL na Feira FACIM 2016

A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) irá realizar de 29 de agosto a 04 de setembro de 2016 a participação brasileira na **Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Moçambique - FACIM 2016**, com o objetivo de promover a parceria comercial entre o Brasil e Moçambique na maior feira multissetorial de negócios daquele país.

Informamos que a **Nativa Brasil** representada pelo Sr. MARCELO LUBAS, passaporte FI 219786, validade 23/06/2018, participará da referida feira como expositor brasileiro.

Atenciosamente,

Diogo Bass Akitaya

Diogo Akitaya
Supervisor
Coordenação de Promoção de Negócios

SBN Quadra 2 | Lote 11
Ed. Apex-Brasil
70040-020 | Brasília DF | Brasil
Tel.: +55 61 3426 0202
Fax: + 55 61 3426 0253
www.apexbrasil.com.br

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

MOZAICO DO ÍNDIGO
desenvolvendo destinos turísticos
MOZAMBIQUE

NATIVA do BRASIL
Projetos de Responsabilidade Social e Ambiental

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL QUE FAZEM ENTRE SI A MOZAICO DO ÍNDIGO e a NATIVA DO BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

A **MOZAICO DO ÍNDIGO** com sede na Av. 25 de Setembro N° 1383, 4º Andar, Porta 403 – Maputo – Moçambique, doravante denominada **MOZAICO,** neste ato representada por Evaristo Madime, e por outro lado, a **NATIVA do BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA,** CNPJ nº 08.648.607/0001-94, com sede à Rua Nicolau Pampuch, 188, município de São José dos Pinhais – Paraná - Brasil, doravante denominada **NATIVA do BRASIL,** neste ato representada por Marcelo Lubas, resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação cujo conteúdo é apresentado nas cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O presente Termo de Cooperação tem por finalidade o estabelecimento de um protocolo de cooperação entre a **MOZAICO** e a **NATIVA do BRASIL** para a realização de projetos, serviços, palestras, eventos, treinamentos, publicação de artigos e outros materiais de divulgação, na área de interesse de ambas as partes, bem como realizar outras atividades que beneficiem mutuamente as partes cooperadas.

Parágrafo primeiro: Será dada prioridade para elaboração e realização de projetos de Inovação e Sustentabilidade na área de Responsabilidade Social e Ambiental, da qual é o *expertise* da **NATIVA do BRASIL,** e que possam estimular o interesse e a atração turística, da qual é o expertise da **MOZAICO.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE ATUAÇÃO:

2.1. Este Termo de Cooperação tem um caráter de formalizar a Cooperação entre as partes de forma genérica, permitindo que estas possam se manifestar como entidades cooperadas e desfrutar dos benefícios que a parceria traz na execução conjunta de projetos, serviços, palestras, eventos, treinamentos e na promoção e realização de atividades em conjunto.

2.2. Para cada projeto, atividade, palestra, evento, treinamento, ou serviço que venha a ser executado em parceria entre ambas as partes, deverá ser elaborado um Termo Aditivo, onde deverão constar as

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

responsabilidades, atribuições, deveres e direitos de cada uma, bem como o objeto da atividade ou serviço e seus detalhes técnicos, financeiros e operacionais, quando houver.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA COORDENAÇÃO:

3.1. Para cada Termo Aditivo será designado um Coordenador pela **MOZAICO** e outro pela **NATIVA do BRASIL** os quais deverão nomear os demais participantes e/ou profissionais e técnicos envolvidos, quando for o caso, bem como determinar as rotinas de trabalho do evento, palestra ou atividade prevista para ser realizada.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS:

4.1. O presente Termo de Cooperação não prevê por si só repasse de recursos ou outra forma de remuneração entre as partes, nem cria passivos ou dívidas de qualquer espécie. Toda e qualquer dotação ou utilização de recursos financeiros e materiais deverá ser alvo de formalização nos Termos Aditivos específicos, conforme prescreve a Cláusula Segunda deste instrumento.

4.2 O presente Termo de Cooperação, por outro lado, estabelece, de comum acordo, que os resultados financeiros dos serviços e projetos (lucro), devidamente após serem retirados os custos, sejam repartidos igualmente entre a **MOZAICO** e a **NATIVA do BRASIL, na proporção de 50% a 50%.**

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA:

5.1. O presente Termo de Cooperação terá vigência de 4 anos a contar da data de sua assinatura, podendo ser renovado se houver interesse de ambas as partes.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

6.1. O presente Termo de Cooperação poderá ser rescindido, independentemente de aviso judicial ou extrajudicial, apenas com um comunicado por escrito por uma das partes à outra, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, garantidos os compromissos e obrigações assumidos no período deste Termo e de seus Aditivos.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

MOZAICO DO ÍNDIGO
desenvolvendo destinos turísticos
MOZAMBIQUE

NATIVA do BRASIL
Projetos de Responsabilidade Social e Ambiental

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMALIZAÇÃO:

7.1. Para que se conste os efeitos deste instrumento em prova de conformidade, as partes firmam o presente documento.

E por estarem de acordo com os termos deste instrumento, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

Maputo – Moçambique / Curitiba - Brasil, 01 de julho de 2015

Evaristo Madime
Mozaico do Índigo - Director Geral
Moçambique

Marcelo Lubas
Nativa do Brasil - Diretor
Brasil

08.648.607/0001-94
NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA
RUA NICOLAU PAMPUGH, 1.4
AFONSO PENA - CEP 83045-280
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS-PR

TESTEMUNHAS:

Assinatura:	Assinatura:
Nome: Filomena Paulo Tchimane	Nome: LEILA CRISTINA DA A. LUBAS
RG:	RG: 5651301-9 / PR

NATIVA do BRASIL
(41)3282-7488 / 96378983

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

CONVÊNIOS E ACORDOS DE COOPERAÇÃO NO BRASIL

Devido a peculiaridade do diferencial que é a empresa de pesquisa técnica Nativa do Brasil, a mesma **possui CONVÊNIOS E TERMOS DE COOPERAÇÃO** com **ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ** e com o **SISTEMA CONFEA – CREA – MÚTUA/PR.**

É um **diferencial significativo** que a empresa de Pesquisa Técnica Nativa do Brasil possui.

Convênios e Acordos de Cooperação da Nativa do Brasil com Associações de Municípios:

CONFEA – CREA – MÚTUA/PR (Convênio n° 009/2021)

AMENORTE – Associação dos Municípios do Médio Noroeste do Estado do Paraná

AMSOP – Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná

CANTUQUIRIGUAÇU – Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

AMENORTE

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO NOROESTE DO ESTADO DO PARANÁ

Termo de Cooperação – TC n° 001/2021

Termo de Cooperação Técnica entre a Associação dos Municípios do Médio Noroeste do Estado do Paraná – AMENORTE e a empresa de pesquisa técnica NATIVA do BRASIL

A NATIVA do BRASIL, empresa de pesquisa técnica e de desenvolvimento, fundada em 10 de janeiro de 2007, com sede na Rua Nicolau Pampuch, 188, bairro Afonso Pena, em São José dos

AMSOP

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ

Termo de Cooperação – TC n° 001/2021

Termo de Cooperação Técnica entre a Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná - ASMOP e a empresa de pesquisa técnica NATIVA do BRASIL.

A NATIVA do BRASIL, empresa de pesquisa técnica e de desenvolvimento, fundada em 10 de janeiro de 2007, com sede na Rua Nicolau Pampuch, 188, bairro Afonso Pena, em São José dos

CANTU
QUIRIGUAÇU

Termo de Cooperação – TC nº 001/2021

Termo de Cooperação Técnica entre a Associação dos Municípios Cantuquiriguaçu-CANTUQUIRIGUAÇU e a empresa de pesquisa técnica NATIVA do BRASIL

A NATIVA do BRASIL, empresa de pesquisa técnica e de desenvolvimento, fundada em 10 de janeiro de 2007, com sede na Rua Nicolau Pampuch, 188, bairro Afonso Pena, em São José dos Pinhais-PR, inscrita sob CNPJ n° 08.648.607/0001-94, representada pelo Eng. Florestal Marcelo Lubas, sócio-proprietário e administrador, CPF: 610.572.319-91 e RG: 4.164.583-0 PR, doravante denominada NATIVA do BRASIL e a Associação dos Municípios

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

Convênios da Nativa do Brasil

Convênio da Nativa do Brasil com:

- **CONFEA – CREA – MÚTUA/PR (Convênio n° 009/2021)**



MUTUA signer

Verifique este documento

CERTIFICADO DE AUTENTICIDADE

Documento assinado digitalmente em conformidade com a Lei Federal nº 14.063/2020. Sua autenticidade pode ser confirmada por meio do código QR acima ou acessando o endereço https://signer.mutua.com.br/valida/ e digitar o código de identificação do documento abaixo.

Código de identificação
6909-5381-6276-3104

Informações do documento:

Título: *Convênio nº 009/21 - Nativa do Brasil - renovação 2022*
Data de criação: *15/03/2022 13:37:52* Criado por: *Mútua Paraná*

Signatário(s):

Nome: *Claudia Ramos Fogaça*; CPF: *842.235.709-78*; Data de nascimento: *29/11/1971*; Data de assinatura: *21/03/2022 14:37:27*; E-mail confirmado: *claudia.fogaca@mutua.com.br*; Endereço de internet: *177.220.172.232*; Localização geográfica: *-25.4677143,-49.2942932*

Nome: *Luiz Eduardo Caron*; CPF: *253.575.819-91*; Data de nascimento: *06/10/1954*; Data de assinatura: *21/03/2022 14:37:51*; E-mail confirmado: *luiz.caron@mutua.com.br*; Telefone: *(41) 99207-5799*; Endereço de internet: *186.206.11.189*; Localização geográfica: *-25.4148608,-49.2568576*

Nome: *Julio Cesar Vercesi Russi*; CPF: *309.429.349-20*; Data de nascimento: *14/03/1954*; Data de assinatura: *21/03/2022 14:38:10*; E-mail confirmado: *julio.russi@mutua.com.br*; Telefone: *(41) 99975-2073*; Endereço de internet: *168.181.51.226*; Localização geográfica: *Não informado*

Nome: *HARLON LUNA FERREIRA*; CPF: *006.060.049-71*; Data de nascimento: *23/03/1980*; Data de assinatura: *21/03/2022 14:39:10*; E-mail confirmado: *harlon.ferreira@mutua.com.br*; Telefone: *(43) 99965-9495*; Endereço de internet: *168.121.148.255*; Localização geográfica: *-23.1087262,-50.3675124*

Nome: *Marcelo Lubas*; CPF: *610.572.319-91*; Data de nascimento: *19/05/1967*; Data de assinatura: *21/03/2022 15:19:47*; E-mail confirmado: *nativa@nativadobrasil.com.br*; Endereço de internet: *201.40.205.230*; Localização geográfica: *-25.5326,-49.0889*

Nome: *Leila Cristina da Anunciação Lubas*; CPF: *857.440.269-91*; Data de nascimento: *11/10/1972*; Data de assinatura: *25/03/2022 15:08:32*; E-mail confirmado: *leila@nativadobrasil.com.br*; Endereço de internet: *201.40.205.230*; Localização geográfica: *Não informado*

CONFEA CREA MUTUA

A empresa desenvolve pesquisas específicas a partir de demandas, gargalos e problemas identificados, através de seu Engenheiro responsável técnico, Marcelo Lubas em diagnósticos executados pela empresa de pesquisa Nativa do Brasil, e como resultado, cria soluções inéditas, reconhecidas e premiadas.

Dentro do escopo, apresenta 2 temas-destaques, inéditos e de valia à sociedade, como um todo, através da oferta dos serviços inéditos concluídos a partir de suas pesquisas, a saber:

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

1. **PMIC** – Plano Municipal do ICMS Ecológico e PMIC Especial de Manancial/Pró-manancial do Paraná.

2. **REBAPP** – Retificação de Bordas em APP´s – Áreas de Preservação Permanente e de Solução de Conflitos em Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo de Planos Diretores e de Áreas Verdes protegidas, criando novos indicadores ambientais, denominados Indicadores Ambientais REBAPP.

   Ambas novas e inéditas soluções para questões especializadas na área ambiental, especificamente na área de ICMS Ecológico e de novos Indicadores Ambientais de apoio para o gerenciamento de áreas verdes protegidas para os municípios do Estado do Paraná.

MUNICÍPIOS ATENDIDOS pela NATIVA DO BRASIL - PLANO PMIC

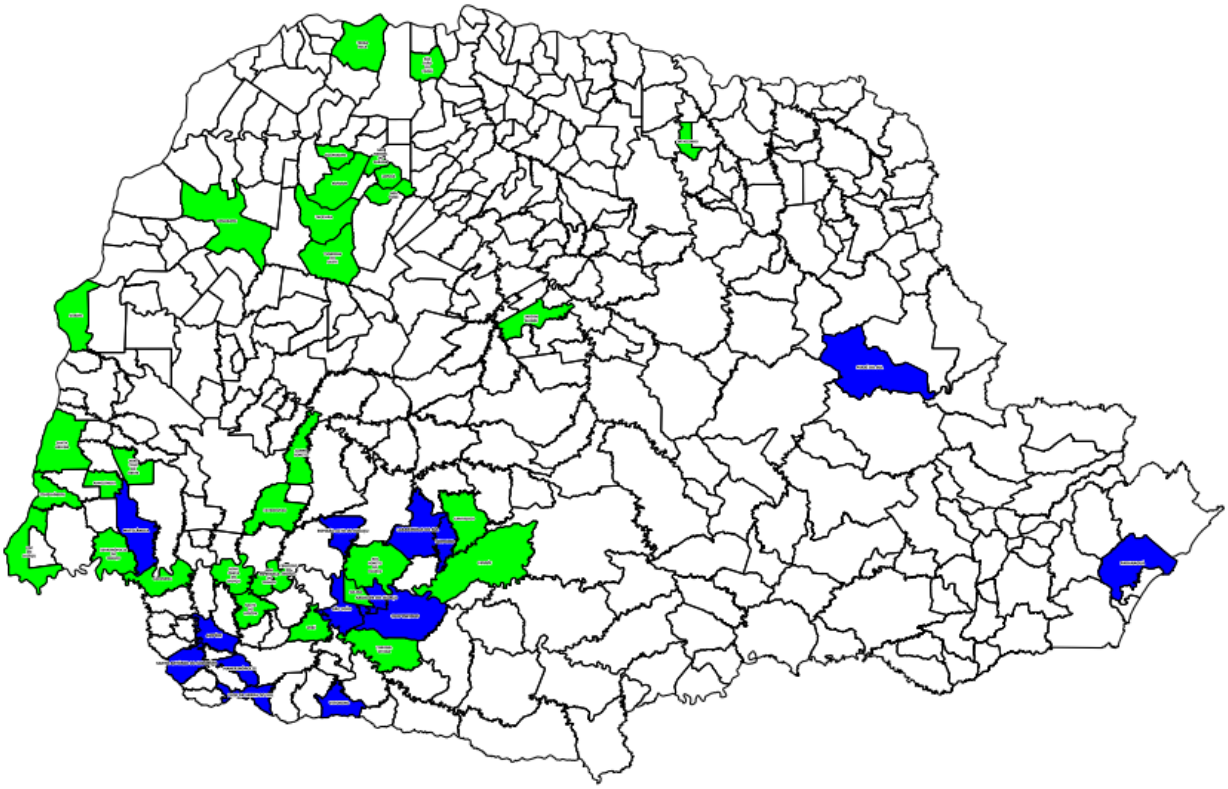
Municípios implantados	N° dos PMIC´s/CREA-PR
Tapejara	001/399
São Tomé	002/399
Japurá	003/399
Rondon	004/399
Laranjeiras do Sul	005/399
Cruzeiro do Iguaçu	006/399
São Manoel do PR	007/399
Candói	008/399
Tuneiras do Oeste	009/399
Rio Bonito do Iguaçu	010/399
Virmond	011/399
Cantagalo	012/399
Catanduvas	013/399
Verê	014/399
Boa Esperança do Iguaçu	015/399
Ampére	016/399
Santo Antônio do Sudoeste	017/399
Campo Bonito	018/399
Guaporema	019/399

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

Santa Helena	020/399
Foz do Iguaçu	021/399
Itaipulândia	022/399
Flor da Serra Sul	023/399
Chopinzinho	024/399
Coronel Vivida	025/399
Saudade Iguaçu	026/399
São João	027/399
Vitorino	028/399
Guaíra	029/399
Sulina	030/399
Salto do Lontra	031/399
Terra Rica	032/399
Manfrinópolis	033/399
Nova Prata do Iguaçu	034/399
São João do Caiuá	035/399
Ramilândia	036/399
Paranaguá	037/399
Jataizinho	038/399
Espigão Alto do Iguaçu	039/399
Serranópolis do Iguaçu	040/399
Piraí do Sul	041/399
Jardim Alegre	042/399
Matelândia	043/399
Vera Cruz do Oeste	044/399

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

MUNICÍPIOS ATENDIDOS - IMPLANTAÇÃO PMIC da NATIVA DO BRASIL



Fonte: Nativa do Brasil;2023

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

PUBLICAÇÃO NA REVISTA DA AMP (Ano 4 – Edição n° 02)

APRESENTAÇÃO DO QUE É O PMIC criado pela NATIVA do BRASIL ao Presidente da AMP – Associação dos Municípios do Paraná, Prefeito de Jesuítas, Júnior Weiller.

Diretoria e Governo buscam solução para dívida previdenciária das prefeituras

Pág . 8

JULHO/AGOSTO DE 2021

AMP

ANO 4 - EDIÇÃO Nº 2

AMP

AÇÕES DA AMP

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Técnicos discutem com Júnior Weiller planos de implantação do ICMS Ecológico



Aurélio Munhoz

O presidente Júnior recebeu Lubas e Leila em seu gabinete, na AMP.

O presidente da AMP (Associação dos Municípios do Paraná) e prefeito de Jesuítas, Júnior Weiller, participou de reunião com os técnicos Marcelo e Leila Cristina Lubas, da empresa Nativa do Brasil, para discutir os planos de implantação do ICMS Ecológico nos municípios. Hoje, anualmente, 251 cidades recebem R$ 400 milhões do ICMS Ecológico, mas o número pode aumentar se os municípios tiverem planos bem formulados. O ICMS Ecológico é um mecanismo tributário que existe há 30 anos e beneficia os municípios que atendem a uma série de critérios ambientais.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

<u>Coordenação e Promoção de Encontro de Prefeitos</u> sobre assuntos <u>específicos de coeficientes técnicos ambientais</u> do ICMS Ecológico e de Notas Técnicas resultados de <u>pesquisas especializadas</u> publicadas pela Nativa do Brasil.

A empresa de Pesquisa Técnica Nativa do Brasil **coordena e promove encontros públicos de Prefeitos**, sob **assuntos temáticos** de interesses **microrregionais em comum**.

“ENCONTRO DOS PREFEITOS DOS MUNICÍPIOS DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU”

Tema: NOTA TÉCNICA DA NATIVA DO BRASIL – Coeficientes do Parque Nacional do Iguaçu

Inserido ao protocolo **20.091.069-9** por: **Marcelo Lubas** em: 17/02/2023 10:37. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **f5c1c20985413f5929ba3847a0f20.**

NOTA TÉCNICA – Nativa do Brasil: 17-02-2023-A

ART/CREA PR n° 1720230811080 – Registro n° 61.084 CREA-PR

CNPJ: 08.648.607/0001-94



Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

www5.pmfi.pr.gov.br/noticia.php?id=51539

Mapa do site | Aumentar fonte | Diminuir fonte | Fonte normal | Contraste | TRANSPARÊNCIA

SERVIÇOS ÓRGÃOS DIÁRIO OFICIAL LICITAÇÕES CONCURSOS NOTÍCIAS ACESSO RÁPIDO

COMPARTILHAR

Prefeitos lindeiros ao PNI reivindicam melhores índices de ICMS Ecológico

Chico Brasileiro lidera a comissão de 14 prefeitos dos municípios que possuem áreas de preservação ambiental do Parque Nacional do Iguaçu

Data de publicação: **13/02/2023**



O prefeito de Foz do Iguaçu, Chico Brasileiro, reuniu-se nesta segunda-feira (13) com chefes do Executivo de municípios lindeiros ao Parque Nacional do Iguaçu, em Santa Tereza do Oeste, com o objetivo de montar uma comissão para reivindicar melhorias nos índices de arrecadação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) Ecológico junto ao Governo do Estado.

APRESENTAÇÕES DO PMIC DA NATIVA DO BRASIL

PARA PREFEITOS DAS ASSOCIAÇÕES DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

APRESENTAÇÕES DO PLANO MUNICIPAL PMIC DO ICMS ECOLÓGICO

EM ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361





Primeiros municípios da região da AMENORTE a receberem os Planos PMIC´s

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361



Prefeitos de Tapejara, São Tomé, Japurá e Rondon

NATIVA do BRASIL

PMIC – Plano Municipal do ICMS Ecológico

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - CANTUQUIRIGUAÇU

Presidente Prefeito Bovino - Rio Bonito do Iguaçu







ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS CANTU QUIRIGUAÇU



Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

PMIC – Plano Municipal do ICMS Ecológico

Prefeito Heraldo Trento – Guaíra – Presidente dos Lindeiros







PMIC – Plano Municipal do ICMS Ecológico
COMCAM – Campo Mourão

Presidente Leandro – Prefeito de Araruna





Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

PMIC – Plano Municipal do ICMS Ecológico

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - AMUNPAR

Presidente Júlio – Prefeito de Terra Rica











PMIC - Plano Municipal do ICMS Ecológico

AMSOP - Francisco Beltrão



Na Amsop, 37 prefeitos participam de assembleia e discutem finanças dos municípios

27/08/2021 Por Guilherme Del Zotto/Assessoria





Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361



Prefeito Nilson Feversani, Presidente da AMSOP recebe proposta para Termo de Cooperação



Entrega do 1° Plano Municipal na região da AMSOP
Município: Cruzeiro do Iguaçu



Prefeito Leonir, de Cruzeiro do Iguaçu
1° município a ter o Plano Municipal
do ICMS Ecológico - PMIC





Região da AMSOP

Plano Municipal do ICMS Ecológico – PMIC Cruzeiro do Iguaçu







Prefeito Leonir
Cruzeiro do Iguaçu

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

APRESENTAÇÃO DO PMIC Nativa do Brasil na AMERIOS

NATIVA do BRASIL

ASSOCIAÇÃO - AMERIOS

AMERIOS
Associação dos Municípios de Entre Rios



Presidente – Prefeito Marcos Alex (Icaraíma)

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

NOTÍCIAS

02/06/2022

Autor: **Imprensa@vitorino.pr.gov.br**

NA SEMANA DO MEIO AMBIENTE, VITORINO RECEBE O PLANO DO ICMS ECOLÓGICO POR MANANCIAIS

O Plano Municipal de ICMS Ecológico por Mananciais – PMIC de Vitorino foi entregue nas mãos do prefeito Marciano Vottri na manhã desta quinta, 02. O plano foi criado com a missão de ajudar o município compreender os indicadores que compõe o cálculo do valor repassado.

O ICMS Ecológico por Biodiversidade foi instituído no Paraná pela Lei Complementar 59 de 01 de outubro de 1991. Na prática, a Lei estabelece o repasse de uma porcentagem do ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – aos municípios que possuem unidades de conservação e área de mananciais de abastecimento.

Segundo Marciano Vottri, "o plano se torna fundamental no sentido de compreender a metodologia de análise que compõe os índices de cálculo que geram o retorno tributário para cada município. E ao passo que existe essa compreensão podemos decidir como melhorarmos estes índices", afirma Vottri.

Como uma ferramenta de planejamento, o PMIC formou-se a partir da criação de um Grupo Gestor do Índice Ambiental e é cadastrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Paraná – Crea-PR. A partir de agora, ele será utilizado como instrumento para priorizar as ações de melhorias do desenvolvimento sustentável no município, "e avançar para que tenhamos o objetivo final, que é o incremento de receita tributária municipal", finaliza Vottri.








Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

Exemplos de entregas de PMIC´s

Município de Japurá - recebendo o Plano Municipal do ICMS Ecológico e Certificado
"Prefeita Adriana Cristina Polizer"



ENTREGA DE PMIC´S

Flor da Serra do Sul

Prefeito Valmor Felipe Junior





Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

Exemplos de entregas de PMIC´s

NATIVA do BRASIL



ENTREGA DE PMIC´S

Verê

Prefeito Ademilso Rosin



NATIVA do BRASIL

ENTREGA DE PMIC´S

VITORINO



Prefeito Marciano Vottri



Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

Exemplos de entregas de PMIC´s

ENTREGA DE PMIC´S

São João

Prefeito Clóvis Mateus Cuccolotto



ENTREGA DE PMIC´S

Santo Antônio do Sudoeste

Prefeito Ricardo Antonio Ortiña



Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

Prefeito Zuca Luquini

AMPÉRE



Publicação do Plano Municipal PMIC – Município de Tapejara PMIC n° 001/399

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br



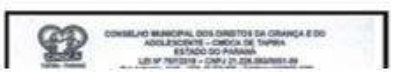


PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE TAPIRA
ESTADO DO PARANÁ

RESOLUÇÃO CMDCA Nº. 013/2021 DE 29 DE JUNHO DE 2021



Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

PREMIAÇÕES - RECONHECIMENTOS

PROJETO PREMIADO PELO CREA PR' 2021



Autoria/Responsabilidade Técnica – Nativa do Brasil

Eng. Marcelo Lubas - PMIC / REBAPP

Título "PROFISSIONAL DESTAQUE CREA 2021"

NATIVA do BRASIL

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

Exemplos de matérias (mídia) de entregas de Planos Municipais PMIC



O prefeito Chico Brasileiro recebeu nesta sexta-feira (27) a comissão da empresa de pesquisa nativa do Brasil, que entregou o Plano Estratégico do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) Ecológico de Foz do Iguaçu

O plano contempla um levantamento da situação atual do recebimento do ICMS Ecológico no Município, com a finalidade de ampliar os coeficientes técnicos e também as áreas verdes.

O ICMS Ecológico possibilita aos municípios acesso a parcelas maiores dos recursos financeiros arrecadados pelos Estados pelo ICMS em razão do atendimento de determinados critérios ambientais.

Para a elaboração do plano, foi montada uma comissão responsável pelo diagnóstico, relatório técnico e estudo das potencialidades ambientais de Foz do Iguaçu.

De acordo com Marcelo Lubas, engenheiro florestal responsável técnico da empresa de pesquisa nativa do Brasil, os estudos feitos tiveram como objetivo reconhecer o potencial ecológico do município.

"Medidas já foram tomadas, estudos feitos e protocolados junto ao órgão estadual ambiental, solicitando a elevação dos parâmetros ambientais, para que a cidade tenha a possibilidade de aumento na arrecadação financeira."

Mapa ecológico

Ainda segundo Lubas, o próximo passo da comissão é trabalhar para a implantação do projeto REPAPP (Retificação de Bordas em APP - áreas de preservação permanente) - e de zoneamentos em uso e ocupação do solo. O REPAPP tem como meta atualizar o mapa ecológico do município.

Para isso, a comissão realizou um diagnóstico do mapa municipal e apontou alguns problemas que deverão ser solucionados com estudos técnicos e de logística.

O diagnóstico prevê a ampliação da área em torno do Parque Nacional do Iguaçu, que pode ser três vezes maior do que previsto atualmente no relatório. Além da pontuação no PNI que pode ser ampliada em mais de 32% de áreas verdes, aumentando a arrecadação do município. O relatório envolve também o Refúgio de Itaipu, onde a comissão protocolou um documento, junto à Itaipu Binacional, solicitando a autorização para que a prefeitura possa realizar o estudo de viabilidade para a inserção da área verde externa.

Também de realizar estudos em outras áreas publicas de Foz e sensibilizar proprietários das áreas potenciais identificadas, além de apontar novos indicadores ambientais de áreas verdes protegidas com ICMS Ecológico.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361



Folha de Capanema
A Serviço da Verdade.
Capanema, 10 de abril de 2019 www.folhadecapanema.com.br Ano V - Edição 309 R$ 2,40

ICMS ECOLÓGICO, "UM SONHO QUE SE TORNA REALIDADE EM CAPANEMA"

Capanema começa a se organizar para tratar do ICMS Ecológico do Parque Nacional do Iguaçu. Há muito tempo vem se tentando provar que Capanema possui uma área de parque e não apenas lindeiro, em posse da documentação a administração, dando continuidade a um trabalho já existente nesta área começou a trabalhar neste sentido, com êxito.

Prefeito de Capanema, Américo Bellé, ao lado da Secretária Municipal de Meio Ambiente e equipe técnica, e Eng. Marcelo Lubas – CREA n° 23.0-78/D.

Apresentação e entrega de PMIC em reunião da AMSOP (Francisco Beltrão)



Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

Reuniões técnicas da Nativa do Brasil na AMSOP

com municípios em implantação dos PLANOS MUNICIPAIS



Município Boa Esperança do Iguaçu



Município Ampére

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA DE CARGO E FUNÇÃO DO ENG.

MARCELO LUBAS - NATIVA DO BRASIL

05/07/2020 ART

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná
Anotação de Responsabilidade Técnica Lei Fed 6496/77
Valorize sua Profissão: Mantenha os Projetos na Obra

ART Nº 20161281887
Desempenho de Cargo/Função Técnica
ART Principal

O valor de R$ 74,37 referente a esta ART foi pago em 30/03/2016 com a guia nº 100020161281887

Profissional Contratado: **MARCELO LUBAS** (CPF:610.572.319-91) Nº Carteira: PR-23078/D - Nº Visto Crea: -
Título Formação Prof.: ENGENHEIRO FLORESTAL.
Empresa contratada: Nº Registro:
Contratante: **NATIVA BRASIL PESQUISA TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA** CPF/CNPJ: 08.648.607/0001-94
Endereço:R NICOLAU PAMPUCH 188 AFONSO PENA
CEP: 83045280 SAO JOSE DOS PINHAIS PR Fone: 41 3282-7488
Local da Obra/Serviço: R NICOLAU PAMPUCH 188 Quadra: Lote:
AFONSO PENA - SAO JOSE DOS PINHAIS PR CEP: 83045280

Tipo de Contrato	6 OUTROS	Carga Horária 40 H/S
Ativ. Técnica	7 DESEMPENHO DE CARGO OU FUNÇÃO TÉCNICA	
Área de Comp.	8200 SERVIÇOS TÉC PROFISSIONAIS EM ENG FLORESTAL	
Tipo Obra/Serv	**022 DESEMPENHO CARGO/FUNÇÃO**	
Serviços contratados	050 EXECUÇÃO	

Data Início 29/03/2016
Data Conclusão

Vlr Taxa R$ 74,37 340

Base de cálculo: TABELA TAXA MÍNIMA

Outras Informações sobre a natureza dos serviços contratados, dimensões, ARTs vinculadas, ARTs substituídas, contratantes, etc

DECLARO ACEITAR O ENCARGO DE **RESPONDER TECNICAMENTE PELA EMPRESA** CONTRATANTE A PARTIR DESTA DATA.

Insp.: 4230

CreaWeb 1.08

Assinatura do Contratante

Assinatura do Profissional

Central de Informações do CREA-PR 0800 041 0067
A autenticação deste documento poderá ser consultada através do site www.crea-pr.org.br

Marcelo Lubas
Engenheiro Florestal
CREA 23.078/D

NATIVA do BRASIL
(41)3282-7488 / 96378863

https://creaweb.crea-pr.org.br/consultas/imprimeart.asp?V3=ON&RETIF=9&print=0&NUMART=20161281887&SEQUENCIA=0&CODREGTO=45... 1/1

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

FACIAP
FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO ESTADO DO PARANÁ

DECLARAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE

Declaramos para os devidos fins, que a empresa **Nativa do Brasil - Nativa Brasil Pesquisa, Tecnologia e Desenvolvimento Ltda**, Estabelecida na Rua Nicolau Pampuch n° 188, Bairro Afonso Pena, CEP 83.045-280, São José dos Pinhais, Estado do Paraná, inscrita no **CNPJ sob nº 08.648.607/0001-94**, e inscrição estadual **Isenta**, com autorização no estado do Paraná, **é detentora exclusiva da capacitação e implantação de "Plano PMIC - Plano Municipal de ICMS Ecológico" para municípios, de criação e autoria do Eng. Florestal Marcelo Lubas – CREA n° 23.078/D, responsável técnico da Nativa do Brasil.** De acordo com as características técnicas registradas no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná – **CREA-PR**, concedido sob o n° **61.084/ART n° 1720212576830 de 26/05/2021.**

A presente declaração tem como data de validade de 180 dias (seis meses) a contar da data de sua emissão.

Dada a competência que nos é conferida firmamos por verdadeira a presente.

1º TABELIONATO DE NOTAS Fernando Ocanjo Cavalcante da Conceição - Tabelião
Reconheço por SEMELHANÇA a firma de:
LFjZYkN0J - SABRINA DOS SANTOS DA SILVA.
Em testemunho _____ da verdade.
Curitiba, 07 de Dezembro de 2022
ESCREVENTE: THAIANA KESSY CEZAR RODRIGUES
SELO: F365X hwnhx A4MsI-hOANS:I3j4I
Consulte selo em http://selo.funarpen.com.br

1º TABELIONATO DE NOTAS (1683) CURITIBA PARANÁ

Curitiba, 07 de Dezembro de 2022

1º TABELIONATO CURITIBA-PR

Sabrina dos Santos da Silva
Supervisora de Comércio Exterior
Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná

Edifício 7TH Avenue - Trinity Corporate
Av. Sete de Setembro, 2451 - 10º andar, sala 1001
80230-010 - Rebouças - Curitiba - Paraná
41 3307-7000 | www.faciap.org.br

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

CRIAÇÕES INÉDITAS REGISTRADAS – CREA/PR:

Plano PMIC – Plano Municipal do ICMS Ecológico – Autoria, singularidade, concepção, criação e Responsabilidade Técnica registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Paraná – sob n° 61.084/1720212576830 e de notoriedade com Declaração/Certificação de Exclusividade FACIAP – Federação das Associações Comerciais e Empresarias do Estado do Paraná - Responsabilidade Técnica de Notória Especialização em ICMS Ecológico/PMIC – Elaboração, Capacitação e Implantação de Plano Municipal de ICMS Ecológico – PMIC.

REBAPP – Retificação de Bordas em APP´s – Áreas de Preservação Permanente e de Solução de Conflitos em Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo – autoria exclusiva REBAPP, criação, concepção e Responsabilidade Técnica registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Paraná – sob n° 61.084/20174739275 – Declaração/Certificação FACIAP de Exclusividade PMIC – Plano Municipal do ICMS Ecológico – Nativa do Brasil – Registro CREA n° 61.084

PACUIM - **Planos Ambientais de Conservação das APP´s e de Uso dos Imóveis Lindeiros**, autoria exclusiva PACUIM, criação, concepção e Responsabilidade Técnica registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Paraná – sob n° 61.084/20192268345 – Nativa do Brasil – Registro CREA/PR n° 61.084.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

REBAPP

REBAPP - Retificação de Bordas em APP´s – Áreas de Preservação Permanente e de Solução de Conflitos em Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo de Planos Diretores e de Áreas Verdes protegidas, criando novos indicadores ambientais, denominados Indicadores Ambientais REBAPP.

REBAPP – Retificação de Bordas em APP´s – Áreas de Preservação Permanente e de Solução de Conflitos em Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo – autoria exclusiva REBAPP, criação, concepção e Responsabilidade Técnica registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Paraná – sob n° 61.084/20174739275 – Declaração/Certificação FACIAP de Exclusividade PMIC – Plano Municipal do ICMS Ecológico – Nativa do Brasil – Registro CREA n° 61.084

SINGULARIDADE: Criação/concepção e autoria registrada no CREA-PR (a seguir)

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná
Anotação de Responsabilidade Técnica Lei Fed 6496/77
Valorize sua Profissão: Mantenha os Projetos na Obra

ART Nº 20174739275
Obra ou Serviço Técnico
ART Principal

O valor de R$ 81,53 referente a esta ART foi pago em 30/10/2017 com a guia nº 100020174739275

Profissional Contratado: MARCELO LUBAS (CPF:610.572.319-91) Nº Carteira: PR-23078/D - Nº Visto Crea: -
Título Formação Prof.: ENGENHEIRO FLORESTAL.
Empresa contratada: NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA Nº Registro: 61084
Contratante: NATIVA BRASIL PESQUISA TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA CPF/CNPJ: 08.648.607/0001-94
Endereço:R NICOLAU PAMPUCH 188 AFONSO PENA
CEP: 83045280 SAO JOSE DOS PINHAIS PR Fone: 41 3282-7488
Local da Obra/Serviço: R NICOLAU PAMPUCH 188 Quadra: Lote:
AFONSO PENA - SAO JOSE DOS PINHAIS PR CEP: 83045280

Tipo de Contrato	4	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	Dimensão 1 SERV
Ativ. Técnica	2	ESTUDO, PLANEJAMENTO, PROJETO, ESPECIFICAÇÕES	
Área de Comp.	8200	SERVIÇOS TÉC PROFISSIONAIS EM ENG FLORESTAL	
Tipo Obra/Serv	**135**	**OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS**	
Serviços contratados	035	PROJETO	

Dados Compl. 0
Data Início 28/10/2017
Data Conclusão 28/11/2017
Vlr Taxa R$ 81,53 0

Base de cálculo: TABELA VALOR DE CONTRATO

Outras Informações sobre a natureza dos serviços contratados, dimensões, ARTs vinculadas, ARTs substituídas, contratantes, etc
DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIA DENOMINADA REBAPP:
RETIFICAÇÃO DE BORDAS EM APP - ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE,
CONTENDO ETAPAS DE LEVANTAMENTO DE DADOS, ELABORAÇÃO LEVANTAMENTO PLANI-ALTIMÉTRICO,
CÁLCULO DA COTA, COMPARAÇÃO E ANÁLISE DA COTA COM O LEVANTAMENTO REALIZADO, ELABORAÇÃO DE
MAPEAMENTO REBAPP, PARA ATUALIZAÇÃO, CORREÇÃO OU AJUSTE EM ZONEAMENTOS DE USO E OCUPAÇÃO
DE SOLO/PLANO DIRETOR DE MUNICÍPIOS.
MUNICÍPIO PILOTO: SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR.

Insp.: 4230
12/10/2020
CreaWeb 1.08

Assinatura do Contratante

Assinatura do Profissional

Central de Informações do CREA-PR 0800 041 0067
A autenticação deste documento poderá ser consultada através do site www.crea-pr.org.br

Marcelo Lubas
Engenheiro Florestal
CREA 23.078/D

08.648.607/0001-94
NATIVA BRASIL - PESQUISA,
TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA
RUA NICOLAU PAMPUCH, 188
AFONSO PENA - CEP 83045-280
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS-PR

NATIVA do BRASIL
(41)3282-7488 / 96378863

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

APRESENTAÇÃO DO **REBAPP** EM AUDIÊNCIA PÚBLICA

Município de Capanema - PR

Declaração de Notoriedade da Metodologia REBAPP apresentada em Audiência Pública realizada no município de Capanema - PR

A Prefeitura Municipal de Capanema, através da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, vem declarar o reconhecimento e notoriedade da Metodologia REBAPP, desenvolvida pelo Eng. Florestal Marcelo Lubas, registrada sob nº 61.084/20174739275, e que foi aplicada para a elaboração do **Projeto REBAPP Capanema**, do qual foi um dos temas apresentados em Audiência Pública realizada no município de Capanema, no dia 10 de dezembro do ano de 2019, para a população capanemense.

Assim, reitera-se os votos de plena notoriedade e reconhecimento da Metodologia REBAPP apresentada e difundida no município já em formato de projeto ambiental para futura implantação do mesmo.

Cordialmente.

Capanema, 14 de outubro de 2020

.....
Américo Bellé – Prefeito Municipal

Avenida Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 – Centro – 85760-000
Fone:(46)3552-1321
CAPANEMA - PR

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

Novos INDICADORES AMBIENTAIS - REBAPP

fórmulas inéditas

REBAPP

Novas Fórmulas

Novos Indicadores

IRAV – Índice REBAPP de Áreas Verdes (microb. e municípios)

IRAP – Índice REBAPP de Áreas Verdes Protegidas (microb. e mun.)

IRAM – Índice REBAPP de Áreas de Mananciais

IRQ – Índice REBAPP Quantitativo

IRL – Índice REBAPP Locacional

IRAN – Índice REBAPP de Afloramento Natural de Nascentes

MDN – Módulo de Densidade de Nascentes

PACUIM – Plano Ambiental de Conservação e Uso de Imóveis Lindeiros (rios, áreas verdes e áreas verdes protegidas)

NATIVA do BRASIL

Empresa de Pesquisa Técnica e Desenvolvimento

Criação de subcategorias de Entorno REBAPP

Novas sub-categorias de apoio ao planejamento municipal das ações ambientais no município

REBAPP

Novas Fórmulas

ERCV – Entorno REBAPP de Conectividade Verde (Corredores da Biodiversidade)

- **DIRETA**- ERCVD
- **INTERMEDIÁRIA**ERCVI
- **INDIRETA**- ERCVIN

NATIVA do BRASIL

Empresa de Pesquisa Técnica e Desenvolvimento

Diferentes conjuntos de tratamentos de Engenharia em função do seu posicionamento sugeridos em relação à Área Verde Protegida (UC)

"Sub-categorias de apoio ao planejamento municipal em relação às ações ambientais nas áreas verdes, áreas verdes protegidas, rios, e nas APP´s localizadas dentro do seu território"

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

FACIAP
FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO ESTADO DO PARANÁ

DECLARAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE

Declaramos para os devidos fins, que a empresa **Nativa do Brasil - Nativa Brasil Pesquisa, Tecnologia e Desenvolvimento Ltda**, Estabelecida na Rua Nicolau Pampuch n° 188, Bairro Afonso Pena, CEP 83.045-280, São José dos Pinhais, Estado do Paraná, inscrita no **CNPJ sob nº 08.648.607/0001-94**, e inscrição estadual **Isenta**, com autorização no estado do Paraná, é **detentora exclusiva da capacitação e implantação da Metodologia de Engenharia do produto/projeto REBAPP – Retificação de Bordas em APP´s – Áreas de Preservação Permanente e de Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo para áreas verdes, para microbacias hidrográficas, para PMMA´s - Planos Municipais da Mata Atlântica e municípios, de criação e autoria do Eng. Florestal Marcelo Lubas – CREA n° 23.078/D, responsável técnico da Nativa do Brasil.** De acordo com as características técnicas registradas no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná – **CREA-PR**, concedido sob o n° **61.084/ART n° 20174739275 de 28/outubro/2017.**

A presente declaração tem como data de validade de 180 dias (seis meses) a contar da data de sua emissão.

Dada a competência que nos é conferida firmamos por verdadeira a presente.

Curitiba, 10 de Outubro de 2022.

1º TABELIONATO CURITIBA-PR

Sabrina dos Santos da Silva
Supervisora de Comércio Exterior
Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná

1º TABELIONATO DE NOTAS DESDE 1683 Fernanda Granja Cavalcante da Costa • Tabeliã
(41) 3153-5001. contato@1tabelionatodenotas.com.br, www.1tabelionatodenotas.com.br
R. Heitor Stockler de França, 59, City Centro Cívico, Lojas 2 e 3, CEP 80030-030, Centro Cívico, Curitiba-PR, em frente ao Portal do Fassnio Público
Reconheço por SEMELHANÇA a firma de:
[HmhRdTX0]-SABRINA DOS SANTOS DA SILVA.....
Em testemunho da verdade.
Curitiba, 10 de Outubro de 2022
ESCREVENTE: KAUAN FELIPE FURIATI DE ALMEIDA
SELO: F365X.9sqtX.u9ssI-2j8Pm.I3hjh
Consulte selo em http://selo.funarpen.com.br

TABELIONATO DE NOTAS Desde 1683 CURITIBA - PARANÁ

Fone: 55 41 3307-7000
Rua Heitor Stockler de França, 356
Centro Cívico - Curitiba - PR
www.faciap.org.br

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

CONVÊNIOS E ACORDOS DE COOPERAÇÃO DA EMPRESA DE PESQUISA TÉCNICA NATIVA DO BRASIL

CONFEA Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
CREA Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia
MÚTUA-PR CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA

Convênio n° 009/2021

AMENORTE
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO NOROESTE DO ESTADO DO PARANÁ

AMSOP
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS
CANTU QUIRIGUAÇU

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

Nativa do BRASIL – Pesquisa, Tecnologia e Desenvolvimento

CNPJ: 08.648.607/0001-94

Autoria de Projeto Premiado pelo CREA-PR
Autoria de Técnica Premiada pela Fundação Banco do Brasil como nova Tecnologia Social
Autoria de Publicação premiada pelo Ministério da Cultura/Governo Federal
Autoria com Notória Especialização em ICMS Ecológico/Certificação FACIAP - Responsável Técnico Nativa do Brasil REBAPP ICMS Ecológico
Autoria e criação do sistema metodológico REBAPP-ICMS Ecológico
Autoria e criação do Plano PMIC – Plano Municipal do ICMS Ecológico para os municípios do Estado do Paraná
Autoria e criação do Programa PRÓMANANCIAL do Paraná

Contatos - Fones: + 55 041 3282-7488 / + 55 041 99637-8863 - E-mail: nativa@nativadobrasil.com.br



Eng. MARCELO LUBAS – Responsável Técnico NATIVA DO BRASIL
CREA n° 23.078/D
Nativa do Brasil – CREA n° 61.084

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

ANEXO

ART´s CREA/PR

de 44 Municípios

implantados PMIC da NATIVA do BRASIL

Observação: em arquivo a parte.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

SECRETARIA DE FINANÇAS

NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇO - NFS-e

Número da NFS-e: 162

Pag. 1/1

Emissão	15/05/2024 08:46:06	Competência	05/2024	Código de Verificação	363484696
Número/Data RPS	-	NFS-e Substituida	-	Local da Prestação	SAO JOSE DOS PINHAIS - PR

Dados do Prestador de Serviços

Nome / Razão Social	NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA				
Nome Fantasia	NATIVA DO BRASIL				
CPF/CNPJ	08.648.607/0001-94	Inscrição Municipal	30961	Município	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR
Endereço e CEP	RUA NICOLAU PAMPUCH,188 - AFONSO PENA - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR - 83.045-280				
Complemento		Telefone	41 41 32835404	E-mail	ecmcontabilidade@ecmcontabilidade.com

Dados do Tomador de Serviços

Nome / Razão Social	MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU				
CPF/CNPJ	76.206.499/0001-50	Inscrição Municipal		Município	São Miguel do Iguaçu - PR
Endereço e CEP	Rua Vanio Ghellere,64 - Centro - São Miguel do Iguaçu - PR - 85877-000				
Complemento		Telefone	4532658139	E-mail	agricultura@saomiguel.pr.gov.br

Discriminação dos Serviços

Serviços especializados de notoria especialização para a ampliação dos indicadores
Ambientais REBAPP, de areas verdes protegidas do Municipio de São Miguel do Iguaçu.
Contrato nr. 024-2024
Licitação nr. 02-2024
Empenho nr. 4240-2024

Dados Bancarios
NATIVA BRASIL PESQUISA TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA
CNPJ 08.648.607/0001-94
Banco do Brasil
Agência 0982-2
Conta Corrente nr. 65.014-5

Código do Serviço / Atividade

7.01 / 7112-0/00-01 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Tributos Federais

PIS	0,00	COFINS	0,00	IR (R$)	5.388,96	INSS (R$)	0,00	CSLL (R$)	0,00

Detalhamento de valores - Prestador dos Serviços		Outras Retenções	Cálculo do ISSQN devido no Município	
Valor dos Serviços	112.270,00	Natureza Operação	Valor dos Serviços	112.270,00
(-) Descontos Incondicionados	0,00	Tributação no Municipio	(-) Deduções permitidas em lei	0,00
(-) Desconto condicionado	0,00	Regime Especial Tributação	(-) Desconto Incondicionado	0,00
(-) Retenções Federais	5.388,96	Nenhum	Base de Cálculo	112.270,00
(-) Outras Retenções	0,00	Opção Simples Nacional	(x) Alíquota %	2,00
(-) ISS Retido	0,00	Não	ISS a Reter	NÃO
(=) Valor Líquido R$	106.881,04	Incentivador Cultural	(=) Valor do ISS R$	2.245,40
		Não		

Avisos

1 - Uma via desta Nota Fiscal será enviada através do e-mail fornecido pelo Tomador dos Serviços.

2 - A autenticidade desta Nota Fiscal poderá ser verificada no site: https://nfe.sjp.pr.gov.br/servicos/webnfse/ , com a utilização do Código de Verificação.

Assinado por 1 pessoa: NEDEVALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS SECRETARIA DE FINANÇAS NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇO - NFS-e	Número da NFS-e: 163 Pag. 1/1

Emissão	20/05/2024 16:02:06	Competência	05/2024	Código de Verificação	363525862
Número/Data RPS	-	NFS-e Substituida	-	Local da Prestação	SAO JOSE DOS PINHAIS - PR

Dados do Prestador de Serviços

Nome / Razão Social	NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA				
Nome Fantasia	NATIVA DO BRASIL				
CPF/CNPJ	08.648.607/0001-94	Inscrição Municipal	30961	Município	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR
Endereço e CEP	RUA NICOLAU PAMPUCH,188 - AFONSO PENA - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR - 83.045-280				
Complemento		Telefone	41 41 32835404	E-mail	ecmcontabilidade@ecmcontabilidade.com

Dados do Tomador de Serviços

Nome / Razão Social	MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ				
CPF/CNPJ	76.977.768/0001-81	Inscrição Municipal		Município	Paranavaí - PR
Endereço e CEP	Rua Getulio Vargas,900 - Centro - Paranavaí - PR - 87702-000				
Complemento		Telefone	4434212323	E-mail	flabttavares@gmail.com

Discriminação dos Serviços

Serviços Especializados para a "Implantação dos Indicadores Ambientais REBAPP de Retificação de Bordas em APP"s - Áreas de Preservação Permanente e de ZOneamentos em Uso e Ocupação de Solo das faixas de APP"s criando os novos indicadores ambientais REBAPP com fornecimento de modelo de Planejamento Ambiental de Conservação e Uso de Imóveis lindeiros aos rios - PACUIM, do Município de Paranavaí-/PR.
Contrato nº 43/2024
Processo de Licitação nº 21/2024
Modalidade Inexigibilidade
Processo Administrativo nº 47/2024
Número de Empenho: 13958/2024

Dados Bancários:
NATIVA BRASIL PESQUISA TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA
CNPJ: 08.648.607/0001-94
Banco do Brasil
Agência : 0982-2
Conta Corrente nº: 65.014-5

Código do Serviço / Atividade

7.01 / 7112-0/00-01 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Tributos Federais

PIS	0,00	COFINS	0,00	IR (R$)	5.388,96	INSS (R$)	0,00	CSLL (R$)	0,00

Detalhamento de valores - Prestador dos Serviços		Outras Retenções	Cálculo do ISSQN devido no Município	
Valor dos Serviços	112.270,00	Natureza Operação	Valor dos Serviços	112.270,00
(-) Descontos Incondicionados	0,00	Tributação no Municipio	(-) Deduções permitidas em lei	0,00
(-) Desconto condicionado	0,00	Regime Especial Tributação	(-) Desconto Incondicionado	0,00
(-) Retenções Federais	5.388,96	Nenhum	Base de Cálculo	112.270,00
(-) Outras Retenções	0,00	Opção Simples Nacional	(x) Alíquota %	2,00
(-) ISS Retido	0,00	Não	ISS a Reter	NÃO
(=) Valor Líquido R$	106.881,04	Incentivador Cultural Não	(=) Valor do ISS R$	2.245,40

Avisos

1 - Uma via desta Nota Fiscal será enviada através do e-mail fornecido pelo Tomador dos Serviços.
2 - A autenticidade desta Nota Fiscal poderá ser verificada no site: https://nfe.sjp.pr.gov.br/servicos/webnfse/ , com a utilização do Código de Verificação.

Assinado por 2 pessoas: CNPJ DE MARINEZ CALDATO
Para verificar as assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS **SECRETARIA DE FINANÇAS** **NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇO - NFS-e**	**Número da NFS-e:** **170** **Pag. 1/1**

Emissão	04/11/2024 18:06:51	Competência	11/2024	Código de Verificação	364716997
Número/Data RPS	-	NFS-e Substituida	-	Local da Prestação	SAO JOSE DOS PINHAIS - PR

Dados do Prestador de Serviços

Nome / Razão Social	NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA				
Nome Fantasia	NATIVA DO BRASIL				
CPF/CNPJ	08.648.607/0001-94	Inscrição Municipal	30961	Município	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR
Endereço e CEP	RUA NICOLAU PAMPUCH,188 - AFONSO PENA - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR - 83.045-280				
Complemento		Telefone	41 41 32835404	E-mail	ecmcontabilidade@ecmcontabilidade.com

Dados do Tomador de Serviços

Nome / Razão Social	PREFEITURA MUNICIPAL DE RAMILÂNDIA				
CPF/CNPJ	95.725.024/0001-14	Inscrição Municipal		Município	Ramilândia - PR
Endereço e CEP	Av. Voluntarios da Patria,1600 - Centro - Ramilândia - PR - 85888-000				
Complemento		Telefone	4532588000	E-mail	se.planejamentoramilandia@gmail.com

Discriminação dos Serviços

Serviço especializado por notória especialização para a implantação de
Indicadores Ambientais REBAPP do Município de Ramilândia e estabelecimento
dos corredores ecológicos de conectividade do Município com o projeto
REBAPP Mosaico de Unidades de UC"s - Unidades de Conservação do Corredor
ecológico Santa Maria.

Contrato nr: 147/2024
Nota de empenho nr: 005953/24 e 005954/24
Dados Bancários:
NATIVA BRASIL PESQUISA TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA
CNPJ: 08.648.607/0001-94
Banco do Brasil
Agência: 0982-2
Conta Corrente: 65.014-5

Código do Serviço / Atividade

7.01 / 7112-0/00-01 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Tributos Federais

PIS	0,00	COFINS	0,00	IR (R$)	5.388,96	INSS (R$)	0,00	CSLL (R$)	0,00

Detalhamento de valores - Prestador dos Serviços		Outras Retenções	Cálculo do ISSQN devido no Município	
Valor dos Serviços	112.270,00	Natureza Operação	Valor dos Serviços	112.270,00
(-) Descontos Incondicionados	0,00	Tributação no Municipio	(-) Deduções permitidas em lei	0,00
(-) Desconto condicionado	0,00	Regime Especial Tributação	(-) Desconto Incondicionado	0,00
(-) Retenções Federais	5.388,96	Nenhum	Base de Cálculo	112.270,00
(-) Outras Retenções	0,00	Opção Simples Nacional	(x) Alíquota %	2,00
(-) ISS Retido	0,00	Não	ISS a Reter	NÃO
(=) Valor Líquido R$	106.881,04	Incentivador Cultural Não	(=) Valor do ISS R$	2.245,40

Avisos

1 - Uma via desta Nota Fiscal será enviada através do e-mail fornecido pelo Tomador dos Serviços.
2 - A autenticidade desta Nota Fiscal poderá ser verificada no site: https://nfe.sjp.pr.gov.br/servicos/webnfse/ , com a utilização do Código de Verificação.

Assinado por 1 pessoa: EDUARDO MARQUEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS **SECRETARIA DE FINANÇAS** **NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇO - NFS-e**	**Número da NFS-e:** **167** **Pag. 1/1**

Emissão	06/08/2024 16:34:46	Competência	08/2024	Código de Verificação	364076026
Número/Data RPS	-	NFS-e Substituida	-	Local da Prestação	SAO JOSE DOS PINHAIS - PR

Dados do Prestador de Serviços

Nome / Razão Social	NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA				
Nome Fantasia	NATIVA DO BRASIL				
CPF/CNPJ	08.648.607/0001-94	Inscrição Municipal	30961	Município	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR
Endereço e CEP	RUA NICOLAU PAMPUCH,188 - AFONSO PENA - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR - 83.045-280				
Complemento		Telefone	41 41 32835404	E-mail	ecmcontabilidade@ecmcontabilidade.com

Dados do Tomador de Serviços

Nome / Razão Social	MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU				
CPF/CNPJ	01.613.052/0001-04	Inscrição Municipal		Município	Serranópolis do Iguaçu - PR
Endereço e CEP	Avenida Santos Dumont,2021 - Área Central - Serranópolis do Iguaçu - PR - 85.885-000				
Complemento		Telefone	4532368300	E-mail	agricultura@serranopolis.pr.gov.br

Discriminação dos Serviços

Prestação de serviços especializados para a "Implantação dos Indicadores
Ambientais REBAPP do Município de Serranópolis do Iguaçu e Estabelecimento
dos corredores ecológicos de conectividade do Município com o projeto REBAPP
Mosaico de UC"s - Unidades de Conservação de Corredor Ecológico Santa Maria.
Contrato nº 37/2024
Nota de Autorização de Despesa nº 4522/2024
Inexigibilidade de Licitação nº 7/2024

Dados Bancários:
NATIVA BRASIL PESQUISA TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA
CNPJ: 08.648.607/0001-94
Banco do Brasil
Agência: 0982-2
Conta Corrente: 65.014-5

Código do Serviço / Atividade

7.01 / 7112-0/00-01 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Tributos Federais

PIS	0,00	COFINS	0,00	IR (R$)	5.388,96	INSS (R$)	0,00	CSLL (R$)	0,00

Detalhamento de valores - Prestador dos Serviços		Outras Retenções	Cálculo do ISSQN devido no Município	
Valor dos Serviços	112.270,00	Natureza Operação	Valor dos Serviços	112.270,00
(-) Descontos Incondicionados	0,00	Tributação no Municipio	(-) Deduções permitidas em lei	0,00
(-) Desconto condicionado	0,00	Regime Especial Tributação	(-) Desconto Incondicionado	0,00
(-) Retenções Federais	5.388,96	Nenhum	Base de Cálculo	112.270,00
(-) Outras Retenções	0,00	Opção Simples Nacional	(x) Alíquota %	2,00
(-) ISS Retido	0,00	Não	ISS a Reter	NÃO
(=) Valor Líquido R$	106.881,04	Incentivador Cultural Não	(=) Valor do ISS R$	2.245,40

Avisos

1 - Uma via desta Nota Fiscal será enviada através do e-mail fornecido pelo Tomador dos Serviços.

2 - A autenticidade desta Nota Fiscal poderá ser verificada no site: https://nfe.sjp.pr.gov.br/servicos/webnfse/ , com a utilização do Código de Verificação.

Assinado por 1 pessoa: EDUARDO MARQUEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

NATIVA do BRASIL

Empresa de Pesquisa Técnica

08 de março de 2025

À Prefeitura Municipal de Chopinzinho

Proposta técnica especializada – indicadores ambientais REBAPP

OBJETO:

"Implantação dos novos indicadores ambientais REBAPP – Retificação das Bordas em APP´s - Áreas de Preservação Permanente e de Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo – IRAV/Índice REBAPP de Áreas Verdes e IRAP/Índice REBAPP de Áreas Verdes Protegidas do município"

- **REBAPP - Registro Nacional INPI sob n° 924359021**
- **Novos indicadores ambientais REBAPP - Registro CREA/PR sob n° 20174739275/61.084**

REBAPP – Retificação de Bordas em APP´s – Áreas de Preservação Permanente e de Solução de Conflitos em Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo – autoria exclusiva indicadores ambientais REBAPP, criação e responsabilidade técnica registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Paraná – sob n° 61.084/20174739275 de Notória Especialização – Registro Nacional do INPI sob n° 924359021.

Atividades/Objetivos:

1. Implantação dos indicadores Ambientais REBAPP - status atual de áreas verdes e de áreas verdes protegidas, aplicando as fórmulas REBAPP de apoio a gestão municipal de áreas verdes e de áreas verdes protegidas, nas bacias hidrográficas do município, com implantação de nova fórmula REBAPP de apoio a gestão municipal de Áreas Verdes em bacias hidrográficas ($A_{v1} + A_{v2} + A_n$) / A_m e de Áreas Verdes Protegidas ($A_{uc1} + A_{uc2} + A_n$) / A_m (mapa REBAPP/Ecológico do município):
   IRAV – Índice REBAPP de Áreas Verdes existentes no município
   IRAP – Índice REBAPP de Áreas Verdes Protegidas no município

2. Elaboração de mapeamentos com aplicação dos indicadores ambientais REBAPP para análise técnica e seleção de áreas potenciais para criação de nova Unidade de Conservação - UC prioritária e de conectividade verde dentro do território municipal com Retificação das Bordas em APP´s e das faixas de Entorno e de seus afluentes – Entornos de Conectividades Direta e Indireta – ECV´s do território do município com remanescente de mata nativa preservada de relevante interesse ecológico.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

3. Visitas técnicas de checagem e aferição em campo dos imóveis, áreas verdes e das APP´s que forem necessárias para subsidiar a elaboração dos mapeamentos REBAPP.

Período máximo previsto de execução:

- 3 meses (90 dias)

Prazo de vigência do contrato:

- 6 meses

Valor (R$) e forma de pagamento:

Parcela única mediante a entrega de nota fiscal para pagamento em até 15 dias após a entrega das atividades/produtos finais. Valor Total: R$ 112.270,00.

Nativa do BRASIL – Registro n° 61.084/CREA-PR

Autoria de Projetos Premiados pelo CREA-PR (2014, 2017 e 2021)
Autoria de Técnica Premiada pela Fundação Banco do Brasil como nova Tecnologia Social – Prêmio Fundação BB de Tecnologias Sociais
Autoria de Publicação com obra premiada pelo Ministério da Cultura/Governo Federal: Memória e Sustentabilidade – Prêmio Funarte
Autoria com Notória Especialização em ICMS Ecológico/Certificação FACIAP - Responsável Téc. Nativa do Brasil REBAPP ICMS Ecológico
Autoria e criação do sistema metodológico REBAPP-ICMS Ecológico.
Autoria e criação do Plano PMIC – Plano Municipal do ICMS Ecológico para os municípios do Estado do Paraná
Autoria e criação do Programa PRÓMANANCIAL do Paraná
Contatos - Fones: + 55 041 3282-7488 / + 55 041 99637-8863 - E-mail: nativa@nativadobrasil.com.br

REBAPP – Retificação de Bordas em APP´s – Áreas de Preservação Permanente e de Solução de Conflitos em Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo – autoria exclusiva REBAPP, criação, acervo e responsabilidade técnica registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Paraná – sob n° 61.084/20174739275 – Declaração/Certificação FACIAP de Exclusividade PMIC – Plano Municipal do ICMS Ecológico – Nativa do Brasil – Registro CREA n° 61.084 - Registro CREA n° 61.084 – Registro Nacional do INPI sob n° 924359021.



Modelo de projeto com Autoria Premiada – CREA/Regional Curitiba – Novembro/2021
Premiação - CREA´PR 2021

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

02127.000213/2024-16
Número Sei:19030233

INTEGRA+
Programa de Integridade do ICMBio

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU

ROD. BR 469, Km 22,5 - Sede Administrativa ICMBio - Parque Nacional do Iguaçu, - Foz do Iguaçu - CEP 85859-899

Telefone: (48)98825-2492

Carta

Foz do Iguaçu, 25 de junho de 2024

A chefia do Parque Nacional do Iguaçu/ICMBio, através desta Carta, expressa seu apoio ao Projeto REBAPP: "REBAPP Mosaico de Unidades de Conservação - bacia lindeira do Rio Paraná e conexão de corredores ecológicos com o Rio Iguaçu/Parque Nacional do Iguaçu (Doc SEI 17658999).

Acreditamos firmemente que essa iniciativa pode fortalecer significativamente a gestão ambiental das áreas protegidas nos municípios do Estado do Paraná, visto que o projeto, coordenado pela Empresa de Pesquisa Técnica Nativa do Brasil, não apenas abrange os municípios diretamente ligados ao Parque Nacional do Iguaçu, mas também as áreas de influência das demais Unidades de Conservação e possui sinergia com as ações e politicas ambientais, e percebe-se que a ação é condizente com os objetivos e planejamento estratégico da Unidade, sendo um desdobramento das ações de fortalecimento das relações institucionais ora em curso.

(assinado eletronicamente)

JOSÉ ULISSES DOS SANTOS

Chefe do Parque Nacional do Iguaçu

Documento assinado eletronicamente por **Jose Ulisses Dos Santos**, **Chefe**, em 27/06/2024, às 10:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade informando o código verificador **19030233** e o código CRC **C5750DBB**.

Criado por 16931655701, versão 6 por 16931655701 em 26/06/2024 10:03:10.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361 e informe o código 5A34-19F7-E6C9-1361

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 5A34-19F7-E6C9-1361

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

NEIDE MARINEZ CALDATO (CPF 023.XXX.XXX-70) em 13/03/2025 15:49:55 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC CNDL RFB v3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5A34-19F7-E6C9-1361

Memorando 2- 1.291/2025

De: Álvaro S. - GAB

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 14/03/2025 às 16:24:59

Setores envolvidos:

SMA, GAB, SMF

Contratação de empresa especializada para implantação dos novos indicadores REBAPP

Autorizado o prosseguimento.

_

Álvaro Dênis Ceni Scolaro
Prefeito Municipal

Assinado por 1 pessoa: ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/53DB-5402-F743-D788 e informe o código 53DB-5402-F743-D788

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 53DB-5402-F743-D788

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO (CPF 009.XXX.XXX-40) em 14/03/2025 16:25:18 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/53DB-5402-F743-D788

Município de CHOPINZINHO

1Doc

Memorando 3- 1.291/2025

De: Neide C. - SMA

Para: SMA - Secretaria de Administração

Data: 18/03/2025 às 15:47:04

Setores envolvidos:

SMA, GAB, SMF

Contratação de empresa especializada para implantação dos novos indicadores REBAPP

Segue Documento de Formalização da Demanda.

_

Atenciosamente,

Neide Marinez Caldato
Agente Administrativo

Anexos:
DOCUMENTO_DE_FORMALIZACAO_DA_DEMANDA.pdf

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5414-F89C-5133-856E e informe o código 5414-F89C-5133-856E

‘DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Secretaria: Secretarias Municipais de Administração e Finanças

Setor requisitante (Órgão/Departamento/Divisão): Secretaria Municipal de Administração e de Finanças

Responsável pela Demanda: Neide Marinêz Caldato
Matrícula: 1821-0

E-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br

Telefone: (46) 99937-0189

1. Objeto: Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de implantação dos novos indicadores ambientais REBAPP – Retificação das bordas em APP’s – Áreas de Preservação Permanente e de Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo – IRAV/Índice REBAPP de Áreas Verdes e IRAP/Índice REBAPP de Áreas Verdes Protegidas do Município.

2. Justificativa da necessidade da contratação:

2.1 Da justificativa

O município de Chopinzinho está localizado na região sudoeste do estado do Paraná, e apresenta-se inserido dentro da região da Floresta Ombrófila Mista, com presença de Araucária angustifolia (pinheiro do Paraná), árvore símbolo do Estado e presente na lista de espécies ameaçadas de extinção. Juntamente com estes remanescentes de mata nativa, com presença de araucárias, cria-se a oportunidade para a presença da fauna ameaçada de extinção, em especial, a Gralha-azul, ave símbolo do Estado do Paraná.

Possui 95.902,11 hectares de território municipal e é detentor de porções significativas de áreas de mata nativa com presenças de Araucárias.

E possui uma única unidade de conservação no território do município com área verde já protegida no ICMS Ecológico de 11.458,7 hectares da área indígena, ou seja, o município possui apenas uma área verde protegida (unidade de conservação) de um total geral de área verde existente no território de 31.124,2 hectares da área verde existente, ou seja, 19.665,5 hectares de área verde ainda existente no território do município, e não inseridas no ICMS Ecológico, considerando também o índice de áreas de mata nativa do município inserido no Mapa de Classe de Uso da Terra/IAT/Governo do Estado do Paraná.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5414-F89C-5133-856E e informe o código 5414-F89C-5133-856E

Em termos práticos percentuais, o município possui no total, 31,124,2 hectares de mata nativa no seu território, e desta forma, ou seja, 63,1% de mata nativa preservada ainda existente com potencial para análise e inserção de novas áreas protegidas para o programa do ICMS Ecológico.

Assim, a relevância ambiental que o município possui apresenta-se em condição ímpar na região, onde a adoção de novos indicadores ambientais de apoio a gestão municipal de áreas verdes, torne-se imprescindível para um melhor desempenho do município neste viés que vem de encontro com o tema mundial de apoio com ações de combate às Mudanças Climáticas.

O município possui, portanto, um total de 19.665,5 hectares de mata nativa preservada e que não são áreas verdes protegidas (UC´s). Além da permanente necessidade de monitoramento e controle para evitar o desmatamento, em especial na região floresta ombrófila mista, em que o município se encontra em sua abrangência, com presença de espécies ameaçadas de extinção.

Desta forma, o município detectou a ausência de indicadores ambientais específicos, que criam através da relação entre área verdes e áreas verdes protegidas, em função do total do território do município, do qual, estes indicadores não estão contemplados nas fórmulas de cálculo do ICMS Ecológico, e são importantes ferramentas para o planejamento e tomada de decisões ambientais e de desenvolvimento, por parte do município.

Em síntese, o município, na ausência de indicadores ambientais específicos, constata que na sua porção da bacia hidrográfica, a necessidade de apoio técnico especializado para implantação destes indicadores.

E que crie-se, assim, indicadores ambientais de áreas verdes protegidas, das quais, no momento, é inexistente este indicador para o município, e que as necessidades e oportunidades acima descritas estão enquadradas na legislação vigente.

2.2 Do levantamento da estimativa para contratação

A quantidade estimada para esse procedimento licitatório foi determinada com base na tabela a seguir:

			Lote 1	
Item	**Quant**	**Unid**	**Descrição**	**Valor Total R$**

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5414-F89C-5133-856E e informe o código 5414-F89C-5133-856E

01	1	Serviço	Implantação dos Indicadores Ambientais RE-BAPP do município - IRAV/Índice REBAPP de Áreas Verdes e IRAP/Índice REBAPP de Áreas Verdes Protegidas.	R$ 112.270,00
			Valor Total em R$	R$ 112.270,00

2.3.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, em atendimento ao contido no art. 20 da Lei nº 14.133/21.

2.3.2.1 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

3. Descrições e quantidades

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	TIPO DO ITEM (*)	SUBI-TEM (**)	MARCA - SE APLICÁ-VEL	UNI-DADE DE MEDI-DA	QUAN-TIDADE
01	Implantação dos Indicadores Ambientais REBAPP do município - IRAV/Índice REBAPP de Áreas Verdes e IRAP/Índice REBAPP de Áreas Verdes Protegidas.	Servi-ços	Não - Conti-nuado	Não	Serviço	01

(*) Materiais; serviços; obras; serviços de engenharia.

(**) Consumo; permanente; continuado; não continuado.

4. Grau de prioridade da compra: Alto

5. Estimativa de valor: Conforme proposta de preços.

6. Prazo de entrega/ execução: 180 (cento e oitenta) dias.

7. Local e horário da entrega/execução:

7.1 O prazo de execução dos serviços será de 03 (três) meses, com início em no máximo 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato ou instrumento equivalente. A Contratada é responsável por

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5414-F89C-5133-856E e informe o código 5414-F89C-5133-856E

despesas de seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto da licitação.

7.2 O prazo de execução dos serviços será de 03 (três) meses, com início em no máximo 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato ou instrumento equivalente.

7.3 A CONTRATADA fica obrigada a entregar os serviços conforme solicitação, de acordo com proposta apresentada e Cláusula Primeira do Contrato, não sendo permitida sua substituição e este deverá ser entregue com qualidade.

7.4 A vigência do termo contratual será de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da assinatura do contrato.

8. Vinculado ou dependente da contratação de outro Documento de Formalização de Demanda: Não.

9. Indicação do fiscal do contrato ou servidor que fará a liquidação da despesa:

Fiscal – Helder Felipe Klassen – Contador

10. Classificação orçamentária da despesa contendo a ação (projeto ou atividade) e a natureza da despesa até nível de desdobramento de elemento da despesa:

Gestão/Unidade:	04.01 - DEPARTAMENTO DE GESTÃO FINANCEIRA
Fonte de Recursos:	000 - Recursos Ordinários (Livres)
Programa de Trabalho:	0412300022.008 - Manutenção das atividades da Secretaria de Finanças
Elemento de Despesa:	3.3.90.39 - UTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JU
Desdobrado:	1763 - SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS
Nota de Empenho:	Não se aplica

Chopinzinho, 18 de março de 2025.

Neide Marinez Caldato
Agente Administrativo
Matrícula 1821-0

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5414-F89C-5133-856E e informe o código 5414-F89C-5133-856E

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 5414-F89C-5133-856E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

NEIDE MARINEZ CALDATO (CPF 023.XXX.XXX-70) em 18/03/2025 15:47:33 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC CNDL RFB v3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5414-F89C-5133-856E

Memorando 4- 1.291/2025

De: Neide C. - SMA

Para: GAB - Gabinete do Prefeito

Data: 18/03/2025 às 15:49:22

Setores envolvidos:

SMA, GAB, SMF, SMA-LC, SMF-C

Contratação de empresa especializada para implantação dos novos indicadores REBAPP

Segue para autorização.

_

Atenciosamente,

Neide Marinez Caldato
Agente Administrativo

Anexos:
AUT_PREF_PARA_LICITAR.pdf

Assinado por 1 pessoa: ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/F079-CDFC-162A-792F e informe o código F079-CDFC-162A-792F

CORRESPONDÊNCIA INTERNA

DATA: 18/03/2025

ORIGEM: GABINETE DO PREFEITO

DESTINO: SECRETARIA DE FINANÇAS

REFERÊNCIA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DOS NOVOS INDICADORES AMBIENTAIS REBAPP – RETIFICAÇÃO DAS BORDAS EM APP'S – ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E DE ZONEAMENTOS EM USO E OCUPAÇÃO DO SOLO – IRAV/ÍNDICE REBAPP DE ÁREAS VERDES E IRAP/ÍNDICE REBAPP DE ÁREAS VERDES PROTEGIDAS DO MUNICÍPIO

Recebido a solicitação das Secretarias de Administração e de Finanças para Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de implantação dos novos indicadores ambientais REBAPP – Retificação das bordas em APP's – Áreas de Preservação Permanente e de Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo – IRAV/Índice REBAPP de Áreas Verdes e IRAP/Índice REBAPP de Áreas Verdes Protegidas do Município, autorizo a abertura de Procedimento Licitatório de Inexigibilidade de licitação.

Álvaro Dênis Ceni Scolaro
Prefeito

Assinado por 1 pessoa: ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/F079-CDFC-162A-792F e informe o código F079-CDFC-162A-792F

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: F079-CDFC-162A-792F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO (CPF 009.XXX.XXX-40) em 24/03/2025 11:27:45 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/F079-CDFC-162A-792F

Memorando 5- 1.291/2025

De: Neide C. - SMA

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 18/03/2025 às 15:50:59

Setores envolvidos:

SMA, GAB, SMF, SMA-LC, SMF-C

Contratação de empresa especializada para implantação dos novos indicadores REBAPP

Segeu Estudo Técncio Preliminar e Termo de Referência.

_

Atenciosamente,

Neide Marinez Caldato
Agente Administrativo

Anexos:
ESTUDO_TECNICO_PRELIMINAR.pdf
TERMO_DE_REFERENCIA.doc
TERMO_DE_REFERENCIA.pdf

Assinado por 2 pessoas: RODRIGO MIGUEL KOPROVSKI e JOSEANE DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/758B-15CB-77BC-A013 e informe o código 758B-15CB-77BC-A013

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 – Introdução

1.1 O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá a necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2 – Objeto

2.1 - O presente ETP, tem por objetivo a Contratação de serviços de "Implantação dos novos indicadores ambientais REBAPP – Retificação das Bordas em APP´s - Áreas de Preservação Permanente e de Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo – IRAV/Índice REBAPP de Áreas Verdes e IRAP/Índice REBAPP de Áreas Verdes Protegidas do município".

3 – Dos Setores requisitantes

3.1 - Secretaria de Finanças;

4 – Da necessidade da Contratação – Justificativa da escolha

4.1 - O município de Chopinzinho está localizado na região sudoeste do estado do Paraná, e apresenta-se inserido dentro da região da Floresta Ombrófila Mista, com presença de Araucária angustifolia (pinheiro do Paraná), árvore símbolo do Estado e presente na lista de espécies ameaçadas de extinção. Juntamente com estes remanescentes de mata nativa, com presença de araucárias, cria-se a oportunidade para a presença da fauna ameaçada de extinção, em especial, a Gralha-azul, ave símbolo do Estado do Paraná.

Possui 95.902,11 hectares de território municipal e é detentor de porções significativas de áreas de mata nativa com presenças de Araucárias.

E possui uma única unidade de conservação no território do município com área verde já protegida no ICMS Ecológico de 11.458,7 hectares da área indígena, ou seja, o município possui apenas uma área verde protegida (unidade de conservação) de um total geral de área verde existente no território de 31.124,2 hectares da área verde existente, ou seja, 19.665,5 hectares de área verde ainda existente no território do município, e não inseridas no ICMS Ecológico, considerando também o índice de áreas de mata nativa do município inserido no Mapa de Classe de Uso da Terra/IAT/Governo do Estado do Paraná.

Em termos práticos percentuais, o município possui no total, 31,124,2 hectares de mata nativa no seu território, e desta forma, ou seja, 63,1% de mata nativa preservada ainda existente com potencial para análise e inserção de novas áreas protegidas para o programa do ICMS Ecológico.

Assim, a relevância ambiental que o município possui apresenta-se em condição ímpar na região, onde a adoção de novos indicadores ambientais de apoio a gestão municipal de áreas verdes, torne-se imprescindível para um melhor desempenho do município neste viés que vem de encontro com o tema mundial de apoio com ações de combate às Mudanças Climáticas.

O município possui, portanto, um total de 19.665,5 hectares de mata nativa preservada e que não são áreas verdes protegidas (UC´s). Além da permanente necessidade de monitoramento e controle para evitar o desmatamento, em especial na região floresta ombrófila mista, em que o município se encontra em sua abrangência, com presença de espécies ameaçadas de extinção.

Desta forma, o município detectou a ausência de indicadores ambientais específicos, que criam através da relação entre área verdes e áreas verdes protegidas, em função do total do território do município, do qual, estes indicadores não estão contemplados nas fórmulas de cálculo do ICMS

Assinado por 2 pessoas: RODRIGO MIGUEL KOPROVSKI e JOSEANE DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/758B-15CB-77BC-A013 e informe o código 758B-15CB-77BC-A013

Ecológico, e são importantes ferramentas para o planejamento e tomada de decisões ambientais e de desenvolvimento, por parte do município.
Em síntese, o município, na ausência de indicadores ambientais específicos, constata que na sua porção da bacia hidrográfica, a necessidade de apoio técnico especializado para implantação destes indicadores.

5 – Do alimento com o PCA
5.1 - A necessidade da presente contratação não está prevista no Plano de Contratações Anual Exercício 2025, porém será incluída simultaneamente ao processo de contratação.

6 – Descrição dos Requisitos da Contratação
6.1 - **Requisitos Funcionais**
Como grande parte das áreas verdes de mata nativa no território do município, na sua bacia hidrográfica, possuem potencial de áreas disponíveis muito significantes em projeção para conservação da natureza e também para o ICMS Ecológico, urge a necessidade de indicadores ambientais que considerem em sua plenitude, as áreas de APP´s – Áreas de Preservação Permanente, e seus Entornos e excedentes, e grandes maciços de áreas verdes, e que estabeleçam a oportunidade de incremento dos índices, em relação ao tamanho do território do município.
E que crie-se, assim, indicadores ambientais de áreas verdes protegidas, das quais, no momento, este indicador é inexistente para o município.

6.2. A vigência do termo contratual será de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada por iguais períodos, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21.
6.2.1. O prazo de execução dos serviços será de 03 (três) meses, com início em no máximo 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato ou instrumento equivalente, sendo que ao contratado desta licitação cabe a total responsabilidade quanto ao correto atendimento, no tocante as especificações, condições e obrigações previstas.
6.2.2. Nas alterações unilaterais, na forma da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem no objeto.

7 – Levantamento de Mercado
7.1 O levantamento de mercado se deu através de proposta da empresa e foi realizado pelo Sr. Rodrigo Koprovski.
7.2 Analisando-se a região de entorno do município e também outras regiões do Estado do Paraná, detectou-se que está sendo implantado os indicadores ambientais REBAPP – Retificação de Bordas em APP´s e de Áreas Verdes em Zoneamentos de Uso e Ocupação do Solo – indicadores ambientais: os novos indicadores ambientais IRAP e IRAV, oriundos da criação de novas fórmulas, como rearranjo de coeficientes e variáveis existentes nas fórmulas de cálculo do ICMS Ecológico, criado pela empresa de pesquisa técnica Nativa do Brasil, dos quais em destaque:

- IRAV – Índice REBAPP de Área Verdes
- IRAP - Índice REBAPP de Área Verdes Protegidas

Paralelamente a isto, a Nativa do Brasil concluiu em pesquisas, de que as áreas verdes de conectividade que o município possui, em sua porção territorial da bacia do Rio Iguaçu, tem conexão direta com outras áreas verdes e com matas ciliares de outros afluentes de água.

Assinado por 2 pessoas: RODRIGO MIGUEL KOPROVSKI e JOSEANE DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/758B-15CB-77BC-A013 e informe o código 758B-15CB-77BC-A013

Desta forma, simultaneamente com a implantação dos novos indicadores ambientais REBAPP, o município pode além da adoção dos indicadores ambientais, IRAP e IRAV, criar quantitativamente o indicador ambiental de suas microbacias hidrográficas específicas, atualmente inexistente, contribuir para a ampliação dos corredores de biodiversidade, assim como também possuir o mapeamento e planejamento para ampliação de áreas verdes protegidas, conectadas com corredores verdes de existentes.

8. Do levantamento da estimativa para contratação

8.1 – A quantidade estimada para esse procedimento licitatório foi determinada com base na tabela a seguir:

			Lote 1	
Item	**Quant**	**Unid**	**Descrição**	**Valor Total R$**
01	1	Serviço	Implantação dos Indicadores Ambientais REBAPP do município - IRAV/Índice REBAPP de Áreas Verdes e IRAP/Índice REBAPP de Áreas Verdes Protegidas.	R$ 112.270,00
			Valor Total em R$	R$ 112.270,00

8.1.1 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, em atendimento ao contido no art. 20 da Lei nº 14.133/21.

8.1.1.1 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

9 – Descrição da solução como um todo

9.1 - Analisando-se a região de entorno do município e também outras regiões do Estado do Paraná, detectou-se que está sendo implantado os indicadores ambientais REBAPP – Retificação de Bordas em APP´s e de Áreas Verdes em Zoneamentos de Uso e Ocupação do Solo – indicadores ambientais: os novos indicadores ambientais IRAP e IRAV, oriundos da criação de novas fórmulas, como rearranjo de coeficientes e variáveis existentes nas fórmulas de cálculo do ICMS Ecológico, criado pela empresa de pesquisa técnica Nativa do Brasil, dos quais em destaque:

- IRAV – Índice REBAPP de Área Verdes
- IRAP - Índice REBAPP de Área Verdes Protegidas

Paralelamente a isto, a Nativa do Brasil concluiu em pesquisas, de que as áreas verdes de conectividade que o município possui, em sua porção territorial da bacia do Rio Iguaçu, tem conexão direta com outras áreas verdes e com matas ciliares de outros afluentes de água.
Desta forma, simultaneamente com a implantação dos novos indicadores ambientais REBAPP, o município pode além da adoção dos indicadores ambientais, IRAP e IRAV, criar quantitativamente o indicador ambiental de suas microbacias hidrográficas específicas, atualmente inexistente, contribuir para a ampliação dos corredores de biodiversidade, assim como também possuir o mapeamento e planejamento para ampliação de áreas verdes protegidas, conectadas com corredores verdes de existentes.

10 - Estimativa do Valor da Contratação

10.1 – Da fundamentação dos preços e parâmetros utilizados.

Assinado por 2 pessoas: RODRIGO MIGUEL KOPROVSKI e JOSEANE DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/758B-15CB-77BC-A013 e informe o código 758B-15CB-77BC-A013

10.1.1 - Para a análise e assertividade da aceitação da precificação para o estabelecimento da contratação, foi efetuada análise dos serviços contratados na região, e respectivamente atualizados, para a implantação dos novos indicadores ambientais REBAPP em utilização na região, e que farão parte dos anexos à documentação para o embasamento legal da justificativa da contratada, a qual estará orçada e detalhada no Termo de Referência, a ser elaborado posteriormente à conclusão deste ETP.

11 - Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

11.1 - Não se vislumbra, técnica ou economicamente, viabilidade no fracionamento, tendo em vista se tratar de item único.

11 – Do tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado ou não as micro empresas e empresas de pequeno porte

11.1 – Conforme Artigo 48 da Lei Complementar n° 123/2006, alterada pela Lei Complementar n° 147/2014, a administração pública, para o cumprimento do disposto no Artigo 47 destas Leis, Inciso I - deverá realizar
processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte
nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais); e, Inciso III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte;

11.2 Neste sentido, conforme os Artigos 47 e 48 da Lei Complementar n° 123/2006, alterada pela Lei Complementar n° 147/2014, o edital será exclusivo para Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte.

12 - Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

12.1 – Não há contratações que guardem relação/afinidade com o objeto de compra/contratação pretendida, sejam elas já realizadas, ou contratações futuras.

13 - Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1 - A contratação objeto deste documento está alinhado ao Planejamento Institucional da Prefeitura de Chopinzinho.

14 - Resultados Pretendidos

14.1 – Todas as organizações, sejam elas públicas ou privadas almejam, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, a efetivação da melhor contratação possível.

14.3 – O município vai obter os indicadores ambientais REBAPP que simultaneamente atualizarão e retificarão as áreas de APP´s, e seus entornos, e estabelecendo as relações das áreas verdes, e das áreas verdes protegidas – indicadores ambientais REBAPP: IRAP e IRAV, utilizando a reconfiguração de parâmetros e variáveis existentes nas fórmulas de cálculo do ICMS Ecológico, possibilitando o planejamento e ações para seu incremento.

14.3.1 Obter indicadores ambientais REBAPP do território municipal que pertence à bacia hidrográfica do Rio Iguaçu, passando a buscar um equilíbrio e harmonia entre a preservação atual sua porção territorial verde em sua bacia hidrográfica.

Assinado por 2 pessoas: RODRIGO MIGUEL KOPROVSKI e JOSEANE DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/758B-15CB-77BC-A013 e informe o código 758B-15CB-77BC-A013

14.3.1.1 Posteriormente, o município de posse das ferramentas de cálculo dos novos indicadores ambientais REBAPP, poderá fazer a ampliação destes indicadores, proporcionando novas melhorias ambientais para a população local, e, ao mesmo tempo contribuindo para os objetivos globais de combate ao desmatamento e de medidas contra aos efeitos das Mudanças Climáticas.

15 - Providências a serem adotadas

15.1 - A Administração tomará as seguintes providências previamente ao contrato:
15.1.1 - Definições dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização e gestão contratual.
15.1.2 - Os responsáveis pela gestão e fiscalização da contratação deverão viabilizar as ações planejadas para acompanhar a entrega dos serviços de maneira satisfatória.

16 - Possíveis Impactos Ambientais

15.1 – Não se aplica

16 - Declaração de Viabilidade

16.1 - Este Gestor declara **viável** esta contratação.
16.2 - Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação se mostra possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação, e salvo melhor Juízo, fica demonstrada e atestada a vantajosidade dessa forma de Contratação pela Administração Municipal.
16.3 - Desta forma, posiciona-se de forma favorável e conclusiva sobre a plena viabilidade da adequada e recomendada contratação da “Implantação dos novos indicadores ambientais REBAPP – Retificação das Bordas em APP´s - Áreas de Preservação Permanente e de Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo – IRAV/Índice REBAPP de Áreas Verdes e IRAP/Índice REBAPP de Áreas Verdes Protegidas do município”, de criação, autoria, responsabilidade técnica e registros da empresa de pesquisa técnica Nativa do Brasil.
16.4 O objeto atende a necessidade a que se destina e somos de parecer final sobre a viabilidade positiva da contratação da solução pretendida, devidamente adequadas à necessidade identificada na demanda de contratação, bem como também, sua viabilidade técnica e econômica, nos moldes referenciais ao que se vem sendo implantado na região, e de municípios circunvizinhos.

Chopinzinho, 18 de março de 2025.

Joseane de Souza
Agente Administrativo

Assinado por 2 pessoas: RODRIGO MIGUEL KOPROVSKI e JOSEANE DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/758B-15CB-77BC-A013 e informe o código 758B-15CB-77BC-A013

Termo de Referência

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e pelo Decreto n.º 73, de 2023, conforme as cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:

Contratação de pessoa jurídica por Notória Especialização para a implantação dos Indicadores Ambientais REBAPP do município - IRAV/Índice REBAPP de Áreas Verdes e IRAP/Índice REBAPP de Áreas Verdes Protegidas do município, conforme descrito no Termo de Referência.

Lote 1	Descrição do objeto	Quantidade	Estimativa do Valor total anual
Item 1	Implantação dos Indicadores Ambientais REBAPP do município - IRAV/Índice REBAPP de Áreas Verdes e IRAP/Índice REBAPP de Áreas Verdes Protegidas.	01 serviço Podendo ser prorrogados por iguais períodos, nos termos do art. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/21	R$ 112.270,00

1.1 DEFINIÇÕES COMPLEMENTARES

Constituem-se em objetos específicos as atividades a serem realizados por meio do objeto contratado:

1. Implantação dos indicadores Ambientais REBAPP - status atual de áreas verdes e de áreas verdes protegidas, aplicando as fórmulas REBAPP de apoio a gestão municipal de áreas verdes e de áreas verdes protegidas, nas bacias hidrográficas do município, com implantação de nova fórmula REBAPP de apoio a gestão municipal de Áreas Verdes em bacias hidrográficas $(A_{v1} + A_{v2} + A_n) / A_m$ e de Áreas Verdes Protegidas $(A_{uc1} + A_{uc2} + A_n) / A_m$ (mapa REBAPP/Ecológico do município):
   IRAV – Índice REBAPP de Áreas Verdes existentes no município
   IRAP – Índice REBAPP de Áreas Verdes Protegidas no município
2. Elaboração de mapeamentos com aplicação dos indicadores ambientais REBAPP para análise técnica e seleção de áreas potenciais para criação de nova Unidade de Conservação - UC prioritária e de conectividade verde dentro do território municipal com Retificação das Bordas em APP´s e das faixas de Entorno e de seus afluentes – Entornos de Conectividades Direta e Indireta – ECV´s do território do município com remanescente de mata nativa preservada de relevante interesse ecológico.
3. Visitas técnicas de checagem e aferição em campo dos imóveis, áreas verdes e das APP´s que forem necessárias para subsidiar a elaboração dos mapeamentos REBAPP.

2 FUNDAMENTO:

2.1 O município de Chopinzinho está localizado na região sudoeste do estado do Paraná, e apresenta-se inserido dentro da região da Floresta Ombrófila Mista, com presença de Araucária angustifolia (pinheiro do Paraná), árvore símbolo do Estado e presente na lista de espécies ameaçadas de extinção. Juntamente com estes remanescentes de mata nativa, com presença de araucárias, cria-se a oportunidade para a presença da fauna ameaçada de extinção, em especial, a Gralha-azul, ave símbolo do Estado do Paraná.

Assinado por 2 pessoas: RODRIGO MIGUEL KOPROVSKI e JOSEANE DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/758B-15CB-77BC-A013 e informe o código 758B-15CB-77BC-A013

2.2 Possui 95.902,11 hectares de território municipal e é detentor de porções significativas de áreas de mata nativa com presenças de Araucárias e possui uma única unidade de conservação no território do município com área verde já protegida no ICMS Ecológico de 11.458,7 hectares da área indígena, ou seja, o município possui apenas uma área verde protegida (unidade de conservação) de um total geral de área verde existente no território de 31.124,2 hectares da área verde existente, ou seja, 19.665,5 hectares de área verde ainda existente no território do município, e não inseridas no ICMS Ecológico, considerando também o índice de áreas de mata nativa do município inserido no Mapa de Classe de Uso da Terra/IAT/Governo do Estado do Paraná.
2.3 Em termos práticos percentuais, o município possui no total, 31,124,2 hectares de mata nativa no seu território, e desta forma, ou seja, 63,1% de mata nativa preservada ainda existente com potencial para análise e inserção de novas áreas protegidas para o programa do ICMS Ecológico.
2.3.1 Assim, a relevância ambiental que o município possui apresenta-se em condição ímpar na região, onde a adoção de novos indicadores ambientais de apoio a gestão municipal de áreas verdes, torne-se imprescindível para um melhor desempenho do município neste viés que vem de encontro com o tema mundial de apoio com ações de combate às Mudanças Climáticas.
2.4 O município possui, portanto, um total de 19.665,5 hectares de mata nativa preservada e que não são áreas verdes protegidas (UC´s). Além da permanente necessidade de monitoramento e controle para evitar o desmatamento, em especial na região floresta ombrófila mista, em que o município se encontra em sua abrangência, com presença de espécies ameaçadas de extinção.
2.5 Desta forma, o município detectou a ausência de indicadores ambientais específicos, que criam através da relação entre área verdes e áreas verdes protegidas, em função do total do território do município, do qual, estes indicadores não estão contemplados nas fórmulas de cálculo do ICMS Ecológico, e são importantes ferramentas para o planejamento e tomada de decisões ambientais e de desenvolvimento, por parte do município.
2.5.1 Em síntese, o município, na ausência de indicadores ambientais específicos, constata que na sua porção da bacia hidrográfica, a necessidade de apoio técnico especializado para implantação destes indicadores.
2.5.2 E que crie-se, assim, indicadores ambientais de áreas verdes protegidas, das quais, no momento, é inexistente este indicador para o município, e que as necessidades e oportunidades acima descritas estão enquadradas na legislação vigente.

3 JUSTIFICATIVA DA SITUAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE E RAZÃO DA ESCOLHA DO EXECUTANTE DO SERVIÇO:

3.1. A inexigibilidade de licitação ocorre pela inviabilidade de competição, observados os conceitos de unicidade e de singularidade, quer seja do objeto ou da pessoa: o primeiro conduz à impossibilidade lógica de licitar, e o segundo torna impossível o confronto;
3.2. De acordo com os preceitos da Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021, um dos casos em que a licitação torna-se inexigível é quando na contratação de serviços técnicos, de natureza singular, com profissionais e empresas de notória especialização, vedados os serviços de publicidade e divulgação;
3.3. Nesse sentido, no tocante a contratação de profissionais de notória especialização, a Lei
regra o assunto de forma mais específica no Inciso III de seu Art. 74º, o qual exprime, in verbis:
“Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;
(...)
III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;
b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

Assinado por 2 pessoas: RODRIGO MIGUEL KOPROVSKI e JOSEANE DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/758B-15CB-77BC-A013 e informe o código 758B-15CB-77BC-A013

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;
h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;"

3.4. Em observância disso, elucida-se que a contratada Nativa do Brasil é uma empresa técnica fundada em 10 de janeiro de 2007, estando dentre suas principais atividades a especificidade e o diferencial de ser uma empresa privada de pesquisa técnico-científica e aplicada em campo, que gera novos modelos de engenharia, inovadores para a solução de problemas e questões no âmbito de planejamento e adequações inéditas. A empresa possui inúmeros convênios e termos de cooperação com associações de municípios do Estado do Paraná e com o Sistema CONFEA-CREA-MÚTUA/PR, sendo destacáveis:

a. CONFEA-CREA-MÚTUA/PR: Convênio nº 009/2021;
b. AMENORTE: Associação dos Municípios do Médio Noroeste do Estado do Paraná;
c. AMSOP: Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná;
d. CANTUQUIRIGUAÇU: Associação dos Municípios do Cantuquiriguaçu.

3.5. Os serviços inéditos da empresa, por sua vez, são ofertados pelos seguintes serviços, concluídos a partir de suas pesquisas:

a. PMIC: Plano Municipal de Programa ICMS Ecológico e PMIC especial de manancial/prómanancial. do Estado do Paraná;
b. REBAPP: Retificação de bordas em APPs, áreas de preservação permanente e solução de conflitos em zoneamentos em uso e ocupação do solo de planos diretores e de áreas verdes protegidas, criando novos indicadores ambientais, denominados indicadores ambientais REBAPP – IRAP e IRAV;
c. Registro REBAPP no INPI Nacional sob n° 924359021.
d. Criação e Registro do Projeto REBAPP Mosaico de UC´s do Corredor Ecológico Santa Maria com o Registro sob n° 172024100087/61.084 CREA-PR,
e. PACUIM: Planos ambientais de conservação das APPs e de uso dos imóveis lindeiros;
I. Possui publicação na Revista da AMP (Ano 4, Edição nº 164/02): Apresentação do que é o PMIC criado pela Nativa do Brasil ao presidente da AMP – Associação dos Municípios do Paraná, prefeito de Jesuítas, Júnior Weiler;
II. Modelos de contratação do PMIC – Inexigibilidade PMIC nº 044/399, PMIC especial de manancial nº 037/399;
III. Contrato nº 104/2021 com o Município de Coronel Vivida, Contrato nº 068/2021 com o Município de Candói, Contrato nº 006/2022 com o Município de Guaíra;
IV. ARTs de 44 municípios de PMICs;
V. Declaração de Notória Especialização;
VI. Treinamento de monitoramento específico de índices e coeficientes ambientais municipais do Programa ICMS Ecológico publicados pelo Governo do Estado do Paraná;
VII. Treinamento de capacitação para os membros do GGIA – Grupo Gestor do Índice do Programa ICMS Ecológico municipal;
VIII. Autoria de Projeto premiado pelo CREA/PR 2021;
IX. Autoria de Técnica premiada pela Fundação Banco do Brasil como Nova Tecnologia Social;
X. Autoria de Publicação premiada pelo Ministério da Cultura/Governo Federal;
XI. Autoria com notória especialização em Programa ICMS Ecológico/Certificação FACIAP – responsável técnico Nativa do Brasil REBAPP Programa ICMS Ecológico;
XII. Autoria e criação do sistema metodológico REBAPP – Programa ICMS Ecológico;
XIII. Autoria e criação do Plano PMIC – Plano Municipal do Programa ICMS Ecológico para os municípios do Estado do Paraná;
XIV. Autoria e criação do Programa PRÓMANANCIAL do Paraná;
XV. Atuações socioambientais espontâneas de caráter internacional;
XVI. Participação da empresa Nativa do Brasil na Feira FACIM 2016 (Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Moçambique);
XVII. Responsabilidade Técnica e autoria de modelo de criação de Plano PMIC – Plano Municipal de Programa ICMS Ecológico para municípios, de criação e autoria do Engenheiro Florestal Marcelo Lubas – CREA nº 23.078/D, responsável técnico da Nativa do Brasil;

Assinado por 2 pessoas: RODRIGO MIGUEL KOPROVSKI e JOSEANE DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/758B-15CB-77BC-A013 e informe o código 758B-15CB-77BC-A013

XVIII. Três vezes premiado com o título de profissional destaque CREA/PR nos anos de 2012, 2017 e 2021;
XIX. Criador da técnica "Diagramas das Araucárias do Paraná": técnica reconhecida, certificada e premiada pela Fundação Banco do Brasil como Nova Tecnologia Social;
XX. Título de Responsabilidade Ambiental;
XXI. Autor do livro: "Memória e Sustentabilidade";
XXII. Carta de Reconhecimento e de Notoriedade Internacional;
XXIII. Certificado de Responsabilidade Ambiental da Câmara Municipal de Vereadores de São José dos Pinhais;
XXIV. Premiado pela Fundação Banco do Brasil "Tecnologias Sociais, pela criação da técnica de trabalho com fibras e sapés de pinheiros (Diagramas das Araucárias) e pinhote (arte de costurar cascas de pinhão), que foi considerada Nova Tecnologia Social";
XXV. Prêmio FUNARTE do Ministério da Cultura em produção crítica em culturas populares e tradicionais;
XXVI. Atuações no exterior: Alemanha (1997), Estados Unidos e Caribe (Porto Rico) (2001), Espanha (2001), Alemanha (2006), África do Sul e Moçambique (2007); Itália e Suíça (2008), Moçambique (2007, 2008, 2009 e 2016).

3.6. Em virtude do mencionado acima, justifica-se que, pela Notória Especialização da Empresa Nativa do Brasil, com Razão Social NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA, no desenvolvimento dos serviços a serem executados, devidamente comprovada através dos documentos anexados a este procedimento administrativo, a Administração Municipal optou pela sua contratação por meio do procedimento de inexigibilidade de licitação, uma vez que, para o trabalho ambiental a ser realizado, é de suma importância o conhecimento técnico e legal das ações a serem executadas e, acima de tudo, o conhecimento da área a ser trabalhada;

Diante do exposto, a Administração Municipal entende pela viabilidade da contratação direta dos serviços por Inexigibilidade de Licitação.

4 FORMA DE FORNECIMENTO:

4.1 Os serviços a serem contratados possuem natureza de serviços não continuado, sem disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, e de notória especialização.

4.2. A prestação dos serviços mencionados não gera vínculo empregatício entre os empregados do Contratado e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

5.1 O Contratante pagará os serviços ao Contratado em parcela única, o valor contido na proposta, que é parte integrante deste contrato, conforme tabela constante no item 1 deste contrato.

5.2 O valor total do contrato é de R$ 112.270,00 (cento e doze mil, duzentos e setenta reais).

5.3 No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

5.4 Somente serão pagos os valores referentes aos serviços e quantitativos efetivamente entregues e que tenham sido recebidos definitivamente pelo contratante.

6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 6.5 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 73, de 2023.

Assinado por 2 pessoas: RODRIGO MIGUEL KOPROVSKI e JOSEANE DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/758B-15CB-77BC-A013 e informe o código 758B-15CB-77BC-A013

5.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 6.3 deste contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 73, de 2023.

5.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do contratante.

5.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

5.5 Fica como responsável pela gestão do contrato a servidora Joseane de Souza. A fiscalização do contrato ficará a cargo dos servidores, Sr. Helder Felipe Klassen(titular) e Sr. Rodrigo Jazynski (substituto).

6. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

6.1 O prazo de execução dos serviços será de 3 (três) meses, com início em no máximo 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato ou instrumento equivalente.

6.2. A vigência contratual, por sua vez, será a informada no subitem “1.3” deste Termo de Referência de Inexigibilidade de Licitação, correspondendo a 6 (seis) meses contados da assinatura do Contrato, sem possibilidade de prorrogação, na forma do Art. 105º da Lei n° 14.133, de 1 de abril 2021.

6.3. Ao final da execução dos serviços, o Contratado será responsável pela entrega, em conformidade com o subitem “1.2” deste Termo de Inexigibilidade de Licitação:

a) Implantação dos indicadores Ambientais REBAPP - status atual de áreas verdes e de áreas verdes protegidas, aplicando as fórmulas REBAPP de apoio a gestão municipal de áreas verdes e de áreas verdes protegidas, nas bacias hidrográficas do município, com implantação de nova fórmula REBAPP de apoio a gestão municipal de Áreas Verdes em bacias hidrográficas $(A_{v1} + A_{v2} + A_n) / A_m$ e de Áreas Verdes Protegidas $(A_{uc1} + A_{uc2} + A_n) / A_m$ (mapa REBAPP/Ecológico do município):

IRAV – Índice REBAPP de Áreas Verdes existentes no município

IRAP – Índice REBAPP de Áreas Verdes Protegidas no município

b) Mapeamentos com aplicação dos indicadores ambientais REBAPP para análise técnica e seleção de áreas potenciais para criação de nova Unidade de Conservação - UC prioritária e de conectividade verde dentro do território municipal com Retificação das Bordas em APP´s e das faixas de Entorno e de seus afluentes – Entornos de Conectividades Direta e Indireta – ECV´s do território do município com remanescente de mata nativa preservada de relevante interesse ecológico.

6.4 Caso durante a execução contratual se fizer necessária a protocolização de documentos junto ao Instituto Água e Terra – IAT, esta correrá sob o apoio técnico do Contratado, sendo devidamente acompanhada pelo servidor responsável pela fiscalização contratual nomeado neste Termo de Inexigibilidade de Licitação;

6.4.1. Ainda, caso forem verificadas pendências indicadas pelo Instituto Água e Terra – IAT, será de responsabilidade do Contratado a adequação dos documentos até a devida aprovação destes.

6.5. Os serviços prestados serão recusados nos seguintes casos:

Assinado por 2 pessoas: RODRIGO MIGUEL KOPROVSKI e JOSEANE DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/758B-15CB-77BC-A013 e informe o código 758B-15CB-77BC-A013

a. Quando executados em especificações técnicas diferentes das contidas no Termo de Referência de Inexigibilidade de Licitação e da proposta técnica de preços;

b. Quando apresentarem eventuais vícios ou incorreções de execução durante a vigência contratual.

6.6. No caso da recusa dos serviços, estes deverão ser refeitos sem quaisquer ônus ao Município que não sejam realizados dentro do prazo estipulado, o Contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.7. Todas as comunicações a serem realizadas entre as partes serão feitas por correio eletrônico (e-mail), telefone ou ofício.

6.8. O recebimento dos serviços ocorrerá em caráter provisório e definitivo, sendo que:

6.8.1. Os serviços serão recebidos ao fim de sua execução, provisoriamente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização técnica do Contrato resultante deste procedimento administrativo, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Inexigibilidade de Licitação e na proposta.

6.8.2. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da conformidade e qualidade dos mesmos e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.8.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.8.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada por quaisquer prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato, incluindo por vícios de qualidade ou técnicos, aparentes ou ocultos, ou por qualquer desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo, e verificadas posteriormente.

7 FONTE DE RECURSOS:

7.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Secretaria de Finanças:

Gestão/Unidade:	04.01 - DEPARTAMENTO DE GESTÃO FINANCEIRA
Fonte de Recursos:	000 - Recursos Ordinários (Livres)
Programa de Trabalho:	0412300022.008 - Manutenção das atividades da Secretaria de Finanças
Elemento de Despesa:	3.3.90.39 - UTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JU
Desdobrado:	1763 - SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS
Nota de Empenho:	Não se aplica

Assinado por 2 pessoas: RODRIGO MIGUEL KOPROVSKI e JOSEANE DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/758B-15CB-77BC-A013 e informe o código 758B-15CB-77BC-A013

7.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

8 VIGÊNCIA:

8.1 O contrato terá vigência de 12 meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

8.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

8.1.1.1 Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

9 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.1 São obrigações do Contratado:

9.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste contrato e no termo de referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

9.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

9.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

9.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

9.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no termo de referência;

9.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Município de Chopinzinho, conforme legislação vigente;

9.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto do contrato, exceto quando houver:

9.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

9.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

9.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

9.1.10. cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

Assinado por 2 pessoas: RODRIGO MIGUEL KOPROVSKI e JOSEANE DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/758B-15CB-77BC-A013 e informe o código 758B-15CB-77BC-A013

9.2 São obrigações do contratante:

9.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste contrato e respetivo termo de referência;

9.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes deste contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.2.4 comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

9.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

9.2.6 efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste contrato e no termo de referência;

9.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

9.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

9.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

9.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

9.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo contratado.

10 FORMA DE PAGAMENTO

10.1 O pagamento deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação de sistema interno, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal (inclusive do Município de Chopinzinho para contratados sediados em outro Município da Federação), com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

10.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

10.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira.

10.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 14.4.1 deste contrato.

10.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

10.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

Assinado por 2 pessoas: RODRIGO MIGUEL KOPROVSKI e JOSEANE DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/758B-15CB-77BC-A013 e informe o código 758B-15CB-77BC-A013

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \qquad I = \frac{(6/100)}{365} \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

11. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pois se trata de serviço usual.

12. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS SERVIÇOS.

12.1 Não se aplica

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 73, de 2023, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

13.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto n.º 73, de 2023;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto n.º 73, de 2023;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto n.º 73, de 2023;

13.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto n.º 73, de 2023.

13.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública municipal, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o contratado.

13.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

13.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

13.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 73, de 2023, sem prejuízo de norma ou súmula administrativa específica.

13.7 Nos casos não previstos neste contrato, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 73, de 2023.

13.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, no

Assinado por 2 pessoas: RODRIGO MIGUEL KOPROVSKI e JOSEANE DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/758B-15CB-77BC-A013 e informe o código 758B-15CB-77BC-A013

procedimento de seleção do fornecedor e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Município de Chopinzinho.

13.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Município de Chopinzinho.

13.10 As multas previstas neste contrato poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública municipal.

14. CASOS DE EXTINÇÃO:

14.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

14.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta**;**

14.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

14.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

14.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

14.4 O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

15. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

15.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133. de 2021.

15.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

15.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no termo de referência;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15.3 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no termo de referência que originou o contrato.

15.4 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

15.5 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

Assinado por 2 pessoas: RODRIGO MIGUEL KOPROVSKI e JOSEANE DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/758B-15CB-77BC-A013 e informe o código 758B-15CB-77BC-A013

16. DISPOSIÇÕES GERAIS:

16.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o termo de referência e a proposta apresentada pelo Contratado durante o procedimento administrativo que deu origem à contração.

16.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 73, de 2023 e demais leis pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

16.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Município de Chopinzinho e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema interno utilizado pelo município.

16.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Chopinzinho, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Chopinzinho, 18 de março de 2025.

Rodrigo Koprovski
Secretário Municipal de Finanças

Joseane de Souza
Gestor do Contrato

Assinado por 2 pessoas: RODRIGO MIGUEL KOPROVSKI e JOSEANE DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/758B-15CB-77BC-A013 e informe o código 758B-15CB-77BC-A013

ANEXO I

DECLARAÇÃO SOBRE A LGPD.

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no contrato e que possui as condições de habilitação previstas no procedimento administrativo de contratação direta, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar do procedimento de contratação direta e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;

1.2. referentes a participações societárias;

1.3. informações inseridas em contratos sociais;

1.4. endereços físicos e eletrônicos;

1.5. estado civil;

1.6. eventuais informações sobre cônjuges;

1.7. relações de parentesco;

1.8. número de telefone;

1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;

1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

_____

Representante Legal

Assinado por 2 pessoas: RODRIGO MIGUEL KOPROVSKI e JOSEANE DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/758B-15CB-77BC-A013 e informe o código 758B-15CB-77BC-A013

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 758B-15CB-77BC-A013

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

RODRIGO MIGUEL KOPROVSKI (CPF 030.XXX.XXX-67) em 18/03/2025 16:38:27 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

JOSEANE DE SOUZA (CPF 061.XXX.XXX-73) em 20/03/2025 08:21:57 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/758B-15CB-77BC-A013

Memorando 6- 1.291/2025

De: Neide C. - SMA

Para: SMF - Secretaria de Finanças

Data: 18/03/2025 às 15:57:04

Setores envolvidos:

SMA, GAB, SMF, SMA-LC, SMF-C

Contratação de empresa especializada para implantação dos novos indicadores REBAPP

Segue para assinatura na dotação orçamentária.

_

Atenciosamente,

Neide Marinez Caldato
Agente Administrativo

Anexos:
TERMO_DE_DISPONIBILIDADE.pdf

Assinado por 2 pessoas: RODRIGO MIGUEL KOPROVSKI e RODRIGO JAZYNSKI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/2A10-0B21-72EE-055F e informe o código 2A10-0B21-72EE-055F

CORRESPONDÊNCIA INTERNA

DATA: 18/03/2025

ORIGEM: SECRETARIA DE FINANÇAS

DESTINO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO / DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

REFERÊNCIA: DISPONIBILIDADE DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DOS NOVOS INDICADORES AMBIENTAIS REBAPP – RETIFICAÇÃO DAS BORDAS EM APP'S – ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E DE ZONEAMENTOS EM USO E OCUPAÇÃO DO SOLO – IRAV/ÍNDICE REBAPP DE ÁREAS VERDES E IRAP/ÍNDICE REBAPP DE ÁREAS VERDES PROTEGIDAS DO MUNICÍPIO.

VALOR: R$ 112.270,00

Em atenção à solicitação formulada por Vossa Excelência, informamos existir disponibilidade orçamentária e financeira, conforme Lei n° 4.049/2023 (LOA), Lei n° 4.048/2023 (PPA) e Lei n° 4.039/2023 (LDO) e alterações, na seguinte dotação orçamentária:

Secretaria de Finanças:

Gestão/Unidade:	04.01 - DEPARTAMENTO DE GESTÃO FINANCEIRA
Fonte de Recursos:	000 - Recursos Ordinários (Livres)
Programa de Trabalho:	0412300022.008 - Manutenção das atividades da Secretaria de Finanças
Elemento de Despesa:	3.3.90.39 - UTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JU
Desdobrado:	1763 - SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS
Nota de Empenho:	Não se aplica

Atenciosamente,

Rodrigo Jazynski
Divisão de Contabilidade

Rodrigo Miguel Koprovski
Secretaria de Finanças

Assinado por 2 pessoas: RODRIGO MIGUEL KOPROVSKI e RODRIGO JAZYNSKI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/2A10-0B21-72EE-055F e informe o código 2A10-0B21-72EE-055F

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 2A10-0B21-72EE-055F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

RODRIGO MIGUEL KOPROVSKI (CPF 030.XXX.XXX-67) em 18/03/2025 16:38:59 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

RODRIGO JAZYNSKI (CPF 053.XXX.XXX-41) em 27/03/2025 07:49:45 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/2A10-0B21-72EE-055F

Memorando 7- 1.291/2025

De: ANDREIA S. - SMA-LC

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 26/03/2025 às 11:52:14

Em anexo arquivo complementar para comprovação de Notória Especialização da empresa Nativa.

_

Andreia da Silva
Agente Administrativo

Anexos:

2_Notoria_Especializ_REBAPP.pdf

Empresa de Pesquisa Técnica

EMPRESA DE PESQUISA TÉCNICA – NATIVA DO BRASIL – CREA/PR n° 61.084

CNPJ: 08.648.607/0001-94

Responsável Técnico – Eng. MARCELO LUBAS - CREA/PR n° 23.078/D

Empresa de NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO:

- **Implantação de indicadores ambientais REBAPP –** indicadores ambientais criados pela empresa de pesquisa técnica Nativa do Brasil – Projeto REBAPP – Retificação de Bordas em APP´s – Áreas de Preservação Permanente e de Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo de Planos Diretores – Índices ambientais REBAPP – IRAP e IRAV, a partir da reconfiguração efetuada pela Nativa do Brasil, da disposição dos parâmetros e variáveis inseridas em fórmulas de cálculo do ICMS Ecológico, fundamentada a partir do Artigo n° 158 e Artigo n° 132 da Constituição Federal, Lei Federal n° 63 de 1.990, Lei Estadual n° 9.491 de 1.990, Lei Complementar Estadual n° 59 de 1.991, Lei Complementar Estadual n° 67 de 1.993 e Decreto Estadual n° 2.791 de 1.996, agregando os seguintes documentos, em atendimento ao Artigo n° 74 da Lei Federal n° 14.133 de 2.021:

- **Implantação do Projeto REBAPP – Novos Indicadores ambientais REBAPP**

a) Registro de criação, autoria e concepção sob n° 20174739275/61.984 – CREA/PR Nativa Brasil

b) Registro Nacional no INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial n° 924359021 - Nativa Brasil

c) **Desempenho anterior, estudos e experiência** - de acordo com o parágrafo 3° da alígnea “a” do inciso 3° do Artigo n° 74 da Lei Federal n° 14.133 de 2.021:

- Implantação do Projeto REBAPP – Novos Indicadores ambientais em **14 municípios** no Estado do Paraná

- **Elaboração de PMIC - Plano Municipal de ICMS Ecológico** – Plano PMIC ICMS Ecológico e de Manancial

a) Registro de criação, autoria e concepção PMIC sob n° 1720212576830/61.984 – CREA/PR

b) Registro de criação, autoria e concepção PMIC Manancial sob n° 1720214286340/61.984 – CREA/PR

c) **Desempenho anterior, estudos e experiência** - de acordo com o parágrafo 3° da alígnea “a” do inciso 3° do Artigo n° 74 da ei Federal n° 14.133 de 2.021:

- Elaboração de 54 PMIC´s em **54 municípios** do Paraná - **Plano PMIC ICMS Ecológico e PMIC Manancial**

A documentação da Nativa do Brasil enquadra-se no parágrafo 3° da alígnea “a” do inciso 3° do Artigo n° 74 da Lei Federal n° 14.133 de 2.021, a saber:

- **Fundamentação legal:**

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - *contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:*

a) *estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;*

§ 3º *Para fins do disposto no* ***inciso III*** *do caput deste artigo, considera-se de* ***notória especialização*** *o profissional ou a* ***empresa*** *cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de* ***desempenho anterior, estudos, experiência****, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica* ***ou outros requisitos relacionados com suas atividades****, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.*

RAZÃO SOCIAL: NATIVA BRASIL – Pesquisa, Tecnologia e Desenvolvimento Ltda

CNPJ: 08.648.607/0001-94

Endereço: Rua Nicolau Pampuch, 188 – Afonso Pena – São José dos Pinhais – PR

CEP: 83.045-280

Inscrição Estadual: Isenta

Registro no CREA/PR: n° 61.084

Responsável Técnico – Eng. Marcelo Lubas – CREA/PR n° 23.078/D

CPF: 610.572.319-91

RG: 4.164.583-0 ISSPR

A Nativa do Brasil é uma empresa de pesquisa técnica fundada em 10 de janeiro de 2007, e dentre suas atividades, possui a **especificidade** e o diferencial de ser uma empresa privada de pesquisas técnica-científica e aplicadas em campo, gerando como resultados de suas próprias pesquisas, **novos modelos de engenharia** inovadores para solução de problemas e questões no âmbito de planejamento e adequações ambientais inéditas.

Diferencial significativo que a empresa de Pesquisa Técnica Nativa do Brasil.

CONVÊNIOS E ACORDOS DE COOPERAÇÃO

Devido a peculiaridade do diferencial que é a empresa de pesquisa técnica Nativa do Brasil, a mesma **possui CONVÊNIOS E TERMOS DE COOPERAÇÃO** com **ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ** e com o **SISTEMA CONFEA – CREA – MÚTUA/PR.**

Convênios e Acordos de Cooperação da Nativa do Brasil com Associações de Municípios:

CONFEA – CREA – MÚTUA/PR (Convênio n° 009/2021)

AMENORTE – Associação dos Municípios do Médio Noroeste do Estado do Paraná

AMSOP – Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná

CANTUQUIRIGUAÇU – Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu

AMENORTE

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO NOROESTE DO ESTADO DO PARANÁ

Termo de Cooperação – TC n° 001/2021

Termo de Cooperação Técnica entre a Associação dos Municípios do Médio Noroeste do Estado do Paraná – AMENORTE e a empresa de pesquisa técnica NATIVA do BRASIL

A NATIVA do BRASIL, empresa de pesquisa técnica e de desenvolvimento, fundada em 10 de janeiro de 2007, com sede na Rua Nicolau Pampuch, 188, bairro Afonso Pena, em São José dos

AMSOP

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ

Termo de Cooperação – TC n° 001/2021

Termo de Cooperação Técnica entre a Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná - ASMOP e a empresa de pesquisa técnica NATIVA do BRASIL.

A NATIVA do BRASIL, empresa de pesquisa técnica e de desenvolvimento, fundada em 10 de janeiro de 2007, com sede na Rua Nicolau Pampuch, 188, bairro Afonso Pena, em São José dos



CANTU
QUIRIGUAÇU

Termo de Cooperação – TC nº 001/2021

Termo de Cooperação Técnica entre a Associação dos Municípios Cantuquiriguaçu-CANTUQUIRIGUAÇU e a empresa de pesquisa técnica NATIVA do BRASIL

A NATIVA do BRASIL, empresa de pesquisa técnica e de desenvolvimento, fundada em 10 de janeiro de 2007, com sede na Rua Nicolau Pampuch, 188, bairro Afonso Pena, em São José dos Pinhais-PR, inscrita sob CNPJ n° 08.648.607/0001-94, representada pelo Eng. Florestal Marcelo Lubas, sócio-proprietário e administrador, CPF: 610.572.319-91 e RG: 4.164.583-0 PR, doravante denominada NATIVA do BRASIL e a Associação dos Municípios

Convênios da Nativa do Brasil

Convênio da Nativa do Brasil com:

- **CONFEA – CREA – MÚTUA/PR (Convênio n° 009/2021)**



MUTUA signer

Verifique este documento

CERTIFICADO DE AUTENTICIDADE

Documento assinado digitalmente em conformidade com a Lei Federal nº 14.063/2020. Sua autenticidade pode ser confirmada por meio do código QR acima ou acessando o endereço https://signer.mutua.com.br/valida/ e digitar o código de identificação do documento abaixo.

Código de identificação

6909-5381-6276-3104

Informações do documento:

Título: ***Convênio nº 009/21 - Nativa do Brasil - renovação 2022***
Data de criação: *15/03/2022 13:37:52* Criado por: *Mútua Paraná*

Signatário(s):

Nome: *Claudia Ramos Fogaça*; CPF: *842.235.709-78*; Data de nascimento: *29/11/1971*; Data de assinatura: *21/03/2022 14:37:27*; E-mail confirmado: *claudia.fogaca@mutua.com.br*; Endereço de internet: *177.220.172.232*; Localização geográfica: *-25.4677143,-49.2942932*

Nome: *Luiz Eduardo Caron*; CPF: *253.575.819-91*; Data de nascimento: *06/10/1954*; Data de assinatura: *21/03/2022 14:37:51*; E-mail confirmado: *luiz.caron@mutua.com.br*; Telefone: *(41) 99207-5799*; Endereço de internet: *186.206.11.189*; Localização geográfica: *-25.4148608,-49.2568576*

Nome: *Julio Cesar Vercesi Russi*; CPF: *309.429.349-20*; Data de nascimento: *14/03/1954*; Data de assinatura: *21/03/2022 14:38:10*; E-mail confirmado: *julio.russi@mutua.com.br*; Telefone: *(41) 99975-2073*; Endereço de internet: *168.181.51.228*; Localização geográfica: *Não informado*

Nome: *HARLON LUNA FERREIRA*; CPF: *006.060.049-71*; Data de nascimento: *23/03/1980*; Data de assinatura: *21/03/2022 14:39:10*; E-mail confirmado: *harlon.ferreira@mutua.com.br*; Telefone: *(43) 99965-9495*; Endereço de internet: *168.121.148.255*; Localização geográfica: *-23.1087262,-50.3675124*

Nome: *Marcelo Lubas*; CPF: *610.572.319-91*; Data de nascimento: *19/05/1967*; Data de assinatura: *21/03/2022 15:19:47*; E-mail confirmado: *nativa@nativadobrasil.com.br*; Endereço de internet: *201.40.205.230*; Localização geográfica: *-25.5326,-49.0889*

Nome: *Leila Cristina da Anunciação Lubas*; CPF: *857.440.269-91*; Data de nascimento: *11/10/1972*; Data de assinatura: *25/03/2022 15:08:32*; E-mail confirmado: *leila@nativadobrasil.com.br*; Endereço de internet: *201.40.205.230*; Localização geográfica: *Não informado*

CONFEA CREA MUTUA

A empresa desenvolve pesquisas específicas a partir de demandas, gargalos e problemas identificados, através de seu Engenheiro responsável técnico, Marcelo Lubas em diagnósticos executados pela empresa de pesquisa Nativa do Brasil, e como resultado, cria soluções inéditas, reconhecidas e premiadas.

Dentro do escopo, apresenta 2 temas-destaques, inéditos e de valia à sociedade, como um todo, através da oferta dos serviços inéditos concluídos a partir de suas pesquisas, a saber:

1. **PMIC** – Plano Municipal do ICMS Ecológico e PMIC Especial de Manancial/Pró-manancial do Paraná.

2. **REBAPP** – Retificação de Bordas em APP´s – Áreas de Preservação Permanente e de Solução de Conflitos em Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo de Planos Diretores e de Áreas Verdes protegidas, criando novos indicadores ambientais, denominados Indicadores Ambientais REBAPP.

   Ambas novas e inéditas soluções para questões especializadas na área ambiental, especificamente na área de ICMS Ecológico e de novos Indicadores Ambientais de apoio para o gerenciamento de áreas verdes protegidas para os municípios do Estado do Paraná.

PMIC (Áreas Verdes) e PMIC Especial de Manancial

A autoria, concepção, criação e implantação com responsabilidade técnica de Engenharia, foi criada pela Nativa do Brasil, após os resultados da pesquisa técnica realizada pela empresa, inédita, para diagnosticar a situação atual do recebimento de ICMS Ecológico por parte dos municípios do Estado do Paraná.

A pesquisa técnica inovadora, realizada por INICIATIVA PRÓPRIA, e know-how do responsável técnico da empresa de pesquisa, detectou a INEXISTÊNCIA de Plano Municipal de ICMS Ecológico, capaz de ser uma nova ferramenta técnica de apoio aos municípios no gerenciamento de áreas verdes e de manancial.

Com isso, criou-se de forma inédita no PARANÁ (e no Brasil), o PMIC – Plano Municipal de ICMS Ecológico.

DA SINGULARIDADE DO PMIC – NATIVA DO BRASIL (criação e autoria inédita)
ART de autoria, concepção e criação do projeto REBAPP (A SEGUIR)

SINGULARIDADE - Pesquisa técnica da Nativa do Brasil que detectou a ausência de Plano Municipal de ICMS Ecológico, de onde, se deu, portanto, a autoria e criação do PMIC.

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720210365459

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**
Carteira: **PR-23078/D**
Registro/Visto: **61084**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA** CNPJ: **08.648.607/0001-94**

RUA NICOLAU PAMPUCH, 188
CONJUNTO URANO AFONSO PENA - SAO JOSE DOS PINHAIS/PR 83045-280

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 24/01/2021

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Privado) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA NICOLAU PAMPUCH, 188
CONJUNTO URANO AFONSO PENA - SAO JOSE DOS PINHAIS/PR 83045-280

Data de Início: 24/01/2021 **Previsão de término:** 24/02/2021 **Coordenadas Geográficas:** -25,510392 x -49,181636

Finalidade: Ambiental

Proprietário: NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA CNPJ: **08.648.607/0001-94**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Pesquisa] *de diagnóstico e caracterização ambiental diagnóstico ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Pesquisa Técnica e Diagnóstico do ICMS Ecológico dos Municípios do Estado do Paraná - 2020/2021 -metod. REBAPP

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local, 24 de janeiro de 2021
data

MARCELO LUBAS - CPF: 610.572.319-91

NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA - CNPJ: 08.648.607/0001-94

Marcelo Lubas
Engenheiro Florestal
CREA 23.078/D

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesse nosso site www.crea-pr.org.br
Central de Atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R$ 88,78 **Registrada em : 24/01/2021** **Valor Pago: R$ 88,78** **Nosso número: 2410101720210365459**

08.648.607/0001-94
NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA
RUA NICOLAU PAMPUCH, 188
AFONSO PENA - CEP 83045-280
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS-PR

NATIVA do BRASIL
(41)3282-7488 / 96378863

DA NOTORIEDADE DA ESPECIALIZAÇÃO

O **PMIC** – Plano Municipal do ICMS Ecológico e o **PMIC Especial de Manancial** Inovador, de utilidade diferencial e inédita para os municípios do Estado do Paraná, já conta com a implantação de PMIC´s em **43 municípios do Estado do Paraná.**

Foram efetuadas **43 contratações por Inexigibilidade**, para a elaboração e implantação do PMIC, nos seguintes e respectivos municípios do Estado do Paraná.

MUNICÍPIOS IMPLANTADOS E EM IMPLANTAÇÃO DO "PMIC" e "PMIC Especial de MANANCIAL" CRIADO PELA NATIVA DO BRASIL:

NOTA IMPORTANTE: CADA PMIC elaborado possui um **NÚMERO ÚNICO e SEQUENCIAL**, devidamente registrado no CREA/PR – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Paraná, para cada município implantado ou em implantação do PMIC.

A numeração segue o padrão único n° xxx/399, onde o número 399 corresponde ao número total de municípios do Estado do Paraná.

Exemplo de cabeçalho de ART de cada PMIC registrado no CREA


Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná
Página 1/1
ART de Obra ou Serviço
1720223920880

Exemplo: Município de Paranaguá – **PMIC n° 037/399 Registrado**.


5. Observações
Elaboração do plano PMIC - Plano Municipal do ICMS Ecológico de Paranaguá - PMIC n° 037/399 Registr.

MUNICÍPIOS ATENDIDOS pela NATIVA DO BRASIL - PLANO PMIC

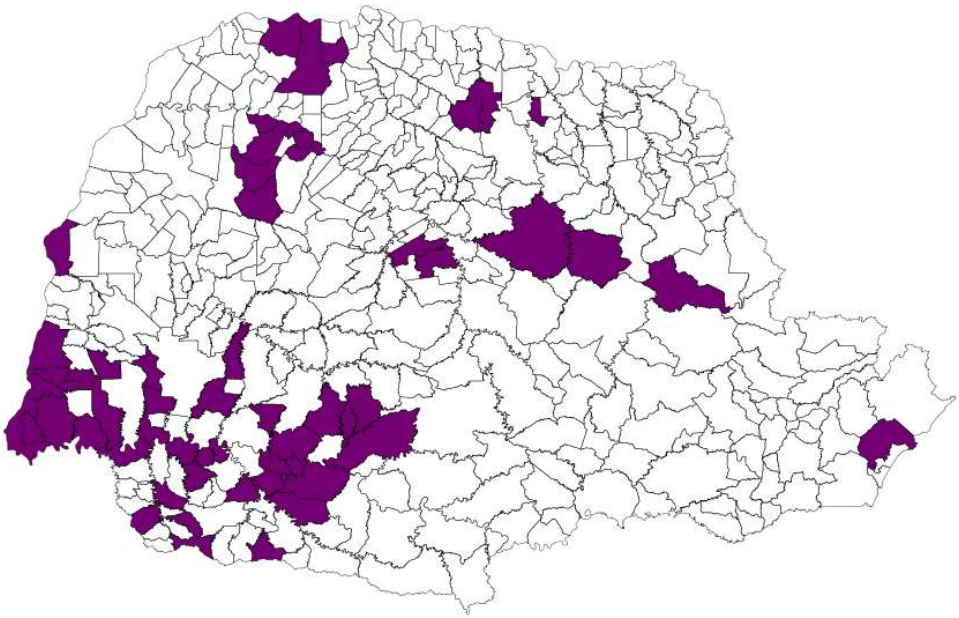
Municípios implantados	N° dos PMIC´s/CREA-PR
Tapejara	001/399
São Tomé	002/399
Japurá	003/399
Rondon	004/399
Laranjeiras do Sul	005/399
Cruzeiro do Iguaçu	006/399
São Manoel do PR	007/399
Candói	008/399
Tuneiras do Oeste	009/399
Rio Bonito do Iguaçu	010/399
Virmond	011/399
Cantagalo	012/399
Catanduvas	013/399
Verê	014/399
Boa Esperança do Iguaçu	015/399
Ampére	016/399
Santo Antônio do Sudoeste	017/399
Campo Bonito	018/399
Guaporema	019/399
Santa Helena	020/399
Foz do Iguaçu	021/399
Itaipulândia	022/399
Flor da Serra Sul	023/399
Chopinzinho	024/399
Coronel Vivida	025/399
Saudade Iguaçu	026/399
São João	027/399
Vitorino	028/399
Guaíra	029/399
Sulina	030/399
Salto do Lontra	031/399
Terra Rica	032/399
Manfrinópolis	033/399
Nova Prata do Iguaçu	034/399
São João do Caiuá	035/399
Ramilândia	036/399
Paranaguá	037/399
Jataizinho	038/399
Espigão Alto do Iguaçu	039/399
Serranópolis do Iguaçu	040/399

Piraí do Sul	041/399
Jardim Alegre	042/399
Matelândia	043/399
Vera Cruz do Oeste	044/399
Lindoeste	045/399
Capitão L. Marques	046/399
Rolândia	047/399
Ortigueira	048/399
Capanema	049/399
Santa Tereza d Oeste	050/399
Telêmaco Borba	051/399
Paranavaí	52/399
Ivaiporã	53/399
Cambé	54/399

MUNICÍPIOS ATENDIDOS pela NATIVA DO BRASIL - REBAPP

Capanema	001/399
São Miguel do Iguaçu	002/399
Itaipulândia	003/399
Missal	004/399
Ivaiporã	005/399
Santa Helena	006/399
Sta Terezinha Itaipu	007/399
Ortigueira	008/399
Telêmaco Borba	009/399
São Miguel do Iguaçu - II	010/399
Paranavaí	011/399
Serranópolis do Iguaçu	012/399
Cambé	013/399
Ramilândia	014/399

MUNICÍPIOS ATENDIDOS - IMPLANTAÇÃO PMIC da NATIVA DO BRASIL



Fonte: Nativa do Brasil; 2024

PUBLICAÇÃO NA REVISTA DA AMP (Ano 4 – Edição n° 02)

APRESENTAÇÃO DO QUE É O PMIC criado pela NATIVA do BRASIL ao Presidente da AMP – Associação dos Municípios do Paraná, Prefeito de Jesuítas, Júnior Weiller.

Diretoria e Governo buscam solução para dívida previdenciária das prefeituras

Pág . 8

JULHO/AGOSTO DE 2021

AMP

ANO 4 - EDIÇÃO Nº 2

AMP

AÇÕES DA AMP

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Técnicos discutem com Júnior Weiller planos de implantação do ICMS Ecológico



Aurélio Munhoz

O presidente da AMP (Associação dos Municípios do Paraná) e prefeito de Jesuítas, Júnior Weiller, participou de reunião com os técnicos Marcelo e Leila Cristina Lubas, da empresa Nativa do Brasil, para discutir os planos de implantação do ICMS Ecológico nos municípios. Hoje, anualmente, 251 cidades recebem R$ 400 milhões do ICMS Ecológico, mas o número pode aumentar se os municípios tiverem planos bem formulados. O ICMS Ecológico é um mecanismo tributário que existe há 30 anos e beneficia os municípios que atendem a uma série de critérios ambientais.

O presidente Júnior recebeu Lubas e Leila em seu gabinete, na AMP.

EXEMPLOS de modelos de contratação PMIC – Inexigibilidade
PMIC n° 044/399

Município de Serranópolis do Iguaçu
Estado do Paraná

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 37/2024, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU - PR E **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA.**

O **MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Santos Dumont, n.º 2021, Área Central, na cidade de Serranópolis do Iguaçu, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.052/0001-04, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal **IVO ROBERTI**, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**, estabelecida na cidade de São José dos Pinhais/PR, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º **08.648.607/0001-94**, neste ato representada por **MARCELO LUBAS**, sócio administrador, conforme atos constitutivos da empresa, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº 43/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade de Licitação n° 7/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

Parágrafo Primeiro - O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA IMPLANTAÇÃO DOS NOVOS INDICADORES AMBIENTAIS REBAPP E INSERCÃO DOS CORREDORES ECOLÓGICOS DE CONECTIVIDADE MUNICIPAL COM O PROJETO**

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SANTA HELENA
RUA PARAGUAI - 1401 | Santa Helena - PR | CEP 85.892-000
Fone: 3268-8200 | CNPJ: 76.206.457/0001-19

CONTRATO Nº 153/2023
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE SANTA HELENA - PR e de outro lado a empresa **NATIVA BRASIL- PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA,** na forma a seguir:

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE SANTA HELENA, com sede na cidade de SANTA HELENA, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob o n° 76.206.457/0001-19, neste ato representada pelo **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO RURAL**, senhor Volnei Grade, por delegação do Prefeito Municipal, conforme Decreto nº 222/2023, abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado e, de outro a empresa **NATIVA BRASIL- PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**, estabelecida na Rua Nicolau Pampuch, n° 188, Bairro Afonso Pena, São José dos Pinhais-PR , CEP: 83.045-280, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF CNPJ sob n° 08.648.607/0001-94, neste ato representada por seu representante legal, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato de Prestação de Serviços decorrentes do Edital de **Inexigibilidade de Licitação nº 033/2023**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

1 – OBJETO (art. 55, I)

1.1 - O presente contrato tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA POR NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO PARA A IMPLANTAÇÃO DOS INDICADORES AMBIENTAIS REBAPP - RETIFICAÇÃO DE BORDAS EM APP, DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO RURAL.**

1.2 - É parte integrante do presente contrato a **Ordem de Compra nº 2581/2023**.

ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE CELEBRAM ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU-PR E A EMPRESA NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Vânio Ghellere, nº 64, inscrito no CNPJ nº 76.206.499/0001-50, neste ato representado pelo Secretario Municipal de Agricultura, o senhor **MARCELO ALEXANDRE**, sob matrícula nº 4436791, por delegação do Prefeito Municipal, conforme portaria nº 373/2021, e

CONTRATADA: **NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.648.607/0001-94, com sede a Rua Nicolau Panpuch, nº 188, Bairro Afonso Pena, na cidade de São José dos Pinhais – PR, CEP: 83.045-280, Telefone (41) 99646-1560, e-mail: nativa@nativadobrasil.com.br, neste ato devidamente representada pelo Sr. **MARCELO LUBAS**, portador do RG nº 4.164.583-0 SSP/PR e CPF nº 610.572.319-91.

CONTRATO Nº 024/2024 **PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 453/2023**
INEXIGIBILIDADE Nº 002/2024

Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone/Fax (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO N° 147/2024

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE RAMILANDIA, com sede na cidade de RAMILANDIA, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° 95.725.024/0001-14, neste ato representado pelo Prefeito Municipal abaixo assinado, doravante designado **MUNICÍPIO** de um lado e, de outro a **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**, com sede na Rua Nicolau Pampuch, N° 188, Afonso Pena - São José dos Pinhais/PR - CEP 83045-280, inscrita no CNPJ sob o n° 08.648.607/0001-94, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, ajustam o presente em conformidade com o descrito em seus termos, cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA POR NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO PARA A IMPLANTAÇÃO DOS INDICADORES AMBIENTAIS REBAPP DO MUNICÍPIO DE RAMILÂNDIA E ESTABELECIMENTO DOS CORREDORES ECOLÓGICOS DE CONECTIVIDADE DO MUNICÍPIO COM O PROJETO REBAPP MOSAICO DE UC'S - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO CORREDOR ECOLÓGICO SANTA MARIA.

CONTRATO Nº 043/2024

REF: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 021/2024

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º **76.977.768/0001-81**, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Fazenda, Sr. **GILMAR PINHEIRO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí-PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 430.522-1 PR e inscrito no CPF sob nº 300.997.499-04, doravante denominado **contratante** e a empresa **NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **08.648.607/0001-94**, estabelecida à Rua Nicolau Pampuch, nº 188, Bairro Afonso Pena na cidade de São José dos Pinhais – PR, CEP 83045-280, e-mail nativa@nativadobrasil.com.br, neste ato representada pelo sócio administrador Sr. **MARCELO LUBAS,** brasileiro, empresário, residente e domiciliado na cidade de São José dos Pinhais no Estado do Paraná, portador da Carteira de Identidade RG 4.164.583-0 SSP/PR e inscrito no CPF nº 610.572.319-91, doravante denominado **contratado,** resolvem celebrar contrato, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas.

CONTRATO Nº 6/2023 - INEXIGIBILIDADE N.º 001/2023

Que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 78.101.821/0001-01, com sede à Rua Rui Barbosa, 202, centro, na cidade de Vera Cruz do Oeste, estado do Paraná, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, **Ahmad Issa,** portador do CPF nº 444.766.809-25 e RG 3036412-0 SESP/PR, residente na Rua Arnaldo Busato, na cidade de Vera Cruz do Oeste, estado do Paraná, CEP 85845-000, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado **NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**, CNPJ: 08.648.607/0001-94, Rua Nicolau Pampuch, 188, Bairro Afonso Pena, Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Sr. **Marcelo Lubas**, CPF 610.572.319-91 e RG 4.164.583-0 SSP/PR doravante denominada CONTRATADA, pelo presente instrumento particular têm justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente contrato é a **Contratação de empresa especializada para Elaboração, Capacitação e Implantação do Plano Municipal do ICMS Ecológico – PMIC e acompanhamento técnico.**

MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA
ESTADO DO PARANÁ

Poder Executivo

CONTRATO Nº 201/2023
INEXIGIBILIDADE Nº 96/2023
PROTOCOLO Nº 15830/2023

PUBLICADO

Edição nº: _____

Data: _____/_____/_____ Pág. _____
Boletim Oficial do Município de Telêmaco Borba-PR

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SÍ FIRMAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ E DE OUTRO LADO NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA., CONFORME AS CLÁUSULAS ABAIXO:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça Dr. Horácio Klabin, 37, inscrito no CNPJ/MF nº 76.170.240/0001-04, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **MARCIO ARTUR DE MATOS**, brasileiro, divorciado, profissional liberal, portador do Registro de Identidade Civil n.º 5.166.678-0 SSP-PR e do CPF/MF n.º 652.299.678-20, residente e domiciliado nesta cidade de Telêmaco Borba, Estado do Paraná.

CONTRATADA: NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF n.º 08.648.607/0001-94, com sede à Rua

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORTIGUEIRA

Secretaria Municipal de Administração – Departamento de Licitações

CONTRATO Nº 087/2023

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE ORTIGUEIRA, E DE OUTRO NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA.

Pelo presente Instrumento de Contrato de Prestação de Serviços, de um lado o MUNICÍPIO DE ORTIGUEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, sediado na Rua São Paulo, 80 – centro, inscrito no CNPJ sob nº 77.721.363/0001-40, a seguir denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária Municipal de Finanças Sra. Caroline Licínia Carneiro de Oliveira Mattos, portadora da carteira de identidade RG nº 13.268.787-0-SESP-PR e inscrita no CPF/MF sob nº 101.946.679-01, residente e domiciliado neste município, Estado do Paraná e, de outro lado NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA, inscrita no CNPJ 08.648.607.0001-94, com sede e foro à Rua Nicolau Pampuch, 188, Bairro Afonso Pena, CEP 83.045-280, na cidade de São José dos Pinhais no Estado do Paraná, neste ato representada pelo Sr. Marcelo Lubas, portador do Registro de Identidade Civil nº RG 4.164.583-0 SSP/PR, inscrito no CPF/MF nº CPF 610.572.319-91, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tem entre si como certo e ajustado o presente contrato, nos termos do art. 25, inc. I da Lei nº 8.666/93 - **Processo de Inexigibilidade nº 004/2023**, pelo Decreto nº 1833/2017 e demais legislação aplicável bem como pelas cláusulas a seguir expressas definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1-O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços para elaboração, capacitação, implantação e acompanhamento técnico do Plano Municipal do ICMS Ecológico- PMIC Biodiversidade Acompanhamento

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N°461/2023

Termo de Inexigibilidade n°046/2023

Pelo presente instrumento particular o **Município de Missal**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Nossa Senhora da Conceição, n° 555, Missal, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ n° 78.101.847/0001-50, doravante denominada **CONTRATANTE**, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, **Sr. Adilto Luis Ferrari**, brasileiro, casado, residente no Distrito de Portão do Ocoi, Município de Missal, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade n° *.092***-5, expedida pela SSP/PR, e do CPF/MF sob n° ***.146.***-50, a seguir denominado **CONTRATANTE**, de outro a empresa **NATIVA BRASIL- PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**, estabelecida na Rua Nicolau Pampuch, N° 188, Afonso Pena, Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná CEP: 83045-280, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídicas (CNPJ) sob N° 08.648.607/0001-94, neste ato representado pelo Senhor **Marcelo Lubas**, brasileiro, empresário portador do RG n° 4.***.***-0 e inscrito no CPF/MF sob n°. 610.***.***-91 residente e domiciliado na Rua Nicolau Pampuch, N° 188, Afonso Pena, Cidade de São José dos Pinhais/PR ao fim assinado, doravante designada como **CONTRATADO**, têm entre si justo e contratado, com inteira sujeição à Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, para prestação de serviços, em razão do processo de **Inexigibilidade n° 046/2023** e mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO E MAPEAMENTOS REBAPP DO MUNICÍPIO DE MISSAL.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DAS CARACTERISTICAS

a) Elaboração do estudo técnico e mapeamentos REBAPP objetivando a inserção de áreas verdes nativas de todos os corredores de conectividade verde direta do município, passíveis de serem inseridas no ICMS

Exemplo de modelo de contratação PMIC – Inexigibilidade
PMIC ESPECIAL DE MANANCIAL n° 037/399

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Meio Ambiente

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 026/2022

CONTRATO Nº 144/2022 QUE ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ E NATIVA DO BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA.

Fundamento Legal: Art. 25, inc. II da Lei 8.666/93: "É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:
(...)
II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;"

PREFEITURA DE AMPÉRE
COMPROMISSO E RESPEITO

Vigência: 29 de Setembro de 2021 a 28 de Setembro de 2022.
Valor total: R$ 31.710,00
Origem: Edital de Inexigibilidade nº 17/2021
Processo nº 142/2021
Homologado em: 28/09/2021

CONTRATO Nº 186/2021

Contratação de Empresa, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE AMPÉRE e a empresa NATIVA BRASIL PESQUISA TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE AMPERE/PR, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ nº 77.817.054/0001-79, com sede na Rua Maringá, nº 279, centro, CEP. 85.640-000, em Ampére/PR, de ora em diante denominado **MUNICÍPIO**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **DISNEI LUQUINI**, Cédula de Identidade nº 6.866.177-3 SSP/PR e do CPF/MF sob nº 001.307,649-30, com a interveniência **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, neste ato representado pelo, **DOUGLAS DIEMS MOROCKOSKI POTRICH**, Secretario Municipal, brasileiro, portadora do RG nº. 8.756.321-9 SSP-PR e CPF/MF nº 058.009.759-57, residente e domiciliado na Av. das Missões, 396 Centro, em Ampére/PR.

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

CONTRATO Nº 104/2021 **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 27/2021**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA E A EMPRESA NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA** pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Ângelo Mezzomo, s/nº - Centro, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.995.455/0001-56, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito **Anderson Manique Barreto,** inscrito no CPF sob o nº 967.311.099-91 e RG nº 5.228.761-8, a seguir denominado CONTRATANTE e, de outro a empresa **NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Nicolau Pampuch, 188 - Afonso Pena, na cidade de São José dos Pinhais (83.045-280),

CANDÓI
GOVERNO MUNICIPAL
Avante com amor e trabalho!

CONTRATO ADMINISTRATIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 127/2021
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2021
CONTRATO Nº 068/2021

O Município de Candói, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, inscrito no CPF sob o nº 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R1497082 SESP/SC, doravante denominado CONTRATANTE, e **NATIVA DO BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA.**

MUNICÍPIO DE GUAÍRA

Estado do Paraná

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 026/2022
Inexigibilidade de Licitação nº 006/2022

O **MUNICIPIO DE GUAIRA**, inscrito no **CNPJ nº 77.857.183/0001-90**, com endereço na Avenida Coronel Otávio Tosta, nº 126, Centro; neste ato representados pelo Sr. **Heraldo Trento**, brasileiro, casado, Prefeito, portador da Carteira de Identidade RG nº 859.664-6 e inscrito no CPF/MF nº 428.867.759.91, residente e domiciliado na Rua Osvaldo Cruz, nº 315, Centro, na cidade de Guaíra, Paraná, CEP: 85.980-000, simplesmente denominados CONTRATANTES e, de outro lado, como CONTRATADA a **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 08.648.607/0001-94**, com endereço na Rua Nicolau Pampuch, 188, Afonso Pena, na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, CEP: 83045-280, telefone nº (41) 3283-5040, neste ato representada por seu Representante legal, o Sr. **MARCELO LUBAS**, portador do CPF 610.572.319-91 e do RG 4.164.583-0SSP/PR residente e domiciliado na Rua Nicolau Pampuch, nº 188 - Bairro Afonso Pena, CEP: 83.045 - 290, na cidade de São José dos Pinhas, Estado do Paraná, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, conforme os termos do artigo 25, I, da Lei 8.666/93, suas alterações e legislações pertinentes, assim pelas condições da **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2022.**

Exemplo de modelos de ART´s/CREA – PR

Observação:

<u>Todas as ART´s dos 54 municípios</u> de PMIC´s encontram-se em arquivo anexo a este documento E 14 municípios indicadores ambientais REBAPP

Modelo de PMIC registrado no CREA/PR - PMIC n° 037/399

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

CREA-PR

ART de Obra ou Serviço
1720223920880

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**
Carteira: **PR-23078/D**
Registro/Visto: **61084**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ** CNPJ: **76.017.458/0001-15**

R JULIA DA COSTA, 322
CENTRO HISTORICO - PARANAGUA/PR 83203-060

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 25/07/2022
Valor: R$ 31.710,00 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

R JULIA DA COSTA, 322
CENTRO HISTORICO - PARANAGUA/PR 83203-060

Data de Início: 25/07/2022 **Previsão de término:** 26/09/2022 **Coordenadas Geográficas:** -25,522281 x -48,512174

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ CNPJ: **76.017.458/0001-15**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração do plano PMIC - Plano Municipal do ICMS Ecológico de Paranaguá - PMIC n° 037/399 Registr.

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local, 26 de julho de 2022
data

MARCELO LUBAS - CPF: 610.572.319-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ - CNPJ: 76.017.458/0001-15

Marcelo Lubas
Engenheiro Florestal
CREA 23.078/D

8. Informações

- **A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.**
- **A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br**
- **A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.**

Acesso pelo site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R$ 233,94 **Registrada em : 25/07/2022** **Valor Pago: R$ 233,94** **Nosso número: 2410101720223920880**

08.648.607/0001-94
NATIVA BRASIL - PESQUISA,
TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA
RUA NICOLAU PAMPUCH, 188
AFONSO PENA - CEP 83045-280
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS-PR

NATIVA do BRASIL
(41)3282-7488 / 96378863

A autenticidade desta ART pode ser verificada em https://servicos.crea-pr.org.br/publico/art
Impresso em: 26/07/2022 17:40:27

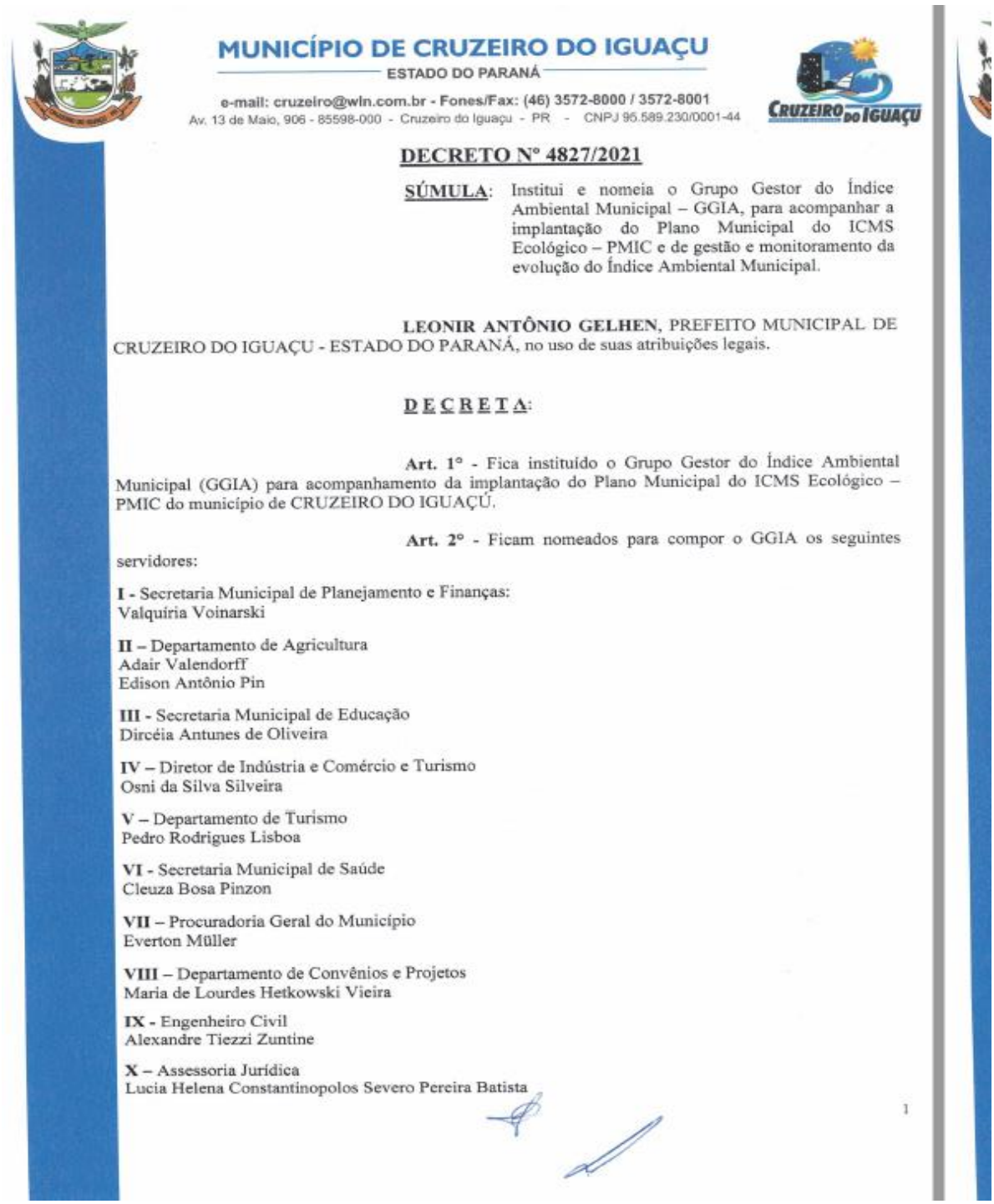
www.crea-pr.org.br

CREA-PR

DIFERENCIAIS CRIADOS PELO PMIC – Decreto Municipal GGIA

O Plano Municipal PMIC do ICMS Ecológico, em sua consistência, possui diferenciais inovadores, com a **formação e criação do GGIA** – Grupo Gestor do Índice Ambiental do ICMS Ecológico municipal.

É publicado um Decreto Municipal criando o GGIA do ICMS Ecológico do PMIC:



MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ
e-mail: cruzeiro@wln.com.br - Fones/Fax: (46) 3572-8000 / 3572-8001
Av. 13 de Maio, 906 - 85598-000 - Cruzeiro do Iguaçu - PR - CNPJ 95.589.230/0001-44

DECRETO Nº 4827/2021

SÚMULA: Institui e nomeia o Grupo Gestor do Índice Ambiental Municipal – GGIA, para acompanhar a implantação do Plano Municipal do ICMS Ecológico – PMIC e de gestão e monitoramento da evolução do Índice Ambiental Municipal.

LEONIR ANTÔNIO GELHEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituído o Grupo Gestor do Índice Ambiental Municipal (GGIA) para acompanhamento da implantação do Plano Municipal do ICMS Ecológico – PMIC do município de CRUZEIRO DO IGUAÇÚ.

Art. 2º - Ficam nomeados para compor o GGIA os seguintes servidores:

I - Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças:
Valquíria Voinarski

II – Departamento de Agricultura
Adair Valendorff
Edison Antônio Pin

III - Secretaria Municipal de Educação
Dircéia Antunes de Oliveira

IV – Diretor de Indústria e Comércio e Turismo
Osni da Silva Silveira

V – Departamento de Turismo
Pedro Rodrigues Lisboa

VI - Secretaria Municipal de Saúde
Cleuza Bosa Pinzon

VII – Procuradoria Geral do Município
Everton Müller

VIII – Departamento de Convênios e Projetos
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira

IX - Engenheiro Civil
Alexandre Tiezzi Zuntine

X – Assessoria Jurídica
Lucia Helena Constantinopolos Severo Pereira Batista

1

XI - Diretora de Departamento Contábil
Dirlei Luci Lermen Obergen

Art. 3° - São atribuições do GGIA – Grupo Gestor do Índice Ambiental:

I - Assegurar a implantação do Plano Municipal do ICMS Ecológico – PMIC e de gestão municipal do índice ambiental do município, subsidiando a instituição executora com dados, informações e apoio logístico para a realização das atividades e oficinas de capacitação para implantação do Plano.

II - Avaliar e validar junto com a instituição executora, a programação de atividades e treinamentos, métodos, técnicas e estratégias propostas para a implantação e monitoramento do Plano Municipal do ICMS Ecológico – PMIC e de gestão do índice ambiental municipal.

III - Recomendar a convocação de outros órgãos do Poder Público (municipal, estadual ou federal) e/ou convidar associações e entidades representativas dos vários segmentos da comunidade, para subsidiar e acompanhar a implantação do Plano e a evolução anual do índice ambiental, se considerar necessário.

IV – Emitir análises técnicas, propondo alterações, exclusões e/ou complementações nos documentos elaborados pela instituição executora ao longo das fases do processo de implantação do Plano Municipal de ICMS Ecológico – PMIC e de gestão do índice ambiental municipal.

V – Ratificar a versão final dos produtos elaborados pela instituição executora, relativos às atividades previstas para implantação do Plano Municipal do ICMS Ecológico – PMIC.

VI - Participar das reuniões técnicas e das atividades de capacitação, preparação e consolidação do Plano além de oficinas, quando couber, de validação do Plano Municipal do ICMS Ecológico.

Art. 4° - Fica designado para desempenhar a função de Coordenador do grupo gestor GGIA, o Diretor Municipal de Indústria, Comercio e Turismo, servidor Osni da Silva Silveira

Art. 5° - São atribuições do Coordenador do GGIA:

I - Coordenar e fiscalizar o processo de implantação do plano PMIC.

II - Informar às instituições municipais e governamentais do início do processo de implantação do Plano PMIC.

III - Solicitar às instituições representativas e órgãos governamentais para participarem das atividades de implantação e de monitoramento da evolução do índice ambiental, se considerar necessário.

IV - Solicitar a convocação de órgãos do Poder Público (municipal, estadual ou federal) e convite às associações representativas dos vários segmentos da comunidade para participação nas atividades de implantação e monitoramento da evolução do índice ambiental.

V - Efetuar o acompanhamento do monitoramento da evolução do índice ambiental anual, e juntamente com os demais membros capacitados efetuar o monitoramento da avaliação anual do índice e dos coeficientes e variáveis geradas pelos técnicos do órgão ambiental estadual;

VI - Dar conhecimento e solicitar providências ao Prefeito e demais gestores da Administração Municipal, para mobilização de esforços no sentido de buscar a ampliação dos coeficientes e variáveis ambientais municipais.

VII - Mediar e fazer a interlocução entre o Poder Executivo Municipal e a instituição executora.

VIII - Tornar público o processo de implantação do Plano Municipal do ICMS Ecológico e de gestão do índice ambiental municipal, instrumentalizando os meios de comunicação com as respectivas informações que forem necessárias.

Art. 6° - Fica designada a funcionária **Valquíria Voinarski** da Secretaria Municipal de Planejamento e Financias, para desempenhar a função de **Vice- Coordenadora do GGIA**, com atribuição de substituir o Coordenador na sua ausência, exceto na fiscalização dos serviços técnicos da instituição executora do processo de implantação do Plano PMIC.

Art. 7° - Os membros, o Coordenador e o Vice-coordenador do GGIA, bem como demais servidores da Prefeitura, se necessário, deverão dar apoio à instituição executora, no que se refere aos aspectos relacionados à implantação do Plano PMIC, possibilitando ao longo de todo o processo a transferência de informações e de conhecimento em ambos os sentidos.

Parágrafo único - Aos membros do GGIA não cabe qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções ou atividades constantes deste Decreto, bem como *a posteriori*, nas ações de acompanhamento e monitoramento para incremento contínuo dos coeficientes e variáveis ambientais do município.

Art. 8° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um.

LEONIR ANTÔNIO GELHEN
PREFEITO

Registre-se e Publique-se.

GELCENOIR LEIRIAS DA SILVA
SEC. MUN. DA ADMINISTRAÇÃO

Prefeitura Municipal Cruzeiro do Iguaçu
Gabinete Prefeito

Publicação de “NOTAS TÉCNICAS” da NATIVA do BRASIL

Mais um diferencial especial, a NATIVA DO BRASIL pesquisa e publica/protocola **Notas Técnicas** de **apoio a melhorias na gestão do ICMS Ecológico do Governo do Estado do Paraná/SEDEST/IAT.**

- Exemplo de Publicações e Protocolos de NOTAS TÉCNICAS elaboradas pela empresa de Pesquisa Técnica Nativa do Brasil:



PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 1
Mod. 1

Folha 1

ESTADO DO PARANÁ

ePROTOCOLO

Órgão Cadastro:	CIDADAO
Em:	17/02/2023 10:37
Protocolo:	20.091.069-9
Interessado 1:	(CNPJ: XX.XXX.607/0001-94) NATIVA DO BRASIL - PESQUISA TÉCNICA
Interessado 2:	
Assunto:	MEIO AMBIENTE
Cidade:	SAO JOSE DOS PINHAIS / PR
Palavras-chave:	CIDADAO
Nº/Ano	-
Detalhamento:	SOLICITAÇÃO
Código TTD:	-

Para informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/consultarProtocolo

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 2
Mov. 2

Assunto: MEIO AMBIENTE
Protocolo: 20.091.069-9
Interessado: NATIVA DO BRASIL - PESQUISA TÉCNICA

Solicitação

Solicitamos análise e consideração da Nota Técnica 17-02-2023-A da empresa de pesquisa Técnica Nativa do Brasil. ANEXO.
Eng. Marcelo Lubas - Resp. Técn. Nativa do Brasil. - CREA n 23.078/D - Reg. 61.084 CREA-PR.

NATIVA do BRASIL

Inserido ao protocolo **20.091.069-9** por: **Marcelo Lubas** em: 17/02/2023 10:37. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **f5c1c20985413f5929ba3847a0f20**.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 3
Mov. 3

NOTA TÉCNICA – Nativa do Brasil: 17-02-2023-A

ART/CREA PR n° 1720230811080 – Registro n° 61.084 CREA-PR
CNPJ: 08.648.607/0001-94

Data: 17/02/2023

A empresa de pesquisa técnica Nativa do Brasil após estudos técnicos realizados no tema de ICMS Ecológico nos municípios do Paraná, detectou a existência de "Desproporcionalidade significativa" da faixa do Escore de Pontuação aplicado para a categoria de Unidade de Conservação Parque "Nacional" em relação a Parque "Municipal" (e, também, para Estação Ecológica e Reserva Biológica municipais), sendo a mesma desproporcionalidade agravada com a publicação da Portaria do IAT n° 186 de 02 de junho de 2022, que em seu Artigo 3° revogou o Parágrafo 3° do Artigo n° 15 da Portaria n° 263 de 1.998".

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná
CREA-PR
ART de Obra ou Serviço
1720230811080

<u>Mais um diferencial - NATIVA do BRASIL:</u>

<u>Coordenação e Promoção de Encontro de Prefeitos</u> sobre assuntos <u>específicos de coeficientes técnicos ambientais</u> do ICMS Ecológico e de Notas Técnicas resultados de <u>pesquisas especializadas</u> publicadas pela Nativa do Brasil.

A empresa de Pesquisa Técnica Nativa do Brasil **coordena e promove encontros públicos de Prefeitos**, sob **assuntos temáticos** de interesses **microrregionais em comum**.

"ENCONTRO DOS PREFEITOS DOS MUNICÍPIOS DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU"

Tema: NOTA TÉCNICA DA NATIVA DO BRASIL – Coeficientes do Parque Nacional do Iguaçu



Inserido ao protocolo **20.091.069-9** por: **Marcelo Lubas** em: 17/02/2023 10:37. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **f5c1c20985413f5929ba3847a0f20**.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

NOTA TÉCNICA – Nativa do Brasil: 17-02-2023-A

ART/CREA PR nº 1720230811080 – Registro nº 61.084 CREA-PR

CNPJ: 08.648.607/0001-94



www5.pmfi.pr.gov.br/noticia.php?id=51539

Mapa do site | Aumentar fonte | Diminuir fonte | Fonte normal | Contraste | TRANSPARÊNCIA

SERVIÇOS ÓRGÃOS DIÁRIO OFICIAL LICITAÇÕES CONCURSOS NOTÍCIAS ACESSO RÁPIDO

COMPARTILHAR

Prefeitos lindeiros ao PNI reivindicam melhores índices de ICMS Ecológico

Chico Brasileiro lidera a comissão de 14 prefeitos dos municípios que possuem áreas de preservação ambiental do Parque Nacional do Iguaçu

Data de publicação: **13/02/2023**



O prefeito de Foz do Iguaçu, Chico Brasileiro, reuniu-se nesta segunda-feira (13) com chefes do Executivo de municípios lindeiros ao Parque Nacional do Iguaçu, em Santa Tereza do Oeste, com o objetivo de montar uma comissão para reivindicar melhorias nos índices de arrecadação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) Ecológico junto ao Governo do Estado.

Municípios:

- **Foz do Iguaçu**
- **São Miguel do Iguaçu**
- **Serranópolis do Iguaçu**
- **Matelândia**
- **Céu Azul**
- **Santa Tereza do Oeste**
- **Lindoeste**
- **Santa Lúcia**
- **Capitão Leônidas Marques**
- **Capanema**



Eng. Marcelo Lubas – responsável técnico da Nativa do Brasil em entrevista sobre o Encontro dos Prefeitos do Parque Nacional do Iguaçu.







ENCONTRO dos PREFEITOS promovido e coordenado pela Nativa do Brasil para o assunto temático específico de Coeficientes Técnicos Ambientais do ICMS Ecológico do Parque Nacional do Iguaçu realizado na Câmara de Vereadores do município de Santa Tereza do Oeste.





LISTA DE PRESENÇA DOS PREFEITOS

NATIVA do BRASIL Empresa de Pesquisa Técnica

Encontro dos Prefeitos do Parque Nacional do Iguaçu

Data: 13/02/2023 **Local: Câmara de Vereadores de Santa Tereza do Oeste** **Horário: 9hs**

Assunto: ICMS ECOLÓGICO DOS MUNICÍPIOS DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU / NOTA TÉCNICA NATIVA DO BRASIL PESQUISA

RESULTADO PESQUISA – Municípios Parque Nacional do Iguaçu – Registro CREA/ART n° 1720230811080 – Reg. 61.084 CREA-PR

NOME	P	R	MUNICÍPIO	Assinatura
GILMAR GOBATO		X	CAPANEMA	
RENATO TONIASSO	X		SANTA LUCIA	
GILBERTO MASSARO	X		SERRANÓPOLIS	
Otomil B. Garcez Junior		X	MATELÂNDIA	
Silvio de Souza	X		Medianeira	
CLÁUDIO BRASILEIRO	X		FOZ	
MARCELO ALEXANDRE		X	S.M.I	
MAXWELL SCAPINI	X		C. Lm	
Elio MANCILIA	X		STA NOESTE	

P = Prefeito (a) ou Vice R = Representante

A EMPRESA NATIVA DO BRASIL NO PMIC PROMOVE SUPORTE E APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO NA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE ÁREAS VERDES DO ICMS ECOLÓGICO, DENTRO DO ÂMBITO DO PMIC.





Audiência Pública para validação popular de área verde como nova Unidade de Conservação Município: Jardim Alegre – Data: 08 de fevereiro de 2023.

DIFERENCIAL EMPRSA DE PESQUISA TÉCNICA NATIVA DO BRASIL

“Treinamento de Monitoramento de índices e coeficientes ambientais municipais do ICMS Ecológico publicado pelo Governo do Estado do Paraná.

Dentro do âmbito do PMIC, foi criado de forma inédita e exclusiva, o TREINAMENTO DE MONITORAMENTO ESPECÍFICO DE ÍNDICES E COEFICIENTES AMBIENTAIS MUNICIPAIS DO ICMS ECOLÓGICO PUBLICADOS PELO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ.





TREINAMENTO DE CAPACITAÇÃO GGIA

Na implantação do Plano Municipal do ICMS Ecológico é efetuado o **TREINAMENTO DE CAPACITAÇÃO** para os membros do GGIA – Grupo Gestor do Índice do ICMS Ecológico municipal.





TREINAMENTOS DE CAPACITAÇÃO **GGIA**

Criados por <u>Decreto Municipal</u> na implantação do PMIC







APRESENTAÇÕES DO PMIC DA NATIVA DO BRASIL

PARA PREFEITOS DAS ASSOCIAÇÕES DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

APRESENTAÇÕES DO PLANO MUNICIPAL PMIC DO ICMS ECOLÓGICO EM ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ







Primeiros municípios da região da AMENORTE a receberem os Planos PMIC´s



Prefeitos de Tapejara, São Tomé, Japurá e Rondon



PMIC – Plano Municipal do ICMS Ecológico

Prefeito Heraldo Trento – Guaíra – Presidente dos Lindeiros







PMIC – Plano Municipal do ICMS Ecológico
COMCAM – Campo Mourão

Presidente Leandro – Prefeito de Araruna





PMIC – Plano Municipal do ICMS Ecológico

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - AMUNPAR

Presidente Júlio – Prefeito de Terra Rica











PMIC - Plano Municipal do ICMS Ecológico

AMSOP - Francisco Beltrão



Na Amsop, 37 prefeitos participam de assembleia e discutem finanças dos municípios

27/08/2021 Por Guilherme Del Zotto/Assessoria







Prefeito Nilson Feversani, Presidente da AMSOP recebe proposta para Termo de Cooperação



Entrega do 1° Plano Municipal na região da AMSOP
Município: Cruzeiro do Iguaçu



Prefeito Leonir, de Cruzeiro do Iguaçu
1° município a ter o Plano Municipal
do ICMS Ecológico - PMIC





Região da AMSOP

Plano Municipal do ICMS Ecológico – PMIC Cruzeiro do Iguaçu







Prefeito Leonir
Cruzeiro do Iguaçu

APRESENTAÇÃO DO PMIC Nativa do Brasil na AMERIOS

ASSOCIAÇÃO - AMERIOS





Presidente – Prefeito Marcos Alex (Icaraíma)

NOTÍCIAS

02/06/2022

Autor: **Imprensa@vitorino.pr.gov.br**

NA SEMANA DO MEIO AMBIENTE, VITORINO RECEBE O PLANO DO ICMS ECOLÓGICO POR MANANCIAIS

O Plano Municipal de ICMS Ecológico por Mananciais – PMIC de Vitorino foi entregue nas mãos do prefeito Marciano Vottri na manhã desta quinta, 02. O plano foi criado com a missão de ajudar o município compreender os indicadores que compõe o cálculo do valor repassado.

O ICMS Ecológico por Biodiversidade foi instituído no Paraná pela Lei Complementar 59 de 01 de outubro de 1991. Na prática, a Lei estabelece o repasse de uma porcentagem do ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – aos municípios que possuem unidades de conservação e área de mananciais de abastecimento.

Segundo Marciano Vottri, "o plano se torna fundamental no sentido de compreender a metodologia de análise que compõe os índices de cálculo que geram o retorno tributário para cada município. E ao passo que existe essa compreensão podemos decidir como melhorarmos estes índices", afirma Vottri.

Como uma ferramenta de planejamento, o PMIC formou-se a partir da criação de um Grupo Gestor do Índice Ambiental e é cadastrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Paraná – Crea-PR. A partir de agora, ele será utilizado como instrumento para priorizar as ações de melhorias do desenvolvimento sustentável no município, "e avançar para que tenhamos o objetivo final, que é o incremento de receita tributária municipal", finaliza Vottri.








Exemplos de entregas de PMIC´s

Município de Japurá - recebendo o Plano Municipal do ICMS Ecológico e Certificado
"Prefeita Adriana Cristina Polizer"



ENTREGA DE PMIC´S

Flor da Serra do Sul

Prefeito Valmor Felipe Junior





Exemplos de entregas de PMIC´s

NATIVA do BRASIL



ENTREGA DE PMIC´S

Verê

Prefeito Ademilso Rosin



NATIVA do BRASIL

ENTREGA DE PMIC´S

VITORINO



Prefeito Marciano Vottri



Exemplos de entregas de PMIC´s

ENTREGA DE PMIC´S

São João

Prefeito Clóvis Mateus Cuccolotto



ENTREGA DE PMIC´S

Santo Antônio do Sudoeste

Prefeito Ricardo Antonio Ortiña



Prefeito Zuca Luquini

AMPÉRE



Publicação do Plano Municipal PMIC – Município de Tapejara PMIC n° 001/399

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br



À Prefeitura Municipal de Tapejara - PR

A/C: Rodrigo de Oliveira Sousa Sodre - PREFEITO MUNICIPAL

Assunto: PMIC – Plano Municipal do ICMS Ecológico / Emissão da Nota Técnica

NOTA TÉCNICA PMIC – nº001/2021 – Município de Tapejara

Caracterização de critérios de NOTAS I ADICIONAIS/ QUALITATIVAS dos Municípios com Plano Municipal de ICMS Ecológico – PMIC.

Mecanismo criado e registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Paraná(CREA-PR sob Registro nº 65.881 e nº ART/07002019000.

NOTA TÉCNICA - PMIC	nº 001/2021
Município	TAPEJARA
Plano Municipal ICMS Ecológico	PMIC nº 001/399
Criação do ODIA - Decreto Municipal	nº 004 de 17 de março de 2021
Data - Nota Técnica PMIC	30/06/2021
Associação pertencente	AMENOROESTE

As Notas Técnicas são sequenciais de registro da informação dos municípios com PMIC, que atenderam aos critérios técnicos do Plano Municipal do ICMS Ecológico

- ODIA criado - Grupo Gestor do Índice Ambiental municipal(Decreto Municipal)
- ODIA capacitado;
- Plano PMIC elaborado - contendo Planos de Aplicação dos recursos e Plano de investimentos, modelo relatório padronizado e ferramentas de gestão PMIC implantados;

Tapejara, 30 de junho de 2021.

Marcelo Lopes
Engenheiro Florestal
Diretor de Projetos
Portaria nº 25.019/D

Fernando Brasil – Registro CREA nº 68.084
Assistente Especialização REBAPP ICMS ECOLÓGICO

TS.648.807/0001-97

NATIVA do BRASIL



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná

DECRETO Nº 3965/2021 DE 28 DE JUNHO DE 2021.

SUMULA: Regulamenta o Fundo Municipal de Direitos de Pessoas Idosa.

PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e considerando o disposto na Lei nº 12.062/2014 de 21 de Agosto de 2014

DECRETA:

Art. 1º O Fundo Estadual/Municipal de Direitos de pessoa Idosa, criado pela Lei nº 1724, de 21 de Agosto de 2014, terá seu funcionamento regulado segundo as disposições estabelecidas neste Decreto.

Art. 2º O Fundo Municipal de Pessoa Idosa tem por finalidade atender aos programas, planos e ações voltados ao atendimento à pessoa idosa.

Art. 3º São objetivos do fundo Municipal de Pessoa Idosa:

I - apoiar programas, projetos e ações que visem à proteção, à defesa e à garantia dos direitos de pessoas idosas estabelecidos na legislação pertinente;

II - promover e apoiar a execução de programas e/ou serviços de proteção à pessoa idosa.

Art.4º Ao Conselho Municipal de Direitos de Pessoa Idosa cabe definir as prioridades para a destinação dos valores constantes do Fundo de Direitos de Pessoa Idosa, mediante a elaboração ou aprovação de planos, programas, projetos ou ações voltadas à pessoa idosa do Município de Tapejara.

Art.5º O Fundo Estadual/Municipal de Pessoa Idosa será vinculado a secretaria Municipal de Assistência Social e quem cabe a sua gerência, sob controle e orientação do Conselho Municipal de Direitos de Pessoa Idosa, a ele referente:

I - acolher o plano de aplicação dos recursos ao Conselho Municipal de Direito de Pessoa Idosa;

II - submeter ao Conselho Municipal de Direitos de Pessoa Idosa demonstrativo contábil da movimentação financeira do Fundo, mensalmente ou em menor período, quando solicitado;

III - realizar transações bancárias, ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;

IV - cumprir atribuições deliberadas para o gerenciamento do Fundo;

Art.6º Constituirão receitas do Fundo Municipal de Pessoa Idosa as receitas provenientes de:

I - doações orçamentárias do governo e transferência de outras esferas governamentais;

II - doações de pessoas físicas ou jurídicas;

III - as multas administrativas aplicadas pela autoridade em razão do descumprimento pela entidade de atendimento à pessoa idosa e as determinações contidas na Lei nº10.741, de 1º de outubro de 2003, ou pela prática de infrações administrativas;

IV - as multas aplicadas pela autoridade judiciária por irregularidade em entidade de atendimento à pessoa idosa;

V - as multas aplicadas pela descentralização ao atendimento prioritário de pessoas idosas;

VI - as multas aplicadas ao réu nas ações que tenham por objeto o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, visando o atendimento do que estabelece a Lei nº10.741, de 1º de outubro de 2003;

VII - a multa penal aplicada em decorrência da condenação pelos crimes previstos na Lei nº10.741, de 1º de outubro de 2003 (o mesmo acontece às importâncias penais relativas à prática daqueles);

VIII - recursos repassados de convênios, acordos ou outros ajustes, destinados aos programas, projetos e ações de promoção, proteção e defesa dos direitos de pessoas idosa, firmado pelo Município de Tapejara por instituições ou entidades públicas ou privadas, governamentais ou não governamentais, municipais, estaduais, federais, nacionais ou internacionais;

IX - transferências do Fundo Nacional Idoso;

X - rendimentos ou subsidiários oriundos de aplicações de recursos do próprio Fundo;

XI - outras fontes diversas.

CAPÍTULO II

DA DOCUMENTAÇÃO E APLICAÇÃO

Art.7º Os recursos do fundo Municipal de Pessoa Idosa serão depositados em conta bancária específica Aberta em instituição financeira oficial, sob a denominação "Fundo Municipal de Pessoa Idosa".

Parágrafo único. A movimentação da conta bancária específica referida no caput deste artigo somente se dará mediante cheque nominativo autorizado pelo secretário Municipal de Assistência Social e pelo secretário de Finanças, ou pelos respectivos substitutos legais na forma regular.

Art. 8º Os recursos do Fundo Municipal de Pessoa Idosa somente serão aplicados a mutuamente por deliberação do Conselho Municipal de Direitos das Pessoas Idosas, de acordo com o respectivo plano de aplicação aprovado pelo referido Conselho.

Art. 9º O fundo Municipal de Pessoa Idosa terá contabilidade própria, com escrituração geral, circulada, especialmente a Secretaria Municipal de Assistência Social.

§1º A execução financeira do Fundo Municipal de Pessoa Idosa observará as normas regulares de contabilidade Pública, bem como a legislação relativa a licitação e contratos e estará sujeita ao efetivo controle dos órgãos próprios de controle interno do Poder Executivo, sendo que a receita e aplicação dos respectivos recursos serão, periodicamente, objeto de informação e prestação de contas.

§2º Para atendimento ao disposto no parágrafo primeiro deste artigo, a Secretaria Municipal de Assistência Social encaminhará à Secretaria Municipal de Finanças ao Tribunal de Contas Do Estado, após aprovação pelo Conselho Municipal de Direito a Pessoa Idosa:

I - mensalmente, demonstrativo de receitas e despesas (balancete);

II - anualmente, relatório de atividades e apresentação de contas, com balanço geral observadas a legislação as normas pertinentes.

§3º Para secretaria de Finanças e diretor de tributação a que se refere o item I do parágrafo 2º deste artigo deverá acompanhar as visitas dos respectivos comprovantes das receitas e despesas, o mesmo ocorrendo em relação à apresentação das contas ao Conselho Municipal de Pessoa Idosa.

Art.9º O saldo positivo do Fundo Municipal de Pessoa Idosa apurado em balanço, em observância financeiro, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.10º As atividades de apoio administrativo necessárias aos serviços do Fundo Municipal de Pessoa Idosa serão prestadas pela Secretaria Municipal de Assistência, diretamente sou através da entidade que, integrante da Administração Municipal indireta, seja dessa vinculada.

Art.11º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Tapejara, 28 de Junho de 2021

Rodrigo de Oliveira Sousa Sodre
Prefeito Municipal



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE TAPIRA
ESTADO DO PARANÁ
LEI Nº 797/2018 – CNPJ 01.226.893/0001-89
Rua Antônia, 1140 – CEP: 87.820-000 – Telefone (44)3678-1080

RESOLUÇÃO CMDCA Nº. 012/2021 DE 29 DE JUNHO DE 2021

SÚMULA: Aprovação da desistência de Deliberação nº 031/2017 - FIA/CEDCA-PR – Programa Crescer em Família – Acolhimento Familiar, período 01/01/2020 à 31/12/2020.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA de Tapira-Paraná no uso de suas atribuições estabelecidas que lhe confere a Lei nº 797/2018 e considerando a deliberação em reunião ordinária desse conselho no dia 29 de junho de 2021, conforme ata número 305/2021, as 13h30min, pelo aplicativo google meet. Link: meet.google.com/gpy-yzqj-fnm.

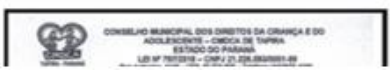
RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a desistência do município de Tapira – Paraná do Serviço Acolhimento Familiar – Deliberação. Nº 031/2017 - FIA/CEDCA-PR – Programa Crescer em Família.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Tapira/PR, 29 de junho de 2021

Apolinário Thadeu Gonzaga
Presidente do CMDCA



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE TAPIRA
ESTADO DO PARANÁ
LEI Nº 797/2018 – CNPJ 01.226.893/0001-89

PREMIAÇÕES - RECONHECIMENTOS

PROJETO PREMIADO PELO CREA PR' 2021



Autoria/Responsabilidade Técnica – Nativa do Brasil

Eng. Marcelo Lubas - PMIC / REBAPP

Título "PROFISSIONAL DESTAQUE CREA 2021"

NATIVA do BRASIL

Modelo do PLANO MUNICIPAL PMIC do ICMS Ecológico dos municípios



Exemplos de matérias (mídia) de entregas de Planos Municipais PMIC



Prefeito recebe o Plano Estratégico do ICMS Ecológico de Foz do Iguaçu

Prefeito recebe o Plano Estratégico do ICMS Ecológico de

www5.pmfi.pr.gov.br

https://www5.pmfi.pr.gov.br/noticia.php?id=50232

22:22

O prefeito Chico Brasileiro recebeu nesta sexta-feira (27) a comissão da empresa de pesquisa nativa do Brasil, que entregou o Plano Estratégico do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) Ecológico de Foz do Iguaçu

O plano contempla um levantamento da situação atual do recebimento do ICMS Ecológico no Município, com a finalidade de ampliar os coeficientes técnicos e também as áreas verdes.

O ICMS Ecológico possibilita aos municípios acesso a parcelas maiores dos recursos financeiros arrecadados pelos Estados pelo ICMS em razão do atendimento de determinados critérios ambientais.

Para a elaboração do plano, foi montada uma comissão responsável pelo diagnóstico, relatório técnico e estudo das potencialidades ambientais de Foz do Iguaçu.

De acordo com Marcelo Lubas, engenheiro florestal responsável técnico da empresa de pesquisa nativa do Brasil, os estudos feitos tiveram como objetivo reconhecer o potencial ecológico do município.

"Medidas já foram tomadas, estudos feitos e protocolados junto ao órgão estadual ambiental, solicitando a elevação dos parâmetros ambientais, para que a cidade tenha a possibilidade de aumento na arrecadação financeira."

Mapa ecológico

Ainda segundo Lubas, o próximo passo da comissão é trabalhar para a implantação do projeto REPAPP (Retificação de Bordas em APP - áreas de preservação permanente) - e de zoneamentos em uso e ocupação do solo. O REPAPP tem como meta atualizar o mapa ecológico do município.

Para isso, a comissão realizou um diagnóstico do mapa municipal e apontou alguns problemas que deverão ser solucionados com estudos técnicos e de logística.

O diagnóstico prevê a ampliação da área em torno do Parque Nacional do Iguaçu, que pode ser três vezes maior do que previsto atualmente no relatório. Além da pontuação no PNI que pode ser ampliada em mais de 32% de áreas verdes, aumentando a arrecadação do município. O relatório envolve também o Refúgio de Itaipu, onde a comissão protocolou um documento, junto à Itaipu Binacional, solicitando a autorização para que a prefeitura possa realizar o estudo de viabilidade para a inserção da área verde externa.

Também de realizar estudos em outras áreas publicas de Foz e sensibilizar proprietários das áreas potenciais identificadas, além de apontar novos indicadores ambientais de áreas verdes protegidas com ICMS Ecológico.



Folha de Capanema
A Serviço da Verdade.
Capanema, 10 de abril de 2019 www.folhadecapanema.com.br Ano V - Edição 309 R$2,40

ICMS ECOLÓGICO, "UM SONHO QUE SE TORNA REALIDADE EM CAPANEMA"

Capanema começa a se organizar para tratar do ICMS Ecológico do Parque Nacional do Iguaçu. Há muito tempo vem se tentando provar que Capanema possui uma área de parque e não apenas lindeiro, em posse da documentação a administração, dando continuidade a um trabalho já existente nesta área começou a trabalhar neste sentido, com êxito.

Prefeito de Capanema, Américo Bellé, ao lado da Secretária Municipal de Meio Ambiente e equipe técnica, e Eng. Marcelo Lubas – CREA n° 23.0-78/D.

Apresentação e entrega de PMIC em reunião da AMSOP (Francisco Beltrão)



Reuniões técnicas da Nativa do Brasil na AMSOP

com municípios em implantação dos PLANOS MUNICIPAIS



Município Boa Esperança do Iguaçu



Município Ampére

REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA DE CARGO E FUNÇÃO DO ENG.

MARCELO LUBAS - NATIVA DO BRASIL

05/07/2020 ART

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná
Anotação de Responsabilidade Técnica Lei Fed 6496/77
Valorize sua Profissão: Mantenha os Projetos na Obra

ART Nº 20161281887
Desempenho de Cargo/Função Técnica
ART Principal

O valor de R$ 74,37 referente a esta ART foi pago em 30/03/2016 com a guia nº 100020161281887

Profissional Contratado: **MARCELO LUBAS** (CPF:610.572.319-91) Nº Carteira: PR-23078/D - Nº Visto Crea: -
Título Formação Prof.: ENGENHEIRO FLORESTAL.
Empresa contratada: Nº Registro:
Contratante: **NATIVA BRASIL PESQUISA TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA** CPF/CNPJ: 08.648.607/0001-94
Endereço:R NICOLAU PAMPUCH 188 AFONSO PENA
CEP: 83045280 SAO JOSE DOS PINHAIS PR Fone: 41 3282-7488
Local da Obra/Serviço: R NICOLAU PAMPUCH 188 Quadra: Lote:
AFONSO PENA - SÃO JOSE DOS PINHAIS PR CEP: 83045280

Tipo de Contrato	6	OUTROS
Ativ. Técnica	7	DESEMPENHO DE CARGO OU FUNÇÃO TÉCNICA
Área de Comp.	8200	SERVIÇOS TÉC PROFISSIONAIS EM ENG FLORESTAL
Tipo Obra/Serv	**022**	**DESEMPENHO CARGO/FUNÇÃO**
Serviços contratados	050	EXECUÇÃO

Carga Horária 40 H/S

Data Início 29/03/2016
Data Conclusão

Vlr Taxa R$ 74,37 340

Base de cálculo: TABELA TAXA MÍNIMA

Outras Informações sobre a natureza dos serviços contratados, dimensões, ARTs vinculadas, ARTs substituídas, contratantes, etc

DECLARO ACEITAR O ENCARGO DE **RESPONDER TECNICAMENTE PELA EMPRESA** CONTRATANTE A PARTIR DESTA DATA.

Insp.: 4230

CreaWeb 1.08

Assinatura do Contratante

Assinatura do Profissional

Central de Informações do CREA-PR 0800 041 0067
A autenticação deste documento poderá ser consultada através do site www.crea-pr.org.br

Marcelo Lubas
Engenheiro Florestal
CREA 23.078/D

NATIVA do BRASIL
(41)3282-7488 / 96378863

https://creaweb.crea-pr.org.br/consultas/imprimeart.asp?V3=ON&RETIF=9&print=0&NUMART=20161281887&SEQUENCIA=0&CODREGTO=45... 1/1

CRIAÇÕES INÉDITAS REGISTRADAS – CREA/PR:

Plano PMIC – Plano Municipal do ICMS Ecológico – Autoria, singularidade, concepção, criação e Responsabilidade Técnica registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Paraná – sob n° 61.084/1720212576830 e de notoriedade com Declaração/Certificação de Exclusividade FACIAP – Federação das Associações Comerciais e Empresarias do Estado do Paraná - Responsabilidade Técnica de Notória Especialização em ICMS Ecológico/PMIC – Elaboração, Capacitação e Implantação de Plano Municipal de ICMS Ecológico – PMIC.

REBAPP – Retificação de Bordas em APP´s – Áreas de Preservação Permanente e de Solução de Conflitos em Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo – autoria exclusiva REBAPP, criação, concepção e Responsabilidade Técnica registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Paraná – sob n° 61.084/20174739275 – Declaração/Certificação FACIAP de Exclusividade PMIC – Plano Municipal do ICMS Ecológico – Nativa do Brasil – Registro CREA n° 61.084

PACUIM - **Planos Ambientais de Conservação das APP´s e de Uso dos Imóveis Lindeiros**, autoria exclusiva PACUIM, criação, concepção e Responsabilidade Técnica registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Paraná – sob n° 61.084/20192268345 – Nativa do Brasil – Registro CREA/PR n° 61.084.

REBAPP

REBAPP - Retificação de Bordas em APP´s – Áreas de Preservação Permanente e de Solução de Conflitos em Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo de Planos Diretores e de Áreas Verdes protegidas, criando novos indicadores ambientais, denominados Indicadores Ambientais REBAPP.

REBAPP – Retificação de Bordas em APP´s – Áreas de Preservação Permanente e de Solução de Conflitos em Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo – autoria exclusiva REBAPP, criação, concepção e Responsabilidade Técnica registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Paraná – sob n° 61.084/20174739275 – Declaração/Certificação FACIAP de Exclusividade PMIC – Plano Municipal do ICMS Ecológico – Nativa do Brasil – Registro CREA n° 61.084

SINGULARIDADE: Criação/concepção e autoria registrada no CREA-PR (a seguir)

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná
Anotação de Responsabilidade Técnica Lei Fed 6496/77
Valorize sua Profissão: Mantenha os Projetos na Obra

ART Nº 20174739275
Obra ou Serviço Técnico
ART Principal

O valor de R$ 81,53 referente a esta ART foi pago em 30/10/2017 com a guia nº 100020174739275

Profissional Contratado: MARCELO LUBAS (CPF:610.572.319-91) Nº Carteira: PR-23078/D - Nº Visto Crea: -
Título Formação Prof.: ENGENHEIRO FLORESTAL.
Empresa contratada: NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA Nº Registro: 61084
Contratante: NATIVA BRASIL PESQUISA TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA CPF/CNPJ: 08.648.607/0001-94
Endereço:R NICOLAU PAMPUCH 188 AFONSO PENA
CEP: 83045280 SAO JOSE DOS PINHAIS PR Fone: 41 3282-7488
Local da Obra/Serviço: R NICOLAU PAMPUCH 188 Quadra: Lote:
AFONSO PENA - SAO JOSE DOS PINHAIS PR CEP: 83045280

Tipo de Contrato	4	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	Dimensão 1 SERV
Ativ. Técnica	2	ESTUDO, PLANEJAMENTO, PROJETO, ESPECIFICAÇÕES	
Área de Comp.	8200	SERVIÇOS TÉC PROFISSIONAIS EM ENG FLORESTAL	
Tipo Obra/Serv	**135**	**OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS**	
Serviços contratados	035	PROJETO	

Dados Compl. 0
Data Início 28/10/2017
Data Conclusão 28/11/2017
Vlr Taxa R$ 81,53 0

Base de cálculo: TABELA VALOR DE CONTRATO
Outras informações sobre a natureza dos serviços contratados, dimensões, ARTs vinculadas, ARTs substituídas, contratantes, etc
DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIA DENOMINADA REBAPP:
RETIFICAÇÃO DE BORDAS EM APP - ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE,
CONTENDO ETAPAS DE LEVANTAMENTO DE DADOS, ELABORAÇÃO LEVANTAMENTO PLANI-ALTIMÉTRICO,
CÁLCULO DA COTA, COMPARAÇÃO E ANÁLISE DA COTA COM O LEVANTAMENTO REALIZADO, ELABORAÇÃO DE
MAPEAMENTO REBAPP, PARA ATUALIZAÇÃO, CORREÇÃO OU AJUSTE EM ZONEAMENTOS DE USO E OCUPAÇÃO
DE SOLO/PLANO DIRETOR DE MUNICÍPIOS.
MUNICÍPIO PILOTO: SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR.

Insp.: 4230
12/10/2020
CreaWeb 1.08

Assinatura do Contratante

Assinatura do Profissional

Central de Informações do CREA-PR 0800 041 0067
A autenticação deste documento poderá ser consultada através do site www.crea-pr.org.br

Marcelo Lubas
Engenheiro Florestal
CREA 23.078/D

08.648.607/0001-94
NATIVA BRASIL - PESQUISA,
TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA
RUA NICOLAU PAMPUCH, 188
AFONSO PENA - CEP 83045-280
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS-PR

NATIVA do BRASIL
(41)3282-7488 / 96378863

APRESENTAÇÃO DO **REBAPP** EM AUDIÊNCIA PÚBLICA

Município de Capanema - PR

Declaração de Notoriedade da Metodologia REBAPP apresentada em Audiência Pública realizada no município de Capanema - PR

A Prefeitura Municipal de Capanema, através da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, vem declarar o reconhecimento e notoriedade da Metodologia REBAPP, desenvolvida pelo Eng. Florestal Marcelo Lubas, registrada sob nº 61.084/20174739275, e que foi aplicada para a elaboração do **Projeto REBAPP Capanema**, do qual foi um dos temas apresentados em Audiência Pública realizada no município de Capanema, no dia 10 de dezembro do ano de 2019, para a população capanemense.

Assim, reitera-se os votos de plena notoriedade e reconhecimento da Metodologia REBAPP apresentada e difundida no município já em formato de projeto ambiental para futura implantação do mesmo.

Cordialmente.

Capanema, 14 de outubro de 2020

.....
Américo Bellé – Prefeito Municipal

Avenida Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 – Centro – 85760-000
Fone:(46)3552-1321
CAPANEMA - PR

Município de Capanema
Estado do Paraná

CONTRATO Nº 402/2022

CONTRATO DE FORNECIMENTO/ PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAPANEMA E A EMPRESA NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA, PROVENIENTE DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2022.

Pelo presente de Contrato de Fornecimento/Prestação de Serviço, sem vínculo empregatício, de um lado o **MUNICÍPIO DE CAPANEMA**, com sede na Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o **nº 75.792.760/0001-60**, a seguir denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal. De outro lado **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA, CNPJ 08.648.607/0001-94, com sede na RUA RUA NICOLAU PAMPUCH, 188 - CEP: 83045280 - BAIRRO: AFONSO PENA, MUNICÍPIO DE São José dos Pinhais/PR, nesse ato representada pelo(a) Sr(a). MARCELO LUBAS, CPF Nº 610.572.319-91, E-mail da Empresa: nativadobrasil@gmail.com,** a seguir denominada **CONTRATADA,** vêm firmar o presente instrumento nos termos da Lei nº 14.133/2021, com base no Processo de INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 14/2022 cuja documentação integra este instrumento, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

REBAPP – Registrado CREA/PR sob n° 20174739275

CRIAÇÃO DE NOVOS INDICADORES AMBIENTAIS

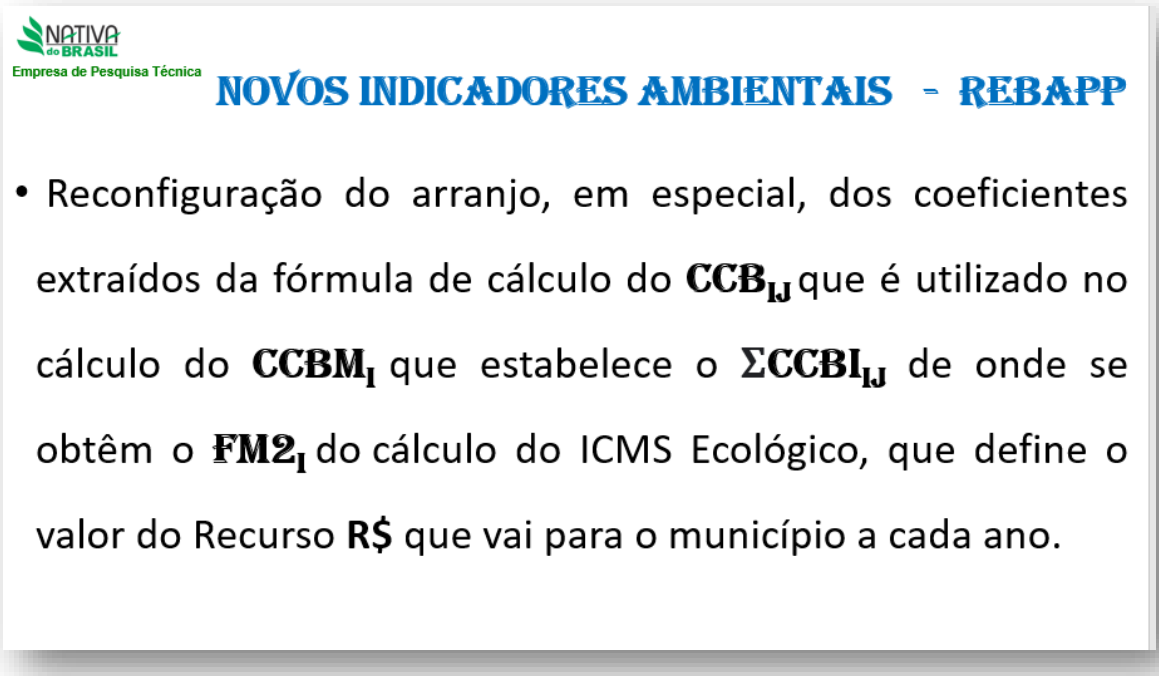
INDICADORES AMBIENTAIS REBAPP

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NATIVA DO BRASIL

Resultados de pesquisas técnicas especializadas da NATIVA DO BRASIL, criou novos indicadores ambientais, originados de RECONFIGURAÇÃO (REARRANJO) de Coeficientes e Variáveis existentes na Legislação Ambiental vigente do assunto específico do ICMS Ecológico.

Inovação técnica-científica a partir de coeficientes e variáveis da Legislação Ambiental (Legal)

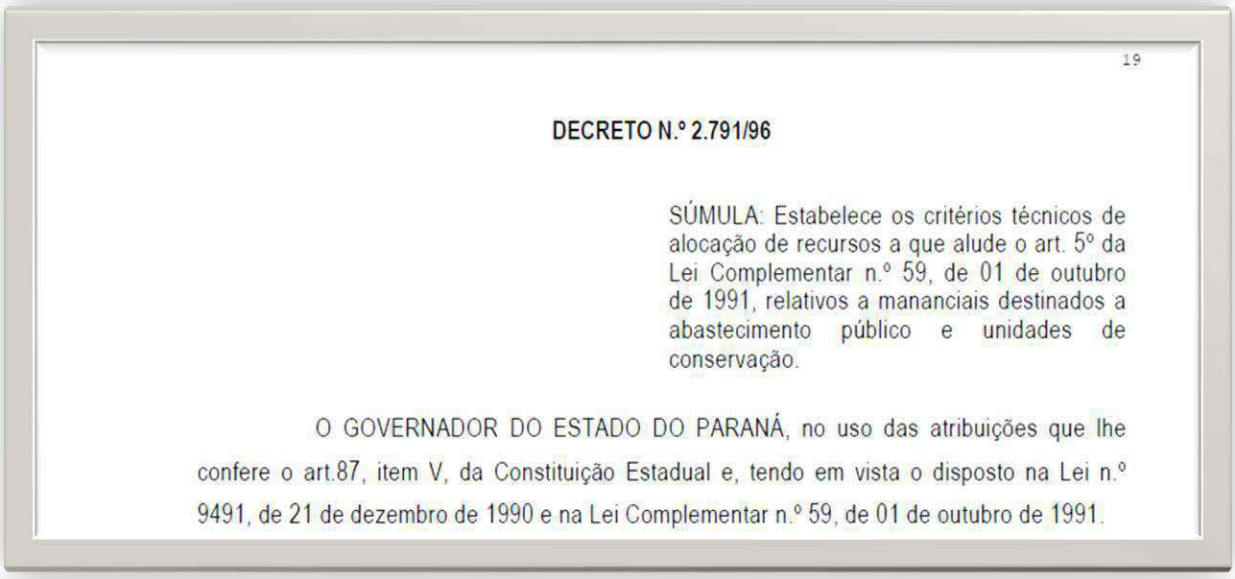
A empresa de Pesquisa Técnica Nativa do Brasil efetuou:



A criação dos novos indicadores ambientais de apoio ao gerenciamento municipal na gestão de áreas verdes, áreas verdes protegidas e de mananciais de abastecimento, foi efetuada utilizando-se as próprias fórmulas, variáveis e coeficientes **EXISTENTES NA LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE DO ICMS ECOLÓGICO**, onde efetuou-se uma **RECONFIGURAÇÃO** das variáveis e coeficientes, fazendo-se um **REARRANJO** das fórmulas, onde foi detectada a oportunidade de criação de NOVOS INDICADORES AMBIENTAIS de apoio aos municípios, os chamados **INDICADORES AMBIENTAIS REBAPP**.

Coeficientes, Variáveis e Fórmulas extraídas, e RECONFIGURADAS (Rearranjo) permitindo a criação de NOVOS INDICADORES AMBIENTAIS – INDICADORES AMBIENTAIS REBAPP de apoio ao gerenciamento de áreas verdes e de mananciais nos municípios do Estado do Paraná.

LEGISLAÇÃO VIGENTE ESPECÍFICA UTILIZADA PELA NATIVA DO BRASIL



19

DECRETO N.º 2.791/96

SÚMULA: Estabelece os critérios técnicos de alocação de recursos a que alude o art. 5º da Lei Complementar n.º 59, de 01 de outubro de 1991, relativos a mananciais destinados a abastecimento público e unidades de conservação.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art.87, item V, da Constituição Estadual e, tendo em vista o disposto na Lei n.º 9491, de 21 de dezembro de 1990 e na Lei Complementar n.º 59, de 01 de outubro de 1991.

PARTES DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL VIGENTE

$$CCB_{ij} = \frac{Auc}{Am} \times Fc$$

A_{uc} = Área da Unidade de Conservação (em ha)

A_m = Área total do Município (em ha)

Fcb = Fator de Conservação (valor fixo em tabelas de enquadramentos)

$$CCBI_{ij} = [CCB_{ij} + (CCB_{ij} \times \triangle Quc)] P$$

$CCBI_{ij}$ = Coeficiente de Conservação da Biodiversidade por Interface

$\triangle$ Quc = Variação da qualidade da UC (pontuação/tábuas de avaliação)

P = Peso Ponderado

BIODIVERSIDADE

$$CCB_{ij} = \frac{Auc}{Am} \times Fc \qquad CCBI_{ij} = [CCB_{ij} + (CCB_{ij} \times \triangle Quc)] P$$

$$CCBM_i = \sum CCBI_{ij} \qquad FM2_i = 0{,}5 \times \frac{CCBM_i}{\sum CCBM_i} \times 100$$

$CCBM_i$:Coeficiente de Conservação da Biodiversidade para o Município, equivalente a soma de todos os Coeficientes de Conservação de Interface calculados para o município;

$FM2_i$: percentual calculado, a ser destinado ao município, referente às unidades de conservação, Fator Municipal 2;

BIODIVERSIDADE

$$CCB_{ij} = \frac{Auc}{Am} \times Fc \qquad CCBI_{ij} = [CCB_{ij} + (CCB_{ij} \times \triangle Quc)]\ P$$

$$CCBM_i = \sum CCBI_{ij} \qquad FM2_i = 0{,}5 \times \frac{CCBM_i}{\sum CCBM_i} \times 100$$

MANANCIAL

$$I1_i\ sup = A \ .\ \frac{Q_{cap}}{Q_{95\%}} \ .\ \triangle QA$$

$$FM1_i = 0{,}5 \times \frac{I1i}{\sum I1i} \times 100$$

RESOLUÇAO SEDEST Nº 049/2021

Súmula: Estabelece os índices ambientais definitivos municipais de **Fator Ambiental** 2021/2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO TURISMO, designado pelo Decreto Estadual nº 1440 de 23 de maio de 2019, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 19.848, de 3 de maio de 2019 e Lei nº 10.066, de 27 de julho de 1992 e alterações posteriores, em cumprimento ao disposto no Art. 6º da Lei Complementar nº 59, de 01 de outubro de 1991 e alterações posteriores, e no Art. 6º do Decreto Estadual nº 2.791 de 27 de dezembro de 1996 e alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer os percentuais definitivos relativos à que cada município tem direito, de acordo com os cálculos efetuados pelo Instituto Água e Terra, conforme discriminado a seguir:

FATORES AMBIENTAIS DEFINITIVOS

Curitiba, 20 de setembro de 2021.

Tabela 1. Fatores Ambientais definitivos 2021/2022.

MUNICIPIO	INDICE AMBIENTAL POR MANANCIAIS DE ABASTECIMENTO (%)	INDICE AMBIENTAL POR UNIDADES DE CONSERVACAO (%)	FATOR AMBIENTAL
ABATIA	0,000000000000	0,008848139402	0,008848139402
ADRIANOPOLIS	0,000000000000	0,777855221419	0,777855221419
ALMIRANTE TAMANDARE	0,987822204663	0,000447039651	0,988269244315
ALTAMIRA DO PARANA	0,000000000000	0,082443590486	0,082443590486

Fórmulas da legislação vigente

Decreto Estadual n° 2.791/96

Parâmetros, variáveis e coeficientes inseridos nas fórmulas da legislação do cálculo do ICMS Ecológico

BIODIVERSIDADE

$$CCB_{ij} = \frac{Auc}{Am} \times Fc$$

$$CCBM_i = \sum CCBI_{ij}$$

$$FM2_i = 0{,}5 \times \frac{CCBM_i}{\sum CCBM_i} \times 100$$

A_{uc} = Área da Unidade de Conservação (em ha)

A_m = Área total do Município (em ha)

Fcb = Fator de Conservação (valor fixo em tabelas de enquadramentos)

$$CCBI_{ij} = [CCB_{ij} + (CCB_{ij} \times \triangle Quc)]\ P$$

$CCBI_{ij}$ = Coeficiente de Conservação da Biodiversidade por Interface

$\triangle$ Quc = Variação da qualidade da UC (pontuação/tábuas de avaliação)

P = Peso Ponderado

$$CCB_{ij} = \frac{Auc}{Am} \times Fc$$

MANANCIAL

$$I1_i\,sup = A \cdot \frac{Q_{cap}}{Q_{95\%}} \cdot \triangle QA$$

$$FM1_i = 0{,}5 \times \frac{I1i}{\sum I1i} \times 100$$

Decreto Estadual n° 2.791/96

Fórmulas existentes na Legislação vigente do ICMS Ecológico

$$I1_i\,sup = A \cdot \frac{Q_{cap}}{Q_{95\%}} \cdot \triangle QA$$

$$CCB_{ij} = \frac{Auc}{Am} \times Fc$$

$$CCBI_{ij} = [CCB_{ij} + (CCB_{ij} \times \triangle Quc)]\ P$$

$$FM1_i = 0{,}5 \times \frac{I1i}{\sum I1i} \times 100$$

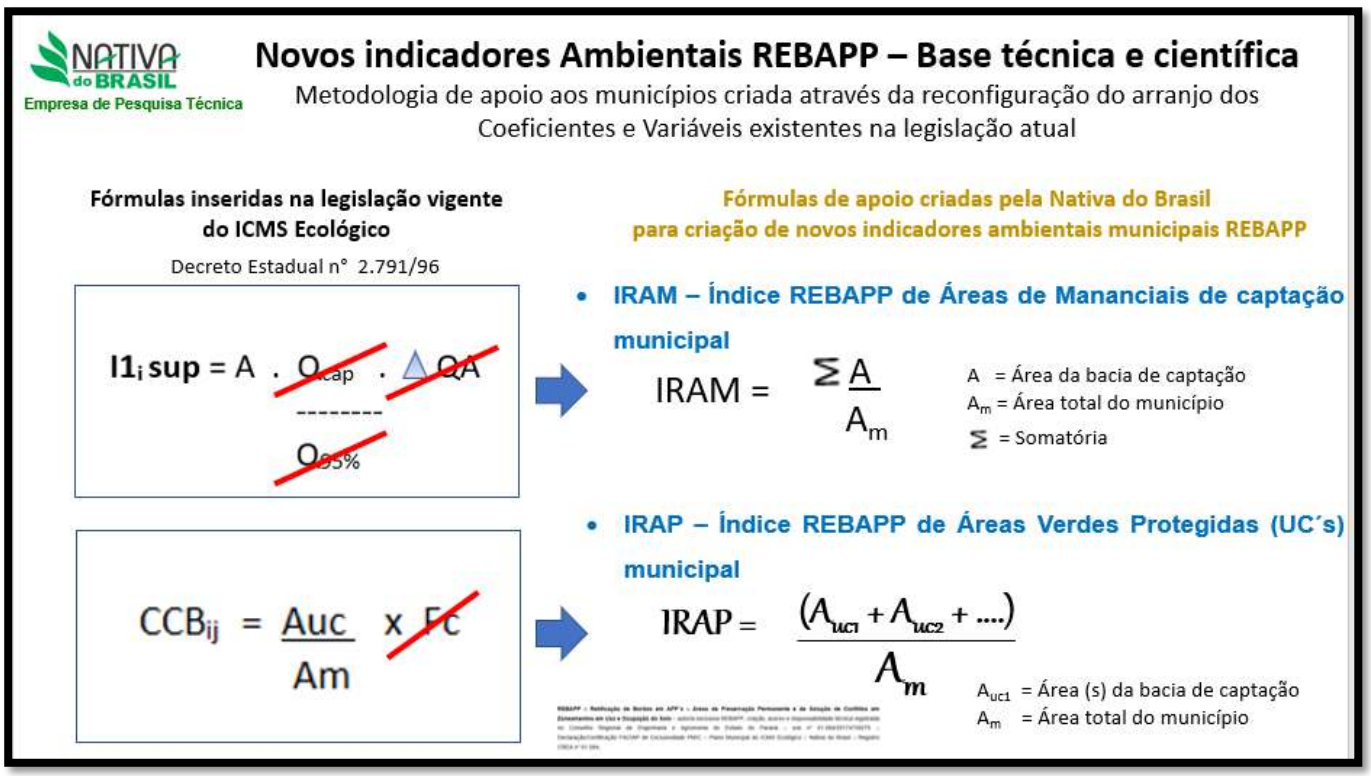
$$CCBM_i = \sum CCBI_{ij}$$

$$FM2_i = 0{,}5 \times \frac{CCBM_i}{\sum CCBM_i} \times 100$$

CRIAÇÃO DOS NOVOS INDICADORES AMBIENTAIS - REBAPP

Apoio ao gerenciamento de áreas verdes, áreas verdes protegidas e de mananciais dos municípios do Estado do Paraná

CRIAÇÃO ATRAVÉS DA RECONFIGURAÇÃO/REARRANJO DE VARIÁVEIS DAS FÓRMULAS, CRIANDO NOVAS FÓRMULAS PARA NOVOS INDICADORES AMBIENTAIS DE APOIO AOS MUNICÍPIOS NA SUA GESTÃO AMBIENTAL MUNICIPAL – INDICADORES AMBIENTAIS REBAPP



Novos INDICADORES AMBIENTAIS - REBAPP

fórmulas inéditas

REBAPP

Novas Fórmulas

Novos Indicadores

IRAV – Índice REBAPP de Áreas Verdes (microb. e municípios)
IRAP – Índice REBAPP de Áreas Verdes Protegidas (microb. e mun.)
IRAM – Índice REBAPP de Áreas de Mananciais
IRQ – Índice REBAPP Quantitativo
IRL – Índice REBAPP Locacional
IRAN – Índice REBAPP de Afloramento Natural de Nascentes
MDN – Módulo de Densidade de Nascentes
PACUIM – Plano Ambiental de Conservação e Uso de Imóveis Lindeiros (rios, áreas verdes e áreas verdes protegidas)

NATIVA do BRASIL
Empresa de Pesquisa Técnica e Desenvolvimento

Criação de subcategorias de Entorno REBAPP

Novas sub-categorias de apoio ao planejamento municipal das ações ambientais no município

REBAPP

Novas Fórmulas

ERCV – Entorno REBAPP de Conectividade Verde (Corredores da Biodiversidade)

- **DIRETA**- ERCVD
- **INTERMEDIÁRIA**ERCVI
- **INDIRETA**- ERCVIN

NATIVA do BRASIL
Empresa de Pesquisa Técnica e Desenvolvimento

Diferentes conjuntos de tratamentos de Engenharia em função do seu posicionamento sugeridos em relação à Área Verde Protegida (UC)

"Sub-categorias de apoio ao planejamento municipal em relação às ações ambientais nas áreas verdes, áreas verdes protegidas, rios, e nas APP´s localizadas dentro do seu território"

CONVÊNIOS E ACORDOS DE COOPERAÇÃO DA EMPRESA DE PESQUISA TÉCNICA NATIVA DO BRASIL

AMENORTE
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO NOROESTE DO ESTADO DO PARANÁ

AMSOP
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS
CANTU
QUIRIGUAÇU

REGISTRO NACIONAL – INPI

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Ministério da Economia
Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Diretoria de Marcas, Desenhos Industriais e Indicações Geográficas

Certificado de registro de marca

Processo nº: 924359021

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial, para garantia da propriedade e do uso exclusivo, certifica que a marca abaixo reproduzida encontra-se registrada nos termos das normas legais e regulamente em vigor, mediante as seguintes características e condições:

PROJETO
REBAPP

Data de depósito: 22/09/2021
Data da concessão: 13/12/2022
Fim da vigência: 13/12/2032

Titular: NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA. [BR/PR]
CNPJ: 08649607000194
Endereço: RUA NICOLAU PAMPUCH, 188, 83045280 , São José dos Pinhais, PARANÁ, BRASIL

Apresentação: Mista
Natureza: Marca de Produto/Serviço
CFE(4): 27.5.1
NCL(11): 42
Especificação: Aerofotogrametria; Agrimensura [medição de terras agrícolas]; Antropologia [estudo e pesquisa]; Arqueologia [estudo e pesquisa]; Assessoria, consultoria e informação em agrimensura de fazendas; Assessoria, consultoria e informação em tecnologia da informação; Assessoria, consultoria e informações sobre pesquisas no campo de agricultura; Elaboração de textos técnicos; Estudo hidrológico [levantamento geológico]; Fotogrametria [fotocartografia]; Geodesia [estudo e pesquisa]; Geografia [estudo e pesquisa]; Geologia [estudo e pesquisa]; Heliografia [estudo do sol] [estudo e pesquisa]; Hidrologia [estudo e pesquisa]; Informações meteorológicas; Levantamento geológico; Levantamentos topográficos; Pesquisa científica; Pesquisa científicas e tecnológicas no campo de desastres

INPI Assinado digitalmente pelo INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Ministério da Economia
Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Diretoria de Marcas, Desenhos Industriais e Indicações Geográficas

Certificado de registro de marca

Processo nº: 924359021

naturais; Pesquisa no campo de proteção ambiental; Planejamento urbano; Planimetria [levantamento topográfico]; Realização de estudos para projetos técnicos; Serviços de cartografia (da classe 42)

Rio de Janeiro, 13/12/2022

Felipe Augusto Melo de Oliveira
Diretor

A apelação contra o ato que concede registro de marca tem efeito suspensivo (art. 124, parágrafo único, da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996).

Nativa do BRASIL – Pesquisa, Tecnologia e Desenvolvimento

CNPJ: 08.648.607/0001-94

Autoria de Projeto Premiado pelo CREA-PR
Autoria de Técnica Premiada pela Fundação Banco do Brasil como nova Tecnologia Social
Autoria de Publicação premiada pelo Ministério da Cultura/Governo Federal
Autoria com Notória Especialização em ICMS Ecológico/Certificação FACIAP - Responsável Técnico Nativa do Brasil REBAPP ICMS Ecológico
Autoria e criação do sistema metodológico REBAPP-ICMS Ecológico
Autoria e criação do Plano PMIC – Plano Municipal do ICMS Ecológico para os municípios do Estado do Paraná
Autoria e criação do Programa PRÓMANANCIAL do Paraná

Contatos - Fones: + 55 041 3282-7488 / + 55 041 99637-8863 - E-mail: nativa@nativadobrasil.com.br



Eng. MARCELO LUBAS – Responsável Técnico NATIVA DO BRASIL
CREA n° 23.078/D
Nativa do Brasil – CREA n° 61.084

DESTAQUES E CONVÊNIOS INTERNACIONAIS

ÁFRICA - MOÇAMBIQUE

Atuações socio-ambientais espontâneas do autor de caráter internacional

Realização de treinamentos gratuitos para pessoas da comunidade – Maputo/Moçambique´2016 no aproveitamento de resíduos.



Presidente da República de Moçambique, Felipi Nyusi conversa com o Marcelo Lubas, sobre o projeto que a Nativa

Treinamento para pessoas da comunidade em MAPUTO/ÁFRICA







Parte Social – Treinamento gratuito oferecido pela Nativa do Brasil, em Maputo, capital de Moçambique/África







Projeto ambiental de aproveitamento de resíduos em novos produtos



CARTA DE RECONHECIMENTO E DE NOTORIEDADE INTERNACIONAL

Eng. Marcelo Lubas – Responsável Técnico da Nativa do Brasil

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
DIRECÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA

Maputo, 01 de Agosto de 2018

Assunto: **Carta de Reconhecimento e de Notoriedade dos serviços prestados pelo consultor ambiental Marcelo Lubas**

Uma equipa do Ministério da Indústria e Comércio chefiada pelo Sr Director Nacional da Indústria, Sr. Mateus Abelardo Américo Matusse, visitou Brasil (São Paulo, Curitiba, Brasília, São Luis e Belo Horizonte), 15 a 31 de Julho de 2018 corrente com objectivo de trocar de experiência em matérias ligadas à a implementação e desenvolvimento da cadeia do de valor do sector de florestas, meio ambiente e coordenação institucional para o desenvolvimento industrial.

A referida vista decorreu de forma satisfatória, forneceu ferramentas e conhecimentos teórico e práticos sobre as matérias acima referidas.

Assim, a Direcção Nacional da Indústria, do Ministério da Indústria e Comércio, vem, através desta prestar o reconhecimento, notoriedade e agradecimento pela recepção, atendimento, apresentação do projeto de aproveitamento de resíduos do consultor ambiental Marcelo Lubas e agendamento e acompanhamento nas visitas técnicas realizadas, durante a visita da Comitiva oficial do Governo de Moçambique, ao Brasil, em especial na visita ao Estado do Paraná, em Curitiba e região metropolitana em São José dos Pinhais e Colombo.

Desta forma, reiteramos nossos votos de consideração pela plena satisfação do atendimento, acompanhamento e reconhecimento do consultor ambiental Marcelo Lubas de aproveitamento de resíduos.

Cordiais saudações.

O Director Nacional

Mateus Abelardo Américo Matusse
(Técnico Superior N1)

- **CONVITE INTERNACIONAL DE INSTITUIÇÃO DA ÁFRICA –**
  REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO – RDC – Cidade de Kinshasa

PARA IMPLANTAR METODOLOGIA PSA – CAP – PARANÁ criada pela NATIVA DO BRASIL

Communauté des Amis de la Nature et de la Culture
CANACU, a.s.b.l.

Siège social : Avenue : Ilaso N°5 / Quartier : Mpasa II/ Commune de la N'Sele
Tel : (+243) 814811019, 906848891(+ 243) 815 486 206,
E-mail : developpementenvironnement@gmail.com

N°/Réf : CAN/P/BOS/Sec/CK/022/2020.

À l'entreprise brésilienne de recherche Nativa
A / C: Marcelo Lubas, Directeur Technique

Nous avons pris connaissance du modèle de projet développé par Nativa do Brasil, pour le thème «eau, hygiène et assainissement», suite à l'accord entre CANACU et NATIVA do BRASIL, signé depuis le 25 novembre 2015. L'accord concerne les zones de captage de l'approvisionnement des sites urbano-ruraux de Kinshasa en eau potable en faveur de population locale.

Cela a été possible en se basant sur la connaissance que les résultats de l'étude technique et des recherches menées par NATIVA do BRASIL depuis 2015, et qui permettent la mise en œuvre de la méthodologie et du modèle de projet dans la région de Kinshasa, capitale de la RDC.

À partir de cette méthodologie développée par Nativa do Brasil, PSÁgua: PSA-CAP-PARANÁ / BRAZIL, qui comprend les activités du module 1 de PSA - PLAN DE SÉCURITÉ DE L'EAU.

CANACU vient demander à Nativa do Brasil de venir préparer, former et mettre en œuvre le service technique avec CANACU, pour le projet suivant: «Eau potable, hygiène et assainissement dans la périphérie urbaine et rurale de Kinshasa»

Ce projet met l'homme au centre de ses préoccupations et veut permettre à la population bénéficiaire de s'approprier et de maintenir l'hygiène, l'assainissement et la gestion des puits et des sources d'eau potable mises à sa disposition pour cette étape. Le projet s'occupera aussi de la gestion durable de l'environnement et s'orientera vers les aspects techniques, sociales et humanitaires.

29 juin 2020 - Kinshasa - RDC

BUNGU OMANGA SIX FLORENT.

Président CANACU

CONVÊNIOS <u>INTERNACIONAIS</u> DA NATIVA DO BRASIL

CONDITIONS DE COOPÉRATION QUI FONT ENTRE COMMUNAUTÉ DES AMIS DE LA NATURE ET DE LA CULTURE - CANACU et NATIVA DO BRASIL - RECHERCHE, TECNOLOGIE ET DEVELOPPEMENT LTDA.

LA COMMUNAUTÉ DES AMIS DE LA NATURE ET DE LA CULTURE-CANACU,F92/8909,N°002/DIV/DH/BDD/2007dont le siège social est situé 5 ruellaso ,Quartier Mpasall, Commune de la N'sele-Kinshasa-République démocratique du Congo, ci-après dénommée CANACU, représentée par son président BUNGU OMANGA SIX Florent, et d'autrepart, la société spécialisée dans la recherche dans le domaine de l'environnement et de l'assainissement de base, NATIVA do BRASIL-RECHERCHE,TECHNOLOGIE ET DÉVELOPPEMENT LTDA, CNP Jn°08.648.607/0001-94, dont le siège social est situé à Rua Nicolau Pampuch, 188, municipalitédeSãoJosédosPinhais-Paraná-Brésil, ci-après dénommée NATIVAdoBRASIL, représentée par Marcelo Lubas, décide de célébrer le premier mandat Addendum à l'accord de coopération déjà existant, dont le contenu des clauses de l'accord présente désormais les conditions suivantes:

CLAUSE UN - OBJET:

1.1.Le présent accord de coopération a pour objet d'établir leprotocole de coopération entre CANACU et NATIVA do BRASIL pour la préparation et la mise en œuvre de projets environnementaux, des cours de formation, la publication d'articles techniques, lamise en œuvre de méthodologies, de processus et de technologies pour des projets socio-environnementaux., dans le domaine de l'assainissement de base(eau, hhgiène, assainissement et évacuation des eaux pluviales), culturel et forestier et artisanal, ainsi que d'autres activités que les parties coopérantes souhaitent mutuellement.

Premier paragraphe: laCANACU sera l'organisation non gouvernementale qui recevra les projets qui seront mis en œuvre en République démocratique du Congo, grâce à l'expertise et au savoir-faire de Nativa do Brasil, qui sera responsable du transfert des technologies, méthodes et processus socio-environnementaux à promouvoir le développement durable de la République démocratique du Congo.

Deuxième paragraphe: L'Accord aidera la CANACU à remplir sa mission en valorisant la conservation de la nature et de l'environnement ainsi que le développement culturel et l'appréciation du peuple de la République démocratique du Congo.

DEUXIÈME CLAUSE - FORME DE PERFORMANCE:

2.1.Ce terme de coopération a le caractère de formaliser la coopération (accord) entre les parties demanière générique, leur permettant de se manifester entant qu'entités coopératives et de permettre l'exécution conjointe d'activités et la mise en œuvre de projets.

2.2.Pour chaque projet ou activité, un terme additif peut être préparé, qui contiendra les responsabilités, attributions, devoirs et droits de chacun, ainsi que l'objet de l'activité ou du service et ses détails techniques, financiers et opérationnels, le cas échéant.

TROISIÈME CLAUSE - COORDINATION:

3.1.Pour chaque mandat supplémentaire, un coordonnateur sera nommé par CANACU et un autre par NATIVA do BRASIL, qui devrait nommer les autres participant set/ou professionnels et technicien simpliqués, le cas échéant, ainsi que déterminer les routines de travail de l'événement, de la conférence ou de l'activité prévue. Être réalisé.

QUATRIÈME CLAUSE - RESSOURCES FINANCIÈRES:

4.1.Le présent accord de coopération ne prévoit pas en soi de transfert de fonds ou de toute autre forme de rémunération entre les parties, ni ne crée de passif ou de dette d'aucune sorte. Toute dotation ou utilisation deressources financières et matérielles doit êtres ou mise à une formalisation dans les conditions spécifiques de l'addendum, comme décrit dans la deuxième clause de cet instrument.

4.2 Les deux membres peuvent rechercher des ressources publiques ou privées pour permettre de réaliser ensemble des projets environnementaux, ainsi que pour promouvoir l'échange de connaissances intellectuelles, culturelles et sociales.

CINQUIÈME CLAUSE - EFFICACITÉ:

5.1. Cet accord de coopération sera valable 5ans à compter de la date de sa signature et pourra être renouvelé en cas d'intérêt des deux parties.

SIXIÈME CLAUSE - RÉSILIATION:

6.1. Le présent Accord de coopération peut être résilié, sans préavis judiciaire ou extra judiciaire, à condition qu'il soit justifié, ave cunminimumde 90 (quatre-vingt-dix) jours à l'avance, garantiles engagements et obligations assumés pendant la durée de la présente Durée et de ses Modifications.

SEPTIÈME CLAUSE - FORMALISATION:

7.1.A fin d'enregistrer les effets de cet instrument comme preuve de conformité, les parties signent ce document.

Et comme ils sont conformes aux termes de cet instrument, ils signent le présent en 2 (deux) exemplaires de contenu et de forme égaux, en présence de témoins.

Datedel'accord:

Curitiba-Brésil, 20 juin 2020

Kinshasa-RDC-20juin2020

BUNGU OMANGA SIX Florent
President de CANACU
REPUBLIQUE DEMOCRATIQUE DU CONGO

Curitiba-Brazil 20 de Junho de 2020

MARCELO LUBAS
Directeur - Nativa do Brasil
BRESIL

NATIVA do BRASIL
(41)3282-7488 / 96378863

LES TEMOINS

Signature :	Signature
Nom : IKALA Mfunami Charles	Nom:LEILACRISTINADAANUNCIAÇÃOLUBAS

:

:

NATIVA do BRASIL
Pesquisa, Tecnologia e Inovação

TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE FAZEM ENTRE SI A EMPRESA DE PESQUISA NATIVA DO BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO E ASOCIACIÓN DE INVESTIGACIÓN DE LAS INDUSTRIAS CERÁMICAS – ITC.

TAC nº 01 /2012

A empresa de pesquisa NATIVA DO BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.648.607/0001-94, com sede à Rua Nicolau Pampuch, nº 188, Bairro Afonso Pena, na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná - Brasil, neste ato representada pelo Diretor-Presidente, MARCELO LUBAS, Engenheiro Florestal, RG nº. 4.164.583-0/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº. 610.572.319-91, devidamente autorizado nos termos do Estatuto Social, doravante simplesmente denominada **NATIVA do BRASIL** e la Asociación de Investigación de las Industrias Cerámicas (AICE) concertada con la Universidad Jaume I para constituir el Instituto Mixto de Tecnología Cerámica (en adelante ITC), representada por su Director el Dr. Carlos Feliu Mingarro, actuando en nombre y representación de este organismo con domicilio en Castellón (España), Campus Universitario Riu Sec y CIF G-46271144 e inscrito con el nº 39 como Centro Tecnológico en el registro de Centros Tecnológicos y Centros de Apoyo a la Innovación Tecnológica, reconocidos por la Secretaria General de Innovación al amparo del Real Decreto 2093/2008 de 19 de diciembre, resolvem celebrar o presente Acordo em forma de Termo de Cooperação Técnica, cujo escopo é apresentado nas cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O presente Termo tem por finalidade o estabelecimento de um protocolo de Cooperação técnica entre a **NATIVA do BRASIL** e ITC, para o desenvolvimento pesquisas, projetos, estudos e levantamentos, prospecção de investimentos, atividades de desenvolvimento de tecnologias, inovação, desenvolvimento de novos produtos, ecodesign, conservação e uso racional de recursos naturais, treinamentos, diagnósticos, difusão tecnológica, transferência de tecnologias, realização de palestras e eventos, publicação de artigos e outros materiais de divulgação na área de interesse das partes, pertinentes a trabalhos dentro da visão de atuação em cadeias produtivas, bem como realizar outras atividades que beneficiem mutuamente as partes cooperadas.

NATIVA do BRASIL (41)3282-7488 / 96378863

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE ATUAÇÃO:

2.1. Este Termo de Cooperação tem um caráter de formalizar a Cooperação entre as partes de forma genérica, permitindo que estas possam se manifestar como entidades cooperadas e desfrutar dos benefícios que a parceria traz na execução conjunta de projetos de pesquisas, desenvolvimento de tecnologias e inovação.

2.2. Para cada projeto, estudo, ou trabalho que venha eventualmente a ser executado em parceria entre as Cooperadas, deverá ser elaborado um **Termo Aditivo** acompanhado com um respectivo Plano de Trabalho, que o vincula, onde deverão constar as responsabilidades, atribuições, deveres e direitos de cada uma, bem como o objeto da pesquisa e seus detalhes técnicos e financeiros, formas de repasses, e fontes de captação de recursos, se houver.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA COORDENAÇÃO:

3.1. Para cada Termo Aditivo será designado um Coordenador pela **NATIVA DO BRASIL** e outro por **ITC**, os quais deverão nomear os demais profissionais, técnicos e pessoal envolvidos, quando for o caso, bem como determinar as rotinas de trabalho para a execução do serviço ou atividade acordada.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS:

4.1. O presente Termo de Cooperação não prevê por si só repasse de recursos ou qualquer outra forma de remuneração entre as partes, nem cria passivos ou dívidas de qualquer espécie. Toda e qualquer dotação ou utilização de recursos financeiros e materiais deverá ser alvo de formalização específica em Termos Aditivos, conforme prescreve a Cláusula Segunda deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA:

5.1. O presente Termo de Cooperação terá vigência de 04 (quatro) anos a contar da data de sua assinatura, podendo ser renovado se houver interesse de ambas as partes.

NATIVA do BRASIL
Pesquisa, Tecnologia e Inovação

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

6.1. O presente Termo de Cooperação poderá ser rescindido, independentemente de aviso judicial ou extrajudicial, apenas com um comunicado por escrito por uma das partes à outra, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, garantidos, entretanto, todos os compromissos ou obrigações assumidos no período de vigência deste Termo e especialmente de seus Aditivos, que houver em andamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO:

7.1. Fica eleito o foro do Brasil, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Cooperação.

E por estarem de acordo com os termos deste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

03 de dezembro de 2012

ASSINAM O PRESENTE TERMO:

Marcelo Lubas
Engenheiro Florestal
CREA 23.078/D

Marcelo Lubas
Diretor-Presidente
NATIVA do BRASIL

Carlos Felix Mingarro
Director
AICE-ITC

TESTEMUNHAS (02):

Assinatura:
Nome: Paula Beatriz da A. Lubas
CPF/MF nº:
RG nº:

Assinatura:
Nome: MANUEL SAINZ-PARDO PEREZ
CPF/MF nº:
RG:

08.648.607/0001-94
NATIVA BRASIL - PESQUISA TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA
RUA NICOLAU PAMPUCH, 188
AFONSO PENA - CEP 83045-280
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS-PR

nativa@nativadobrasil.com.br - www.nativadobrasil.com.br
Telefones: (41) 3282-7488 / 9637-8863 - CEP 83045-280 - São José dos Pinhais - PR

AMCHAM - American Chamber of Commerce

NATIVA do BRASIL
Projetos de Responsabilidade Social e Ambiental

TERMO DE COOPERAÇÃO QUE FAZEM ENTRE SI A CÂMARA DE COMÉRCIO DE MOÇAMBIQUE E ESTADOS UNIDOS (CCMUSA) e a NATIVA DO BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

A **CÂMARA DE COMÉRCIO DE MOÇAMBIQUE E ESTADOS UNIDOS**, com sede na Rua Matheus Sansão Muthemba n° 452 R/C – Maputo – Moçambique, doravante denominada **CCMUSA,** neste ato representado pelo seu Presidente Evaristo Madime, e por outro lado, a **NATIVA do BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA,** CNPJ nº 08.648.607/0001-94, com sede à Rua Nicolau Pampuch, 188, município de São José dos Pinhais – Paraná - Brasil, doravante denominada **NATIVA do BRASIL,** neste ato representada por Marcelo Lubas, resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação cujo conteúdo é apresentado nas cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O presente Termo de Cooperação tem por finalidade o estabelecimento de um protocolo de cooperação entre a **CCMUSA** e a **NATIVA do BRASIL** para a realização de palestras, eventos, treinamentos, publicação de artigos e outros materiais de divulgação, na área de interesse de ambas as partes, bem como realizar outras atividades que beneficiem mutuamente as partes cooperadas.

Parágrafo primeiro: Será dada prioridade para apresentação de projetos de Inovação e Sustentabilidade para as empresas associadas à **CCMUSA,** na área de Responsabilidade Social e Ambiental, da qual é o *expertise* da Nativa do Brasil.

Parágrafo segundo: As partes cooperadas poderão criar em conjunto uma Certificação de Responsabilidade Social Empresarial – CRSE, a ser concedida às empresas que promovam e apoiem os princípios associados à Responsabilidade Social Coorporativa, tais como: qualidade de vida dentro da organização, gestão de responsabilidade social e responsabilidade com a comunidade e o meio ambiente. Esta Certificação passará a ser um diferencial para a empresa estrangeira que promova e apoie os projetos propostos originários desta Cooperação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE ATUAÇÃO:

2.1. Este Termo de Cooperação tem um caráter de formalizar a Cooperação entre as partes de forma genérica, permitindo que estas possam se manifestar como entidades cooperadas e desfrutar dos benefícios que a parceria traz na execução conjunta de palestras, eventos, treinamentos e na promoção e realização de projetos.

2.2. Para cada atividade, palestra, evento, treinamento, projeto ou serviço que venha a ser executado em parceria entre ambas as partes, deverá ser elaborado um Termo Aditivo, onde deverão constar as responsabilidades, atribuições, deveres e direitos de cada uma, bem como o objeto da atividade ou serviço e seus detalhes técnicos, financeiros e operacionais, quando houver.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA COORDENAÇÃO:

3.1. Para cada Termo Aditivo será designado um Coordenador pela **CCMUSA** e outro pela **NATIVA do BRASIL** os quais deverão nomear os demais participantes e/ou profissionais e técnicos envolvidos, quando for o caso, bem como determinar as rotinas de trabalho do evento, palestra ou atividade prevista para ser realizada.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS:

4.1. O presente Termo de Cooperação não prevê por si só repasse de recursos ou outra forma de remuneração entre as partes, nem cria passivos ou dívidas de qualquer espécie. Toda e qualquer dotação ou utilização de recursos financeiros e materiais deverá ser alvo de formalização nos Termos Aditivos específicos, conforme prescreve a Cláusula Segunda deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA:

5.1. O presente Termo de Cooperação terá vigência de 4 anos a contar da data de sua assinatura, podendo ser renovado se houver interesse de ambas as partes.

AMCHAM - American Chamber of Commerce

NATIVA do BRASIL
Projetos de Responsabilidade Social e Ambiental

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

6.1. O presente Termo de Cooperação poderá ser rescindido, independentemente de aviso judicial ou extrajudicial, apenas com um comunicado por escrito por uma das partes à outra, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, garantidos os compromissos e obrigações assumidos no período deste Termo e de seus Aditivos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMALIZAÇÃO:

7.1. Para que se conste os efeitos deste instrumento em prova de conformidade, as partes firmam o presente documento.

E por estarem de acordo com os termos deste instrumento, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

Maputo – Moçambique / Curitiba - Brasil, 01 de julho de 2015

Evaristo Madime

Presidente CCMUSA
Moçambique

Marcelo Lubas

Nativa do Brasil
Brasil

08.648.607/0001-94
NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA
RUA NICOLAU PAMPUCH, 188
AFONSO PENA - CEP 83045-280
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS-PR

TESTEMUNHAS:

Assinatura:	Assinatura:
Nome:	Nome: LEILA CRISTINA DA. A. LUBAS
RG:	RG: 5651301-9/PR

CÂMARA DE COMÉRCIO MOÇAMBIQUE/EUA

NATIVA do BRASIL
(41)3282-7488 / 96278962

CONVENIO MARCO DE COLABORACIÓN ENTRE

NATIVA DO BRASIL

Y

LA ASOCIACIÓN DE INVESTIGACIÓN Y DESARROLLO EN LA INDUSTRIA DEL MUEBLE Y AFINES (AIDIMA)

En Valencia, 30 de Mayo de 2013

REUNIDOS

De un parte, Don Marcelo Lubas, el cual interviene en nombre y representación del NATIVA DO BRASIL, en su condición de Director Presidente, con domicilio social en São José dos Pinhais (Paraná), en la Rua Nicolau Pampuch n° 188, Bairro Afonso Pena, com R.G. número 4.164.583-0

Y, de otra, Don Mariano J. Pérez Campos, el cual interviene en nombre y representación de la **ASOCIACION DE INVESTIGACION Y DESARROLLO EN LA INDUSTRIA DEL MUEBLE Y AFINES,** en adelante **AIDIMA,** en su condición de Director, con domicilio social en Paterna (Valencia), en la calle Benjamín Franklin nº 13, y provista con C.I.F. número G-46261590.

Ambas partes, en la representación que manifiestan ostentar, se reconocen mutuamente capacidad legal bastante para suscribir el presente documento, y a tal fin, ambas partes convienen suscribir el presente **CONVENIO DE COLABORACIÓN,** por el cual

EXPONEN

NATIVA DO BRASIL es una Empresa de la Investigación e desarrollo no ámbito de la madera e muebles, con espécies exóticas e tropicales. La empresa de investigación fue constituida e inaugurada en 10 de janero de 2007. El NATIVA tiene know-how e la responsabilidad del difusión del nuevo proceso del Engenharia Florestal de la madera con la creación del sistema pastilhado (placado) del madera, racionalizando o uso del recurso natural, aumentando la competitividad, qualidade, economía e inovacion para la arquitectura, muebles e design.

AIDIMA es una Asociación de Investigación, con personalidad jurídica propia, sin ánimo de lucro, carácter privado y ámbito nacional. La Asociación fue constituida en

noviembre de 1984, e inaugurada oficialmente en 1986, gracias a al apoyo de la Generalidad Valenciana y a la iniciativa de la empresa privada. Esta reconocida por CICYT como Centro de Innovación y Tecnología, e integrada en la Red de Institutos Tecnológicos de la Comunidad Valenciana (RedIT).

AIDIMA tiene como objetivo básico el contribuir a incrementar la competitividad del sector español del mueble, la madera e industrias afines, así como del sector del embalaje y transporte, fundamentalmente en todos aquellos aspectos relacionados con la calidad, la innovación tecnológica, la formación, la información, la seguridad, el medio ambiente, y en general, la mejora de la gestión especialmente en las áreas del diseño, producción y comercialización, y el fortalecimiento de la exportación.

ACUERDAN

PRIMERO

Promover acciones conjuntas destinadas a facilitar la cooperación entre NATIVA do BRASIL y AIDIMA que beneficien a las empresas de Brasil y a las empresas españolas del sector de la madera y el mueble.

SEGUNDO

Promover la transferencia y adaptación de la tecnología entre ambas instituciones. Participar en el desarrollo de proyectos de I+D y de transferencia de tecnología.

TERCERO

Este acuerdo deberá concretarse por medio de convenios singulares de colaboración que serán firmados por las partes implicadas al objeto de definir las actividades, recursos, plazos, presupuesto y fuentes de financiación necesarios para su ejecución.

Este Convenio-Marco tendrá un período de validez de dos años prorrogable automáticamente, salvo denuncia expresa de alguna de las partes.

Y para que conste a los efectos oportunos, en prueba de conformidad, las partes firman el presente documento.

NATIVA do BRASIL
(41)3282-7488 / 96378863

D. Marcelo Lubas
Director-Presidente da NATIVA do BRASIL

AIDIMA

Fdo. D.

Fdo. D. Mariano Pérez Campos
Director de AIDIMA



Logística Reversa

www.afukuoka.com.br (41) 9976-3321

RESÍDUOS PERIGOSOS, TÓXICOS E ESPECIAIS: LÂMPADAS FLUORESCENTES; PILHAS; BATERIAS DE CELULARES; BATERIAS VEICULARES; REATORES DE LUMINÁRIAS; MEDICAMENMTOS VENCIDOS; BITUCAS CIGARRO; ÓLEO DE FRITURA; ELETRONICOS E INFORMATICA; CHAPAS RAIO X; LATAS TINTAS E SOLVENTES; ISOPOR; BANNERES E FAIXAS DE LONA; VIDROS;

NATIVA do BRASIL 1

Termo de Cooperação Técnica, Científica, Operacional, Administrativa e Financeira que entre si celebram a **ASSOCIAÇÃO FUKUOKA INSTITUTO DE ESTUDOS, PESQUISAS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS TECNOLÓGICAS, GESTÃO E EDUCAÇÃO AMBINETAL, SOCIAIS E CULTURAIS,** e a **NATIVA DO BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA.**

A **ASSOCIAÇÃO FUKUOKA INSTITUTO DE ESTUDOS, PESQUISAS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS, TECNOLÓGICA, GESTÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL, SOCIAIS E CULTURAIS**, fundada em 01 de janeiro de 1985, inscrita no CNPJ sob nº 81.190.100/0001-20, Inscrição Estadual Isenta, declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 17.703, de 07 de outubro de 2013, de Utilidade Pública Municipal (Curitiba) pela Lei nº 14.147, de 20 de novembro de 2012, com sede à Rua Simão Brante, 930 – bairro Uberaba – CEP 81570-340 – Curitiba – Paraná; escritório na Al. Dr. Muricy, 474 – 4º andar – sala 42a – Centro – CEP 80010-120 – Curitiba – Paraná; sede balneária no Balneário Barra do Saí, município de Itapoá – Santa Catarina, neste ato representada pelo **Diretor Presidente JOSÉ RAUL IMOTO**, portador da Carteira de Identidade Civil RG nº 2.083.309 SSP/IIPR e CPF nº 316.450.629-53 e pelo **Diretor de Meio Ambiente EDSON SADAO IMOTO**, portador da Carteira de Identidade Civil RG 1.006.848 SSP/IIPR, CPF 161.048.119-49, doravante denominada **FUKUOKA** e, a empresa **NATIVA DO BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA.**, fundada em 10 de janeiro de 2007, inscrita no CNPJ sob nº 08.648.607/0001-94, Inscrição Estadual Isenta, Inscrição Municipal nº 3096-1, com sede à Rua Nicolau Pampuch, 188 – CEP 83045-280 – município de São José dos Pinhais – Paraná, neste ato representada pelo **Sócio Proprietário e Administrador Engenheiro MARCELO LUBAS**, portador da Carteira de Identidade Civil RG 4.164.583-0 SSP/IIPR, CPF 610.572.319-91, doravante denominada **NATIVA DO BRASIL**, resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação Técnica, Científica, Operacional, Administrativa e Financeira, cujo escopo é apresentado nas cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO:

1.1. O presente Termo de Cooperação tem por finalidade o estabelecimento de um protocolo de cooperação técnica, científica, operacional, administrativa e financeira entre a **FUKUOKA** e a **NATIVA DO BRASIL** para o desenvolvimento conjunto de projetos de pesquisa, estudos, levantamentos, implantação e monitoramento dos mesmos, visando atender atividades e projetos de desenvolvimento socioambiental, de tecnologia, de preservação e conservação de recursos naturais, de educação ambiental, de treinamento, de difusão tecnológica, de realização de palestras e eventos, de publicação de artigos e outros materiais de divulgação na área de interesse das partes, bem como realizar outras atividades que beneficiem mutuamente as partes cooperadas.

CLÁUSULA 2ª – DA FORMA DE ATUAÇÃO:

2.1. Este Termo de Cooperação tem um caráter de formalizar a cooperação entre as partes de forma genérica, permitindo que estas possam se manifestar como entidades cooperadas e desfrutar dos benefícios que a parceria traz na execução conjunta de programas, projetos e serviços e/ou pesquisas, tecnologia e implantação de programas e projetos ambientais, tecnológicos, sociais, culturais, e de outras áreas afins.

2.2. Para cada projeto ou serviço que venha eventualmente a ser executado em parceria entre ambas, será elaborado um Termo Aditivo, onde deverão constar as responsabilidades, atribuições, deveres e direitos de cada uma, bem como o objeto dos programas, projetos e serviços e/ou pesquisas e seus detalhes técnicos, operacionais, administrativos e financeiros.

CLÁUSULA 3ª – DA COORDENAÇÃO:

3.1. Para cada Termo Aditivo será designado um Coordenador pela **FUKUOKA** e outro pela **NATIVA DO BRASIL** os quais deverão nomear os demais profissionais e técnicos envolvidos, quando for o caso, bem como determinar as rotinas de trabalho.

CLÁUSULA 4ª – DOS RECURSOS FINANCEIROS:

4.1. O presente Termo de Cooperação não estabelece diretrizes de atuação em relação a proporcionalidade de valores e repasses, que serão nominados na elaboração de Termos Aditivos.

Este Termo de Cooperação não prevê repasse de recursos ou outra forma de remuneração entre as partes, nem cria passivos ou dívidas de qualquer espécie.

Toda e qualquer dotação ou utilização de recursos financeiros e materiais deverão ser alvos de formalização nos Termos Aditivos específicos, conforme prescreve a Cláusula 2ª deste instrumento.

CLÁUSULA 5ª – DA VIGÊNCIA:

5.1. O presente Termo de Cooperação terá vigência de 4 (quatro) anos a contar da data de sua assinatura, podendo ser renovado se houver interesse de ambas as partes, por novos períodos sucessivos.

CLÁUSULA 6ª – DA RESCISÃO:

6.1. O presente Termo de Cooperação poderá ser rescindido, independentemente de aviso judicial ou extrajudicial, apenas com um comunicado por escrito por uma das partes à outra, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, garantidos os compromissos e obrigações assumidos no período deste Termo e de seus Aditivos.

CLÁUSULA 7ª – DO FORO:

7.1. Fica eleito o foro de Curitiba para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Cooperação.

E por estarem de acordo com os termos deste instrumento, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

Curitiba, 22 setembro de 2014

ASSOCIAÇÃO FUKUOKA INSTITUTO de Estudos, Pesquisas e Soluções Ambientais, Tecnológicas, Gestão e Educação Ambiental, Sociais e Culturais José Raul Imoto Diretor Presidente	ASSOCIAÇÃO FUKUOKA INSTITUTO de Estudos, Pesquisas e Soluções Ambientais, Tecnológicas, Gestão e Educação Ambiental, Sociais e Culturais Elson Sadao Imoto Diretor do Meio Ambiente	NATIVA DO BRASIL Pesquisa, Tecnologia e Desenvolvimento Ltda. Marcelo Lubas Sócio Proprietário

TESTEMUNHAS:

Assinatura: Nome: RG	Assinatura: Nome: RG

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DA TERRA, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL
DIRECÇÃO NACIONAL DE FLORESTAS

Exmo Senhor:
Marcelo Lubas

São José dos Pinhais - Brasil

N/Refª 637 /MITADER/DINAF/993/2016 Maputo, aos 06 de Julho de 2016

Assunto: **Convite para uma visita de Trabalho.**

Os recursos florestais revestem-se de grande importância económica, social, cultural, ambiental e científica, para actual e futura geração dos moçambicanos, como fonte de geração de emprego e renda, contribuindo significativamente na balança de pagamentos e no desenvolvimento do país; com cerca de 40 milhões de hectares de floresta, dos quais cerca de 27 milhões de hectares com potencial para exploração de madeira.

Relativamente à indústria florestal nacional, esta caracteriza-se, em geral, por ter fraca capacidade de processamento, possuir equipamento obsoleto, com baixos níveis de rendimento (45%), sendo a madeira serrada de baixa qualidade quando comparada os padrões de processamento exigido a nível nacional e internacional;

Com base no resultado do Diagnóstico do sector Industrial de Moçambique, realizado pelo Governo através do Ministério da indústria e Comércio e a Ernest & Young no final do ano 2015, a Empresa Nativa do Brasil – Pesquisa, Tecnologia e Desenvolvimento Ltda, propôs a apresentação de um programa de Modernização do Sector da Madeira e de Móveis de Moçambique, a ser realizado em Maputo.

Assim, a DINAF vem através desta convidar o Senhor **Marcelo Lubas,** Director Técnico da empresa Nativa do Brasil, com o Passaporte Nº: FI219786, emitido a 24.06.2013 e válido até 23.06.2018, para realizar uma visita de trabalho de 20 (vinte) dias a Moçambique (de ***28 de Agosto a 16 de Setembro de 2016***), para apresentar a proposta de projecto acima referido.

Atenciosamente

O Director Nacional

Xavier Sakambouera Sailors
(Docente N1)

Avenida Josina Machel 537, CP 288. Telefones: 21302555, Faxe: 21321804, Maputo.

ApexBrasil
AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS

Brasília-DF, 25 de julho de 2016

CARTA APEX-BRASIL Nº: 698/2016

Assunto: Participação da empresa NATIVA BRASIL na Feira FACIM 2016

A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) irá realizar de 29 de agosto a 04 de setembro de 2016 a participação brasileira na **Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Moçambique - FACIM 2016**, com o objetivo de promover a parceria comercial entre o Brasil e Moçambique na maior feira multissetorial de negócios daquele país.

Informamos que a **Nativa Brasil** representada pelo Sr. MARCELO LUBAS, passaporte FI 219786, validade 23/06/2018, participará da referida feira como expositor brasileiro.

Atenciosamente,

Diogo Bar Akitaya

Diogo Akitaya
Supervisor
Coordenação de Promoção de Negócios

SBN Quadra 2 | Lote 11
Ed. Apex-Brasil
70040-020 | Brasília DF | Brasil
Tel.: +55 61 3426 0202
Fax: + 55 61 3426 0263
www.apexbrasil.com.br

MOZAICO DO ÍNDIGO
desenvolvendo destinos turísticos
MOZAMBIQUE

NATIVA do BRASIL
Projetos de Responsabilidade Social e Ambiental

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL QUE FAZEM ENTRE SI A MOZAICO DO ÍNDIGO e a NATIVA DO BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

A **MOZAICO DO ÍNDIGO** com sede na Av. 25 de Setembro N° 1383, 4º Andar, Porta 403 – Maputo – Moçambique, doravante denominada **MOZAICO,** neste ato representada por Evaristo Madime, e por outro lado, a **NATIVA do BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA,** CNPJ nº 08.648.607/0001-94, com sede à Rua Nicolau Pampuch, 188, município de São José dos Pinhais – Paraná - Brasil, doravante denominada **NATIVA do BRASIL**, neste ato representada por Marcelo Lubas, resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação cujo conteúdo é apresentado nas cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O presente Termo de Cooperação tem por finalidade o estabelecimento de um protocolo de cooperação entre a **MOZAICO** e a **NATIVA do BRASIL** para a realização de projetos, serviços, palestras, eventos, treinamentos, publicação de artigos e outros materiais de divulgação, na área de interesse de ambas as partes, bem como realizar outras atividades que beneficiem mutuamente as partes cooperadas.

Parágrafo primeiro: Será dada prioridade para elaboração e realização de projetos de Inovação e Sustentabilidade na área de Responsabilidade Social e Ambiental, da qual é o *expertise* da **NATIVA do BRASIL,** e que possam estimular o interesse e a atração turística, da qual é o expertise da **MOZAICO.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE ATUAÇÃO:

2.1. Este Termo de Cooperação tem um caráter de formalizar a Cooperação entre as partes de forma genérica, permitindo que estas possam se manifestar como entidades cooperadas e desfrutar dos benefícios que a parceria traz na execução conjunta de projetos, serviços, palestras, eventos, treinamentos e na promoção e realização de atividades em conjunto.

2.2. Para cada projeto, atividade, palestra, evento, treinamento, ou serviço que venha a ser executado em parceria entre ambas as partes, deverá ser elaborado um Termo Aditivo, onde deverão constar as

responsabilidades, atribuições, deveres e direitos de cada uma, bem como o objeto da atividade ou serviço e seus detalhes técnicos, financeiros e operacionais, quando houver.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA COORDENAÇÃO:

3.1. Para cada Termo Aditivo será designado um Coordenador pela **MOZAICO** e outro pela **NATIVA do BRASIL** os quais deverão nomear os demais participantes e/ou profissionais e técnicos envolvidos, quando for o caso, bem como determinar as rotinas de trabalho do evento, palestra ou atividade prevista para ser realizada.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS:

4.1. O presente Termo de Cooperação não prevê por si só repasse de recursos ou outra forma de remuneração entre as partes, nem cria passivos ou dívidas de qualquer espécie. Toda e qualquer dotação ou utilização de recursos financeiros e materiais deverá ser alvo de formalização nos Termos Aditivos específicos, conforme prescreve a Cláusula Segunda deste instrumento.

4.2 O presente Termo de Cooperação, por outro lado, estabelece, de comum acordo, que os resultados financeiros dos serviços e projetos (lucro), devidamente após serem retirados os custos, sejam repartidos igualmente entre a **MOZAICO** e a **NATIVA do BRASIL, na proporção de 50% a 50%.**

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA:

5.1. O presente Termo de Cooperação terá vigência de 4 anos a contar da data de sua assinatura, podendo ser renovado se houver interesse de ambas as partes.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

6.1. O presente Termo de Cooperação poderá ser rescindido, independentemente de aviso judicial ou extrajudicial, apenas com um comunicado por escrito por uma das partes à outra, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, garantidos os compromissos e obrigações assumidos no período deste Termo e de seus Aditivos.

MOZAICO DO ÍNDIGO
desenvolvendo destinos turísticos
MOZAMBIQUE

NATIVA do BRASIL
Projetos de Responsabilidade Social e Ambiental

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMALIZAÇÃO:

7.1. Para que se conste os efeitos deste instrumento em prova de conformidade, as partes firmam o presente documento.

E por estarem de acordo com os termos deste instrumento, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

Maputo – Moçambique / Curitiba - Brasil, 01 de julho de 2015

Evaristo Madime
Mozaico do Índigo - Director Geral
Moçambique

Marcelo Lubas
Nativa do Brasil - Diretor
Brasil

08.648.607/0001-94
NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA
RUA NICOLAU PAMPUCH, 1...
AFONSO PENA - CEP 83045-280
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS-PR

TESTEMUNHAS:

Assinatura:	Assinatura:
Nome: Fibarena Paule Intimane	Nome: LEILA CRISTINA DA A. LUBAS
RG:	RG: 5651301-9 / PR

NATIVA do BRASIL
(41)3282-7488 / 96378863

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720211566962

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: ENGENHEIRO FLORESTAL

RNP: 1702473163
Carteira: PR-23078/D
Registro/Visto: 61084

Empresa Contratada: NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

2. Dados do Contrato

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ — CNPJ: 75.381.178/0001-29

PRAÇA PROFESSOR PEDRO FECCHIO, 248
CENTRO - SAO TOME/PR 87220-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 30/03/2021

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

PRAÇA PROFESSOR PEDRO FECCHIO, 248
CENTRO - SAO TOME/PR 87220-000

Data de Início: 30/03/2021 Previsão de término: 30/05/2021 Coordenadas Geográficas: -23,534858 x -52,588183

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ — CNPJ: 75.381.178/0001-29

4. Atividade Técnica

Execução	Quantidade	Unidade
[Projeto] *de estudos ambientais*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Implantação do Sistema Metodológico REBAPP ICMS Ecológico municipal e capacitação - Município de São Tomé - PR

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 30/03/2021 e hora 11h10.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ - CNPJ: 75.381.178/0001-29

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR

Valor da ART: R$ 155,38 Registrada em : 07/04/2021 Valor Pago: R$ 155,38 Nosso número: 2410101720211566962

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720212927470

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**
Carteira: **PR-23078/D**
Registro/Visto: **61084**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ** CNPJ: **75.788.349/0001-39**

AV. BOLÍVAR, 363
CENTRO - JAPURA/PR 87225-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 15/06/2021

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

AV. BOLÍVAR, 363
CENTRO - JAPURA/PR 87225-000

Data de Início: 15/06/2021 Previsão de término: 15/07/2021 Coordenadas Geográficas: -23,471279 x -52,559074

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ CNPJ: **75.788.349/0001-39**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de controle de qualidade ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Implantação do sistema metodológico REBAPP ICMS Ecológico/Plano PMIC - Município de Japurá-PR

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 15/06/2021 e hora 17h27.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ - CNPJ: 75.788.349/0001-39

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R$ 155,38 Registrada em : 23/06/2021 Valor Pago: R$ 155,38 Nosso número: 2410101720212927470

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720212927829

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: ENGENHEIRO FLORESTAL

RNP: 1702473163
Carteira: PR-23078/D
Registro/Visto: 61084

Empresa Contratada: NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

2. Dados do Contrato

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON
CNPJ: 75.380.071/0001-66

AV PARANÁ, 155
CENTRO - RONDON/PR 87800-000

Contrato: (Sem número)
Celebrado em: 15/06/2021
Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

AV PARANÁ, 155
CENTRO - RONDON/PR 87800-000

Data de Início: 15/06/2021
Previsão de término: 15/07/2021
Coordenadas Geográficas: -23,415726 x -52,765313

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON
CNPJ: 75.380.071/0001-66

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de controle de qualidade ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Implantação do sistema metodológico REBAPP ICMS Ecológico/Plano PMIC - Município de Rondon-PR

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 15/06/2021 e hora 17h36.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON - CNPJ: 75.380.071/0001-66

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R$ 155,38 | Registrada em : 23/06/2021 | Valor Pago: R$ 155,38 | Nosso número: 2410101720212927829

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720213282473

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: ENGENHEIRO FLORESTAL

RNP: 1702473163
Carteira: PR-23078/D
Registro/Visto: 61084

Empresa Contratada: NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

2. Dados do Contrato

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL — CNPJ: 76.205.970/0001-95

R EXPEDICIONARIO JOAO MARIA, 1020
CENTRO - LARANJEIRAS DO SUL/PR 85301-410

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 05/07/2021

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

R EXPEDICIONARIO JOAO MARIA, 1020
CENTRO - LARANJEIRAS DO SUL/PR 85301-410

Data de Início: 05/07/2021 Previsão de término: 05/09/2021 Coordenadas Geográficas: -25,400865 x -52,413787

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL — CNPJ: 76.205.970/0001-95

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Implantação do Plano PMIC: Plano Municipal do ICMS Ecológico - Laranjeiras do Sul - concepção registrada.

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 05/07/2021 e hora 19h29.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL - CNPJ: 76.205.970/0001-95

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR

Valor da ART: R$ 155,38 Registrada em : 06/07/2021 Valor Pago: R$ 155,38 Nosso número: 2410101720213282473

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

CREA-PR

ART de Obra ou Serviço
1720213324141

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**
Carteira: **PR-23078/D**
Registro/Visto: **61084**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU** CNPJ: **95.589.230/0001-44**

AV 13 DE MAIO, 906
CENTRO - CRUZEIRO DO IGUACU/PR 85598-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 07/07/2021

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

AV 13 DE MAIO, 906
CENTRO - CRUZEIRO DO IGUACU/PR 85598-000

Data de Início: 07/07/2021 Previsão de término: 07/09/2021 Coordenadas Geográficas: -25,614628 x -53,129867

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU CNPJ: **95.589.230/0001-44**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Implantação do Plano PMIC: Plano Municipal do ICMS Ecológico - Cruzeiro do Iguaçu - concepção registrada.

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 07/07/2021 e hora 10h58.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - CNPJ: 95.589.230/0001-44

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R$ 155,38 Registrada em : 07/07/2021 Valor Pago: R$ 155,38 Nosso número: 2410101720213324141

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720213639037

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**
Carteira: **PR-23078/D**
Registro/Visto: **61084**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANOEL DO PARANÁ** CNPJ: **80.909.617/0001-63**

PRAÇA PARANÁ, 50
CENTRO - SAO MANOEL DO PARANA/PR 87215-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 26/07/2021

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

PRAÇA PARANÁ, 50
CENTRO - SAO MANOEL DO PARANA/PR 87215-000

Data de Início: 26/07/2021 **Previsão de término:** 26/09/2021 **Coordenadas Geográficas:** -23,395649 x -52,644771

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANOEL DO PARANÁ CNPJ: **80.909.617/0001-63**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Implantação do Plano PMIC: Plano Municipal do ICMS Ecológico - São Manoel do Paraná - PMIC nº 007/399 registr.

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 26/07/2021 e hora 08h51.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANOEL DO PARANÁ - CNPJ: 80.909.617/0001-63

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R$ 155,38 **Registrada em : 26/07/2021** **Valor Pago: R$ 155,38** **Nosso número: 2410101720213639037**

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720213779882

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**
Carteira: **PR-23078/D**
Registro/Visto: **61084**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI** CNPJ: **95.684.478/0001-94**

RUA XV DE NOVEMBRO, 1761
CACIQUE CANDÓI - CANDOI/PR 85140-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 02/08/2021

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA XV DE NOVEMBRO, 1761
CACIQUE CANDÓI - CANDOI/PR 85140-000

Data de Início: 02/08/2021 Previsão de término: 02/10/2021 Coordenadas Geográficas: -25,568501 x -52,052226

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI CNPJ: **95.684.478/0001-94**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração do PMIC - Plano Municipal do ICMS Ecológico de Candói - PMIC nº 008/399 registr.

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 02/08/2021 e hora 15h14.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - CNPJ: 95.684.478/0001-94

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R$ 155,38 Registrada em : 02/08/2021 Valor Pago: R$ 155,38 Nosso número: 2410101720213779882

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720213958884

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**
Carteira: **PR-23078/D**
Registro/Visto: **61084**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE** CNPJ: **76.247.329/0001-13**

RUA SANTA CATARINA, 409
CENTRO - TUNEIRAS DO OESTE/PR 87450-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 11/08/2021

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA SANTA CATARINA, 409
CENTRO - TUNEIRAS DO OESTE/PR 87450-000

Data de Início: 11/08/2021 Previsão de término: 11/10/2021 Coordenadas Geográficas: -23,871426 x -52,873697

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE CNPJ: **76.247.329/0001-13**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Implantação Plano PMIC -Plano Municipal do ICMS Ecológico de Tuneiras do Oeste -PMIC 009/399 Concepção regist.

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 11/08/2021 e hora 11h01.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE - CNPJ: 76.247.329/0001-13

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R$ 155,38 Registrada em : 11/08/2021 Valor Pago: R$ 155,38 Nosso número: 24101017202139588 84

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720214152786

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**
Carteira: **PR-23078/D**
Registro/Visto: **61084**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU** CNPJ: **95.587.770/0001-99**

RUA SETE DE SETEMBRO, 720
CENTRO - RIO BONITO DO IGUACU/PR 85340-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 21/08/2021

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA SETE DE SETEMBRO, 720
CENTRO - RIO BONITO DO IGUACU/PR 85340-000

Data de Início: 21/08/2021 Previsão de término: 21/10/2021 Coordenadas Geográficas: -25,493304 x -52,529549

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU CNPJ: **95.587.770/0001-99**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Implantação Plano PMIC -Plano Municipal do ICMS Ecológico de Rio Bonito do Iguaçu -PMIC 010/399 Concep. Reg.

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 21/08/2021 e hora 11h42.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU - CNPJ: 95.587.770/0001-99

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR

Valor da ART: R$ 155,38 Registrada em : 23/08/2021 Valor Pago: R$ 155,38 Nosso número: 2410101720214152786

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720214341678

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**
Carteira: **PR-23078/D**
Registro/Visto: **61084**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRMOND** CNPJ: **95.587.622/0001-74**

AV. XV DE NOVEMBRO, 608
CENTRO - VIRMOND/PR 85390-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 01/09/2021

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

AV. XV DE NOVEMBRO, 608
CENTRO - VIRMOND/PR 85390-000

Data de Início: 01/09/2021 **Previsão de término:** 01/11/2021 **Coordenadas Geográficas:** -25,381183 x -52,200456

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRMOND CNPJ: **95.587.622/0001-74**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração do PMIC - Plano Municipal do ICMS Ecológico de Virmond - PMIC nº 011/399 registr.

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 01/09/2021 e hora 09h23.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRMOND - CNPJ: 95.587.622/0001-74

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R$ 88,78 **Registrada em : 01/09/2021** **Valor Pago: R$ 88,78** **Nosso número: 2410101720214341678**

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720214543050

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**
Carteira: **PR-23078/D**
Registro/Visto: **61084**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO** CNPJ: **78.279.981/0001-45**

RUA CINDERELA, 379
CENTRO - CANTAGALO/PR 85160-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 13/09/2021

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA CINDERELA, 379
CENTRO - CANTAGALO/PR 85160-000

Data de Início: 13/09/2021 Previsão de término: 13/11/2021 Coordenadas Geográficas: -25,372223 x -52,127052

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO CNPJ: **78.279.981/0001-45**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração do PMIC - Plano Municipal do ICMS Ecológico de Cantagalo - PMIC nº 012/399 regist.

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 13/09/2021 e hora 08h34.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO - CNPJ: 78.279.981/0001-45

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R$ 155,38 Registrada em : 13/09/2021 Valor Pago: R$ 155,38 Nosso número: 2410101720214543050

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720214609166

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**
Carteira: **PR-23078/D**
Registro/Visto: **61084**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS** CNPJ: **76.208.842/0001-03**

AV DOS PIONEIROS, 500
CENTRO - CATANDUVAS/PR 85470-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 15/09/2021

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

AV DOS PIONEIROS, 500
CENTRO - CATANDUVAS/PR 85470-000

Data de Início: 15/09/2021 Previsão de término: 15/11/2021 Coordenadas Geográficas: -25,20638 x -53,152345

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS CNPJ: **76.208.842/0001-03**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração do PMIC - Plano Municipal do ICMS Ecológico do município de Catanduvas - PMIC nº 013/399 registr.

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 15/09/2021 e hora 11h03.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- CNPJ: 76.208.842/0001-03

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR

Valor da ART: R$ 155,38 Registrada em : 15/09/2021 Valor Pago: R$ 155,38 Nosso número: 2410101720214609166

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720214725697

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**
Carteira: **PR-23078/D**
Registro/Visto: **61084**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE VERÊ** CNPJ: **75.636.530/0001-20**

RUA PIONEIRO ANTÔNIO FABIANE, 316
CENTRO - VERE/PR 85585-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 21/09/2021

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA PIONEIRO ANTÔNIO FABIANE, 316
CENTRO - VERE/PR 85585-000

Data de Início: 21/09/2021 **Previsão de término:** 21/11/2021 **Coordenadas Geográficas:** -25,878477 x -52,905041

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE VERÊ CNPJ: **75.636.530/0001-20**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração do PMIC - Plano Municipal do ICMS Ecológico do município de Verê - PMIC nº 014/399 registr.

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 21/09/2021 e hora 12h32.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERÊ - CNPJ: 75.636.530/0001-20

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R$ 155,38 Registrada em : 21/09/2021 Valor Pago: R$ 155,38 Nosso número: 2410101720214725697

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720214992601

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: ENGENHEIRO FLORESTAL

RNP: 1702473163
Carteira: PR-23078/D
Registro/Visto: 61084

Empresa Contratada: NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

2. Dados do Contrato

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU — CNPJ: 95.589.255/0001-48

RUA DEMÉTRIO PINZÓN, 16
CENTRO - BOA ESPERANCA DO IGUACU/PR 85680-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 04/10/2021

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA DEMÉTRIO PINZÓN, 16
CENTRO - BOA ESPERANCA DO IGUACU/PR 85680-000

Data de Início: 04/10/2021 Previsão de término: 04/12/2021 Coordenadas Geográficas: -25,634919 x -53,216276

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU — CNPJ: 95.589.255/0001-48

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração do PMIC - Plano Municipal do ICMS Ecológico de Boa Esperança do Iguaçu - PMIC nº 015/399 registr.

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 04/10/2021 e hora 15h23.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU - CNPJ: 95.589.255/0001-48

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R$ 155,38 Registrada em : 05/10/2021 Valor Pago: R$ 155,38 Nosso número: 2410101720214992601

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720214993276

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**
Carteira: **PR-23078/D**
Registro/Visto: **61084**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPÊRE** CNPJ: **77.817.054/0001-79**

RUA MARINGÁ, 279
CENTRO - AMPERE/PR 85640-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 04/10/2021

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA MARINGÁ, 279
CENTRO - AMPERE/PR 85640-000

Data de Início: 04/10/2021 **Previsão de término:** 04/12/2021 **Coordenadas Geográficas:** -25,918454 x -53,475157

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPÊRE CNPJ: **77.817.054/0001-79**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração do PMIC - Plano Municipal do ICMS Ecológico do município de Ampére - PMIC nº 016/399 - registr.

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 04/10/2021 e hora 15h36.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPÊRE - CNPJ: 77.817.054/0001-79

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R$ 233,94 Registrada em : 05/10/2021 Valor Pago: R$ 233,94 Nosso número: 24101017202149932 76

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720214994159

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**
Carteira: **PR-23078/D**
Registro/Visto: **61084**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE** CNPJ: **75.927.582/0001-55**

AVENIDA BRASIL, 1431
CENTRO - SANTO ANTONIO DO SUDOESTE/PR 85710-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 04/10/2021

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

AVENIDA BRASIL, 1431
CENTRO - SANTO ANTONIO DO SUDOESTE/PR 85710-000

Data de Início: 04/10/2021 Previsão de término: 04/12/2021 Coordenadas Geográficas: -24,237301 x -51,669153

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE CNPJ: **75.927.582/0001-55**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração do PMIC - Plano Municipal do ICMS Ecológico de Santo Antônio do Sudoeste - PMIC nº 017/399 registr.

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 04/10/2021 e hora 15h45.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE - CNPJ: 75.927.582/0001-55

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR

Valor da ART: R$ 233,94 Registrada em : 05/10/2021 Valor Pago: R$ 233,94 Nosso número: 2410101720214994159

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720215440530

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**
Carteira: **PR-23078/D**
Registro/Visto: **61084**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BONITO** CNPJ: **80.869.621/0001-45**

RUA PREFEITO DARCISIO ROBERTO GRASSI, 252
CENTRO - CAMPO BONITO/PR 85450-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 28/10/2021

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA PREFEITO DARCISIO ROBERTO GRASSI, 252
CENTRO - CAMPO BONITO/PR 85450-000

Data de Início: 28/10/2021 **Previsão de término:** 28/12/2021 **Coordenadas Geográficas:** -25,033334 x -52,994724

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BONITO CNPJ: **80.869.621/0001-45**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração do PMIC - Plano Municipal do ICMS Ecológico de Campo Bonito - PMIC nº 018/399 registr.

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 28/10/2021 e hora 09h22.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BONITO - CNPJ: 80.869.621/0001-45

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR

Valor da ART: R$ 155,38 **Registrada em : 03/11/2021** **Valor Pago: R$ 155,38** **Nosso número: 2410101720215440530**

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720215442079

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**
Carteira: **PR-23078/D**
Registro/Visto: **61084**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA** CNPJ: **75.378.844/0001-70**

RUA PARÁ, 86
CENTRO - GUAPOREMA/PR 87810-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 28/10/2021

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA PARÁ, 86
CENTRO - GUAPOREMA/PR 87810-000

Data de Início: 28/10/2021 Previsão de término: 28/12/2021 Coordenadas Geográficas: -23,337393 x -52,777669

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA CNPJ: **75.378.844/0001-70**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração do PMIC - Plano Municipal do ICMS Ecológico do município de Guaporema - PMIC nº 019/399 registr.

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 28/10/2021 e hora 10h01.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA - CNPJ: 75.378.844/0001-70

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R$ 155,38 Registrada em : 03/11/2021 Valor Pago: R$ 155,38 Nosso número: 2410101720215442079

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720215442532

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**
Carteira: **PR-23078/D**
Registro/Visto: **61084**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA** CNPJ: **76.206.457/0001-19**

RUA PARAGUAI, 1401
CENTRO - SANTA HELENA/PR 85892-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 28/10/2021

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA PARAGUAI, 1401
CENTRO - SANTA HELENA/PR 85892-000

Data de Início: 28/10/2021 **Previsão de término:** 28/12/2021 **Coordenadas Geográficas:** -24,858878 x -54,333154

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA CNPJ: **76.206.457/0001-19**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração do PMIC - Plano Municipal do ICMS Ecológico do município de Santa Helena - PMIC nº 20/399 registr.

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 28/10/2021 e hora 10h11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA - CNPJ: 76.206.457/0001-19

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R$ 155,38 **Registrada em : 03/11/2021** **Valor Pago: R$ 155,38** **Nosso número: 2410101720215442532**

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720215803225

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**
Carteira: **PR-23078/D**
Registro/Visto: **61084**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU** CNPJ: **76.206.606/0001-40**

PC GETULIO VARGAS, 280
CENTRO - FOZ DO IGUACU/PR 85851-340

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 17/11/2021

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

PC GETULIO VARGAS, 280
CENTRO - FOZ DO IGUACU/PR 85851-340

Data de Início: 17/11/2021 **Previsão de término:** 17/01/2022 **Coordenadas Geográficas:** -25,545867 x -54,588653

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU CNPJ: **76.206.606/0001-40**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração do PMIC - Plano Municipal do ICMS Ecológico do município de Foz do Iguaçu -PMIC nº 021/399 registr.

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 17/11/2021 e hora 10h20.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU - CNPJ: 76.206.606/0001-40

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R$ 155,38 **Registrada em : 17/11/2021** **Valor Pago: R$ 155,38** **Nosso número: 2410101720215803225**

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720215986125

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: ENGENHEIRO FLORESTAL

RNP: 1702473163
Carteira: PR-23078/D
Registro/Visto: 61084

Empresa Contratada: NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

2. Dados do Contrato

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA — CNPJ: 95.725.057/0001-64

RUA SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, 1891
CENTRO - ITAIPULANDIA/PR 85880-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 25/11/2021

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, 1891
CENTRO - ITAIPULANDIA/PR 85880-000

Data de Início: 25/11/2021 Previsão de término: 25/01/2022 Coordenadas Geográficas: -25,141559 x -54,299099

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA — CNPJ: 95.725.057/0001-64

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração do PMIC - Plano Municipal do ICMS Ecológico do Município de Itaipulândia - PMIC nº 022/399 registr.

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 25/11/2021 e hora 16h41.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA - CNPJ: 95.725.057/0001-64

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR

Valor da ART: R$ 155,38 Registrada em : 25/11/2021 Valor Pago: R$ 155,38 Nosso número: 2410101720215986125

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720216306306

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**
Carteira: **PR-23078/D**
Registro/Visto: **61084**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL** CNPJ: **95.589.271/0001-30**

R. JOÃO ARISI, 115
CENTRO - FLOR DA SERRA DO SUL/PR 85618-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 09/12/2021

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

R. JOÃO ARISI, 115
CENTRO - FLOR DA SERRA DO SUL/PR 85618-000

Data de Início: 09/12/2021 **Previsão de término:** 09/03/2022 **Coordenadas Geográficas:** -26,256041 x -53,309786

Finalidade: Ambiental

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL** CNPJ: **95.589.271/0001-30**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração do PMIC - Plano Municipal do ICMS Ecológico de Flor da Serra do Sul - PMIC nº 023/399 registr.

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 09/12/2021 e hora 16h24.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL - CNPJ: 95.589.271/0001-30

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R$ 233,94 **Registrada em : 09/12/2021** **Valor Pago: R$ 233,94** **Nosso número: 2410101720216306306**

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720216330282

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**

Carteira: **PR-23078/D**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

Registro/Visto: **61084**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO**

CNPJ: **76.995.414/0001-60**

RUA MIGUEL PROCÓPIO KURPEL, 3811
SÃO MIGUEL - CHOPINZINHO/PR 85560-000

Contrato: **(Sem número)**

Celebrado em: **10/12/2021**

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira**

3. Dados da Obra/Serviço

RUA MIGUEL PROCÓPIO KURPEL, 3811
SÃO MIGUEL - CHOPINZINHO/PR 85560-000

Data de Início: 10/12/2021 **Previsão de término:** 10/03/2022 **Coordenadas Geográficas:** -25,8524 x -52,527315

Finalidade: Ambiental

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO**

CNPJ: **76.995.414/0001-60**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração do PMIC - Plano Municipal do ICMS Ecológico do município de Chopinzinho - PMIC nº 024/399 registr.

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 10/12/2021 e hora 16h00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO - CNPJ: 76.995.414/0001-60

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R$ 233,94 **Registrada em : 10/12/2021** **Valor Pago: R$ 233,94** **Nosso número: 2410101720216330282**

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720216421474

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: ENGENHEIRO FLORESTAL

RNP: 1702473163
Carteira: PR-23078/D
Registro/Visto: 61084

Empresa Contratada: NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

2. Dados do Contrato

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA — CNPJ: 76.995.455/0001-56

RUA ANGELO MEZZOMO, S/N
CENTRO - CORONEL VIVIDA/PR 85550-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 15/12/2021

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA ANGELO MEZZOMO, S/N
CENTRO - CORONEL VIVIDA/PR 85550-000

Data de Início: 15/12/2021 Previsão de término: 15/03/2022 Coordenadas Geográficas: -25,980078 x -52,563548

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA — CNPJ: 76.995.455/0001-56

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração do PMIC - Plano Municipal do ICMS Ecológico de Coronel Vivida - PMIC nº 025/399

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 15/12/2021 e hora 16h46.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA - CNPJ: 76.995.455/0001-56

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R$ 155,38 Registrada em : 15/12/2021 Valor Pago: R$ 155,38 Nosso número: 24101017202164214 74

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720220029427

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: ENGENHEIRO FLORESTAL

RNP: 1702473163
Carteira: PR-23078/D
Registro/Visto: 61084

Empresa Contratada: NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

2. Dados do Contrato

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAUDADE DO IGUAÇU — CNPJ: 95.585.477/0001-92

RUA FREI VITO BERSCHEID, 708
CENTRO - SAUDADE DO IGUACU/PR 85568-000

Contrato: (Sem número) — Celebrado em: 04/01/2022

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA FREI VITO BERSCHEID, 708
CENTRO - SAUDADE DO IGUACU/PR 85568-000

Data de Início: 04/01/2022 — Previsão de término: 04/04/2022 — Coordenadas Geográficas: -25,6915 x -52,617489

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAUDADE DO IGUAÇU — CNPJ: 95.585.477/0001-92

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração do PMIC - Plano Municipal do ICMS Ecológico de Saudade do Iguaçu - PMIC nº 026/399 - registr.

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 04/01/2022 e hora 08h46.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAUDADE DO IGUAÇU - CNPJ: 95.585.477/0001-92

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R$ 233,94 — Registrada em : 04/01/2022 — Valor Pago: R$ 233,94 — Nosso número: 2410101720220029427

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720220708162

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**
Carteira: **PR-23078/D**
Registro/Visto: **61084**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO** CNPJ: **76.995.422/0001-06**

AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 160
CENTRO - SAO JOAO/PR 85570-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 09/02/2022

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 160
CENTRO - SAO JOAO/PR 85570-000

Data de Início: 09/02/2022 **Previsão de término:** 09/05/2022 **Coordenadas Geográficas:** -25,823325 x -52,728877

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO CNPJ: **76.995.422/0001-06**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração do plano PMIC - Plano Municipal do ICMS Ecológico de São João - PMIC nº 027/399 Registr.

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 09/02/2022 e hora 19h24.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO - CNPJ: 76.995.422/0001-06

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R$ 233,94 **Registrada em : 10/02/2022** **Valor Pago: R$ 233,94** **Nosso número: 2410101720220708162**

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720220801030

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: ENGENHEIRO FLORESTAL

RNP: 1702473163
Carteira: PR-23078/D
Registro/Visto: 61084

Empresa Contratada: NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

2. Dados do Contrato

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO — CNPJ: 76.995.463/0001-00
RUA BARÃO DE CAPANEMA, 134
CENTRO - VITORINO/PR 85520-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 15/02/2022
Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA BARÃO DE CAPANEMA, 134
CENTRO - VITORINO/PR 85520-000

Data de Início: 15/02/2022 Previsão de término: 15/05/2022 Coordenadas Geográficas: -26,267975 x -52,782518
Finalidade: Ambiental
Proprietário: PREFEITURA MUNICIAL DE VITORINO — CNPJ: 76.995.463/0001-00

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração do plano PMIC - Plano Municipal do ICMS Ecológico de Vitorino - PMIC nº 028/399 Registr.

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 15/02/2022 e hora 11h54.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO - CNPJ: 76.995.463/0001-00

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R$ 233,94 Registrada em : 15/02/2022 Valor Pago: R$ 233,94 Nosso número: 2410101720220801030

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720221019816

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: ENGENHEIRO FLORESTAL

RNP: 1702473163
Carteira: PR-23078/D
Registro/Visto: 61084

Empresa Contratada: NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

2. Dados do Contrato

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA — CNPJ: 77.857.183/0001-90
AVENIDA CORONEL OTÁVIO TOSTA, 126
CENTRO - GUAIRA/PR 85980-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 25/02/2022

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

AVENIDA CORONEL OTÁVIO TOSTA, 126
CENTRO - GUAIRA/PR 85980-000

Data de Início: 25/02/2022 Previsão de término: 25/05/2022 Coordenadas Geográficas: -24,081862 x -54,254935

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA — CNPJ: 77.857.183/0001-90

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração do plano PMIC - Plano Municipal do ICMS Ecológico de Guaíra - PMIC nº 29/399 Registr.

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 25/02/2022 e hora 15h27.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA - CNPJ: 77.857.183/0001-90

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R$ 88,78 Registrada em : 25/02/2022 Valor Pago: R$ 88,78 Nosso número: 2410101720221019816

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720222218758

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: 1702473163
Carteira: PR-23078/D
Registro/Visto: 61084

Empresa Contratada: NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

2. Dados do Contrato

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA — CNPJ: 80.869.886/0001-43

RUA TUPINAMBÁ, 68
CENTRO - SULINA/PR 85565-000

Contrato: (Sem número) — Celebrado em: 28/04/2022

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA TUPINAMBÁ, 68
CENTRO - SULINA/PR 85565-000

Data de Início: 28/04/2022 — Previsão de término: 30/05/2022 — Coordenadas Geográficas: -25,702278 x -52,721252

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA — CNPJ: 80.869.886/0001-43

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração do plano PMIC - Plano Municipal do ICMS Ecológico de Sulina - PMIC nº 30/399 Registr.

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 28/04/2022 e hora 14h07.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA - CNPJ: 80.869.886/0001-43

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR

Valor da ART: R$ 88,78 — Registrada em : 28/04/2022 — Valor Pago: R$ 88,78 — Nosso número: 2410101720222218758

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720222579300

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**
Carteira: **PR-23078/D**
Registro/Visto: **61084**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA** CNPJ: **76.205.707/0001-04**

RUA PREFEITO NEURI BAÚ, 975
CENTRO - SALTO DO LONTRA/PR 85670-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 16/05/2022

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA PREFEITO NEURI BAÚ, 975
CENTRO - SALTO DO LONTRA/PR 85670-000

Data de Início: 16/05/2022 Previsão de término: 16/08/2022 Coordenadas Geográficas: -25,781681 x -53,30849

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA CNPJ: **76.205.707/0001-04**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração do plano PMIC - Plano Municipal do ICMS Ecológico de Salto do Lontra - PMIC nº 031/399 Registr.

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 16/05/2022 e hora 19h29.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA - CNPJ: 76.205.707/0001-04

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R$ 88,78 Registrada em : 17/05/2022 Valor Pago: R$ 88,78 Nosso número: 2410101720222579300

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720222579394

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**
Carteira: **PR-23078/D**
Registro/Visto: **61084**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA** CNPJ: **76.978.881/0001-81**

AVENIDA EUCLIDES DA CUNHA, 1120
CENTRO - TERRA RICA/PR 87890-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 16/05/2022

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

AVENIDA EUCLIDES DA CUNHA, 1120
CENTRO - TERRA RICA/PR 87890-000

Data de Início: 16/05/2022 Previsão de término: 16/08/2022 Coordenadas Geográficas: -22,726202 x -52,622926

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA CNPJ: **76.978.881/0001-81**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração do plano PMIC - Plano Municipal do ICMS Ecológico de Terra Rica - PMIC nº 032/399 Registr.

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 16/05/2022 e hora 19h36.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA - CNPJ: 76.978.881/0001-81

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR

Valor da ART: R$ 88,78 Registrada em : 17/05/2022 Valor Pago: R$ 88,78 Nosso número: 2410101720222579394

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720222991406

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**
Carteira: **PR-23078/D**
Registro/Visto: **61084**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS** CNPJ: **01.614.343/0001-09**

RUA ENCANTILADO, 11
CENTRO - MANFRINOPOLIS/PR 85628-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 07/06/2022

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA ENCANTILADO, 11
CENTRO - MANFRINOPOLIS/PR 85628-000

Data de Início: 07/06/2022 **Previsão de término:** 07/09/2022 **Coordenadas Geográficas:** -26,144857 x -53,313457

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS CNPJ: **01.614.343/0001-09**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração do plano PMIC - Plano Municipal do ICMS Ecológico de Manfrinópolis - PMIC nº033/399 Registr.

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 07/06/2022 e hora 10h13.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS - CNPJ: 01.614.343/0001-09

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R$ 88,78 **Registrada em : 07/06/2022** **Valor Pago: R$ 88,78** **Nosso número: 2410101720222991406**

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720222991660

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: ENGENHEIRO FLORESTAL

RNP: 1702473163
Carteira: PR-23078/D
Registro/Visto: 61084

Empresa Contratada: NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

2. Dados do Contrato

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU — CNPJ: 78.103.884/0001-05

RUA VEREADOR VALMOR GOMES, 1159
CENTRO - NOVA PRATA DO IGUACU/PR 85685-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 07/06/2022

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA VEREADOR VALMOR GOMES, 1159
CENTRO - NOVA PRATA DO IGUACU/PR 85685-000

Data de Início: 07/06/2022 Previsão de término: 07/09/2022 Coordenadas Geográficas: -25,633175 x -53,350034

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU — CNPJ: 78.103.884/0001-05

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração plano PMIC - Plano Municipal do ICMS Ecológico de Nova Prata do Iguaçu - PMIC nº 034/399 Registr.

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 07/06/2022 e hora 10h21.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU- CNPJ: 78.103.884/0001-05

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R$ 88,78 Registrada em : 07/06/2022 Valor Pago: R$ 88,78 Nosso número: 24101017202229916 60

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720223636553

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**
Carteira: **PR-23078/D**
Registro/Visto: **61084**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ** CNPJ: **76.238.435/0001-30**

RUA DOM PEDRO II, 800
CENTRO - SAO JOAO DO CAIUA/PR 87740-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 11/07/2022

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA DOM PEDRO II, 800
CENTRO - SAO JOAO DO CAIUA/PR 87740-000

Data de Início: 11/07/2022 **Previsão de término:** 11/08/2022 **Coordenadas Geográficas:** -22,855611 x -52,336227

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ CNPJ: **76.238.435/0001-30**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV
[Estudo] *de estudos ambientais*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração plano PMIC - Plano Municipal do ICMS Ecológico de São João do Caiuá - PMIC nº 035/399 Registr.

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 11/07/2022 e hora 10h46.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ - CNPJ: 76.238.435/0001-30

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R$ 88,78 Registrada em : 11/07/2022 Valor Pago: R$ 88,78 Nosso número: 2410101720223636553

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720223920510

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**
Carteira: **PR-23078/D**
Registro/Visto: **61084**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE RAMILÂNDIA** CNPJ: **95.725.024/0001-14**

AV. VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 1600
CENTRO - RAMILANDIA/PR 85888-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 25/07/2022

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

AV. VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 1600
CENTRO - RAMILANDIA/PR 85888-000

Data de Início: 25/07/2022 **Previsão de término:** 26/09/2022 **Coordenadas Geográficas:** -25,119231 x -54,02978

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE RAMILÂNDIA CNPJ: **95.725.024/0001-14**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração plano PMIC - Plano Municipal do ICMS Ecológico de Ramilândia - PMIC nº 036/399 Registr.

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 25/07/2022 e hora 14h47.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAMILÂNDIA - CNPJ: 95.725.024/0001-14

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R$ 88,78 **Registrada em : 25/07/2022** **Valor Pago: R$ 88,78** **Nosso número: 2410101720223920510**

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720223920880

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: ENGENHEIRO FLORESTAL

RNP: 1702473163
Carteira: PR-23078/D
Registro/Visto: 61084

Empresa Contratada: NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

2. Dados do Contrato

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ — CNPJ: 76.017.458/0001-15

R JULIA DA COSTA, 322
CENTRO HISTORICO - PARANAGUA/PR 83203-060

Contrato: (Sem número) — Celebrado em: 25/07/2022

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

R JULIA DA COSTA, 322
CENTRO HISTORICO - PARANAGUA/PR 83203-060

Data de Início: 25/07/2022 — Previsão de término: 26/09/2022 — Coordenadas Geográficas: -25,522281 x -48,512174

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ — CNPJ: 76.017.458/0001-15

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração do plano PMIC - Plano Municipal do ICMS Ecológico de Paranaguá - PMIC nº 037/399 Registr.

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 25/07/2022 e hora 14h56.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ - CNPJ: 76.017.458/0001-15

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R$ 233,94 — Registrada em : 25/07/2022 — Valor Pago: R$ 233,94 — Nosso número: 2410101720223920880

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720225148980

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**
Carteira: **PR-23078/D**
Registro/Visto: **61084**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAIZINHO** CNPJ: **76.245.042/0001-54**

AV. PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, 494
CENTRO - JATAIZINHO/PR 86210-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 23/09/2022

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

AV. PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, 494
CENTRO - JATAIZINHO/PR 86210-000

Data de Início: 23/09/2022 Previsão de término: 23/11/2022 Coordenadas Geográficas: -23,254106 x -50,981048

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAIZINHO CNPJ: **76.245.042/0001-54**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração do plano PMIC - Plano Municipal do ICMS Ecológico de Jataizinho - PMIC nº 038/399 Registr.

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 23/09/2022 e hora 17h48.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAIZINHO- CNPJ: 76.245.042/0001-54

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R$ 88,78 Registrada em : 27/09/2022 Valor Pago: R$ 88,78 Nosso número: 24101017202251489 80

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720225479226

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**
Carteira: **PR-23078/D**
Registro/Visto: **61084**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU** CNPJ: **01.612.634/0001-68**

AVENIDA BRASÍLIA, 551
CENTRO - ESPIGAO ALTO DO IGUACU/PR 85465-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 10/10/2022

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

AVENIDA BRASÍLIA, 551
CENTRO - ESPIGAO ALTO DO IGUACU/PR 85465-000

Data de Início: 10/10/2022 Previsão de término: 12/12/2022 Coordenadas Geográficas: -25,423884 x -52,835331

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU CNPJ: **01.612.634/0001-68**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração plano PMIC - Plano Municipal do ICMS Ecológico de Espigão Alto do Iguaçu - PMIC nº 039/399 Registr.

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 10/10/2022 e hora 15h11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU- CNPJ: 01.612.634/0001-68

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R$ 233,94 Registrada em : 10/10/2022 Valor Pago: R$ 233,94 Nosso número: 2410101720225479226

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720226711033

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**
Carteira: **PR-23078/D**
Registro/Visto: **61084**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU** CNPJ: **01.613.052/0001-04**

AV. SANTOS DUMONT, 2021
CENTRO - SERRANOPOLIS DO IGUACU/PR 85885-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 09/12/2022

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

AV. SANTOS DUMONT, 2021
CENTRO - SERRANOPOLIS DO IGUACU/PR 85885-000

Data de Início: 09/12/2022 **Previsão de término:** 09/03/2023 **Coordenadas Geográficas:** -25,410396 x -54,042312

Finalidade: Ambiental

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU** CNPJ: **01.613.052/0001-04**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração plano PMIC - Plano Municipal do ICMS Ecológico - Serranópolis do Iguaçu - PMIC nº 040/399 Registr.

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 09/12/2022 e hora 10h06.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU - CNPJ: 01.613.052/0001-04

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R$ 88,78 **Registrada em : 12/12/2022** **Valor Pago: R$ 88,78** **Nosso número: 2410101720226711033**

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720230137141

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**
Carteira: **PR-23078/D**
Registro/Visto: **61084**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAÍ DO SUL** CNPJ: **77.001.329/0001-00**

PRAÇA ALÍPIO DOMINGUES, 34
CENTRO - PIRAI DO SUL/PR 84240-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 05/01/2023

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

PRAÇA ALÍPIO DOMINGUES, 34
CENTRO - PIRAI DO SUL/PR 84240-000

Data de Início: 05/01/2023 **Previsão de término:** 05/04/2023 **Coordenadas Geográficas:** -24,529512 x -49,923566

Finalidade: Ambiental

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAÍ DO SUL** CNPJ: **77.001.329/0001-00**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração plano PMIC Manancial - Plano Municipal do ICMS Ecológico de Piraí do Sul - PMIC nº 041/399

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 05/01/2023 e hora 20h19.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAÍ DO SUL - CNPJ: 77.001.329/0001-00

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R$ 254,59 **Registrada em : 05/01/2023** **Valor Pago: R$ 254,59** **Nosso número: 2410101720230137141**

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720230137249

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**
Carteira: **PR-23078/D**
Registro/Visto: **61084**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM ALEGRE** CNPJ: **75.741.363/0001-87**

PRAÇA MARIANA LEITE FÉLIX, 800
CENTRO - JARDIM ALEGRE/PR 86860-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 05/01/2023

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

PRAÇA MARIANA LEITE FÉLIX, 800
CENTRO - JARDIM ALEGRE/PR 86860-000

Data de Início: 05/01/2023 **Previsão de término:** 05/04/2023 **Coordenadas Geográficas:** -24,177871 x -51,688938

Finalidade: Ambiental

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM ALEGRE** CNPJ: **75.741.363/0001-87**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração plano PMIC Áreas Verdes - Plano Municipal do ICMS Ecológico de Jardim Alegre - PMIC nº 042/399

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 05/01/2023 e hora 20h24.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM ALEGRE - CNPJ: 75.741.363/0001-87

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R$ 254,59 **Registrada em : 05/01/2023** **Valor Pago: R$ 254,59** **Nosso número: 2410101720230137249**

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720230966385

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: 1702473163
Carteira: PR-23078/D
Registro/Visto: 61084

Empresa Contratada: NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

2. Dados do Contrato

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATELÂNDIA — CNPJ: 76.206.465/0001-65

AV. DUQUE DE CAXIAS, 800
CENTRO - MATELANDIA/PR 85887-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 22/02/2023

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

AV. DUQUE DE CAXIAS, 800
CENTRO - MATELANDIA/PR 85887-000

Data de Início: 22/02/2023 Previsão de término: 22/05/2023 Coordenadas Geográficas: -25,239191 x -53,987834

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATELÂNDIA — CNPJ: 76.206.465/0001-65

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração plano PMIC Manancial - Plano Municipal do ICMS Ecológico de Matelândia - PMIC nº 043/399

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 22/02/2023 e hora 14h25.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATELÂNDIA - CNPJ: 76.206.465/0001-65

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R$ 254,59 Registrada em : 23/02/2023 Valor Pago: R$ 254,59 Nosso número: 2410101720230966385

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720231162026

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**
Carteira: **PR-23078/D**
Registro/Visto: **61084**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ DO OESTE** CNPJ: **78.101.821/0001-01**

RUA RUI BARBOSA, 202
CENTRO - VERA CRUZ DO OESTE/PR 85845-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 03/03/2023

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA RUI BARBOSA, 202
CENTRO - VERA CRUZ DO OESTE/PR 85845-000

Data de Início: 03/03/2023 **Previsão de término:** 05/06/2023 **Coordenadas Geográficas:** -25,058979 x -53,876823

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ DO OESTE CNPJ: **78.101.821/0001-01**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração plano PMIC Biodiversidade Plano Municipal do ICMS Ecológico de Vera Cruz do Oeste - PMIC n° 044/399

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____ , _____ de _____ de _____
Local data

MARCELO LUBAS - CPF: 610.572.319-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ DO OESTE - CNPJ: 78.101.821/0001-01

8. Informações

- **A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.**
- **A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br**
- **A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.**

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR

Valor da ART: R$ 254,59 **Registrada em : 03/03/2023** **Valor Pago: R$ 254,59** **Nosso número: 24101017202311620 26**

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720231204993

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**

Carteira: **PR-23078/D**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

Registro/Visto: **61084**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDOESTE** CNPJ: **80.881.915/0001-92**

AV. MARECHAL CÂNDIDO RONDON, S/N
CENTRO - LINDOESTE/PR 85826-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 07/03/2023

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

AV. MARECHAL CÂNDIDO RONDON, S/N
CENTRO - LINDOESTE/PR 85826-000

Data de Início: 07/04/2023 **Previsão de término:** 07/06/2023 **Coordenadas Geográficas:** -25,270873 x -53,571361

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDOESTE CNPJ: **80.881.915/0001-92**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração do plano PMIC Biodiversidade - Plano Municipal do ICMS Ecológico de Lindoeste - PMIC n° 045/399

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____ , ____ de _____ de _____
Local data

MARCELO LUBAS - CPF: 610.572.319-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDOESTE - CNPJ: 80.881.915/0001-92

8. Informações

- **A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.**
- **A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br**
- **A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.**

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR

Valor da ART: R$ 254,59 **Registrada em : 07/03/2023** **Valor Pago: R$ 254,59** **Nosso número: 2410101720231204993**

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720231618895

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**

Carteira: **PR-23078/D**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

Registro/Visto: **61084**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES** CNPJ: **76.208.834/0001-59**

AV. TANCREDO NEVES, 502

CENTRO - CAPITAO LEONIDAS MARQUES/PR 85790-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 17/03/2023

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

AV. TANCREDO NEVES, 502

CENTRO - CAPITAO LEONIDAS MARQUES/PR 85790-000

Data de Início: 17/03/2023 **Previsão de término:** 19/06/2023 **Coordenadas Geográficas:** -25,490126 x -53,60621

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES CNPJ: **76.208.834/0001-59**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração plano PMIC Biodiversidade - Plano Municipal ICMS Ecológico Capitão Leônidas Marques PMIC nº 046/399

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____ , ____ de _____ de _____

Local data

MARCELO LUBAS - CPF: 610.572.319-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - CNPJ: 76.208.834/0001-59

8. Informações

- **A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.**
- **A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br**
- **A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.**

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br

Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR

Valor da ART: R$ 254,59 **Registrada em : 28/03/2023** **Valor Pago: R$ 254,59** **Nosso número: 2410101720231618895**

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720232307893

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**
Carteira: **PR-23078/D**
Registro/Visto: **61084**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA** CNPJ: **76.288.760/0001-08**

AV PRESIDENTE BERNARDES, 809
CENTRO - ROLANDIA/PR 86600-067

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 04/05/2023

Tipo do contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

AV PRESIDENTE BERNARDES, 809
CENTRO - ROLANDIA/PR 86600-067

Data de Início: 04/05/2023 **Previsão de término:** 04/08/2023 **Coordenadas Geográficas:** -23,315612 x -51,367508

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA CNPJ: **76.288.760/0001-08**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração plano PMIC Manancial - Plano Municipal ICMS Ecológico - Rolândia - PR - PMIC n° 047/399

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____ , ____ de _____ de _____
Local data

MARCELO LUBAS - CPF: 610.572.319-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA - CNPJ: 76.288.760/0001-08

8. Informações

- **A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.**
- **A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br**
- **A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.**

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR

Valor da ART: R$ 254,59 **Registrada em : 04/05/2023** **Valor Pago: R$ 254,59** **Nosso número: 24101017202323078 93**

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720232308458

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**
Carteira: **PR-23078/D**
Registro/Visto: **61084**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ORTIGUEIRA** CNPJ: **77.721.363/0001-40**

RUA SÃO PAULO, 80
CENTRO - ORTIGUEIRA/PR 84350-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 04/05/2023

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA SÃO PAULO, 80
CENTRO - ORTIGUEIRA/PR 84350-000

Data de Início: 04/05/2023 **Previsão de término:** 04/08/2023 **Coordenadas Geográficas:** -24,21115 x -50,924978

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORTIGUEIRA CNPJ: **77.721.363/0001-40**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração plano PMIC Biodiversidade - Plano Municipal ICMS Ecológico - Ortigueira - PR - PMIC nº 048/399

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____, _____ de _____ de _____
Local data

MARCELO LUBAS - CPF: 610.572.319-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORTIGUEIRA - CNPJ: 77.721.363/0001-40

8. Informações

- **A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.**
- **A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br**
- **A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.**

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR

Valor da ART: R$ 254,59 **Registrada em : 04/05/2023** **Valor Pago: R$ 254,59** **Nosso número: 2410101720232308458**

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720232314458

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**
Carteira: **PR-23078/D**
Registro/Visto: **61084**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA** CNPJ: **75.972.760/0001-60**

AV. PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, 1080
CENTRO - CAPANEMA/PR 85760-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 04/05/2023

Tipo do contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

AV. PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, 1080
CENTRO - CAPANEMA/PR 85760-000

Data de Início: 04/05/2023 **Previsão de término:** 04/08/2023 **Coordenadas Geográficas:** -25,670831 x -53,808025

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA CNPJ: **75.972.760/0001-60**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração plano PMIC Biodiversidade - Plano Municipal ICMS Ecológico - Capanema - PR - PMIC n° 049/399

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____ , ____ de _____ de _____
Local data

MARCELO LUBAS - CPF: 610.572.319-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA - CNPJ: 75.972.760/0001-60

8. Informações

- **A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.**
- **A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br**
- **A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.**

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR

Valor da ART: R$ 254,59 **Registrada em : 04/05/2023** **Valor Pago: R$ 254,59** **Nosso número: 2410101720232314458**

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720232337318

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**
Carteira: **PR-23078/D**
Registro/Visto: **61084**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA DO OESTE** CNPJ: **80.882.095/0001-53**

AV. PARANÁ, 61

CENTRO - SANTA TEREZA DO OESTE/PR 85825-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 05/05/2023

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

AV. PARANÁ, 61

CENTRO - SANTA TEREZA DO OESTE/PR 85825-000

Data de Início: 05/05/2023 **Previsão de término:** 07/08/2023 **Coordenadas Geográficas:** -25,054737 x -53,623244

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA DO OESTE CNPJ: **80.882.095/0001-53**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração plano PMIC Manancial - Plano Municipal ICMS Ecológico Santa Tereza do Oeste - PMIC nº 050/399

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____, _____ de _____ de _____
Local data

MARCELO LUBAS - CPF: 610.572.319-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA DO OESTE - CNPJ: 80.882.095/0001-53

8. Informações

- **A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.**
- **A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br**
- **A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.**

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR

Valor da ART: R$ 254,59 **Registrada em : 08/05/2023** **Valor Pago: R$ 254,59** **Nosso número: 2410101720232337318**

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720232758445

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**
Carteira: **PR-23078/D**
Registro/Visto: **61084**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA** CNPJ: **76.170.240/0001-04**

PC HORACIO KLABIN, 37
CENTRO - TELEMACO BORBA/PR 84261-170

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 30/05/2023

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

PC HORACIO KLABIN, 37
CENTRO - TELEMACO BORBA/PR 84261-170

Data de Início: 30/05/2023 **Previsão de término:** 30/08/2023 **Coordenadas Geográficas:** -24,329599 x -50,621974

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA CNPJ: **76.170.240/0001-04**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração plano PMIC Biodiversidade - Plano Municipal ICMS Ecológico Telêmaco Borba - PMIC nº 051/399

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____ , ____ de _____ de _____
Local data

MARCELO LUBAS - CPF: 610.572.319-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA - CNPJ: 76.170.240/0001-04

8. Informações

- **A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.**
- **A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br**
- **A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.**

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR

Valor da ART: R$ 254,59 **Registrada em : 30/05/2023** **Valor Pago: R$ 254,59** **Nosso número: 2410101720232758445**

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720232960279

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**
Carteira: **PR-23078/D**
Registro/Visto: **61084**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ** CNPJ: **76.977.768/0001-81**

R GETULIO VARGAS, 900
CENTRO - PARANAVAI/PR 87702-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 07/06/2023

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

R GETULIO VARGAS, 900
CENTRO - PARANAVAI/PR 87702-000

Data de Início: 07/06/2023 **Previsão de término:** 07/09/2023 **Coordenadas Geográficas:** -23,081892 x -52,464318

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ CNPJ: **76.977.768/0001-81**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração plano PMIC Biodiversidade - Plano Municipal ICMS Ecológico de Paranavaí - PMIC nº 052/399

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____ , ____ de _____ de _____
Local data

MARCELO LUBAS - CPF: 610.572.319-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ - CNPJ: 76.977.768/0001-81

8. Informações

- **A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.**
- **A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br**
- **A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.**

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR

Valor da ART: R$ 254,59 **Registrada em : 07/06/2023** **Valor Pago: R$ 254,59** **Nosso número: 24101017202329602 79**

ART´s REBAPP

Página 1/1

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720234250406

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**
Carteira: **PR-23078/D**
Registro/Visto: **61084**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAIPORÃ** CNPJ: **75.741.330/0001-37**

RUA RIO GRANDE DO NORTE, 1000
CENTRO - IVAIPORA/PR 86870-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 15/08/2023

Tipo do contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA RIO GRANDE DO NORTE, 1000
CENTRO - IVAIPORA/PR 86870-000

Data de Início: 15/08/2023 **Previsão de término:** 15/11/2023 **Coordenadas Geográficas:** -24,237308 x -51,669767

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAIPORÃ CNPJ: **75.741.330/0001-37**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Implantação de indicadores ambientais REBAPP n° 005/399 e PMIC Biodiversidade n° 053/399

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____ , ____ de _____ de _____
Local data

MARCELO LUBAS - CPF: 610.572.319-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAIPORÃ - CNPJ: 75.741.330/0001-37

8. Informações

- **A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.**
- **A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br**
- **A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.**

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR

Valor da ART: R$ 254,59 **Registrada em : 15/08/2023** **Valor Pago: R$ 254,59** **Nosso número: 24101017202342504O6**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em https://servicos.crea-pr.org.br/publico/art
Impresso em: 17/08/2023 15:07:19

www.crea-pr.org.br

CREA-PR

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720231974950

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**

Carteira: **PR-23078/D**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

Registro/Visto: **61084**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA** CNPJ: **75.972.760/0001-60**

AV. PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, 1080

CENTRO - CAPANEMA/PR 85760-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 14/04/2023

Tipo do contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

AV. PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, 1080

CENTRO - CAPANEMA/PR 85760-000

Data de Início: 14/04/2023 **Previsão de término:** 15/06/2023 **Coordenadas Geográficas:** -25,670057 x -53,808789

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA CNPJ: **75.972.760/0001-60**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Implantação de indicadores ambientais REBAPP - Capanema - REBAPP nº 001/399

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____ , ____ de _____ de _____

Local data

MARCELO LUBAS - CPF: 610.572.319-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA - CNPJ: 75.972.760/0001-60

8. Informações

- **A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.**
- **A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br**
- **A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.**

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br

Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR

Valor da ART: R$ 254,59 **Registrada em : 14/04/2023** **Valor Pago: R$ 254,59** **Nosso número: 24101017202319749 50**

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720231892067

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**
Carteira: **PR-23078/D**
Registro/Visto: **61084**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **SÃO MIGUEL DO IGUAÇU** CNPJ: **76.206.499/0001-50**

RUA VÂNIO GHELLERE, 64
CENTRO - SAO MIGUEL DO IGUACU/PR 85877-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 11/04/2023

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA VÂNIO GHELLERE, 64
CENTRO - SAO MIGUEL DO IGUACU/PR 85877-000

Data de Início: 11/04/2023 **Previsão de término:** 11/07/2023 **Coordenadas Geográficas:** -25,344523 x -54,238493

Finalidade: Ambiental

Proprietário: SÃO MIGUEL DO IGUAÇU CNPJ: **76.206.499/0001-50**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Implantação dos indicadores ambientais REBAPP - São Miguel do Iguaçu - REBAPP n° 002/399

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____ , ____ de _____ de _____
Local data

MARCELO LUBAS - CPF: 610.572.319-91

SÃO MIGUEL DO IGUAÇU - CNPJ: 76.206.499/0001-50

8. Informações

- **A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.**
- **A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br**
- **A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.**

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR

Valor da ART: R$ 254,59 **Registrada em : 13/04/2023** **Valor Pago: R$ 254,59** **Nosso número: 2410101720231892067**

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720231894485

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**

Carteira: **PR-23078/D**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

Registro/Visto: **61084**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA**

CNPJ: **95.725.057/0001-64**

RUA SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, 1891
CENTRO - ITAIPULANDIA/PR 85880-000

Contrato: (Sem número)

Celebrado em: 11/04/2023

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, 1891
CENTRO - ITAIPULANDIA/PR 85880-000

Data de Início: 11/04/2023 **Previsão de término:** 11/07/2023 **Coordenadas Geográficas:** -25,141369 x -54,297451

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA

CNPJ: **95.725.057/0001-64**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Implantação de indicadores ambientais REBAPP - Itaipulândia - REBAPP nº 003/399

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____ , ____ de _____ de _____
Local data

MARCELO LUBAS - CPF: 610.572.319-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA - CNPJ: 95.725.057/0001-64

8. Informações

- **A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.**
- **A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br**
- **A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.**

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR

Valor da ART: R$ 254,59 **Registrada em : 13/04/2023** **Valor Pago: R$ 254,59** **Nosso número: 24101017202318944 85**

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720234249831

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**
Carteira: **PR-23078/D**
Registro/Visto: **61084**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MISSAL** CNPJ: **78.101.847/0001-50**

RUA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, 555
CENTRO - MISSAL/PR 85890-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 15/08/2023

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, 555
CENTRO - MISSAL/PR 85890-000

Data de Início: 15/08/2023 **Previsão de término:** 15/11/2023 **Coordenadas Geográficas:** -25,090864 x -54,248869

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE MISSAL CNPJ: **78.101.847/0001-50**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Implantação de indicadores ambientais REBAPP - Missal - REBAPP nº 004/399

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____ , ____ de _____ de _____
Local data

MARCELO LUBAS - CPF: 610.572.319-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE MISSAL - CNPJ: 78.101.847/0001-50

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR

Valor da ART: R$ 254,59 **Registrada em : 15/08/2023** **Valor Pago: R$ 254,59** **Nosso número: 2410101720234249831**

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720234251062

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**

Carteira: **PR-23078/D**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

Registro/Visto: **61084**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA**

CNPJ: **76.206.457/0001-19**

RUA PARAGUAI, 1401
CENTRO - SANTA HELENA/PR 85892-000

Contrato: (Sem número)

Celebrado em: 15/08/2023

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA PARAGUAI, 1401
CENTRO - SANTA HELENA/PR 85892-000

Data de Início: 15/08/2023 **Previsão de término:** 15/11/2023 **Coordenadas Geográficas:** -24,859109 x -54,33302

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

CNPJ: **76.206.457/0001-19**

4. Atividade Técnica

Elaboração	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Implantação de indicadores ambientais REBAPP - Santa Helena - REBAPP nº 006/399

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____ , ____ de _____ de _____
Local data

MARCELO LUBAS - CPF: 610.572.319-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA - CNPJ: 76.206.457/0001-19

8. Informações

- **A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.**
- **A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br**
- **A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.**

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR

Valor da ART: R$ 254,59 **Registrada em : 15/08/2023** **Valor Pago: R$ 254,59** **Nosso número: 24101017202342510 62**

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720242575416

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**
Carteira: **PR-23078/D**
Registro/Visto: **61084**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU** CNPJ: **01.613.052/0001-04**

AV. SANTOS DUMONT, 2021
CENTRO - SERRANOPOLIS DO IGUACU/PR 85885-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 06/05/2024

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

AV. SANTOS DUMONT, 2021
CENTRO - SERRANOPOLIS DO IGUACU/PR 85885-000

Data de Início: 06/05/2024 **Previsão de término:** 06/07/2024 **Coordenadas Geográficas:** -25,412683 x -54,040611

Finalidade: Ambiental

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
[Projeto] de planejamento ambiental	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Implantação indicadores ambientais REBAPP -Projeto REBAPP n° 012/399 -Município de Serranópolis do Iguaçu - PR

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local, 06 de maio de 2024
data

MARCELO LUBAS - CPF: 610.572.319-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU - CNPJ: 01.613.052/0001-04

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR

Valor da ART: R$ 262,55 **Registrada em : 06/05/2024** **Valor Pago: R$ 262,55**

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720242996357

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**

Carteira: **PR-23078/D**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

Registro/Visto: **61084**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBÉ**

CNPJ: **75.732.057/0001-84**

R OTTO GAERTNER, 65
CENTRO - CAMBE/PR 86181-300

Contrato: (Sem número)

Celebrado em: 27/05/2024

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

R OTTO GAERTNER, 65
CENTRO - CAMBE/PR 86181-300

Data de Início: 27/05/2024 **Previsão de término:** 27/08/2024 **Coordenadas Geográficas:** -23,278726 x -51,283203

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBÉ

CNPJ: **75.732.057/0001-84**

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
[Estudo] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Implantação indicadores ambientais REBAPP - Projeto REBAPP nº 013/399 - Município de Cambé - PR

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____ , ____ de _____ de _____
Local data

MARCELO LUBAS - CPF: 610.572.319-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBÉ - CNPJ: 75.732.057/0001-84

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R$ 262,55 Registrada em : 28/05/2024 Valor Pago: R$ 262,55

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720245228407

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**

Carteira: **PR-23078/D**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

Registro/Visto: **61084**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE RAMILÂNDIA**

CNPJ: **95.725.024/0001-14**

AV. VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 1600
CENTRO - RAMILANDIA/PR 85888-000

Contrato: (Sem número)

Celebrado em: 12/09/2024

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

AV. VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 1600
CENTRO - RAMILANDIA/PR 85888-000

Data de Início: 12/09/2024 **Previsão de término:** 12/11/2024 **Coordenadas Geográficas:** -25,119354 x -54,032065

Finalidade: Ambiental

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE RAMILÂNDIA

CNPJ: **95.725.024/0001-14**

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
[Projeto] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Implantação indicadores ambientais REBAPP - Projeto REBAPP nº 014/399 - Município de Ramilândia - PR

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____ , ____ de _____ de _____
Local data

MARCELO LUBAS - CPF: 610.572.319-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAMILÂNDIA - CNPJ: 95.725.024/0001-14

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR

Valor da ART: R$ 262,55 Registrada em : 12/09/2024 Valor Pago: R$ 262,55

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720242574983

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional: **ENGENHEIRO FLORESTAL**

RNP: **1702473163**

Carteira: **PR-23078/D**

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

Registro/Visto: **61084**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ** CNPJ: **76.977.768/0001-81**

R GETULIO VARGAS, 900

CENTRO - PARANAVAI/PR 87702-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 06/05/2024

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

R GETULIO VARGAS, 900

CENTRO - PARANAVAI/PR 87702-000

Data de Início: 06/05/2024 **Previsão de término:** 06/07/2024 **Coordenadas Geográficas:** -14,926818 x -42,810094

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ CNPJ: **76.977.768/0001-81**

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
[Projeto] *de planejamento ambiental*	1,00	SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Implantação indicadores ambientais REBAPP - Projeto REBAPP nº 011/399 - Município de Paranavaí - PR

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____ , ____ de _____ de _____

Local data

MARCELO LUBAS - CPF: 610.572.319-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ - CNPJ: 76.977.768/0001-81

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br

Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R$ 262,55 **Registrada em: 06/05/2024** **Valor Pago: R$ 262,55**

Memorando 8- 1.291/2025

De: ANDREIA S. - SMA-LC

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 26/03/2025 às 11:53:33

Em anexo certidões atualizadas/faltantes.

_

Andreia da Silva
Agente Administrativo

Anexos:

CEIS.pdf
CND_Municipal.pdf
CNJ.pdf
CONSUL_1.PDF
TCE.pdf
TCU.pdf

DADOS ATUALIZADOS

Dados atualizados até: 03/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 03/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 03/2025 (Diário Oficial da União - CEAF) , 03/2025 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 03/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

Dados da consulta: 26/03/2025 11:29:03

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado: 08648607000194

Consulta

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDAD
Nenhum registro encontrado									

***** CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITO *****
N°: 15230/2025

IMPORTANTE: 1.RESERVA - SE O DIREITO DE A FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÍVIDAS POSTERIORMENTE CONSTATADAS, MESMO REFERENTES A PERIODOS NESTA CERTIDÃO COMPREENDIDOS.

2.A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE DE 60 DIAS, A CONTAR DA DATA DA EMISSÃO, CONFORME DECRETO 4.751 DE 18/04/2022.

3. A ACEITAÇÃO DA PRESENTE CERTIDÃO ESTÁ CONDICIONADA A VERIFICAÇÃO DE SUA VALIDADE NA INTERNET, NO ENDEREÇO www.sjp.pr.gov.br.

"CERTIFICO QUE ATÉ A PRESENTE DATA, NÃO CONSTA DÉBITO TRIBUTÁRIO RELATIVO AO CONTRIBUINTE COM LOCALIZAÇÃO DESCRITA ABAIXO "

IMPRESSA VIA INTERNET

CONTRIBUINTE: NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA
CNPJ/ 08.648.607/0001-94 INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 30961
CPF:
BAIRRO: AFONSO PENA
ENDEREÇO: RUA NICOLAU PAMPUCH, 188
COMPLEMENTO: BLOCO: APTO:
CIDADE: SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
SITUAÇÃO: ATIVA
FINALIDADE: DIVERSOS / LICITAÇÃO / LICITAÇÃO MOBILIÁRIO / LICITAÇÃO IMOBILIÁRIO

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9d54c0659318770b8e3689183c68eb52

ESTÁ CERTIDÃO PODERÁ SER VALIDADA NO SITE: https://financas.sjp.pr.gov.br

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 26 de março de 2025

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (26/03/2025 às 11:33) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 08.648.607/0001-94.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 67E4.1046.77D7.1622 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 08.648.607/0001-94

Razão Social: NATIVA BRASIL PESQUISA TECNOLOGIA E DESENVOLVIM LTDA

Endereço: PR NICOLAU PAMPUCH 188 / AFONSO PENA / SAO JOSE DOS PINHAIS / PR / 83045-280

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:08/03/2025 a 06/04/2025

Certificação Número: 2025030801081430637939

Informação obtida em 26/03/2025 11:22:37

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consulta de Impedidos de Licitar

CNPJ: 08648607000194

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 26/03/2025 11:34:20

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**
CNPJ: **08.648.607/0001-94**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Memorando 9- 1.291/2025

De: ANDREIA S. - SMA-LC

Para: SMA - Secretaria de Administração

Data: 26/03/2025 às 16:04:02

Prezados,

Segue para providência dos seguintes documentos:

- Declaração de Não Parentesco;
- Declaração LGPD;
- Poroposta da Contratada com o detalhamento das informações por etapa;
- Mapa de Riscos.

Quanto ao Termo de Referência:

- Inserir justificativa de preços nos termos do Art. 372 do Decreto 73/2023;
- Inserir Mapa de Preços;
- Identificar servidor responsável pela pesquisa de preços/orçamento;
- Inserir clausula de reajuste, conforme item 5 da minuta padronizada;
- No item da Gestão e Fiscalização, alterar a redação conforme DESPACHO Nº 05/2024/PGM/MS, do memorando nº 185/2024;
- Na Clausula de vigência, adequar conforme a especificidade do objeto, identificando, conforme minuta padronizada, a vigência de fonecimento contínuo ou contrato por escopo.
- Inserir clausula de Proteção de Dados Pessoais;
- Inserir clausula sobre a aprovação do Termo de Referência pelo Secretário responsável da pasta.
- Excluir clausula das disposições gerais, visto que não integra o Termo de Referência.

–

Andreia da Silva
Agente Administrativo

Município de CHOPINZINHO

1Doc

Memorando 10- 1.291/2025

De: Neide C. - SMA

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 02/04/2025 às 16:35:08

Setores envolvidos:

SMA, GAB, SMF, SMA-LC, SMF-C

Contratação de empresa especializada para implantação dos novos indicadores REBAPP

Segue, conforme solicitado.

_

Atenciosamente,

Neide Marinez Caldato
Agente Administrativo

Anexos:
Declaracao_de_Nao_Parentesco_docx.pdf
DECLARACAO_LGPD_docx.pdf
MAPA_DE_GERENCIAMENTO_DE_RISCOS.pdf
Precificacao_atividades_Chopinzinho_por_etapa.pdf
Proposta_REBAPP_Chopinzinho.pdf

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/A5AB-6DE9-44CA-35C2 e informe o código A5AB-6DE9-44CA-35C2

Empresa de Pesquisa Técnica

DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO CONFORME O PREJULGADO 9 DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, E DE QUE A LICITANTE NÃO ESTÁ INCURSA NAS VEDAÇÕES DO INCISO IV DO ART. 14º DA LEI FEDERAL 14.133/21.

A NATIVA BRASIL - Pesquisa, Tecnologia e Desenvolvimento Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 08.648.607/0001-94 com sede à Rua Nicolau Pampuch, n° 188, no Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, CEP: 83.045-280, neste ato representada pelo Sr. Marcelo Lubas, portador(a) da carteira de identidade RG nº 4.164.583-0 e inscrito no CPF sob nº 610.572.319-91, **DECLARA** sob as penas da Lei, que os proprietários, dirigentes, e/ou responsável técnico ou legal da referida empresa **NÃO** possuem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com as seguintes autoridades e servidores públicos:

Dirigente do órgão ou entidade contratante: Prefeito e Vice Prefeito, Secretários Municipais, Chefe de Gabinete e Procurador Geral do Município, ou com agente público que desempenhe função na licitação: Membros da Comissão de Licitações e Pregoeiros, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Ocupantes de cargo comissionado ou servidores efetivos com função gratificada ou comissionada, inclusive o órgão de controle interno, desde que tenham atuado ou atuem em processos licitatórios da respectiva pasta a que se encontrem vinculados **ou qualquer outra autoridade ligada à contratação**, responsabilizando-se civil, administrativa e criminalmente pela veracidade das informações contidas nesta Declaração. (Que possa caracterizar nepotismo, contrariando a orientação do Prejulgado 09 do TC/PR, Súmula Vinculante nº 13 do STF, Acórdão nº 2745/2010 do TCE-Tribunal de Contas do Paraná; ressaltamos o entendimento firmado no TJPR Apelação Cível e Reexame Necessário nº 1273953-4/Paranavaí-PR-4ª Câmara Cível).

DECLARA, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade _____ nº_____, instaurada pelo Município de Chopinzinho, que os proprietários, dirigentes, e/ou responsáveis técnicos ou legal da referida empresa não são servidores ou dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme disposto no inciso IV, do art. 14º da Lei 14.133/21.

A presente declaração tem validade pelo prazo de 05 (cinco) anos, sendo obrigatório que a declarante comunique ao município de Chopinzinho, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de sua ocorrência, as alterações no quadro societário e/ou de funcionamento da empresa que impliquem em alguma(s) da(s) vedação(es) prevista(s) nesta declaração, tais como alterações de propriedade, do quadro societário, dirigentes, responsável técnico ou legal, conforme vedações previstas no Prejulgado 9 do TCE/PR e Art. 14º, inciso IV, da Lei nº 14.133/21.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

São José dos Pinhais, 26 de março de 2.025

Eng. Marcelo Lubas - CREA n° 23.078/D
Nativa Brasil - Pesquisa, Tecnologia e Desenvolvimento Ltda
CNPJ: 8.648.607/0001-94

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/A5AB-6DE9-44CA-35C2 e informe o código A5AB-6DE9-44CA-35C2

Parentesco:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Pai/Mãe	Filho (a)	-
2°	Avô/Avó	Neto (a)	Irmão (ã)
3°	Bisavô/Bisavó	Bisneto (a)	Sobrinho (a)/Tio(a)

Afinidades Decorrentes de Casamento/União Estável:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Sogro (a)	Enteado (a)	-
2°	Pai/Mãe do (a) Sogro (a)	Filhos (as) do (a) Enteado (a)	Cunhado (a) – Irmão (ã) do Cônjuge
3°	Avô (ó) do (a) Sogro (a)	Netos (as) do (a) Enteado (a)	Sobrinho (a)/tio (a) do Cônjuge

Afinidades decorrentes de casamento/união dos parentes consanguíneos:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Padastro/Madastra	Genro/Nora	-
2°	Pai/Mãe do (a) Padastro/Madrasta	Cônjuge do (a) Neto (a)	Cunhado (a) – Cônjuge do (a) irmão (ã)
3°	Avô (ó) do (a) Padastro/Madastra	Cônjuge do (a) Bisneto (a)	Cônjuge do (a) Sobrinho (a)/Tio (a)

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/A5AB-6DE9-44CA-35C2 e informe o código A5AB-6DE9-44CA-35C2

ANEXO I

DECLARAÇÃO SOBRE A LGPD

NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.648.607/0001-94, por intermédio de seu representante legal, o Sr. Marcelo Lubas, portador do CPF nº 610.572319-91 e do RG nº 4.164.583-0, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no contrato e que possui as condições de habilitação previstas no procedimento administrativo de contratação direta, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar do procedimento de contratação direta e ser contratado, o interessado deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;

1.2. referentes a participações societárias;

1.3. informações inseridas em contratos sociais;

1.4. endereços físicos e eletrônicos;

1.5. estado civil;

1.6. eventuais informações sobre cônjuges;

1.7. relações de parentesco;

1.8. número de telefone;

1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;

1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

São José dos Pinhais, 26 de março de 2.025

Eng. Marcelo Lubas - CREA n° 23.078/D
Nativa Brasil - Pesquisa, Tecnologia e Desenvolvimento Ltda
CNPJ: 8.648.607/0001-94

Categoria: Minuta de Contratação Direta.
Objeto: Para aquisição de bens, **SEM** objeto definido.
Versão Atualizada: 21/12/2023.

1Doc: Memorando 10- 1.291/2025 390/489

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/A5AB-6DE9-44CA-35C2 e informe o código A5AB-6DE9-44CA-35C2

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de implantação dos novos indicadores ambientais REBAPP – Retificação das bordas em APP's – Áreas de Preservação Permanente e de Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo – IRAV/Índice REBAPP de Áreas Verdes e IRAP/Índice REBAPP de Áreas Verdes Protegidas do Município.

INTRODUÇÃO

O mapeamento de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e da gestão contratual. Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais, possíveis ações preventivas e contingenciais, bem como a identificação de responsáveis por ação.

Após a identificação e classificação, deve-se executar uma análise qualitativa e quantitativa dos riscos. A análise quantitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto. Tal classificação resultará no nível do risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato.

A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos de planejamento e de gestão dos serviços identificados e classificados neste documento.

Ordem	Risco	Probabilidade	Impacto
1	Contratada se recusar a assinar o contrato.	Baixa	Alto
2	Incapacidade da empresa vencedora em executar o contrato.	Baixa	Alto
3	Atraso na entrega dos serviços.	Baixa	Médio
4	Aquisição com preço acima da média de mercado	Média	Alto

1 – RISCOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO E DA EXECUÇÃO

Tendo em vista que o mapeamento de riscos descreverá e avaliará as ameaças que possam vir a comprometer o sucesso e o objetivo da contratação, bem como definir das quais formas devem ser tratadas, ela permeará todo processo de Contratação.

Risco 01	**Risco:**	Contratada se recusar a assinar o contrato.
	Probabilidade:	Baixa
	Impacto:	Médio
	Dano:	Atraso do início da execução do objeto da licitação.
	Ação Preventiva	
	1 - Definir sanção no edital para empresa adjudicada que não assinar o contrato dentro do prazo estipulado.	
	Ação de Contingência	
	1 – Iniciar novo processo de contratação.	
Risco 02	**Risco:**	Incapacidade da empresa vencedora em executar o contrato.
	Probabilidade:	Baixa
	Impacto:	Médio
	Dano:	Atraso da execução do objeto da licitação.
	Ação Preventiva	
	1 – Prever no Edital sanções e os requisitos de qualidade que sejam condizentes com a importância dos serviços a serem adquiridos/fornecidos. **2 -** Conter no Edital que, em caso de inexecução parcial ou total do contrato, poderá haver rescisão contratual e aplicação de penalidade.	

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/A5AB-6DE9-44CA-35C2 e informe o código A5AB-6DE9-44CA-35C2

	Ação de Contingência	
	1 - Iniciar novo processo de contratação.	
Risco 03	**Risco:**	Atraso na entrega dos serviços
	Probabilidade:	Baixa
	Impacto:	Médio
	Dano:	Deficiência na entrega dos produtos licitados
	Ação Preventiva	
	1 – Fiscalizar o contrato sobre o prazo de execução para entrega dos produtos.	
	Ação de Contingência	
	2 - Aplicar penalidades previstas em contrato, para que a Contratada venha a cumprir todas as demandas.	
Risco 04	**Risco:**	Aquisição com preço acima da média de mercado
	Probabilidade:	Média
	Impacto:	Alto
	Dano:	Danos ao erário
	Ação Preventiva	
	1 – Pesquisa de preço com de acordo com a IN nº 73 de 05 de agosto de 2020 da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, em seu art. 5º, inciso III e IV.	
	Ação de Contingência	
	- Evitar contratações de serviços não adequados, em desacordo com estipulado no Termo de Referência	

Chopinzinho, 02 de abril de 2025.

Neide Marinêz Caldato
Agente Administrativo

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/A5AB-6DE9-44CA-35C2 e informe o código A5AB-6DE9-44CA-35C2

31 DE MARÇO DE 2.025

AO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO – PR

DETALHAMENTO DE INFORMAÇÕES – VALORES POR ETAPA E JUSTIFICATIVA DA PRECIFICAÇÃO

- PLANILHA – POR ETAPA

Detalhamento das Informações por etapas	Ref. Hrs técnicas	Valor R$ unitário	Valor R$ total
Etapa 1 – Implantação indicadores ambientais REBAPP – IRAV – Índice REBAPP Áreas Verdes e IRAP – Índice REBAPP Áreas Verdes protegidas (status atual indicadores REBAPP - inicial)	40	190,00	7.600,00
Sub-total 1	40	- -	7.600,00
Etapa 2 – Identificação, Seleção e Mapeamentos REBAPP corredores verdes de conectividade com áreas verdes potenciais e áreas verdes protegidas	90	190,00	17.100,00
Sub-total (1 + 2)	130	- -	24.700,00
Etapa 3 – Identificação das UC's existentes e seus posicionamentos geográficos de conectividade aos corredores verdes existentes em campo	20	190,00	3.800,00
Sub-total (1 + 2 + 3)	150	- -	28.500,00
Etapa 4 – Análise técnica e seleção de áreas potenciais com REBAPP para criação de novas UC's prioritárias e de conectividade verde em campo	60	190,00	11.400,00
Sub-total (1 + 2 + 3 + 4)	210	- -	39.900,00
Etapa 5 – Visitas técnicas de checagem e aferição em campo dos imóveis, áreas verdes e de APP's para elaboração dos mapeamentos REBAPP.	120	190,00	22.800,00
Sub-total (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	330	- -	62.700,00
Etapa 6 – Ampliação dos novos indicadores ambientais REBAPP municipal com o incremento do IRAP – Índice REBAPP de áreas verdes protegidas, com elaboração de estudos técnicos REBAPP, ART-CREA, elaboração de mapeamentos perimetrais georreferenciados, mapeamentos de Uso e Ocupação do Solo georreferenciados, elaboração de memorial descritivo georreferenciado, proposição de zoneamento preliminar, elaboração de minuta de Decreto Municipal, organização da documentação em formato pdf e shp, com incremento dos indicadores ambientais REBAPP (Novo status indicadores REBAPP - atual)	240	190,00	45.600,00
Sub-total (1 + 2 + 3 + 4 + 5 + 6)	570	- -	108.300,00
Etapa 7 – Inserção das UC's do município no Projeto REBAPP Mosaico de UC's do Corredor Ecológico Santa Maria	16	190,00	3.040,00
Sub-total (1 + 2 + 3 + 4 + 5 + 6 + 7)	586	- -	111.340,00
Materiais impressos (18 plotagens coloridas, com imagens de satélite, alta resolução, gramatura 90g, em tamanho A-0, dobrados)	15 unid.	62,00	930,00
Sub-total (1 + 2 + 3 + 4 + 5 + 6 + 7 + 8)	586 hrs técnicas	- -	R$ 112.270,00

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/A5AB-6DE9-44CA-35C2 e informe o código A5AB-6DE9-44CA-35C2

NATIVA do BRASIL

Empresa de Pesquisa Técnica

20 de janeiro de 2025

À Prefeitura Municipal de Chopinzinho

Proposta técnica especializada – indicadores ambientais REBAPP

OBJETO:

"Implantação dos novos indicadores ambientais REBAPP – Retificação das Bordas em APP´s - Áreas de Preservação Permanente e de Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo – IRAV/Índice REBAPP de Áreas Verdes e IRAP/Índice REBAPP de Áreas Verdes Protegidas do município"

- **REBAPP - Registro Nacional INPI sob n° 924359021**
- **Novos indicadores ambientais REBAPP - Registro CREA/PR sob n° 20174739275/61.084**

REBAPP – Retificação de Bordas em APP´s – Áreas de Preservação Permanente e de Solução de Conflitos em Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo – autoria exclusiva indicadores ambientais REBAPP, criação e responsabilidade técnica registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Paraná – sob n° 61.084/20174739275 de Notória Especialização – Registro Nacional do INPI sob n° 924359021.

Atividades/Objetivos:

1. Implantação dos indicadores Ambientais REBAPP - status atual de áreas verdes e de áreas verdes protegidas, aplicando as fórmulas REBAPP de apoio a gestão municipal de áreas verdes e de áreas verdes protegidas, nas bacias hidrográficas do município, com implantação de nova fórmula REBAPP de apoio a gestão municipal de Áreas Verdes em bacias hidrográficas ($A_{v1} + A_{v2} + A_n$) / A_m e de Áreas Verdes Protegidas ($A_{uc1} + A_{uc2} + A_n$) / A_m (mapa REBAPP/Ecológico do município):
   IRAV – Índice REBAPP de Áreas Verdes existentes no município
   IRAP – Índice REBAPP de Áreas Verdes Protegidas no município

2. Elaboração de mapeamentos com aplicação dos indicadores ambientais REBAPP para análise técnica e seleção de áreas potenciais para criação de nova Unidade de Conservação - UC prioritária e de conectividade verde dentro do território municipal com Retificação das Bordas em APP´s e das faixas de Entorno e de seus afluentes – Entornos de Conectividades Direta e Indireta – ECV´s do território do município com remanescente de mata nativa preservada de relevante interesse ecológico.

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/A5AB-6DE9-44CA-35C2 e informe o código A5AB-6DE9-44CA-35C2

3. Visitas técnicas de checagem e aferição em campo dos imóveis, áreas verdes e das APP´s que forem necessárias para subsidiar a elaboração dos mapeamentos REBAPP.

Período máximo previsto de execução:

- 3 meses (90 dias)

Prazo de vigência do contrato:

- 6 meses

Valor (R$) e forma de pagamento:

Parcela única mediante a entrega de nota fiscal para pagamento em até 15 dias após a entrega das atividades/produtos finais. Valor Total: R$ 112.270,00.

Nativa do BRASIL – Registro n° 61.084/CREA-PR

Autoria de Projetos Premiados pelo CREA-PR (2014, 2017 e 2021)
Autoria de Técnica Premiada pela Fundação Banco do Brasil como nova Tecnologia Social – Prêmio Fundação BB de Tecnologias Sociais
Autoria de Publicação com obra premiada pelo Ministério da Cultura/Governo Federal: Memória e Sustentabilidade – Prêmio Funarte
Autoria com Notória Especialização em ICMS Ecológico/Certificação FACIAP - Responsável Téc. Nativa do Brasil REBAPP ICMS Ecológico
Autoria e criação do sistema metodológico REBAPP-ICMS Ecológico.
Autoria e criação do Plano PMIC – Plano Municipal do ICMS Ecológico para os municípios do Estado do Paraná
Autoria e criação do Programa PRÓMANANCIAL do Paraná
Contatos - Fones: + 55 041 3282-7488 / + 55 041 99637-8863 - E-mail: nativa@nativadobrasil.com.br

REBAPP – Retificação de Bordas em APP´s – Áreas de Preservação Permanente e de Solução de Conflitos em Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo – autoria exclusiva REBAPP, criação, acervo e responsabilidade técnica registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Paraná – sob n° 61.084/20174739275 – Declaração/Certificação FACIAP de Exclusividade PMIC – Plano Municipal do ICMS Ecológico – Nativa do Brasil – Registro CREA n° 61.084 - Registro CREA n° 61.084 – Registro Nacional do INPI sob n° 924359021.



Modelo de projeto com Autoria Premiada – CREA/Regional Curitiba – Novembro/2021
Premiação - CREA´PR 2021

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/A5AB-6DE9-44CA-35C2 e informe o código A5AB-6DE9-44CA-35C2

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: A5AB-6DE9-44CA-35C2

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

NEIDE MARINEZ CALDATO (CPF 023.XXX.XXX-70) em 02/04/2025 16:36:30 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC CNDL RFB v3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/A5AB-6DE9-44CA-35C2

Memorando 11- 1.291/2025

De: ANDREIA S. - SMA-LC

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 07/04/2025 às 10:01:07

- FGTS Atualizada.

_

Andreia da Silva
Agente Administrativo

Anexos:

CONSUL_2.PDF

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 08.648.607/0001-94

Razão Social: NATIVA BRASIL PESQUISA TECNOLOGIA E DESENVOLVIM LTDA

Endereço: PR NICOLAU PAMPUCH 188 / AFONSO PENA / SAO JOSE DOS PINHAIS / PR / 83045-280

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:27/03/2025 a 25/04/2025

Certificação Número: 2025032702351430637909

Informação obtida em 07/04/2025 10:00:00

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Memorando 12- 1.291/2025

De: Neide C. - SMA

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 07/04/2025 às 10:03:34

Setores envolvidos:

SMA, GAB, SMF, SMA-LC, SMF-C

Contratação de empresa especializada para implantação dos novos indicadores REBAPP

Segue termo de referência com as devidas retificações.

_

Atenciosamente,

Neide Marinez Caldato
Agente Administrativo

Anexos:
TERMO_DE_REFERENCIA_REBAPP.doc
TERMO_DE_REFERENCIA_REBAPP.pdf

Assinado por 2 pessoas: RODRIGO MIGUEL KOPROVSKI e RUBENEI MELOTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/8876-F868-19A2-4761 e informe o código 8876-F868-19A2-4761

TERMO DE REFERÊNCIA

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e pelo Decreto n.º 73, de 2023, conforme as cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO

Contratação de pessoa jurídica especializada para Implantação dos novos indicadores ambientais REBAPP – Retificação das Bordas em APP´s - Áreas de Preservação Permanente e de Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo do município de Chopinzinho-PR, conforme descrito no Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANT.	UNID.	VALOR TOTAL (R$)
01	Implantação dos Indicadores Ambientais REBAPP do município: - IRAV/Índice REBAPP de Áreas Verdes; - IRAP/Índice REBAPP de Áreas Verdes Protegidas.	01	Serviço	112.270,00

1.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

As atividades a serem realizados por meio do objeto contratado, constituem-se em:

1.1.1 Implantação dos indicadores Ambientais REBAPP - status atual de áreas verdes e de áreas verdes protegidas, aplicando as fórmulas REBAPP de apoio a gestão municipal de áreas verdes e de áreas verdes protegidas, nas bacias hidrográficas do município, com implantação de nova fórmula REBAPP de apoio a gestão municipal de Áreas Verdes em bacias hidrográficas $(A_{v1} + A_{v2} + A_n) / A_m$ e de Áreas Verdes Protegidas $(A_{uc1} + A_{uc2} + A_n) / A_m$ (mapa REBAPP/Ecológico do município):

IRAV – Índice REBAPP de Áreas Verdes existentes no município
IRAP – Índice REBAPP de Áreas Verdes Protegidas no município

1.1.2 Elaboração de mapeamentos com aplicação dos indicadores ambientais REBAPP para análise técnica e seleção de áreas potenciais para criação de nova Unidade de Conservação - UC prioritária e de conectividade verde dentro do território municipal com Retificação das Bordas em APP´s e das faixas de Entorno e de seus afluentes – Entornos de Conectividades Direta e Indireta – ECV´s do território do município com remanescente de mata nativa preservada de relevante interesse ecológico.

1.1.3 Visitas técnicas de checagem e aferição em campo dos imóveis, áreas verdes e das APP´s que forem necessárias para subsidiar a elaboração dos mapeamentos REBAPP.

2 DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E FUNDAMENTO LEGAL

2.1 O município de Chopinzinho está localizado na região sudoeste do estado do Paraná, inserido dentro da região da Floresta Ombrófila Mista, com presença de Araucária angustifolia (pinheiro do Paraná), árvore símbolo do Estado e presente na lista de espécies ameaçadas de extinção. Juntamente com estes remanescentes de mata nativa, com presença de araucárias, cria-se a oportunidade para a presença da fauna ameaçada de extinção, em especial, a Gralha-azul, ave símbolo do Estado do Paraná.

2.2 Possui 95.902,11 hectares de território municipal e é detentor de porções significativas de áreas de mata nativa com presenças de Araucárias e possui uma única unidade de conservação no território do município com área verde já protegida no ICMS Ecológico de 11.458,7 hectares da área indígena, ou seja, o município possui apenas uma área verde protegida (unidade de conservação) de um total geral de área verde existente no território de 31.124,2 hectares, ou seja, 19.665,5 hectares de área verde ainda existente no território do município, e não inseridas no ICMS Ecológico, considerando também o índice de áreas de mata nativa do município inserido no Mapa de Classe de Uso da Terra/IAT/Governo do Estado do Paraná.

Assinado por 2 pessoas: RODRIGO MIGUEL KOPROVSKI e RUBENEI MELOTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/8876-F868-19A2-4761 e informe o código 8876-F868-19A2-4761

2.3 Em termos práticos percentuais, o município possui no total, 31,124,2 hectares de mata nativa no seu território, e desta forma, ou seja, 63,1% de mata nativa preservada ainda existente com potencial para análise e inserção de novas áreas protegidas para o programa do ICMS Ecológico.

2.3.1 Assim, a relevância ambiental que o município possui apresenta-se em condição ímpar na região, onde a adoção de novos indicadores ambientais de apoio a gestão municipal de áreas verdes, torne-se imprescindível para um melhor desempenho do município neste viés que vem ao encontro com o tema mundial de apoio com ações de combate às Mudanças Climáticas.

2.4 O município possui, portanto, um total de 19.665,5 hectares de mata nativa preservada e que não são áreas verdes protegidas (UC´s), além da permanente necessidade de monitoramento e controle para evitar o desmatamento, em especial na região floresta ombrófila mista, em que o município se encontra em sua abrangência, com presença de espécies ameaçadas de extinção.

2.5 Desta forma, o município detectou a ausência de indicadores ambientais específicos, que provém da relação entre área verdes e áreas verdes protegidas, em função do total do território do município, e ainda, que estes indicadores não estão contemplados nas fórmulas de cálculo do ICMS Ecológico, no entanto, são importantes ferramentas para o planejamento e tomada de decisões ambientais e de desenvolvimento, por parte do município.

2.5.1 Em síntese, o município, na ausência de indicadores ambientais específicos, constata a necessidade de apoio técnico especializado para implantação destes indicadores e que se crie assim, indicadores ambientais de áreas verdes protegidas, das quais, no momento, é inexistente para o município, destacando que as necessidades e oportunidades acima descritas estão enquadradas na legislação vigente.

2.6 Considerando o “Art. 74, da Lei 14.133/2021. “É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos.”

2.7 Em observância disso, elucida-se que a contratada Nativa do Brasil é uma empresa técnica fundada em 10 de janeiro de 2007, que é detentora da Marca/Serviço: “Projeto REBAPP”, registrada no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) sob nº 924359021, estando dentre suas principais atividades, a especificidade e o diferencial de ser uma empresa privada de pesquisa técnico-científica e aplicada em campo, que gera novos modelos de engenharia, inovadores para a solução de problemas e questões no âmbito de planejamento e adequações inéditas. A empresa possui inúmeros convênios e termos de cooperação, sendo destacáveis:

a) CONFEA-CREA-MÚTUA/PR: Convênio nº 009/2021;

b) AMENORTE: Associação dos Municípios do Médio Noroeste do Estado do Paraná;

c) AMSOP: Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná;

d)CANTUQUIRIGUAÇU: Associação dos Municípios do Cantuquiriguaçu.

2.8 Os serviços inéditos da empresa, concluídos a partir de suas pesquisas, são:

a) PMIC: Plano Municipal de Programa ICMS Ecológico e PMIC especial de manancial/prómanancial. do Estado do Paraná;

b) REBAPP: Retificação de bordas em APPs, áreas de preservação permanente e solução de conflitos em zoneamentos em uso e ocupação do solo de planos diretores e de áreas verdes protegidas, criando novos indicadores ambientais, denominados indicadores ambientais REBAPP – IRAP e IRAV;

c) Criação e Registro do Projeto REBAPP Mosaico de UC´s do Corredor Ecológico Santa Maria com o Registro sob n° 172024100087/61.084 CREA-PR,

d) PACUIM: Planos ambientais de conservação das APPs e de uso dos imóveis lindeiros;

Assinado por 2 pessoas: RODRIGO MIGUEL KOPROVSKI e RUBENEI MELOTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/8876-F868-19A2-4761 e informe o código 8876-F868-19A2-4761

2.9 A empresa possui ainda:

a) Publicação na Revista da AMP (Ano 4, Edição nº 164/02): Apresentação do que é o PMIC criado pela Nativa do Brasil ao presidente da AMP – Associação dos Municípios do Paraná, prefeito de Jesuítas, Júnior Weiler;

b) Modelos de contratação do PMIC – Inexigibilidade PMIC nº 044/399, PMIC especial de manancial nº 037/399;

c) ARTs de 44 municípios de PMICs;

d) Treinamento de monitoramento específico de índices e coeficientes ambientais municipais do Programa ICMS Ecológico publicados pelo Governo do Estado do Paraná;

e) Treinamento de capacitação para os membros do GGIA – Grupo Gestor do Índice do Programa ICMS Ecológico municipal;

f) Atuações socioambientais espontâneas de caráter internacional;

g) Participação da empresa Nativa do Brasil na Feira FACIM 2016 (Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Moçambique);

2.10 A empresa tem como responsável técnico o Engenheiro Florestal Marcelo Lubas – CREA nº 23.078/D sendo o autor e criador do modelo de criação do Plano PMIC – Plano Municipal de Programa ICMS Ecológico para municípios, e ainda:

a) Destaque CREA/PR nos anos de 2012, 2017 e 2021;

b) Criador da técnica “Diagramas das Araucárias do Paraná”: técnica reconhecida, certificada e premiada pela Fundação Banco do Brasil como Nova Tecnologia Social;

c) Título de Responsabilidade Ambiental;

d) Autor do livro: “Memória e Sustentabilidade”;

e) Carta de Reconhecimento e de Notoriedade Internacional;

f) Certificado de Responsabilidade Ambiental da Câmara Municipal de Vereadores de São José dos Pinhais;

g) Premiado pela Fundação Banco do Brasil “Tecnologias Sociais, pela criação da técnica de trabalho com fibras e sapés de pinheiros (Diagramas das Araucárias) e pinhote (arte de costurar cascas de pinhão), que foi considerada Nova Tecnologia Social”;

h) Prêmio FUNARTE do Ministério da Cultura em produção crítica em culturas populares e tradicionais;

i) Atuações no exterior: Alemanha (1997), Estados Unidos e Caribe (Porto Rico) (2001), Espanha (2001), Alemanha (2006), África do Sul e Moçambique (2007); Itália e Suíça (2008), Moçambique (2007, 2008, 2009 e 2016).

2.11 Em virtude do mencionado acima, justifica-se a Notória Especialização da Empresa Nativa do Brasil, com Razão Social NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA, no desenvolvimento dos serviços a serem executados, devidamente comprovada através dos documentos anexados a este procedimento administrativo.

2.12 A Administração Municipal optou pela sua contratação por meio do procedimento de inexigibilidade de licitação, uma vez que, para o trabalho ambiental a ser realizado, é de suma importância o conhecimento técnico e legal das ações a serem executadas.

3 FORMA DE FORNECIMENTO:

3.1 Os serviços deverão ser fornecidos conforme as etapas abaixo:

Assinado por 2 pessoas: RODRIGO MIGUEL KOPROVSKI e RUBENEI MELOTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/8876-F868-19A2-4761 e informe o código 8876-F868-19A2-4761

DETALHAMENTO DAS INFORMAÇÕES POR ETAPAS	HORAS TÉCNICAS	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
Etapa 1 – Implantação indicadores ambientais REBAPP – IRAV – Índice REBAPP Áreas Verdes e IRAP – Índice REBAPP Áreas Verdes protegidas (status atual indicadores REBAPP - inicial)	40	190,00	7.600,00
Etapa 2 – Identificação, Seleção e Mapeamentos REBAPP corredores verdes de conectividade com áreas verdes potenciais e áreas verdes protegidas	90	190,00	17.100,00
Etapa 3 – Identificação das UC's existentes e seus posicionamentos geográficos de conectividade aos corredores verdes existentes em campo	20	190,00	3.800,00
Etapa 4 – Análise técnica e seleção de áreas potenciais com REBAPP para criação de novas UC's prioritárias e de conectividade verde em campo	60	190,00	11.400,00
Etapa 5 – Visitas técnicas de checagem e aferição em campo dos imóveis, áreas verdes e de APP's para elaboração dos mapeamentos REBAPP.	120	190,00	22.800,00
Etapa 6 – Ampliação dos novos indicadores ambientais REBAPP municipal com o incremento do IRAP – Índice REBAPP de áreas verdes protegidas, com elaboração de estudos técnicos REBAPP, ART-CREA, elaboração de mapeamentos perimetrais georreferenciados, mapeamentos de Uso e Ocupação do Solo georreferenciados, elaboração de memorial descritivo georreferenciado, proposição de zoneamento preliminar, elaboração de minuta de Decreto Municipal, organização da documentação em formato pdf e shp, com incremento dos indicadores ambientais REBAPP (Novo status indicadores REBAPP - atual)	240	190,00	45.600,00
Etapa 7 – Inserção das UC's do município no Projeto REBAPP Mosaico de UC's do Corredor Ecológico Santa Maria	16	190,00	3.040,00
Materiais impressos (18 plotagens coloridas, com imagens de satélite, alta resolução, gramatura 90g, em tamanho A-0, dobrados)	15 unid.	62,00	930,00
VALOR TOTAL	**586**	**- -**	**112.270,00**

3.2 Os serviços a serem contratados são de notória especialização, serviços não continuados, sem disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

3.3 A prestação dos serviços mencionados não gera vínculo empregatício entre os empregados do Contratado e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.4 Todas as comunicações a serem realizadas entre as partes serão feitas por correio eletrônico (e-mail), telefone ou ofício.

4 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

4.1 O Contratante pagará à Contratada os preços unitários previstos em sua proposta, conforme tabela constante no item 1 deste contrato.

Assinado por 2 pessoas: RODRIGO MIGUEL KOPROVSKI e RUBENEI MELOTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/8876-F868-19A2-4761 e informe o código 8876-F868-19A2-4761

4.2 O valor total do contrato é de R$ 112.270,00 (cento e doze mil, duzentos e setenta reais).

4.3 No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

4.4 Somente serão pagos os valores referentes aos serviços e quantitativos efetivamente entregues e que tenham sido recebidos definitivamente pelo contratante.

4.5 Para fins de atendimento ao disposto no Art. 372 do Decreto 73/2023, foram anexadas ao processo 4 (quatro) notas fiscais com o objeto idêntico ao descrito neste termo, comprovando assim, que o valor contratado está compatível com os preços praticados no mercado.

4.6 Mapa de Preços:

MUNICÍPIO	Nº NOTA FISCAL	DATA	VALOR (R$)
SÃO MIGUEL DO IGUAÇU - PR	162	15/05/2024	112.270,00
PARANAVAÍ - PR	163	20/05/2024	112.270,00
SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU – PR	167	06/08/2024	112.270,00
RAMILÂNDIA – PR	170	04/11/2024	112.270,00

4.7 O servidor responsável pela pesquisa de preços é o Sr. Rodrigo Koprovski.

5. DO REAJUSTE.

5.1 A periodicidade de reajuste do valor do contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice utilizando-se do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, por se tratar do índice adotado pela Administração quando do reajuste de contratos.

5.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

5.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

5.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

5.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá à servidora Sra. Joseane de Souza, a qual será responsável pelas seguintes atribuições (incisos I a VII do art.10 do Decreto nº 73/2023):

I - Analisar a documentação que antecede o pagamento;

II - Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

III - Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;

IV - Analisar os documentos referentes a execução do serviço executado pela contratada;

V - Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

VI - Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

VI - Efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no sistema GMS, quando couber, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

VII - Preencher o termo de avaliação de contratos administrativos disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços;

Assinado por 2 pessoas: RODRIGO MIGUEL KOPROVSKI e RUBENEI MELOTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/8876-F868-19A2-4761 e informe o código 8876-F868-19A2-4761

VI - Inserir os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

VII - Outras atividades compatíveis com a função.

6.1.2 As atribuições referidas no item 6.1 não afastam outras previstas em decreto específico, no que for compatível.

6.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao servidor Sr. Helder Felipe Klassen, e como substituto do fiscal o servidor Sr. Rodrigo Jazynski, os quais serão responsáveis pelas seguintes atribuições (parágrafos 1º ao 2º; e parágrafo 4º do art. 11; e incisos I a XV do art. 12 do Decreto nº 73/2023), naquilo que for compatível com o objeto do contrato:

I - Esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

II - Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços;

III - Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;

IV - Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;

V - Conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;

VI - Proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;

VII - Determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

VIII - Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

IX - Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

X - Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

XI - Dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;

XII - Verificar a correta aplicação dos materiais;

XIII - Requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;

XIV - Realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

XV - Propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

6.2.1 Compete ainda à fiscal do contrato, no que se refere à fiscalização e acompanhamento da prestação dos serviços:

I - A fiscal de contrato deve anotar, em registro, próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

II - A verificação da adequação do cumprimento do contrato deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Decreto nº 73/2023.

Assinado por 2 pessoas: RODRIGO MIGUEL KOPROVSKI e RUBENEI MELOTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/8876-F868-19A2-4761 e informe o código 8876-F868-19A2-4761

6.2.2 As atribuições referidas no item 6.2 não afastam outras previstas em decreto específico, no que for compatível.

7 PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO

7.1 Os serviços deverão ser executado no local, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência.

7.1.1 Local de realização dos serviços: Município de Chopinzinho-PR.

7.1.2 Prazo de execução: O prazo de execução dos serviços será de 3 (três) meses, com início em no máximo 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato.

7.1.2.1 Ao final do prazo de execução, a Contratada será responsável pela entrega de todos os serviços constantes no subitem “1.1” deste Termo.

7.1.2.2 Caso durante a execução contratual se fizer necessária a protocolização de documentos junto ao Instituto Água e Terra (IAT), esta correrá sob o apoio técnico da Contratada, sendo devidamente acompanhada pelo servidor responsável pela fiscalização contratual nomeado neste Termo.

7.1.2.3 Ainda, caso forem verificadas pendências indicadas pelo Instituto Água e Terra – IAT, será de responsabilidade da Contratada a adequação dos documentos até a devida aprovação destes.

7.2 O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no Termo de Referência.

7.3 O recebimento definitivo será feito no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da expedição do termo de recebimento provisório, depois de conferidos os itens dos serviços executados, consignando eventuais intercorrências.

7.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação do contratado, à sua custa, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada por quaisquer prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato, incluindo por vícios de qualidade ou técnicos, aparentes ou ocultos, ou por qualquer desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo, e verificadas posteriormente.

8 FONTE DE RECURSOS:

8.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária: Secretaria de Finanças.

Gestão/Unidade:	04.01 - DEPARTAMENTO DE GESTÃO FINANCEIRA
Fonte de Recursos:	000 - Recursos Ordinários (Livres)
Programa de Trabalho:	0412300022.008 - Manutenção das atividades da Secretaria de Finanças
Elemento de Despesa:	3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Desdobrado:	1763 - Serviços Técnicos Profissionais
Nota de Empenho:	Não se aplica

9 VIGÊNCIA:

9.1 O contrato terá vigência de 06 (seis) meses, contados da sua assinatura.

9.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

9.1.1.1 Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

Assinado por 2 pessoas: RODRIGO MIGUEL KOPROVSKI e RUBENEI MELOTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/8876-F868-19A2-4761 e informe o código 8876-F868-19A2-4761

a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.1 São obrigações da Contratada:

10.1.1 Efetuar a execução do serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste contrato e no termo de referência, acompanhado da respectiva nota fiscal;

10.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no termo de referência;

10.1.7 Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no SICAF, conforme legislação vigente;

10.1.8 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto do contrato, exceto quando houver:

10.1.9.1 Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.2 Aumentos das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste contrato e respetivo termo de referência;

10.2.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes deste contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 Comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

Assinado por 2 pessoas: RODRIGO MIGUEL KOPROVSKI e RUBENEI MELOTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/8876-F868-19A2-4761 e informe o código 8876-F868-19A2-4761

10.2.6 Efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste contrato e no termo de referência;

10.2.7 Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 Ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo contratado.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação de sistema interno, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal (inclusive do Município de Chopinzinho para contratados sediados em outro Município da Federação), com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.4.1 deste contrato.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \qquad I = \frac{(6/100)}{365} \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

Assinado por 2 pessoas: RODRIGO MIGUEL KOPROVSKI e RUBENEI MELOTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/8876-F868-19A2-4761 e informe o código 8876-F868-19A2-4761

11.5 A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.

11.6 O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento do objeto, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pela razão abaixo justificada:

12.1.1 Em função do valor ser pago somente após a execução dos serviços;

12.1.2 Em razão de que o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 73, de 2023, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

13.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto n.º 73, de 2023;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto n.º 73, de 2023;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto n.º 73, de 2023;

13.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto n.º 73, de 2023.

13.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública municipal, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o contratado.

13.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

13.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

13.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 73, de 2023, sem prejuízo de norma ou súmula administrativa específica.

13.7 Nos casos não previstos neste contrato, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 73, de 2023.

13.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, no procedimento de seleção do fornecedor e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Município de Chopinzinho.

13.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Município de Chopinzinho.

13.10 As multas previstas neste contrato poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública municipal.

Assinado por 2 pessoas: RODRIGO MIGUEL KOPROVSKI e RUBENEI MELOTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/8876-F868-19A2-4761 e informe o código 8876-F868-19A2-4761

14. CASOS DE EXTINÇÃO:

14.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

14.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta**;**

14.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

14.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

14.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

14.4 O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

15. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

15.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133. de 2021.

15.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

15.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no termo de referência;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15.3 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no termo de referência que originou o contrato.

15.4 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

15.5 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

15.6 Não será admitida a subcontratação ou cessão total ou parcial dos serviços, objeto deste termo.

16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

16.1 O CONTRATANTE e o CONTRATADO, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

Assinado por 2 pessoas: RODRIGO MIGUEL KOPROVSKI e RUBENEI MELOTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/8876-F868-19A2-4761 e informe o código 8876-F868-19A2-4761

16.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis à própria execução dos serviços por parte do CONTRATADO, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade.

16.3 Os dados tratados pelo CONTRATADO somente poderão ser utilizados execução dos serviços especificados no contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE.

16.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o CONTRATADO realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

16.5 O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula.

16.6 O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

16.7 O eventual acesso, pelo CONTRATADO, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o CONTRATADO e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

16.8 O encarregado do CONTRATADO manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

16.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocado a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto do contrato, no tocante a dados pessoais.

16.10 O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

16.11 Os representantes legais do CONTRATADO, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

16.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do CONTRATADO, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma de regulamentação específica.

16.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base no contrato serão atendidas na forma de regulamentação específica.

16.14 O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis.

16.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, hipótese em que o SUBCONTRATADO ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao CONTRATADO.

16.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Contratado providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

Assinado por 2 pessoas: RODRIGO MIGUEL KOPROVSKI e RUBENEI MELOTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/8876-F868-19A2-4761 e informe o código 8876-F868-19A2-4761

16.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do CONTRATANTE ao Município de Chopinzinho, que poderá consultar a Procuradoria Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

17. DA APROVAÇÃO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL

O Secretário Municipal de Administração e Finanças deste órgão aprovam este Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar, bem como atestam o alinhamento dos referidos documentos ao planejamento estratégico e ao plano de contratações anual. Os referidos documentos estão lastreados nos elementos técnicos fundamentais que os apoiam, tais como na descrição precisa do objeto e suas especificações técnicas, a necessidade da contratação foi demonstrada pelo órgão de origem, a definição dos requisitos da contratação foram fixados, a estimativa da quantidade e o levantamento de mercado, estimativa da despesa, o orçamento estimativo e/ou o cronograma físico-financeiro de desembolso foram realizados por servidor público identificado, houve a descrição da solução como um todo, os resultados pretendidos estão direcionados ao interesse público e aos interesses gerais, o modo de fornecimento, o local e o prazo da entrega foram definidos de forma razoável, assim como os critérios de aceitação do objeto, as obrigações das partes foram devidamente definidas, a forma de pagamento foi estabelecida de forma usualmente adotada pela Administração municipal, o órgão interessado definiu os critérios de seleção dos fornecedores, os prazos de vigência e execução contratual foram fixados, as hipóteses de reajuste e revisão constam de forma expressa nos documentos, houve a indicação dos recursos financeiros e orçamentários e, finalmente, o gestor e fiscal foram expressamente designados.

Chopinzinho, 07 de abril de 2025.

Rubenei Meloto
Secretário Municipal de Administração

Rodrigo Koprovski
Secretário Municipal de Finanças

Assinado por 2 pessoas: RODRIGO MIGUEL KOPROVSKI e RUBENEI MELOTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/8876-F868-19A2-4761 e informe o código 8876-F868-19A2-4761

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 8876-F868-19A2-4761

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

RODRIGO MIGUEL KOPROVSKI (CPF 030.XXX.XXX-67) em 07/04/2025 10:15:00 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

RUBENEI MELOTO (CPF 749.XXX.XXX-68) em 07/04/2025 10:35:11 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/8876-F868-19A2-4761

Memorando 13- 1.291/2025

De: ANDREIA S. - SMA-LC

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 07/04/2025 às 10:43:25

Decreto Agente de Contratação.

–

Andreia da Silva
Agente Administrativo

Anexos:

Decreto_016_2025_Decreto_Agente_de_Contratacao.pdf

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 016/2025 - AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

DECRETO Nº 016, DE 06 DE JANEIRO DE 2025

Nomeia Agente de Contratação, Pregoeiro Equipe de Apoio do Município de Chopinzinho/PR, e dá outras providências.

O Prefeito DO MUNICÍPIO de Chopinzinho, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
CONSIDERANDO os artigos 4º e 5º do Decreto 073, de 28 de março de 2023, que Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Municipal, direta, autárquica e fundacional do Município de Chopinzinho, a Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, que "Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios", a aquisição e incorporação de bens ao patrimônio público municipal, os procedimentos para intervenção estatal na propriedade privada e dá outras providências.
DECRETA:
Art. 1º Ficam nomeados os servidores, Sr. Paulo Egídio Dalsasso, Sr. Sílvio Alves da Rosa e Sra. Andréia da Silva para exercer a função de Agente de Contratação/Pregoeiro do Município de Chopinzinho para o exercício de 2025.
Art. 2º Ficam igualmente nomeados os servidores, Sra. Micheli Leticia Dietrich, Sr. Daniel Schizzi, e a Eliziane Luiza Sangeletti, como equipe de apoio.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 06 DE JANEIRO DE 2025.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Maria Antonia Schizzi
Código Identificador:A9E110C6

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 07/01/2025. Edição 3188
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amp/

Memorando 14- 1.291/2025

De: ANDREIA S. - SMA-LC

Para: GAB - Gabinete do Prefeito

Data: 07/04/2025 às 10:44:09

Segue para autorização do Sr. Prefeito.

–

Andreia da Silva
Agente Administrativo

Memorando 15- 1.291/2025

De: Álvaro S. - GAB

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 07/04/2025 às 16:03:13

Setores envolvidos:

SMA, GAB, SMF, SMA-LC, SMF-C

Contratação de empresa especializada para implantação dos novos indicadores REBAPP

Em anexo autorização.

_

Álvaro Dênis Ceni Scolaro
Prefeito Municipal

Anexos:
AUTORIZACAO_37_.pdf

Assinado por 1 pessoa: ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/3AD4-AC44-2EFD-D9F2 e informe o código 3AD4-AC44-2EFD-D9F2

AUTORIZAÇÃO

Face ao constante dos autos, protocolado nesta Prefeitura sob o Memorando nº **1.291/2025** e considerando a média de preços de mercado, objeto da presente, **autorizo firmar Contrato de Serviços, através de Processo de Inexigibilidade de Licitação**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores.

As despesas decorrentes deverão onerar os recursos orçamentários das categorias econômicas, conforme dotações, abaixo:

SECRETARIA DE FINANÇAS

Gestão/Unidade:	04.01 - DEPARTAMENTO DE GESTÃO FINANCEIRA
Fonte de Recursos:	000 - Recursos Ordinários (Livres)
Programa de Trabalho:	0412300022.008 - Manutenção das atividades da Secretaria de Finanças
Elemento de Despesa:	3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Desdobrado:	1763 - Serviços Técnicos Profissionais
Nota de Empenho:	Não Se Aplica

Por outro lado, o impacto orçamentário-financeiro foi considerado no presente exercício e nos dois subsequentes, bem como tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, nos termos dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Aprovo o termo de referência e o estudo técnico preliminar, bem como atesto o alinhamento dos referidos documentos ao planejamento estratégico e ao plano de contratações anual. Os referidos documentos estão lastreados nos elementos técnicos fundamentais que os apoiam, tais como na descrição precisa do objeto e suas especificações técnicas, a necessidade da contratação foi demonstrada pelo órgão de origem, a definição dos requisitos da contratação foram fixados, a estimativa da quantidade e o levantamento de mercado, estimativa da despesa, o orçamento estimativo e/ou o cronograma físico-financeiro de desembolso foram realizados por servidor público identificado, houve a descrição da solução como um todo, os resultados pretendidos estão direcionados ao interesse público e aos interesses gerais, o modo de fornecimento, o local e o prazo da entrega foram definidos de forma razoável, assim como os critérios de aceitação do objeto, as obrigações das partes foram devidamente definidas, a forma de pagamento foi estabelecida de forma usualmente adotada pela Administração municipal, o órgão interessado definiu os critérios de seleção dos fornecedores, os prazos de vigência e execução contratual foram fixados,

Assinado por 1 pessoa: ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/3AD4-AC44-2EFD-D9F2 e informe o código 3AD4-AC44-2EFD-D9F2

as hipóteses de reajuste e revisão constam de forma expressa nos documentos, houve a indicação dos recursos financeiros e orçamentários e, finalmente, o gestor e fiscal foram expressamente designados.

Solicito a Divisão de Licitações e Contratos, preparação da minuta do instrumento de Licitação e Contrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, Art. 74, inciso III, alínea “a”.

Chopinzinho - PR, 07 de abril de 2025.

_____

Álvaro Denis Ceni Scolaro
Prefeito

Assinado por 1 pessoa: ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/3AD4-AC44-2EFD-D9F2 e informe o código 3AD4-AC44-2EFD-D9F2

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 3AD4-AC44-2EFD-D9F2

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO (CPF 009.XXX.XXX-40) em 07/04/2025 16:03:30 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/3AD4-AC44-2EFD-D9F2

Memorando 16- 1.291/2025

De: ANDREIA S. - SMA-LC

Para: PGM - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Data: 07/04/2025 às 16:33:43

Prezados,

Foi realizado o download da minuta do Contrato junto ao site do município às 09h00 do dia 04 de abril 2025.

1 – O item 3 Forma de Fornecimento da minuta padronizada foi adequado para prestação de serviços, considerando que a minuta é aquisição de bens.

1.1 – Incluídos os itens 3.2 a 3.4.

2 – No item 6 do Contrato - Gestão e Fiscalização, a redação foi alterada conforme DESPACHO Nº 05/2024/PGM/MS, do memorando nº 185/2024.

3 – O item 7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO , foi adequado para prestação de serviços, tendo em vista que a minuta padronizada trata de aquisição de bens.

4 – Incluído os itens 11.5 e 11.6 referentes à nota fiscal e pagamento.

Sendo essas as considerações, encaminha-se os autos para Procuradoria do Município para emissão de Parecer Jurídico.

–

Andreia da Silva
Agente Administrativo

Anexos:

EXTRATO_DO_CONTRATO_XX_2025_INEX_XX_2025.pdf
MINUTA_CONTRATO_XX_2025_NATIVA_BRASIL.pdf
TERMO_DE_CONTRATACAO_DIRETA_INEX_XX_2025.pdf

Espécie: Extrato do Contrato n° XX/2025. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Nativa Brasil - Pesquisa, Tecnologia e Desenvolvimento Ltda. CNPJ: 08.648.607/0001-94. Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para Implantação dos novos indicadores ambientais REBAPP – Retificação das Bordas em APP´s - Áreas de Preservação Permanente e de Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo do município de Chopinzinho-PR. Valor: R$ 112.270,00 (cento e doze mil, duzentos e setenta reais). Origem: Inexigibilidade de Licitação n° XX/2025. Fundamento Legal: Artigo 74 da Lei Federal 14.133/21. Elemento de despesa: (1763) FONTE: 000. Data da assinatura: ___/___/2025. Assinam: Álvaro Denis Ceni Scolaro, pelo Município e Marcelo Lubas, pela Empresa.

CONTRATAÇÃO DIRETA – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

MINUTA - CONTRATO ADMINISTRATIVO N° XX/2025

Memorando Eletrônico nº 1.291/2025

CONTRATANTE: **O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO**, por intermédio da Secretária de Finanças, com sede na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel, CEP 85.560-00, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.995.414/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Senhor Álvaro Denis Ceni Scolaro, portador do CPF nº 009.378.889-40 e do RG nº 8.124.995-4 SSP/PR.

CONTRATADA: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.648.607/0001-94, com sede na Rua Nicolau Pampuch, nº 188, Bairro Afonso Pena, no município de São José dos Pinhais – Paraná, CEP: 83.045-280, neste ato representada legalmente pelo Sr. Marcelo Lubas, portador de RG nº 4.164.583-0 e inscrito no CPF sob nº 610.572.319-91.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e pelo Decreto n.º 73, de 2023, conforme as cláusulas e condições seguintes:

1. OBJETO:

Contratação de pessoa jurídica especializada para Implantação dos novos indicadores ambientais REBAPP – Retificação das Bordas em APP´s - Áreas de Preservação Permanente e de Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo do município de Chopinzinho-PR, conforme descrito no Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANT.	UNID.	VALOR TOTAL (R$)
01	Implantação dos Indicadores Ambientais REBAPP do município: - IRAV/Índice REBAPP de Áreas Verdes; - IRAP/Índice REBAPP de Áreas Verdes Protegidas.	01	Serviço	112.270,00

1.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

As atividades a serem realizados por meio do objeto contratado, constituem-se em:

1.1.1 Implantação dos indicadores Ambientais REBAPP - status atual de áreas verdes e de áreas verdes protegidas, aplicando as fórmulas REBAPP de apoio a gestão municipal de áreas verdes e de áreas verdes protegidas, nas bacias hidrográficas do município, com implantação de nova fórmula REBAPP de apoio a gestão municipal de Áreas Verdes em bacias hidrográficas $(A_{v1} + A_{v2} + A_n) / A_m$ e de Áreas Verdes Protegidas $(A_{uc1} + A_{uc2} + A_n) / A_m$ (mapa REBAPP/Ecológico do município):

IRAV – Índice REBAPP de Áreas Verdes existentes no município
IRAP – Índice REBAPP de Áreas Verdes Protegidas no município

1.1.2 Elaboração de mapeamentos com aplicação dos indicadores ambientais REBAPP para análise técnica e seleção de áreas potenciais para criação de nova Unidade de Conservação - UC prioritária e de conectividade verde dentro do território municipal com Retificação das Bordas em APP´s e das faixas de Entorno e de seus afluentes – Entornos de Conectividades Direta e Indireta – ECV´s do território do município com remanescente de mata nativa preservada de relevante interesse ecológico.

1.1.3 Visitas técnicas de checagem e aferição em campo dos imóveis, áreas verdes e das APP´s que forem necessárias para subsidiar a elaboração dos mapeamentos REBAPP.

1.2 São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1 O Termo de Referência e o Termo de Inexigibilidade que deu origem à contratação;

1.2.2 A Autorização de Contratação Direta;

1.2.3 A Proposta da Contratada;

1.2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. FUNDAMENTO:

Este contrato decorre da **Inexigibilidade de Licitação n.º XX/2025**, com fundamento no artigo 74 da Lei Federal 14.133/2021, inciso III, alínea "a":

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

[...]

a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos."

Objeto do **Processo Administrativo n.º XX/2025**, com a autorização publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Município após a homologação do Processo, e conforme ato de autorização no despacho nº XX do Memorando nº 1.291/2025.

3. FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1 Os serviços deverão ser fornecidos conforme as etapas abaixo:

DETALHAMENTO DAS INFORMAÇÕES POR ETAPAS	HORAS TÉCNICAS	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
Etapa 1 – Implantação indicadores ambientais REBAPP – IRAV – Índice REBAPP Áreas Verdes e IRAP – Índice REBAPP Áreas Verdes protegidas (status atual indicadores REBAPP - inicial)	40	190,00	7.600,00
Etapa 2 – Identificação, Seleção e Mapeamentos REBAPP corredores verdes de conectividade com áreas verdes potenciais e áreas verdes protegidas	90	190,00	17.100,00
Etapa 3 – Identificação das UC's existentes e seus posicionamentos geográficos de conectividade aos corredores verdes existentes em campo	20	190,00	3.800,00
Etapa 4 – Análise técnica e seleção de áreas potenciais com REBAPP para criação de novas UC's prioritárias e de conectividade verde em campo	60	190,00	11.400,00
Etapa 5 – Visitas técnicas de checagem e aferição em campo dos imóveis, áreas verdes e de APP's para elaboração dos mapeamentos REBAPP.	120	190,00	22.800,00

Etapa 6 – Ampliação dos novos indicadores ambientais REBAPP municipal com o incremento do IRAP – Índice REBAPP de áreas verdes protegidas, com elaboração de estudos técnicos REBAPP, ART-CREA, elaboração de mapeamentos perimetrais georreferenciados, mapeamentos de Uso e Ocupação do Solo georreferenciados, elaboração de memorial descritivo georreferenciado, proposição de zoneamento preliminar, elaboração de minuta de Decreto Municipal, organização da documentação em formato pdf e shp, com incremento dos indicadores ambientais REBAPP (Novo status indicadores REBAPP - atual)	240	190,00	45.600,00
Etapa 7 – Inserção das UC's do município no Projeto REBAPP Mosaico de UC's do Corredor Ecológico Santa Maria	16	190,00	3.040,00
Materiais impressos (18 plotagens coloridas, com imagens de satélite, alta resolução, gramatura 90g, em tamanho A-0, dobrados)	15 unid.	62,00	930,00
VALOR TOTAL	**586**	**- -**	**112.270,00**

3.2 Os serviços a serem contratados são de notória especialização, serviços não continuados, sem disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

3.3 A prestação dos serviços mencionados não gera vínculo empregatício entre os empregados do Contratado e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.4 Todas as comunicações a serem realizadas entre as partes serão feitas por correio eletrônico (e-mail), telefone ou ofício.

4. PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

4.1 O Contratante pagará à Contratada os preços unitários previstos em sua proposta, conforme tabela constante no item 1 deste termo.

4.2 O valor máximo a ser pago à Contratada será de R$ 112.270,00 (cento e doze mil, duzentos e setenta reais).

4.3 No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

4.4 Somente serão pagos os valores referentes aos serviços e quantitativos efetivamente entregues e que tenham sido recebidos definitivamente pelo contratante.

5. DO REAJUSTE:

5.1 A periodicidade de reajuste do valor do contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice utilizando-se do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, por se tratar do índice adotado pela Administração quando do reajuste de contratos.

5.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

5.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

5.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

5.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá à servidora Sra. Joseane de Souza, a qual será responsável pelas seguintes atribuições (incisos I a VII do art.10 do Decreto nº 73/2023):

I - Analisar a documentação que antecede o pagamento;

II - Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

III - Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;

IV - Analisar os documentos referentes a execução do serviço executado pela contratada;

V - Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

VI - Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

VI - Efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no sistema GMS, quando couber, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

VII - Preencher o termo de avaliação de contratos administrativos disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços;

VI - Inserir os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

VII - Outras atividades compatíveis com a função.

6.1.2 As atribuições referidas no item 6.1 não afastam outras previstas em decreto específico, no que for compatível.

6.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá servidor Sr. Helder Felipe Klassen, e como substituto do fiscal o servidor Sr. Rodrigo Jazynski, os quais serão responsáveis pelas seguintes atribuições (parágrafos 1º ao 2º; e parágrafo 4º do art. 11; e incisos I a XV do art. 12 do Decreto nº 73/2023), naquilo que for compatível com o objeto do contrato:

I - Esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

II - Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços;

III - Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;

IV - Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;

V - Conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;

VI - Proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;

VII - Determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

VIII - Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

IX - Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

X - Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

XI - Dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;

XII - Verificar a correta aplicação dos materiais;

XIII - Requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;

XIV - Realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

XV - Propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

6.2.1 Compete ainda à fiscal do contrato, no que se refere à fiscalização e acompanhamento da prestação dos serviços:

I - A fiscal de contrato deve anotar, em registro, próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

II - A verificação da adequação do cumprimento do contrato deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Decreto nº 73/2023.

6.2.2 As atribuições referidas no item 6.2 não afastam outras previstas em decreto específico, no que for compatível.

7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

7.1 Os serviços deverão ser executado no local, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência.

7.1.1 Local de realização dos serviços: Município de Chopinzinho-PR.

7.1.2 Prazo de execução: O prazo de execução dos serviços será de 3 (três) meses, com início em no máximo 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato.

7.1.2.1 Ao final do prazo de execução, a Contratada será responsável pela entrega de todos os serviços constantes no subitem “1.1” deste Termo.

7.1.2.2 Caso durante a execução contratual se fizer necessária a protocolização de documentos junto ao Instituto Água e Terra (IAT), esta correrá sob o apoio técnico da Contratada, sendo devidamente acompanhada pelo servidor responsável pela fiscalização contratual nomeado neste Termo.

7.1.2.3 Ainda, caso forem verificadas pendências indicadas pelo Instituto Água e Terra – IAT, será de responsabilidade da Contratada a adequação dos documentos até a devida aprovação destes.

7.2 O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no Termo de Referência.

7.3 O recebimento definitivo será feito no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da expedição do termo de recebimento provisório, depois de conferidos os itens dos serviços executados, consignando eventuais intercorrências.

7.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação do contratado, à sua custa, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada por quaisquer prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato, incluindo por vícios de qualidade ou técnicos, aparentes ou ocultos, ou por qualquer desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo, e verificadas posteriormente.

8. FONTE DE RECURSOS:

8.1 A despesa correrá por conta das seguintes dotações orçamentária**:** Secretaria de Finanças.

Gestão/Unidade:	04.01 - DEPARTAMENTO DE GESTÃO FINANCEIRA
Fonte de Recursos:	000 - Recursos Ordinários (Livres)
Programa de Trabalho:	0412300022.008 - Manutenção das atividades da Secretaria de Finanças
Elemento de Despesa:	3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Desdobrado:	1763 - Serviços Técnicos Profissionais
Nota de Empenho:	Não se aplica

9. VIGÊNCIA:

9.1 O contrato terá vigência de 06 (seis) meses, contados da data de assinatura.

9.1.1 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

9.1.1.1 Quando a não conclusão decorrer de culpa da contratada:

a) A contratada será constituída em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

10. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.1 São obrigações da Contratada:

10.1.1 Efetuar a execução do serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste contrato e no termo de referência, acompanhado da respectiva nota fiscal;

10.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no termo de referência;

10.1.7 Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Município de Chopinzinho, conforme legislação vigente;

10.1.8 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto do contrato, exceto quando houver:

10.1.9.1 Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.2 Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10 Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato e respetivo termo de referência;

10.2.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 Comunicar à contratada, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no contrato e no termo de referência;

10.2.7 Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pela contratada, no que couber;

10.2.8 Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 Ressarcir a contratada, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

11. FORMA DE PAGAMENTO:

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da Contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação de sistema interno, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal (inclusive do Município de

Chopinzinho para contratados sediados em outro Município da Federação), com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na execução dos serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.4.1 deste termo.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \qquad I = \frac{(6/100)}{365} \qquad I = 0{,}00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

11.5 A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.

11.6 O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento do objeto, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

12.1.1 Em função do valor ser pago somente após a execução dos serviços;

12.1.2 Em razão de que o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

13.1. A contratada que incorra em infrações sujeita-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 73, de 2023, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

13.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto n.º 73, de 2023;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto n.º 73, de 2023;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto n.º 73, de 2023;

13.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto n.º 73, de 2023.

13.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública municipal, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda a contratada.

13.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

13.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

13.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 73, de 2023, sem prejuízo de norma ou súmula administrativa específica.

13.7 Nos casos não previstos neste contrato, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 73, de 2023.

13.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, no procedimento de seleção do fornecedor e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Município de Chopinzinho.

13.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Município de Chopinzinho.

13.10 As multas previstas neste contrato poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública municipal.

14. CASOS DE EXTINÇÃO:

14.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

14.1.1 Por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta**;**

14.1.2 De forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

14.1.3 Por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

14.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa à Contratada.

14.4 A Contratada, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

15. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

15.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133. de 2021.

15.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, a contratada será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

15.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no termo de referência;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15.3 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no termo de referência que originou o contrato.

15.4 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

15.5 Não será admitida a subcontratação ou cessão total ou parcial dos serviços, objeto deste termo.

15.6 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS:

16.1 O CONTRATANTE e a CONTRATADA, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

16.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento dos serviços por parte da CONTRATADA, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade.

16.3 Os dados tratados pela CONTRATADA somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE.

16.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que a CONTRATADA realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

16.5 A Contratada deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula.

16.6 A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

16.7 O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

16.8 O encarregado da CONTRATADA manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

16.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

16.10 A Contratada responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

16.11 Os representantes legais da CONTRATADA, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

16.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte da CONTRATADA, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma de regulamentação específica.

16.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma de regulamentação específica.

16.14 O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados à Contratada, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis.

16.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, hipótese em que o SUBCONTRATADO ficará sujeita aos mesmos limites impostos à CONTRATADA.

16.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

16.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do CONTRATANTE ao Município de Chopinzinho, que poderá consultar a Procuradoria Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o termo de referência e a proposta apresentada pela contratada durante o procedimento administrativo que deu origem à contração.

17.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 73, de 2023 e demais leis pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

17.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Município de Chopinzinho e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema interno utilizado pelo município.

17.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Chopinzinho, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Chopinzinho - PR, ___/___/2025.

Município de Chopinzinho
Álvaro Denis Ceni Scolaro
Contratante

Nativa Brasil - Pesquisa, Tecnologia e Desenvolvimento Ltda
Marcelo Lubas
Contratada

Joseane de Souza
Gestora do Contrato

Helder Felipe Klassen
Fiscal do Contrato

Rodrigo Jazynski
Fiscal Substituto do Contrato

Testemunhas:

1 – Nome:

2 – Nome:

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE: XX/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 46/2025
MEMORANDO ELETRÔNICO: 1.291/2025

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021 - Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
[...]
III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
[...]
a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos.

CONTRATANTE: **O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO**, por intermédio da Secretária de Finanças, com sede na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel, CEP 85.560-00, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.995.414/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Senhor Álvaro Denis Ceni Scolaro, portador do CPF nº 009.378.889-40 e do RG nº 8.124.995-4 SSP/PR.

CONTRATADA: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.648.607/0001-94, com sede na Rua Nicolau Pampuch, nº 188, Bairro Afonso Pena, no município de São José dos Pinhais – Paraná, CEP: 83.045-280, neste ato representada legalmente pelo Sr. Marcelo Lubas, portador de RG nº 4.164.583-0 e inscrito no CPF sob nº 610.572.319-91.

DO OBJETO
Contratação de pessoa jurídica especializada para Implantação dos novos indicadores ambientais REBAPP – Retificação das Bordas em APP´s - Áreas de Preservação Permanente e de Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo do município de Chopinzinho-PR.

DO VALOR
O valor total do contrato é de R$ 112.270,00 (cento e doze mil, duzentos e setenta reais).

DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO
O contrato terá vigência de 06 (seis) meses, contados da data de assinatura.

FONTE DE RECURSOS
A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária: Secretaria de Finanças.

Gestão/Unidade:	04.01 - DEPARTAMENTO DE GESTÃO FINANCEIRA
Fonte de Recursos:	000 - Recursos Ordinários (Livres)
Programa de Trabalho:	0412300022.008 - Manutenção das atividades da Secretaria de Finanças
Elemento de Despesa:	3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Desdobrado:	1763 - Serviços Técnicos Profissionais
Nota de Empenho:	Não se aplica

DA JUSTIFICATIVA
O município de Chopinzinho está localizado na região sudoeste do estado do Paraná, inserido dentro da região da Floresta Ombrófila Mista, com presença de Araucária angustifolia (pinheiro do Paraná), árvore símbolo do Estado e presente na lista de espécies ameaçadas de extinção. Juntamente com estes remanescentes de mata nativa, com presença de araucárias, cria-se a oportunidade para a presença da fauna ameaçada de extinção, em especial, a Gralha-azul, ave símbolo do Estado do Paraná.

Possui 95.902,11 hectares de território municipal e é detentor de porções significativas de áreas de mata nativa com presenças de Araucárias e possui uma única unidade de conservação no território do município com área verde já protegida no ICMS Ecológico de 11.458,7 hectares da área indígena, ou seja, o município possui apenas uma área verde protegida (unidade de conservação) de um total geral de área verde existente no território de 31.124,2 hectares, ou seja, 19.665,5 hectares de área verde ainda existente no território do município, e não inseridas no ICMS Ecológico, considerando também o índice de áreas de mata nativa do município inserido no Mapa de Classe de Uso da Terra/IAT/Governo do Estado do Paraná.

Em termos práticos percentuais, o município possui no total, 31,124,2 hectares de mata nativa no seu território, e desta forma, ou seja, 63,1% de mata nativa preservada ainda existente com potencial para análise e inserção de novas áreas protegidas para o programa do ICMS Ecológico.

Assim, a relevância ambiental que o município possui apresenta-se em condição ímpar na região, onde a adoção de novos indicadores ambientais de apoio a gestão municipal de áreas verdes, torne-se imprescindível para um melhor desempenho do município neste viés que vem ao encontro com o tema mundial de apoio com ações de combate às Mudanças Climáticas.

O município possui, portanto, um total de 19.665,5 hectares de mata nativa preservada e que não são áreas verdes protegidas (UC´s), além da permanente necessidade de monitoramento e controle para evitar o desmatamento, em especial na região floresta ombrófila mista, em que o município se encontra em sua abrangência, com presença de espécies ameaçadas de extinção.

Desta forma, o município detectou a ausência de indicadores ambientais específicos, que provém da relação entre área verdes e áreas verdes protegidas, em função do total do território do município, e ainda, que estes indicadores não estão contemplados nas fórmulas de cálculo do ICMS Ecológico, no entanto, são importantes ferramentas para o planejamento e tomada de decisões ambientais e de desenvolvimento, por parte do município.

Em síntese, o município, na ausência de indicadores ambientais específicos, constata a necessidade de apoio técnico especializado para implantação destes indicadores e que se crie assim, indicadores ambientais de áreas verdes protegidas, das quais, no momento, é inexistente para o município, destacando que as necessidades e oportunidades acima descritas estão enquadradas na legislação vigente.

Em observância disso, elucida-se que a contratada Nativa do Brasil é uma empresa técnica fundada em 10 de janeiro de 2007, que é detentora da Marca/Serviço: “Projeto REBAPP”, registrada no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) sob nº 924359021, estando dentre suas principais atividades, a especificidade e o diferencial de ser uma empresa privada de pesquisa técnico-científica e aplicada em campo, que gera novos modelos de engenharia, inovadores para a solução de problemas e questões no âmbito de planejamento e adequações inéditas. A empresa possui inúmeros convênios e termos de cooperação, sendo destacáveis:

a) CONFEA-CREA-MÚTUA/PR: Convênio nº 009/2021;
b) AMENORTE: Associação dos Municípios do Médio Noroeste do Estado do Paraná;
c) AMSOP: Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná;
d)CANTUQUIRIGUAÇU: Associação dos Municípios do Cantuquiriguaçu.

Os serviços inéditos da empresa, concluídos a partir de suas pesquisas, são:

a) PMIC: Plano Municipal de Programa ICMS Ecológico e PMIC especial de manancial/prómanancial. do Estado do Paraná;
b) REBAPP: Retificação de bordas em APPs, áreas de preservação permanente e solução de conflitos em zoneamentos em uso e ocupação do solo de planos diretores e de áreas verdes protegidas, criando novos indicadores ambientais, denominados indicadores ambientais REBAPP – IRAP e IRAV;
c) Criação e Registro do Projeto REBAPP Mosaico de UC´s do Corredor Ecológico Santa Maria com o Registro sob n° 172024100087/61.084 CREA-PR,
d) PACUIM: Planos ambientais de conservação das APPs e de uso dos imóveis lindeiros;

A empresa possui ainda:

a) Publicação na Revista da AMP (Ano 4, Edição nº 164/02): Apresentação do que é o PMIC criado pela Nativa do Brasil ao presidente da AMP – Associação dos Municípios do Paraná, prefeito de Jesuítas, Júnior Weiler;
b) Modelos de contratação do PMIC – Inexigibilidade PMIC nº 044/399, PMIC especial de manancial nº 037/399;
c) ARTs de 44 municípios de PMICs;
d) Treinamento de monitoramento específico de índices e coeficientes ambientais municipais do Programa ICMS Ecológico publicados pelo Governo do Estado do Paraná;

e) Treinamento de capacitação para os membros do GGIA – Grupo Gestor do Índice do Programa ICMS Ecológico municipal;
f) Atuações socioambientais espontâneas de caráter internacional;
g) Participação da empresa Nativa do Brasil na Feira FACIM 2016 (Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Moçambique);

A empresa tem como responsável técnico o Engenheiro Florestal Marcelo Lubas – CREA nº 23.078/D sendo o autor e criador do modelo de criação do Plano PMIC – Plano Municipal de Programa ICMS Ecológico para municípios, e ainda:
a) Destaque CREA/PR nos anos de 2012, 2017 e 2021;
b) Criador da técnica "Diagramas das Araucárias do Paraná": técnica reconhecida, certificada e premiada pela Fundação Banco do Brasil como Nova Tecnologia Social;
c) Título de Responsabilidade Ambiental;
d) Autor do livro: "Memória e Sustentabilidade";
e) Carta de Reconhecimento e de Notoriedade Internacional;
f) Certificado de Responsabilidade Ambiental da Câmara Municipal de Vereadores de São José dos Pinhais;
g) Premiado pela Fundação Banco do Brasil "Tecnologias Sociais, pela criação da técnica de trabalho com fibras e sapés de pinheiros (Diagramas das Araucárias) e pinhote (arte de costurar cascas de pinhão), que foi considerada Nova Tecnologia Social";
h) Prêmio FUNARTE do Ministério da Cultura em produção crítica em culturas populares e tradicionais;
i) Atuações no exterior: Alemanha (1997), Estados Unidos e Caribe (Porto Rico) (2001), Espanha (2001), Alemanha (2006), África do Sul e Moçambique (2007); Itália e Suíça (2008), Moçambique (2007, 2008, 2009 e 2016).

Em virtude do mencionado acima, justifica-se a Notória Especialização da Empresa Nativa do Brasil, com Razão Social NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA, no desenvolvimento dos serviços a serem executados, devidamente comprovada através dos documentos anexados a este procedimento administrativo.

A Administração Municipal optou pela sua contratação por meio do procedimento de inexigibilidade de licitação, uma vez que, para o trabalho ambiental a ser realizado, é de suma importância o conhecimento técnico e legal das ações a serem executadas.

Chopinzinho-PR, ___/___/2025.

Joseane de Souza
Gestora do Contrato

DA AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO

Considerando a justificativa da Secretaria, quanto à necessidade do objeto e a avaliação das soluções disponíveis no mercado, concluindo-se pela viabilidade da contratação.
Considerando que o processo é instruído com os documentos relacionados no art. 72 da Lei n. º 14.133, de 1º de abril de 2021.
Considerando os pareceres favoráveis à contratação e/ou o saneamento dos aspectos consignados nas respectivas ressalvas.

AUTORIZO a contratação direta a que se refere o presente termo.

Chopinzinho-PR, ___/___/2025.

Álvaro Denis Ceni Scolaro
Prefeito

Memorando 17- 1.291/2025

De: Thaise V. - PGM

Para: PGM-LIC - LICITAÇÕES - A/C Thiago S.

Data: 07/04/2025 às 16:52:00

Setores envolvidos:

SMA, GAB, SMF, PGM, SMA-LC, SMF-C, PGM-LIC

Contratação de empresa especializada para implantação dos novos indicadores REBAPP

Faço esses autos conclusos ao Procurador Municipal Thiago Voracoski Santos, do que lavro o presente termo.

_

Thaise Viola
Assessoria Jurídica

Assinado por 1 pessoa: THAISE VIOLA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/A65D-88BE-FF42-675E e informe o código A65D-88BE-FF42-675E

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: A65D-88BE-FF42-675E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

THAISE VIOLA (CPF 103.XXX.XXX-85) em 07/04/2025 16:52:16 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/A65D-88BE-FF42-675E

Memorando 18- 1.291/2025

De: Thiago S. - PGM-LIC

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 15/04/2025 às 18:00:40

Setores envolvidos:

SMA, GAB, SMF, PGM, SMA-LC, SMF-C, PGM-LIC

Contratação de empresa especializada para implantação dos novos indicadores REBAPP

_

Sem mais para o momento, renovo a Vossa(s) Senhoria(s) os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Chopinzinho(PR), datado e assinado eletronicamente (Certificado Digital – AC OAB G3)

Thiago Voracoski Santos
Procurador Municipal
OAB/PR 73.586

Anexos:
Parecer_Padrao_Inexigibilidade_servicos_tecnicos_Lei_14133_21_Sec_Financas_Memorando_1291_2025.pdf

Assinado por 1 pessoa: THIAGO VORACOSKI SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/6E9B-85CC-7322-E93A e informe o código 6E9B-85CC-7322-E93A

MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 1291/2025.

PARECER

1. DO RELATÓRIO

Trata-se de análise de legalidade do **MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 1291/2025**, no qual a **Secretaria Municipal de Finanças** pretende contratar, através de **inexigibilidade de licitação, empresa especializada na prestação de serviços de implantação dos novos indicadores ambientais REBAPP – retificação das bordas em APP´s - Áreas de Preservação Permanente e de Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo do Município de Chopinzinho.**

Os autos foram regularmente formalizados em processo eletrônico (1Doc)[1], e encontram-se instruídos com os seguintes documentos a saber: documento de formalização de demanda; estudo técnico preliminar da Secretaria Municipal interessada; estimativa da despesa; certidões de regularidade fiscal e trabalhista; cartão CNPJ; dotação orçamentária; autorização do ordenador de despesa; minutas do edital e contrato.

É o relatório.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1. DO CAMPO DE ANÁLISE DO PARECER JURÍDICO

Nos termos do art. 53 da Lei nº 14.133/21, ao "*final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação*". O § 1º desse mesmo dispositivo estabelece, ainda, que "*§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá: I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade; II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;*".

De acordo com o art. 4º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 484/2021, "*A responsabilidade pela correta instrução dos protocolados com toda a documentação necessária, bem como pela regularidade das planilhas de quantitativos, valores, cálculos e especificação técnica do objeto será dos agentes públicos responsáveis pela elaboração dos referidos documentos.*".

[1] Processo eletrônico autorizado mediante o Decreto Municipal nº 291/2019 e Decreto Municipal nº 489/2020.

Assinado por 1 pessoa: THIAGO VORACOSKI SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/6E9B-85CC-7322-E93A e informe o código 6E9B-85CC-7322-E93A

Sem embargo, não se incluem no âmbito desta análise a regularidade das planilhas de quantitativos, valores, cálculos e especificação técnica do objeto, bem como os elementos técnicos ou discricionários pertinentes ao caso, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e autoridade competente.

2.2. Da Obrigatoriedade da Contratação Via Licitação e Suas Exceções

Toda a vez que a Administração Pública pretende contratar terceiros para executar obras, prestar serviços e comprar, a regra é a licitação (art. 37, inc. XXI,[2] da CRFB/88) e a exceção a contratação direta, via dispensa ou inexigibilidade.

O procedimento licitatório visa garantir não apenas a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mas sim, visa assegurar o princípio constitucional da isonomia entre os potenciais prestadores do serviço ou fornecedores do objeto pretendido pelo Poder Público.

Entretanto, a própria Carta Magna, em seu art. 37, XXI, ao fazer a exigência da licitação, ressalva "*os casos especificados na legislação*", abre a possibilidade da lei ordinária fixar hipóteses para estabelecer exceções à regra de licitar.

Essas exceções estão previstas nos artigos 74 e 75 da Lei nº 14.133/21, que tratam, respectivamente, sobre os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação.

De todo modo, partindo-se da premissa que a regra é a licitação e a exceção a contratação direta, necessário diferenciar as formas de contratação direta, as quais foram resumidas pela Lei nº 14.133/21 em hipóteses de *inexigibilidade* e de *dispensa*.

De forma muito didática, Fernanda Marinela assim as distingue:

> "Quando a disputa for inviável, o certame será inexigível. De outro lado, a dispensa pressupõe uma licitação 'exigível' que só não ocorrerá por vontade do legislador. Em termos práticos, o administrador deverá verificar primeiramente se a licitação é exigível ou inexigível, conforme a possibilidade ou não de competição. Sendo assim, afastada a inexigibilidade, passará a verificar a presença dos pressupostos de dispensa da licitação."[3]

Passa-se, doravante, à análise do caso concreto.

---

[2] "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações;"

[3] MARINELA, Fernanda. **Direito administrativo**. 7 ed. Niterói: Impetus, 2013, p. 465.

Assinado por 1 pessoa: THIAGO VORACOSKI SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/6E9B-85CC-7322-E93A e informe o código 6E9B-85CC-7322-E93A

2.3. DA ANÁLISE DO CASO CONCRETO

A **Secretaria Municipal de Finanças** pretende contratar, através de **inexigibilidade de licitação, empresa especializada na prestação de serviços de implantação dos novos indicadores ambientais REBAPP – retificação das bordas em APP´s - Áreas de Preservação Permanente e de Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo do Município de Chopinzinho.**

2.3.1. DA AUTORIDADE COMPETENTE

O Prefeito Municipal autorizou a abertura do procedimento licitatório e, depois, a contratação através do processo de inexigibilidade.

2.3.2. DA JUSTIFICATIVA

Sob o ponto de vista técnico-jurídico, a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal interessada contempla motivos legítimos e benefícios resultantes da contratação direta.

2.3.3. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

As especificações mínimas do objeto, contidas no Termo de Referência, são claras, objetivas e vinculadas às necessidades apontadas e, ao mesmo tempo, não indicam direcionamento.

2.3.4. DA MODALIDADE

Agiu com acerto a Divisão de Licitações e Contratos ao encaminhar à contratação, na modalidade Inexigibilidade.

Com o devido respeito, mas a inviabilidade de competição é suficiente para justificar a contratação direta, via inexigibilidade, com base no **art. 74, inciso III**, da Lei nº 14.133/21, *in verbis*:

> Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
>
> [...]
>
> III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
>
> a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;
>
> [...]
>
> c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

Assinado por 1 pessoa: THIAGO VORACOSKI SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/6E9B-85CC-7322-E93A e informe o código 6E9B-85CC-7322-E93A

> [...]
>
> § 3º Para fins do disposto no inciso III do **caput** deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.
>
> § 4º Nas contratações com fundamento no inciso III do **caput** deste artigo, é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade.

Em atenção às alterações ocorridas na legislação que incide sobre as licitações, a doutrina reafirma os parâmetros que devem ser considerados na análise prática. Sobre o tema, leciona Marçal Justen Filho:

> A primeira hipótese de inviabilidade de competição reside na ausência de pluralidade de alternativas de contratação para a Administração Pública. Quando existe uma única solução e um único particular em condições de executar a prestação, a licitação é imprestável. Mais precisamente, não há alternativas diversas para serem entre si cotejadas. (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei 14.133/2021. São Paulo: Thomson Reuters, 2021. p. 960.)

Dessa maneira, para que seja autorizada a contratação direta com esteio no permissivo do inciso III do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021, faz-se necessário que a Administração demonstre o atendimento dos requisitos acima referidos, o que se passa a analisar.

De início, salienta-se que a exigência de **notória especialização**, presente no supratranscrito § 3º do artigo 74, **está satisfeita** com a juntada de **vários contratos, declaração de capacidade emitida por órgão público, convênios e curriculum do prestador de serviço**, indicando o desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica e outros requisitos relacionados com suas atividades, permitindo inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Vê-se, portanto, que não há supedâneo fático para a realização do procedimento licitatório.

Assinado por 1 pessoa: THIAGO VORACOSKI SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/6E9B-85CC-7322-E93A e informe o código 6E9B-85CC-7322-E93A

O grau de subjetividade em relação à avaliação do serviço que será prestado, dadas as suas particularidades, impede a adoção de critérios objetivos para a mensuração e avaliação da melhor proposta. Não há como se definir, objetivamente, qual seria a melhor empresa que melhor atenderia aos interesses da Administração, preservando a seleção isonômica do executor do serviço. "*Enquanto a licitação é norteada pelo princípio da impessoalidade, a inexigibilidade é marcadamente informada pela pessoalidade*", diz o professor Renato Geraldo Mendes, em artigo intitulado "A inexigibilidade de licitação na visão do TCU", publicado na Revista Zênite de Licitações e Contratos – ILC.[4]

Todavia, como o administrador público não está livre para contratar, ainda mais nas hipóteses de contratação direta, via inexigibilidade, é necessário que certos requisitos sejam comprovados nos autos do processo de contratação direta.

Pela redação do art. 72 da Lei nº 14.133/21, para que a contração seja legal é necessário: **I** - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo; **II** - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 da Lei; **III** - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos; **IV** - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; **V** - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária; **VI** - razão da escolha do contratado; **VII** - justificativa de preço; **VIII** - autorização da autoridade competente.

Passa-se ao exame desses requisitos.

2.3.4.1. DAS EXIGÊNCIAS DO DA LEI Nº 14.133/21

2.3.4.1.1. DO CONTRATO A SER FIRMADO COM A PRÓPRIA EMPRESA QUE PRESTARÁ O SERVIÇO

De acordo com os documentos que constam dos autos, a Secretaria Municipal interessada pretende contratar **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA.**

2.3.4.1.2. DA JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO CONTRATADO(A)

A grande preocupação na interpretação das hipóteses de dispensa e inexigibilidade é a abrangência das expressões contidas no permissivo legal. Em verdade, trata-se de termos jurídicos indeterminados, que concedem, em tese, certa margem de discricionariedade ao administrador.

[4] Disponível em: [https://static.zenite.com.br/portal/blog/Doutrina_1_Dr.Renato_ilc209.pdf]. Acesso em: 11/07/2018.

Assinado por 1 pessoa: THIAGO VORACOSKI SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/6E9B-85CC-7322-E93A e informe o código 6E9B-85CC-7322-E93A

A proporcionalidade é princípio de envergadura constitucional que decorre do devido processo legal em sua acepção substantiva. Tem por finalidade limitar a atuação do Poder Público a parâmetros constitucionalmente aceitáveis.

A proporcionalidade deve ser analisada levando-se em conta o trinômio necessidade, adequação e proporcionalidade em sentido estrito, que são conceitos parcelares que permitem a verificação da lisura e aceitabilidade de uma conduta estatal.

Pergunta-se, então:

a) há **necessidade** da contratação para que cumpra com o seu objeto? A contratação é necessária para que o Município disponha de **serviços de implantação dos novos indicadores ambientais REBAPP – retificação das bordas em APP´s - Áreas de Preservação Permanente e de Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo do Município de Chopinzinho;**

b) há **adequação** entre a medida tomada e fim almejado? Há um perfeito acoplamento entre a ação e o resultado? A contratação mostra-se a escolha correta, haja vista que, de acordo com a Justificativa da Secretaria Municipal interessada:

> *"2 DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E FUNDAMENTO LEGAL*
>
> *2.1 O município de Chopinzinho está localizado na região sudoeste do estado do Paraná, inserido dentro da região da Floresta Ombrófila Mista, com presença de Araucária angustifolia (pinheiro do Paraná), árvore símbolo do Estado e presente na lista de espécies ameaçadas de extinção. Juntamente com estes remanescentes de mata nativa, com presença de araucárias, cria-se a oportunidade para a presença da fauna ameaçada de extinção, em especial, a Gralha-azul, ave símbolo do Estado do Paraná. 2.2 Possui 95.902,11 hectares de território municipal e é detentor de porções significativas de áreas de mata nativa com presenças de Araucárias e possui uma única unidade de conservação no território do município com área verde já protegida no ICMS Ecológico de 11.458,7 hectares da área indígena, ou seja, o município possui apenas uma área verde protegida (unidade de conservação) de um total geral de área verde existente no território de 31.124,2 hectares, ou seja, 19.665,5 hectares de área verde ainda existente no território do município, e não inseridas no ICMS Ecológico, considerando também o índice de áreas de mata nativa do município inserido no Mapa de Classe de Uso da Terra/IAT/Governo do Estado do Paraná. Página 1 de 13 2.3 Em termos práticos percentuais, o município possui no total, 31,124,2 hectares de mata nativa no seu território, e desta forma, ou seja, 63,1% de mata nativa preservada ainda existente com potencial para análise e inserção de novas áreas protegidas para o programa do ICMS Ecológico. 2.3.1*

Assinado por 1 pessoa: THIAGO VORACOSKI SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/6E9B-85CC-7322-E93A e informe o código 6E9B-85CC-7322-E93A

Assim, a relevância ambiental que o município possui apresenta-se em condição ímpar na região, onde a adoção de novos indicadores ambientais de apoio a gestão municipal de áreas verdes, torne-se imprescindível para um melhor desempenho do município neste viés que vem ao encontro com o tema mundial de apoio com ações de combate às Mudanças Climáticas. 2.4 O município possui, portanto, um total de 19.665,5 hectares de mata nativa preservada e que não são áreas verdes protegidas (UC´s), além da permanente necessidade de monitoramento e controle para evitar o desmatamento, em especial na região floresta ombrófila mista, em que o município se encontra em sua abrangência, com presença de espécies ameaçadas de extinção. 2.5 Desta forma, o município detectou a ausência de indicadores ambientais específicos, que provém da relação entre área verdes e áreas verdes protegidas, em função do total do território do município, e ainda, que estes indicadores não estão contemplados nas fórmulas de cálculo do ICMS Ecológico, no entanto, são importantes ferramentas para o planejamento e tomada de decisões ambientais e de desenvolvimento, por parte do município. 2.5.1 Em síntese, o município, na ausência de indicadores ambientais específicos, constata a necessidade de apoio técnico especializado para implantação destes indicadores e que se crie assim, indicadores ambientais de áreas verdes protegidas, das quais, no momento, é inexistente para o município, destacando que as necessidades e oportunidades acima descritas estão enquadradas na legislação vigente. 2.6 Considerando o "Art. 74, da Lei 14.133/2021. "É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos." 2.7 Em observância disso, elucida-se que a contratada Nativa do Brasil é uma empresa técnica fundada em 10 de janeiro de 2007, que é detentora da Marca/Serviço: "Projeto REBAPP", registrada no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) sob nº 924359021, estando dentre suas principais atividades, a especificidade e o diferencial de ser uma empresa privada de pesquisa técnico-científica e aplicada em campo, que gera novos modelos de engenharia, inovadores para a solução de problemas e questões no âmbito de planejamento e adequações inéditas. A empresa possui inúmeros convênios e termos de cooperação, sendo destacáveis: a) CONFEA-CREA-MÚTUA/PR: Convênio nº 009/2021; b) AMENORTE: Associação dos Municípios do Médio Noroeste do Estado do Paraná; c) AMSOP: Associação dos Municípios do Sudoeste

Assinado por 1 pessoa: THIAGO VORACOSKI SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/6E9B-85CC-7322-E93A e informe o código 6E9B-85CC-7322-E93A

do Paraná; d)CANTUQUIRIGUAÇU: Associação dos Municípios do Cantuquiriguaçu. 2.8 Os serviços inéditos da empresa, concluídos a partir de suas pesquisas, são: a) PMIC: Plano Municipal de Programa ICMS Ecológico e PMIC especial de manancial/prómanancial. do Estado do Paraná; b) REBAPP: Retificação de bordas em APPs, áreas de preservação permanente e solução de conflitos em zoneamentos em uso e ocupação do solo de planos diretores e de áreas verdes protegidas, criando novos indicadores ambientais, denominados indicadores ambientais REBAPP – IRAP e IRAV; c) Criação e Registro do Projeto REBAPP Mosaico de UC´s do Corredor Ecológico Santa Maria com o Registro sob n° 172024100087/61.084 CREA-PR, d) PACUIM: Planos ambientais de conservação das APPs e de uso dos imóveis lindeiros; Página 2 de 13 2.9 A empresa possui ainda: a) Publicação na Revista da AMP (Ano 4, Edição nº 164/02): Apresentação do que é o PMIC criado pela Nativa do Brasil ao presidente da AMP – Associação dos Municípios do Paraná, prefeito de Jesuítas, Júnior Weiler; b) Modelos de contratação do PMIC – Inexigibilidade PMIC nº 044/399, PMIC especial de manancial nº 037/399; c) ARTs de 44 municípios de PMICs; d) Treinamento de monitoramento específico de índices e coeficientes ambientais municipais do Programa ICMS Ecológico publicados pelo Governo do Estado do Paraná; e) Treinamento de capacitação para os membros do GGIA – Grupo Gestor do Índice do Programa ICMS Ecológico municipal; f) Atuações socioambientais espontâneas de caráter internacional; g) Participação da empresa Nativa do Brasil na Feira FACIM 2016 (Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Moçambique); 2.10 A empresa tem como responsável técnico o Engenheiro Florestal Marcelo Lubas – CREA nº 23.078/D sendo o autor e criador do modelo de criação do Plano PMIC – Plano Municipal de Programa ICMS Ecológico para municípios, e ainda: a) Destaque CREA/PR nos anos de 2012, 2017 e 2021; b) Criador da técnica "Diagramas das Araucárias do Paraná": técnica reconhecida, certificada e premiada pela Fundação Banco do Brasil como Nova Tecnologia Social; c) Título de Responsabilidade Ambiental; d) Autor do livro: "Memória e Sustentabilidade"; e) Carta de Reconhecimento e de Notoriedade Internacional; f) Certificado de Responsabilidade Ambiental da Câmara Municipal de Vereadores de São José dos Pinhais; g) Premiado pela Fundação Banco do Brasil "Tecnologias Sociais, pela criação da técnica de trabalho com fibras e sapés de pinheiros (Diagramas das Araucárias) e pinhote (arte de costurar cascas de pinhão), que foi considerada Nova Tecnologia Social"; h) Prêmio FUNARTE do Ministério da Cultura em produção crítica em culturas populares e tradicionais; i) Atuações no exterior: Alemanha (1997),

Assinado por 1 pessoa: THIAGO VORACOSKI SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/6E9B-85CC-7322-E93A e informe o código 6E9B-85CC-7322-E93A

Estados Unidos e Caribe (Porto Rico) (2001), Espanha (2001), Alemanha (2006), África do Sul e Moçambique (2007); Itália e Suíça (2008), Moçambique (2007, 2008, 2009 e 2016). 2.11 Em virtude do mencionado acima, justifica-se a Notória Especialização da Empresa Nativa do Brasil, com Razão Social NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA, no desenvolvimento dos serviços a serem executados, devidamente comprovada através dos documentos anexados a este procedimento administrativo. 2.12 A Administração Municipal optou pela sua contratação por meio do procedimento de inexigibilidade de licitação, uma vez que, para o trabalho ambiental a ser realizado, é de suma importância o conhecimento técnico e legal das ações a serem executadas."

c) há proporcionalidade em sentido estrito no que tange ao equilibrado custo benefício? As melhorias trazidas pela medida são superiores aos seus malefícios? Requisito atendido na medida em que o serviço ofertado pela empresa atende a necessidade do órgão municipal interessado.

2.3.4.1.3. Do Documento de Formalização de Demanda e, se for o caso, Estudo Técnico Preliminar, Análise de Riscos, Termo de Referência, Projeto Básico ou Projeto Executivo

A Secretaria Municipal interessada apresentou os seguintes documentos: a) documento de formalização de demanda; b) estudo técnico preliminar; c) termo de referência.

2.3.4.1.4. Da Estimativa de Despesa

De acordo com o art. 4º, parágrafo único, do Decreto nº 484/2021, "*A responsabilidade pela correta instrução dos protocolados com toda a documentação necessária, bem como pela regularidade das planilhas de quantitativos, valores, cálculos e especificação técnica do objeto será dos agentes públicos responsáveis pela elaboração dos referidos documentos.*".

Logo, não se incluem no âmbito desta análise jurídica a regularidade das planilhas de quantitativos, **valores**, **cálculos e especificação técnica do objeto**, bem como os elementos técnicos ou discricionários pertinentes ao caso, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e autoridade competente.

Não obstante, de acordo com o art. 368 do Decreto nº 73/2023, no processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, o valor estimado da contratação será definido com base no melhor preço aferido, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto, por meio da

Assinado por 1 pessoa: THIAGO VORACOSKI SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/6E9B-85CC-7322-E93A e informe o código 6E9B-85CC-7322-E93A

utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada, sempre que possível:

I - a composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços, nos bancos de preços do Sistema GMS, ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - os preços praticados em contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período máximo de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - a utilização de dados de pesquisa de preços publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo municipal, estadual ou federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - a pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores ou prestadores de serviços, conforme o caso, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores;

V - a pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas ou no aplicativo Notas Paraná; e

VI - os preços de tabelas oficiais.

§ 1º A utilização, ou não, de quaisquer dos parâmetros constantes dos incisos I a VI do caput deste artigo deverá ser devidamente justificada pela autoridade competente.

§ 2º Nos casos dos incisos I, III, IV, V e VI do caput deste artigo, deste artigo somente serão admitidos os preços cujas datas não ultrapassem 6 (seis) meses da data da divulgação do edital.

§ 3º Para a obtenção do valor estimado da contratação, serão utilizados como métodos a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços e previamente condensados no mapa de formação de preços, sempre de forma justificada, e desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata os incisos I a VI do caput deste artigo.

§ 4º Excepcionalmente, será admitida a obtenção do valor estimado da contratação prevista no §3º deste artigo com base em

Assinado por 1 pessoa: THIAGO VORACOSKI SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/6E9B-85CC-7322-E93A e informe o código 6E9B-85CC-7322-E93A

menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo servidor responsável e aprovada pela autoridade competente.

§ 5º Deverão ser desconsiderados para os fins do contido no §§3º e 4º deste artigo os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados, conforme critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§ 6º Tanto a pesquisa de preços quanto a elaboração do mapa de formação de preços deverão ser realizadas e acostadas nos autos do processo por servidor devidamente identificado, o qual se responsabilizará pela veracidade das informações que serão inseridas no instrumento convocatório, no convênio ou instrumento congênere, ou ainda no instrumento oriundo de contratação direta.

§ 7º O mapa de formação de preços, devidamente assinado pelo servidor mencionado no §6º, deste artigo deverá refletir a pesquisa de preços com os parâmetros e método adotados, além do resultado obtido e correspondente ao valor estimado da contratação.

Com relação aos processos de contratação direta, o art. 372 prevê que "Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida na forma estabelecida nos §§1º, 2º e 3º do artigo 23 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a justificativa de preços será dada com base em valores de contratações de objetos idênticos, comercializados pelo futuro contratado, por meio da apresentação de no mínimo 3 (três) notas fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.". Ainda, "Excepcionalmente, caso o futuro contratado não tenha comercializado o objeto anteriormente, a justificativa de preço de que trata o caput poderá ser realizada mediante avaliação de objetos semelhantes de mesma natureza, devendo apresentar especificações técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido.".

A Secretaria Municipal interessada anexou ao processo **quatro (4) notas fiscais** que foram emitidas pela empresa para outros contratantes, no período de até 1 (um) ano anterior à data desta contratação sob análise, bem como anexou **contratos** de prestação de serviços, demonstrando que o pagamento é realizado conforme justificado no termo de referência.

Se infere dos autos que a estimativa de despesa **está de acordo** com os parâmetros, adotados de forma combinada, sempre que possível, do art. 368 e art. 372 do

Assinado por 1 pessoa: THIAGO VORACOSKI SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/6E9B-85CC-7322-E93A e informe o código 6E9B-85CC-7322-E93A

Decreto nº 73/2023. Ressalta-se que a utilização, ou não, de quaisquer dos parâmetros constantes na norma deverá ser devidamente justificada pela autoridade competente.

Por fim, o órgão interessado sempre deverá providenciar a identificação do servidor e elaborar o mapa de formação de preços, devidamente assinado pelo servidor mencionado no §6º.

2.3.4.1.5. Da Dotação Orçamentária

A Secretaria de Finanças emitiu parecer que há disponibilidade orçamentária para a contratação pretendida.

2.3.4.1.6. Dos Requisitos de Habilitação e Qualificação Mínima Necessária

Dos autos constam os seguintes documentos da Contratada:

a) habilitação jurídica: Atos Constitutivos e Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral;

b) regularidade fiscal e trabalhista: Certificado de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Negativa do Estado do Paraná e Certidão Negativa de Débitos do Município;

c) ausência de impedimentos para contratar com o Poder Público: Consulta ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, Consulta ao Cadastro de Impedidos de Licitar – TCE/PR, Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ e Declaração de não parentesco.

d) qualificação específica: foram aprestados curriculum e declaração de capacidade técnica.

2.3.5. Da Designação do Agente de Contratação e Equipe de Apoio

De acordo com o decreto municipal anexado ao processo, o Agente de Contratação e Equipe de Apoio estão formalmente designados.

2.3.6. Da Minuta do Contrato

A Divisão de Licitações e Contratos **certificou** que utilizou a minuta de contrato padronizada pela Procuradoria Geral do Município.

2.3.7. Das Publicações

Assinado por 1 pessoa: THIAGO VORACOSKI SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/6E9B-85CC-7322-E93A e informe o código 6E9B-85CC-7322-E93A

A Divisão de Licitações e Contratos deverá garantir a devida publicidade do certame, nos termos da lei, através das publicações de praxe, anexando-as aos autos.[5]

3. DA CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, a Procuradoria Geral do Município **aprova, com ressalvas,** as minutas de edital e contrato anexadas no **MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 1291/2025**, no qual a **Secretaria Municipal de Finanças** pretende contratar, através de **inexigibilidade de licitação**, **empresa especializada na prestação de serviços de implantação dos novos indicadores ambientais REBAPP – retificação das bordas em APP´s - Áreas de Preservação Permanente e de Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo do Município de Chopinzinho, desde que atendidas as seguintes recomendações:**

Divisão de Licitações e Contratos:

Recomendação 01: providenciar as publicações de praxe, nos termos da lei, anexando os comprovantes no processo.

Após a manifestação jurídica não haverá pronunciamento subsequente da Procuradoria Geral do Município, para fins de simples verificação do atendimento das recomendações consignadas na informação, sendo ônus do gestor a responsabilidade pelo seu cumprimento, ou mesmo por eventual conduta que opte pelo não atendimento das orientações jurídicas dadas, salvo se a própria manifestação jurídica exigir. (art. 328, § 4º do Decreto nº 73/2023).

Registro, por fim, que a análise levada a efeito pela Procuradoria Geral do Município tem natureza jurídica e não comporta avaliação técnica ou juízo de valor acerca dos critérios de discricionariedade que justificaram a deflagração do processo licitatório ou decisões administrativas nele proferidas. (art. 328, § 6º do Decreto nº 73/2023).

Chopinzinho, PR, datado e assinado eletronicamente.

Thiago Voracoski Santos
Procurador Municipal
OAB/PR 73.586

[5] Decreto nº 73/2023, no seu Art. 153: "No caso de contratação direta, a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial, deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato ou de seus aditamentos, como condição indispensável para a eficácia do ato".

Assinado por 1 pessoa: THIAGO VORACOSKI SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/6E9B-85CC-7322-E93A e informe o código 6E9B-85CC-7322-E93A

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 6E9B-85CC-7322-E93A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

THIAGO VORACOSKI SANTOS (CPF 047.XXX.XXX-99) em 15/04/2025 18:01:10 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC OAB G3 << AC Certisign G7 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/6E9B-85CC-7322-E93A

Memorando 19- 1.291/2025

De: ANDREIA S. - SMA-LC

Para: PGM - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Data: 16/04/2025 às 08:46:53

Termo de Inexigibilidade 15/2025.

_

Andreia da Silva
Agente Administrativo

Anexos:

TERMO_DE_CONTRATACAO_DIRETA_INEX_15_2025.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Álvaro Dênis Ceni Scolaro...	16/04/2025 09:23:20	ICP-Brasil	ALVARO DENIS CENI SCOLARO CPF 009.XXX.XXX-40
Joseane de Souza	22/04/2025 11:20:08	1Doc	JOSEANE DE SOUZA CPF 061.XXX.XXX-73

Para verificar as assinaturas, acesse **https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/** e informe o código: **F078-909A-4142-7DDC**

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE: 15/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 46/2025
MEMORANDO ELETRÔNICO: 1.291/2025

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021 - Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
[...]
III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
[...]
a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos.

CONTRATANTE: **O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO**, por intermédio da Secretária de Finanças, com sede na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel, CEP 85.560-00, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.995.414/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Senhor Álvaro Denis Ceni Scolaro, portador do CPF nº 009.378.889-40 e do RG nº 8.124.995-4 SSP/PR.

CONTRATADA: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.648.607/0001-94, com sede na Rua Nicolau Pampuch, nº 188, Bairro Afonso Pena, no município de São José dos Pinhais – Paraná, CEP: 83.045-280, neste ato representada legalmente pelo Sr. Marcelo Lubas, portador de RG nº 4.164.583-0 e inscrito no CPF sob nº 610.572.319-91.

DO OBJETO
Contratação de pessoa jurídica especializada para Implantação dos novos indicadores ambientais REBAPP – Retificação das Bordas em APP´s - Áreas de Preservação Permanente e de Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo do município de Chopinzinho-PR.

DO VALOR
O valor total do contrato é de R$ 112.270,00 (cento e doze mil, duzentos e setenta reais).

DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO
O contrato terá vigência de 06 (seis) meses, contados da data de assinatura.

FONTE DE RECURSOS
A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária: Secretaria de Finanças.

Gestão/Unidade:	04.01 - DEPARTAMENTO DE GESTÃO FINANCEIRA
Fonte de Recursos:	000 - Recursos Ordinários (Livres)
Programa de Trabalho:	0412300022.008 - Manutenção das atividades da Secretaria de Finanças
Elemento de Despesa:	3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Desdobrado:	1763 - Serviços Técnicos Profissionais
Nota de Empenho:	Não se aplica

DA JUSTIFICATIVA
O município de Chopinzinho está localizado na região sudoeste do estado do Paraná, inserido dentro da região da Floresta Ombrófila Mista, com presença de Araucária angustifolia (pinheiro do Paraná), árvore símbolo do Estado e presente na lista de espécies ameaçadas de extinção. Juntamente com estes remanescentes de mata nativa, com presença de araucárias, cria-se a oportunidade para a presença da fauna ameaçada de extinção, em especial, a Gralha-azul, ave símbolo do Estado do Paraná.

Assinado por 2 pessoas: ALVARO DENIS CENI SCOLARO e JOSEANE DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/F078-909A-4142-7DDC e informe o código F078-909A-4142-7DDC

Possui 95.902,11 hectares de território municipal e é detentor de porções significativas de áreas de mata nativa com presenças de Araucárias e possui uma única unidade de conservação no território do município com área verde já protegida no ICMS Ecológico de 11.458,7 hectares da área indígena, ou seja, o município possui apenas uma área verde protegida (unidade de conservação) de um total geral de área verde existente no território de 31.124,2 hectares, ou seja, 19.665,5 hectares de área verde ainda existente no território do município, e não inseridas no ICMS Ecológico, considerando também o índice de áreas de mata nativa do município inserido no Mapa de Classe de Uso da Terra/IAT/Governo do Estado do Paraná.

Em termos práticos percentuais, o município possui no total, 31,124,2 hectares de mata nativa no seu território, e desta forma, ou seja, 63,1% de mata nativa preservada ainda existente com potencial para análise e inserção de novas áreas protegidas para o programa do ICMS Ecológico.

Assim, a relevância ambiental que o município possui apresenta-se em condição ímpar na região, onde a adoção de novos indicadores ambientais de apoio a gestão municipal de áreas verdes, torne-se imprescindível para um melhor desempenho do município neste viés que vem ao encontro com o tema mundial de apoio com ações de combate às Mudanças Climáticas.

O município possui, portanto, um total de 19.665,5 hectares de mata nativa preservada e que não são áreas verdes protegidas (UC´s), além da permanente necessidade de monitoramento e controle para evitar o desmatamento, em especial na região floresta ombrófila mista, em que o município se encontra em sua abrangência, com presença de espécies ameaçadas de extinção.

Desta forma, o município detectou a ausência de indicadores ambientais específicos, que provém da relação entre área verdes e áreas verdes protegidas, em função do total do território do município, e ainda, que estes indicadores não estão contemplados nas fórmulas de cálculo do ICMS Ecológico, no entanto, são importantes ferramentas para o planejamento e tomada de decisões ambientais e de desenvolvimento, por parte do município.

Em síntese, o município, na ausência de indicadores ambientais específicos, constata a necessidade de apoio técnico especializado para implantação destes indicadores e que se crie assim, indicadores ambientais de áreas verdes protegidas, das quais, no momento, é inexistente para o município, destacando que as necessidades e oportunidades acima descritas estão enquadradas na legislação vigente.

Em observância disso, elucida-se que a contratada Nativa do Brasil é uma empresa técnica fundada em 10 de janeiro de 2007, que é detentora da Marca/Serviço: “Projeto REBAPP”, registrada no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) sob nº 924359021, estando dentre suas principais atividades, a especificidade e o diferencial de ser uma empresa privada de pesquisa técnico-científica e aplicada em campo, que gera novos modelos de engenharia, inovadores para a solução de problemas e questões no âmbito de planejamento e adequações inéditas. A empresa possui inúmeros convênios e termos de cooperação, sendo destacáveis:

a) CONFEA-CREA-MÚTUA/PR: Convênio nº 009/2021;
b) AMENORTE: Associação dos Municípios do Médio Noroeste do Estado do Paraná;
c) AMSOP: Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná;
d)CANTUQUIRIGUAÇU: Associação dos Municípios do Cantuquiriguaçu.

Os serviços inéditos da empresa, concluídos a partir de suas pesquisas, são:

a) PMIC: Plano Municipal de Programa ICMS Ecológico e PMIC especial de manancial/prómanancial. do Estado do Paraná;
b) REBAPP: Retificação de bordas em APPs, áreas de preservação permanente e solução de conflitos em zoneamentos em uso e ocupação do solo de planos diretores e de áreas verdes protegidas, criando novos indicadores ambientais, denominados indicadores ambientais REBAPP – IRAP e IRAV;
c) Criação e Registro do Projeto REBAPP Mosaico de UC´s do Corredor Ecológico Santa Maria com o Registro sob n° 172024100087/61.084 CREA-PR,
d) PACUIM: Planos ambientais de conservação das APPs e de uso dos imóveis lindeiros;

A empresa possui ainda:

a) Publicação na Revista da AMP (Ano 4, Edição nº 164/02): Apresentação do que é o PMIC criado pela Nativa do Brasil ao presidente da AMP – Associação dos Municípios do Paraná, prefeito de Jesuítas, Júnior Weiler;
b) Modelos de contratação do PMIC – Inexigibilidade PMIC nº 044/399, PMIC especial de manancial nº 037/399;
c) ARTs de 44 municípios de PMICs;
d) Treinamento de monitoramento específico de índices e coeficientes ambientais municipais do Programa ICMS Ecológico publicados pelo Governo do Estado do Paraná;

Assinado por 2 pessoas: ALVARO DENIS CENI SCOLARO e JOSEANE DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/F078-909A-4142-7DDC e informe o código F078-909A-4142-7DDC

e) Treinamento de capacitação para os membros do GGIA – Grupo Gestor do Índice do Programa ICMS Ecológico municipal;
f) Atuações socioambientais espontâneas de caráter internacional;
g) Participação da empresa Nativa do Brasil na Feira FACIM 2016 (Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Moçambique);

A empresa tem como responsável técnico o Engenheiro Florestal Marcelo Lubas – CREA nº 23.078/D sendo o autor e criador do modelo de criação do Plano PMIC – Plano Municipal de Programa ICMS Ecológico para municípios, e ainda:
a) Destaque CREA/PR nos anos de 2012, 2017 e 2021;
b) Criador da técnica "Diagramas das Araucárias do Paraná": técnica reconhecida, certificada e premiada pela Fundação Banco do Brasil como Nova Tecnologia Social;
c) Título de Responsabilidade Ambiental;
d) Autor do livro: "Memória e Sustentabilidade";
e) Carta de Reconhecimento e de Notoriedade Internacional;
f) Certificado de Responsabilidade Ambiental da Câmara Municipal de Vereadores de São José dos Pinhais;
g) Premiado pela Fundação Banco do Brasil "Tecnologias Sociais, pela criação da técnica de trabalho com fibras e sapés de pinheiros (Diagramas das Araucárias) e pinhote (arte de costurar cascas de pinhão), que foi considerada Nova Tecnologia Social";
h) Prêmio FUNARTE do Ministério da Cultura em produção crítica em culturas populares e tradicionais;
i) Atuações no exterior: Alemanha (1997), Estados Unidos e Caribe (Porto Rico) (2001), Espanha (2001), Alemanha (2006), África do Sul e Moçambique (2007); Itália e Suíça (2008), Moçambique (2007, 2008, 2009 e 2016).

Em virtude do mencionado acima, justifica-se a Notória Especialização da Empresa Nativa do Brasil, com Razão Social NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA, no desenvolvimento dos serviços a serem executados, devidamente comprovada através dos documentos anexados a este procedimento administrativo.

A Administração Municipal optou pela sua contratação por meio do procedimento de inexigibilidade de licitação, uma vez que, para o trabalho ambiental a ser realizado, é de suma importância o conhecimento técnico e legal das ações a serem executadas.

Chopinzinho-PR, 16 de abril de 2025.

Joseane de Souza
Gestora do Contrato

DA AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO

Considerando a justificativa da Secretaria, quanto à necessidade do objeto e a avaliação das soluções disponíveis no mercado, concluindo-se pela viabilidade da contratação.
Considerando que o processo é instruído com os documentos relacionados no art. 72 da Lei n. º 14.133, de 1º de abril de 2021.
Considerando os pareceres favoráveis à contratação e/ou o saneamento dos aspectos consignados nas respectivas ressalvas.

AUTORIZO a contratação direta a que se refere o presente termo.

Chopinzinho-PR, 16 de abril de 2025.

Álvaro Denis Ceni Scolaro
Prefeito

Assinado por 2 pessoas: ALVARO DENIS CENI SCOLARO e JOSEANE DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/F078-909A-4142-7DDC e informe o código F078-909A-4142-7DDC

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: F078-909A-4142-7DDC

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

ALVARO DENIS CENI SCOLARO (CPF 009.XXX.XXX-40) em 16/04/2025 09:23:07 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC SyngularID Multipla << AC SyngularID << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

JOSEANE DE SOUZA (CPF 061.XXX.XXX-73) em 22/04/2025 11:20:06 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/F078-909A-4142-7DDC

Memorando 20- 1.291/2025

De: Neide C. - SMA

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 16/04/2025 às 13:16:44

Setores envolvidos:

SMA, GAB, SMF, PGM, SMA-LC, SMF-C, PGM-LIC

Contratação de empresa especializada para implantação dos novos indicadores REBAPP

Prezados,

Solicito correção do texto da Etapa 7, da tabela constante no item 3.1 do Termo de Referência, a empresa enviou o documento de forma equivocada e agora corrigiu, conforme anexo:

Onde se lê:

“Etapa 7 – Inserção das UC’s do município no Projeto REBAPP Mosaico de UC’s do Corredor Ecológico Santa Maria.”

Leia-se:

“Etapa 7 – Inserção das UC’s do município no Projeto REBAPP Mosaico de UC’s do Sudoeste do Paraná.”

–

Atenciosamente,

Neide Marinez Caldato
Agente Administrativo

Anexos:
Precificacao_atividades_por_etapa.pdf

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/2C50-17DA-0173-CF79 e informe o código 2C50-17DA-0173-CF79

31 DE MARÇO DE 2.025

AO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO – PR

DETALHAMENTO DE INFORMAÇÕES – VALORES POR ETAPA E JUSTIFICATIVA DA PRECIFICAÇÃO

- PLANILHA – POR ETAPA

Detalhamento das Informações por etapas	Ref. Hrs técnicas	Valor R$ unitário	Valor R$ total
Etapa 1 – Implantação indicadores ambientais REBAPP – IRAV – Índice REBAPP Áreas Verdes e IRAP – Índice REBAPP Áreas Verdes protegidas (status atual indicadores REBAPP - inicial)	40	190,00	7.600,00
Sub-total 1	40	- -	7.600,00
Etapa 2 – Identificação, Seleção e Mapeamentos REBAPP corredores verdes de conectividade com áreas verdes potenciais e áreas verdes protegidas	90	190,00	17.100,00
Sub-total (1 + 2)	130	- -	24.700,00
Etapa 3 – Identificação das UC's existentes e seus posicionamentos geográficos de conectividade aos corredores verdes existentes em campo	20	190,00	3.800,00
Sub-total (1 + 2 + 3)	150	- -	28.500,00
Etapa 4 – Análise técnica e seleção de áreas potenciais com REBAPP para criação de novas UC's prioritárias e de conectividade verde em campo	60	190,00	11.400,00
Sub-total (1 + 2 + 3 + 4)	210	- -	39.900,00
Etapa 5 – Visitas técnicas de checagem e aferição em campo dos imóveis, áreas verdes e de APP's para elaboração dos mapeamentos REBAPP.	120	190,00	22.800,00
Sub-total (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	330	- -	62.700,00
Etapa 6 – Ampliação dos novos indicadores ambientais REBAPP municipal com o incremento do IRAP – Índice REBAPP de áreas verdes protegidas, com elaboração de estudos técnicos REBAPP, ART-CREA, elaboração de mapeamentos perimetrais georreferenciados, mapeamentos de Uso e Ocupação do Solo georreferenciados, elaboração de memorial descritivo georreferenciado, proposição de zoneamento preliminar, elaboração de minuta de Decreto Municipal, organização da documentação em formato pdf e shp, com incremento dos indicadores ambientais REBAPP (Novo status indicadores REBAPP - atual)	240	190,00	45.600,00
Sub-total (1 + 2 + 3 + 4 + 5 + 6)	570	- -	108.300,00
Etapa 7 – Inserção das UC's do município no Projeto REBAPP Mosaico de UC's do Sudoeste do Paraná	16	190,00	3.040,00
Sub-total (1 + 2 + 3 + 4 + 5 + 6 + 7)	586	- -	111.340,00
Materiais impressos (18 plotagens coloridas, com imagens de satélite, alta resolução, gramatura 90g, em tamanho A-0, dobrados)	15 unid.	62,00	930,00
Sub-total (1 + 2 + 3 + 4 + 5 + 6 + 7 + 8)	586 hrs técnicas	- -	R$ 112.270,00

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/2C50-17DA-0173-CF79 e informe o código 2C50-17DA-0173-CF79

1Doc: Memorando 20- 1.291/2025 462/489

Assinado por 1 pessoa: NEIDE MARINEZ CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/2C50-17DA-0173-CF79 e informe o código 2C50-17DA-0173-CF79

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 2C50-17DA-0173-CF79

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

NEIDE MARINEZ CALDATO (CPF 023.XXX.XXX-70) em 16/04/2025 13:17:08 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC CNDL RFB v3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/2C50-17DA-0173-CF79

Memorando 21- 1.291/2025

De: ANDREIA S. - SMA-LC

Para: GAB - Gabinete do Prefeito

Data: 16/04/2025 às 15:20:59

Em anexo, Contrato 85/2025 assinado pela empresa, com a alateração solicitada no despacho 20.

_

Andreia da Silva
Agente Administrativo

Anexos:

CONTRATO_85_2025_NATIVA_BRASIL_Assinado.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Helder Felipe Klassen	17/04/2025 09:54:29	1Doc	HELDER FELIPE KLASSEN CPF 079.XXX.XXX-71
Álvaro Dênis Ceni Scolaro...	17/04/2025 14:10:16	ICP-Brasil	ALVARO DENIS CENI SCOLARO CPF 009.XXX.XXX-40
Rodrigo Jazynski	21/04/2025 20:48:40	1Doc	RODRIGO JAZYNSKI CPF 053.XXX.XXX-41
Joseane de Souza	22/04/2025 11:21:03	1Doc	JOSEANE DE SOUZA CPF 061.XXX.XXX-73

Para verificar as assinaturas, acesse **https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/** e informe o código: **79B8-5493-0461-3517**

CONTRATAÇÃO DIRETA – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 85/2025

Memorando Eletrônico nº 1.291/2025

CONTRATANTE: **O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO**, por intermédio da Secretária de Finanças, com sede na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel, CEP 85.560-00, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.995.414/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Senhor Álvaro Denis Ceni Scolaro, portador do CPF nº 009.378.889-40 e do RG nº 8.124.995-4 SSP/PR.

CONTRATADA: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.648.607/0001-94, com sede na Rua Nicolau Pampuch, nº 188, Bairro Afonso Pena, no município de São José dos Pinhais – Paraná, CEP: 83.045-280, neste ato representada legalmente pelo Sr. Marcelo Lubas, portador de RG nº 4.164.583-0 e inscrito no CPF sob nº 610.572.319-91.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e pelo Decreto n.º 73, de 2023, conforme as cláusulas e condições seguintes:

1. OBJETO:

Contratação de pessoa jurídica especializada para Implantação dos novos indicadores ambientais REBAPP – Retificação das Bordas em APP´s - Áreas de Preservação Permanente e de Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo do município de Chopinzinho-PR, conforme descrito no Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANT.	UNID.	VALOR TOTAL (R$)
01	Implantação dos Indicadores Ambientais REBAPP do município: - IRAV/Índice REBAPP de Áreas Verdes; - IRAP/Índice REBAPP de Áreas Verdes Protegidas.	01	Serviço	112.270,00

1.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

As atividades a serem realizados por meio do objeto contratado, constituem-se em:

1.1.1 Implantação dos indicadores Ambientais REBAPP - status atual de áreas verdes e de áreas verdes protegidas, aplicando as fórmulas REBAPP de apoio a gestão municipal de áreas verdes e de áreas verdes protegidas, nas bacias hidrográficas do município, com implantação de nova fórmula REBAPP de apoio a gestão municipal de Áreas Verdes em bacias hidrográficas $(A_{v1} + A_{v2} + A_n) / A_m$ e de Áreas Verdes Protegidas $(A_{uc1} + A_{uc2} + A_n) / A_m$ (mapa REBAPP/Ecológico do município):

IRAV – Índice REBAPP de Áreas Verdes existentes no município
IRAP – Índice REBAPP de Áreas Verdes Protegidas no município

1.1.2 Elaboração de mapeamentos com aplicação dos indicadores ambientais REBAPP para análise técnica e seleção de áreas potenciais para criação de nova Unidade de Conservação - UC prioritária e de conectividade verde dentro do território municipal com Retificação das Bordas em APP´s e das faixas de Entorno e de seus afluentes – Entornos de Conectividades Direta e Indireta – ECV´s do território do município com remanescente de mata nativa preservada de relevante interesse ecológico.

1.1.3 Visitas técnicas de checagem e aferição em campo dos imóveis, áreas verdes e das APP´s que forem necessárias para subsidiar a elaboração dos mapeamentos REBAPP.

Categoria: Minuta de Contratação Direta.
Objeto: Para aquisição de bens, **SEM** objeto definido.
Versão Atualizada: 21/12/2023.

Assinado por 5 pessoas: MARCELO LUBAS, HELDER FELIPE KLASSEN, ALVARO DENIS CENI SCOLARO, RODRIGO JAZYNSKI e JOSEANE DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/79B8-5493-0461-3517 e informe o código 79B8-5493-0461-3517

1Doc: Memorando 1.291.2025 + Anexos emissao_79B854930461351798CA2E8F_memorando-21--1.291-2025_assinado_versaoImpressao.pdf (1/13) 465/489

1.2 São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1 O Termo de Referência e o Termo de Inexigibilidade que deu origem à contratação;

1.2.2 A Autorização de Contratação Direta;

1.2.3 A Proposta da Contratada;

1.2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. FUNDAMENTO:

Este contrato decorre da **Inexigibilidade de Licitação n.º 15/2025**, com fundamento no artigo 74 da Lei Federal 14.133/2021, inciso III, alínea "a":

> Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
>
> [...]
>
> III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
>
> [...]
>
> a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos."

Objeto do **Processo Administrativo n.º 46/2025**, com a autorização publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Município após a homologação do Processo, e conforme ato de autorização no despacho nº 15 do Memorando nº 1.291/2025.

3. FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1 Os serviços deverão ser fornecidos conforme as etapas abaixo:

DETALHAMENTO DAS INFORMAÇÕES POR ETAPAS	HORAS TÉCNICAS	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
Etapa 1 – Implantação indicadores ambientais REBAPP – IRAV – Índice REBAPP Áreas Verdes e IRAP – Índice REBAPP Áreas Verdes protegidas (status atual indicadores REBAPP - inicial)	40	190,00	7.600,00
Etapa 2 – Identificação, Seleção e Mapeamentos REBAPP corredores verdes de conectividade com áreas verdes potenciais e áreas verdes protegidas	90	190,00	17.100,00
Etapa 3 – Identificação das UC's existentes e seus posicionamentos geográficos de conectividade aos corredores verdes existentes em campo	20	190,00	3.800,00
Etapa 4 – Análise técnica e seleção de áreas potenciais com REBAPP para criação de novas UC's prioritárias e de conectividade verde em campo	60	190,00	11.400,00
Etapa 5 – Visitas técnicas de checagem e aferição em campo dos imóveis, áreas verdes e de APP's para elaboração dos mapeamentos REBAPP.	120	190,00	22.800,00

Categoria: Minuta de Contratação Direta.
Objeto: Para aquisição de bens, **SEM** objeto definido.
Versão Atualizada: 21/12/2023.

Assinado por 5 pessoas: MARCELO LUBAS, HELDER FELIPE KLASSEN, ALVARO DENIS CENI SCOLARO, RODRIGO JAZYNSKI e JOSEANE DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/79B8-5493-0461-3517 e informe o código 79B8-5493-0461-3517

1Doc: Memorando 1.291/2025, Anexo: emissao_79B854930461351798CA2E8F_memorando-21--1.291-2025_assinado_versaoImpressao.pdf (2/13) 466/489

Etapa 6 – Ampliação dos novos indicadores ambientais REBAPP municipal com o incremento do IRAP – Índice REBAPP de áreas verdes protegidas, com elaboração de estudos técnicos REBAPP, ART-CREA, elaboração de mapeamentos perimetrais georreferenciados, mapeamentos de Uso e Ocupação do Solo georreferenciados, elaboração de memorial descritivo georreferenciado, proposição de zoneamento preliminar, elaboração de minuta de Decreto Municipal, organização da documentação em formato pdf e shp, com incremento dos indicadores ambientais REBAPP (Novo status indicadores REBAPP - atual)	240	190,00	45.600,00
Etapa 7 – Inserção das UC's do município no Projeto REBAPP Mosaico de UC's do Sudoeste do Paraná.	16	190,00	3.040,00
Materiais impressos (18 plotagens coloridas, com imagens de satélite, alta resolução, gramatura 90g, em tamanho A-0, dobrados)	15 unid.	62,00	930,00
VALOR TOTAL	**586**	**- -**	**112.270,00**

3.2 Os serviços a serem contratados são de notória especialização, serviços não continuados, sem disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

3.3 A prestação dos serviços mencionados não gera vínculo empregatício entre os empregados do Contratado e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.4 Todas as comunicações a serem realizadas entre as partes serão feitas por correio eletrônico (e-mail), telefone ou ofício.

4. PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

4.1 O Contratante pagará à Contratada os preços unitários previstos em sua proposta, conforme tabela constante no item 1 deste termo.

4.2 O valor máximo a ser pago à Contratada será de R$ 112.270,00 (cento e doze mil, duzentos e setenta reais).

4.3 No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

4.4 Somente serão pagos os valores referentes aos serviços e quantitativos efetivamente entregues e que tenham sido recebidos definitivamente pelo contratante.

5. DO REAJUSTE:

5.1 A periodicidade de reajuste do valor do contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice utilizando-se do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, por se tratar do índice adotado pela Administração quando do reajuste de contratos.

5.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

5.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

1Doc: Memorando 1.291/2025, 1 Anexo: emissao_79B854930461351798CA2E8F_memorando-21--1.291-2025_assinado_versaoImpressao.pdf (3/13) 467/489

Assinado por 5 pessoas: MARCELO LUBAS, HELDER FELIPE KLASSEN, ALVARO DENIS CENI SCOLARO, RODRIGO JAZYNSKI e JOSEANE DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/79B8-5493-0461-3517 e informe o código 79B8-5493-0461-3517

5.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

5.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

5.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá à servidora Sra. Joseane de Souza, a qual será responsável pelas seguintes atribuições (incisos I a VII do art.10 do Decreto nº 73/2023):

I - Analisar a documentação que antecede o pagamento;

II - Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

III - Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;

IV - Analisar os documentos referentes a execução do serviço executado pela contratada;

V - Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

VI - Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

VI - Efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no sistema GMS, quando couber, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

VII - Preencher o termo de avaliação de contratos administrativos disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços;

VI - Inserir os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

VII - Outras atividades compatíveis com a função.

6.1.2 As atribuições referidas no item 6.1 não afastam outras previstas em decreto específico, no que for compatível.

6.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá servidor Sr. Helder Felipe Klassen, e como substituto do fiscal o servidor Sr. Rodrigo Jazynski, os quais serão responsáveis pelas seguintes atribuições (parágrafos 1º ao 2º; e parágrafo 4º do art. 11; e incisos I a XV do art. 12 do Decreto nº 73/2023), naquilo que for compatível com o objeto do contrato:

I - Esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

II - Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços;

III - Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;

IV - Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;

V - Conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;

VI - Proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;

VII - Determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

VIII - Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

Assinado por 5 pessoas: MARCELO LUBAS, HELDER FELIPE KLASSEN, ALVARO DENIS CENI SCOLARO, RODRIGO JAZYNSKI e JOSEANE DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/79B8-5493-0461-3517 e informe o código 79B8-5493-0461-3517

IX - Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

X - Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

XI - Dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;

XII - Verificar a correta aplicação dos materiais;

XIII - Requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;

XIV - Realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

XV - Propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

6.2.1 Compete ainda à fiscal do contrato, no que se refere à fiscalização e acompanhamento da prestação dos serviços:

I - A fiscal de contrato deve anotar, em registro, próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

II - A verificação da adequação do cumprimento do contrato deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Decreto nº 73/2023.

6.2.2 As atribuições referidas no item 6.2 não afastam outras previstas em decreto específico, no que for compatível.

7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

7.1 Os serviços deverão ser executado no local, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência.

7.1.1 Local de realização dos serviços: Município de Chopinzinho-PR.

7.1.2 Prazo de execução: O prazo de execução dos serviços será de 3 (três) meses, com início em no máximo 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato.

7.1.2.1 Ao final do prazo de execução, a Contratada será responsável pela entrega de todos os serviços constantes no subitem “1.1” deste Termo.

7.1.2.2 Caso durante a execução contratual se fizer necessária a protocolização de documentos junto ao Instituto Água e Terra (IAT), esta correrá sob o apoio técnico da Contratada, sendo devidamente acompanhada pelo servidor responsável pela fiscalização contratual nomeado neste Termo.

7.1.2.3 Ainda, caso forem verificadas pendências indicadas pelo Instituto Água e Terra – IAT, será de responsabilidade da Contratada a adequação dos documentos até a devida aprovação destes.

7.2 O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no Termo de Referência.

7.3 O recebimento definitivo será feito no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da expedição do termo de recebimento provisório, depois de conferidos os itens dos serviços executados, consignando eventuais intercorrências.

Assinado por 5 pessoas: MARCELO LUBAS, HELDER FELIPE KLASSEN, ALVARO DENIS CENI SCOLARO, RODRIGO JAZYNSKI e JOSEANE DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/79B8-5493-0461-3517 e informe o código 79B8-5493-0461-3517

1Doc: Memorando 1.291.2025, Anexo: emissao_79B854930461351798CA2E8F_memorando-21--1.291-2025_assinado_versaoImpressao.pdf (5/13) 469/489

7.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação do contratado, à sua custa, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada por quaisquer prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato, incluindo por vícios de qualidade ou técnicos, aparentes ou ocultos, ou por qualquer desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo, e verificadas posteriormente.

8. FONTE DE RECURSOS:

8.1 A despesa correrá por conta das seguintes dotações orçamentária**:** Secretaria de Finanças.

Gestão/Unidade:	04.01 - DEPARTAMENTO DE GESTÃO FINANCEIRA
Fonte de Recursos:	000 - Recursos Ordinários (Livres)
Programa de Trabalho:	0412300022.008 - Manutenção das atividades da Secretaria de Finanças
Elemento de Despesa:	3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Desdobrado:	1763 - Serviços Técnicos Profissionais
Nota de Empenho:	Não se aplica

9. VIGÊNCIA:

9.1 O contrato terá vigência de 06 (seis) meses, contados da data de assinatura.

9.1.1 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

9.1.1.1 Quando a não conclusão decorrer de culpa da contratada:

a) A contratada será constituída em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

10. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.1 São obrigações da Contratada:

10.1.1 Efetuar a execução do serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste contrato e no termo de referência, acompanhado da respectiva nota fiscal;

10.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no termo de referência;

Assinado por 5 pessoas: MARCELO LUBAS, HELDER FELIPE KLASSEN, ALVARO DENIS CENI SCOLARO, RODRIGO JAZYNSKI e JOSEANE DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/79B8-5493-0461-3517 e informe o código 79B8-5493-0461-3517

10.1.7 Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Município de Chopinzinho, conforme legislação vigente;

10.1.8 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto do contrato, exceto quando houver:

10.1.9.1 Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.2 Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10 Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato e respetivo termo de referência;

10.2.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 Comunicar à contratada, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no contrato e no termo de referência;

10.2.7 Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pela contratada, no que couber;

10.2.8 Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 Ressarcir a contratada, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

11. FORMA DE PAGAMENTO:

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da Contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação de sistema interno, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal (inclusive do Município de

Assinado por 5 pessoas: MARCELO LUBAS, HELDER FELIPE KLASSEN, ALVARO DENIS CENI SCOLARO, RODRIGO JAZYNSKI e JOSEANE DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/79B8-5493-0461-3517 e informe o código 79B8-5493-0461-3517

Chopinzinho para contratados sediados em outro Município da Federação), com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na execução dos serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.4.1 deste termo.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \qquad I = \frac{(6/100)}{365} \qquad I = 0{,}00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

11.5 A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.

11.6 O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento do objeto, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

12.1.1 Em função do valor ser pago somente após a execução dos serviços;

12.1.2 Em razão de que o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

13.1. A contratada que incorra em infrações sujeita-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 73, de 2023, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

13.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto n.º 73, de 2023;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto n.º 73, de 2023;

Assinado por 5 pessoas: MARCELO LUBAS, HELDER FELIPE KLASSEN, ALVARO DENIS CENI SCOLARO, RODRIGO JAZYNSKI e JOSEANE DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/79B8-5493-0461-3517 e informe o código 79B8-5493-0461-3517

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto n.º 73, de 2023;

13.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto n.º 73, de 2023.

13.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública municipal, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda a contratada.

13.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

13.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

13.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 73, de 2023, sem prejuízo de norma ou súmula administrativa específica.

13.7 Nos casos não previstos neste contrato, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 73, de 2023.

13.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, no procedimento de seleção do fornecedor e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Município de Chopinzinho.

13.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Município de Chopinzinho.

13.10 As multas previstas neste contrato poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública municipal.

14. CASOS DE EXTINÇÃO:

14.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

14.1.1 Por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta**;**

14.1.2 De forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

14.1.3 Por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

14.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa à Contratada.

14.4 A Contratada, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

15. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

Assinado por 5 pessoas: MARCELO LUBAS, HELDER FELIPE KLASSEN, ALVARO DENIS CENI SCOLARO, RODRIGO JAZYNSKI e JOSEANE DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/79B8-5493-0461-3517 e informe o código 79B8-5493-0461-3517

1Doc: Memorando 1.291.2025, Anexo: emissao_79B854930461351798CA2E8F_memorando-21--1.291-2025_assinado_versaoImpressao.pdf (9/13) 473/489

15.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133. de 2021.

15.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, a contratada será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

15.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no termo de referência;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15.3 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no termo de referência que originou o contrato.

15.4 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

15.5 Não será admitida a subcontratação ou cessão total ou parcial dos serviços, objeto deste termo.

15.6 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS:

16.1 O CONTRATANTE e a CONTRATADA, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

16.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento dos serviços por parte da CONTRATADA, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade.

16.3 Os dados tratados pela CONTRATADA somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE.

16.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que a CONTRATADA realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

16.5 A Contratada deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula.

16.6 A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

16.7 O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

Assinado por 5 pessoas: MARCELO LUBAS, HELDER FELIPE KLASSEN, ALVARO DENIS CENI SCOLARO, RODRIGO JAZYNSKI e JOSEANE DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/79B8-5493-0461-3517 e informe o código 79B8-5493-0461-3517

1Doc: Memorando 1.291/2025 | Anexo: emissao_79B854930461351798CA2E8F_memorando-21--1.291-2025_assinado_versaoImpressao.pdf (10/13) 474/489

16.8 O encarregado da CONTRATADA manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

16.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

16.10 A Contratada responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

16.11 Os representantes legais da CONTRATADA, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

16.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte da CONTRATADA, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma de regulamentação específica.

16.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma de regulamentação específica.

16.14 O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados à Contratada, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis.

16.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, hipótese em que o SUBCONTRATADO ficará sujeita aos mesmos limites impostos à CONTRATADA.

16.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

16.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do CONTRATANTE ao Município de Chopinzinho, que poderá consultar a Procuradoria Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o termo de referência e a proposta apresentada pela contratada durante o procedimento administrativo que deu origem à contração.

17.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 73, de 2023 e demais leis pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

17.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Município de Chopinzinho e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema interno utilizado pelo município.

17.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Chopinzinho, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Chopinzinho - PR, 16 de abril de 2025.

Assinado por 5 pessoas: MARCELO LUBAS, HELDER FELIPE KLASSEN, ALVARO DENIS CENI SCOLARO, RODRIGO JAZYNSKI e JOSEANE DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/79B8-5493-0461-3517 e informe o código 79B8-5493-0461-3517

1Doc: Memorando 1.291/2025 | Anexo: emissao_79B854930461351798CA2E8F_memorando-21--1.291-2025_assinado_versaoImpressao.pdf (11/13) 475/489

Município de Chopinzinho
Álvaro Denis Ceni Scolaro
Contratante

NATIVA BRASIL PESQUISA TECNOLOGIA E DESENVOLVIMEN:08648607000194
Assinado de forma digital por NATIVA BRASIL PESQUISA TECNOLOGIA E DESENVOLVIMEN:08648607000194
Dados: 2025.04.16 14:33:22 -03'00'

Nativa Brasil - Pesquisa, Tecnologia e Desenvolvimento Ltda
Marcelo Lubas
Contratada

Joseane de Souza
Gestora do Contrato

Helder Felipe Klassen
Fiscal do Contrato

Rodrigo Jazynski
Fiscal Substituto do Contrato

Testemunhas:

1 – Nome:

2 – Nome:

Categoria: Minuta de Contratação Direta.
Objeto: Para aquisição de bens, **SEM** objeto definido.
Versão Atualizada: 21/12/2023.

Assinado por 5 pessoas: MARCELO LUBAS, HELDER FELIPE KLASSEN, ALVARO DENIS CENI SCOLARO, RODRIGO JAZYNSKI e JOSEANE DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/79B8-5493-0461-3517 e informe o código 79B8-5493-0461-3517

1Doc: Memorando 1.291/2025 | Anexo: emissao_79B854930461351798CA2E8F_memorando-21--1.291-2025_assinado_versaoImpressao.pdf (12/13) 476/489

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 79B8-5493-0461-3517

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

NATIVA BRASIL PESQUISA TECNOLOGIA E DESENVOLVIMEN (CNPJ 08.648.607/0001-94) VIA PORTADOR MARCELO LUBAS (CPF 610.XXX.XXX-91) em 16/04/2025 14:33:22 GMT-03:00
Emitido por: AC SyngularID Multipla << AC SyngularID << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

HELDER FELIPE KLASSEN (CPF 079.XXX.XXX-71) em 17/04/2025 09:54:26 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

ALVARO DENIS CENI SCOLARO (CPF 009.XXX.XXX-40) em 17/04/2025 14:10:05 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC SyngularID Multipla << AC SyngularID << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

RODRIGO JAZYNSKI (CPF 053.XXX.XXX-41) em 21/04/2025 20:48:36 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

JOSEANE DE SOUZA (CPF 061.XXX.XXX-73) em 22/04/2025 11:20:58 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/79B8-5493-0461-3517

Memorando 22- 1.291/2025

De: ANDREIA S. - SMA-LC

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 16/04/2025 às 15:21:32

Extrato do Contrato 85/2025.

–

Andreia da Silva
Agente Administrativo

Anexos:

EXTRATO_DO_CONTRATO_85_2025_INEX_15_2025.pdf

Espécie: Extrato do Contrato n° 85/2025. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Nativa Brasil - Pesquisa, Tecnologia e Desenvolvimento Ltda. CNPJ: 08.648.607/0001-94. Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para Implantação dos novos indicadores ambientais REBAPP – Retificação das Bordas em APP´s - Áreas de Preservação Permanente e de Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo do município de Chopinzinho-PR. Valor: R$ 112.270,00 (cento e doze mil, duzentos e setenta reais). Origem: Inexigibilidade de Licitação n° 15/2025. Fundamento Legal: Artigo 74 da Lei Federal 14.133/21. Elemento de despesa: (1763) FONTE: 000. Data da assinatura: 16/04/2025. Assinam: Álvaro Denis Ceni Scolaro, pelo Município e Marcelo Lubas, pela Empresa.

Memorando 23- 1.291/2025

De: Eliziane S. - SMA-LC

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 22/04/2025 às 11:39:10

Segue anexo as publicações

_

Eliziane Luiza Sangaleti
Auxiliar Administrativo

Anexos:

Contrato_85_2025_PNCP.pdf
Extrato_AMP.pdf
Termo_de_Inex_AMP.pdf
Termo_de_Inex_PNCP.pdf

Contrato nº 85/2025

Última atualização 22/04/2025

Local: Chopinzinho/PR **Órgão:** MUNICIPIO DE CHOPINZINHO **Unidade executora:** 0000 - PREFEITURA MUNICIPAL

Tipo: Contrato (termo inicial) **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 46 **Categoria do processo:** Serviços

Data de divulgação no PNCP: 22/04/2025 **Data de assinatura:** 16/04/2025 **Vigência:** de 16/04/2025 a 16/10/2025

Id contrato PNCP: 76995414000160-2-000050/2025 **Fonte:** Governançabrasil Tecnologia e Gestão em Serviços

Id contratação PNCP: 76995414000160-1-000076/2025

Objeto:

Contratacao de pessoa juridica especializada para Implantacao dos novos indicadores ambientais REBAPP Retificacao das Bordas em APP s Areas de Preservacao Permanente e de Zoneamentos em Uso e Ocupacao do Solo do municipio de Chopinzinho PR

VALOR CONTRATADO

R$ 112.270,00

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica **CNPJ/CPF:** 08.648.607/0001-94 Consultar sanções e penalidades do fornecedor

Nome/Razão social: NATIVA BRASIL PESQUISA TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

Arquivos Histórico

Nome	Data
INEX 152025 CONTRATO 852025 NATIVA BRASIL PESQUISA TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA	22/04/2025

Exibir: 5 | 1-1 de 1 itens | Página: 1

Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.gestao.gov.br

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 85-2025 - INEX 15-2025

Espécie: Extrato do Contrato n° 85/2025. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Nativa Brasil - Pesquisa, Tecnologia e Desenvolvimento Ltda. CNPJ: 08.648.607/0001-94. Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para Implantação dos novos indicadores ambientais REBAPP – Retificação das Bordas em APP´s - Áreas de Preservação Permanente e de Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo do município de Chopinzinho-PR. Valor: R$ 112.270,00 (cento e doze mil, duzentos e setenta reais). Origem: Inexigibilidade de Licitação n° 15/2025. Fundamento Legal: Artigo 74 da Lei Federal 14.133/21. Elemento de despesa: (1763) Fonte: 000. Data da assinatura: 16/04/2025. Assinam: Álvaro Denis Ceni Scolaro, pelo Município e Marcelo Lubas, pela Empresa.

Publicado por:
Andreia da Silva
Código Identificador:64CBB4D0

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 17/04/2025. Edição 3259
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amp/

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - INEX 15-2025

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE: 15/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 46/2025
MEMORANDO ELETRÔNICO: 1.291/2025

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021 - Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
[...]
III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
[...]
a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos.

CONTRATANTE: **O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO**, por intermédio da Secretária de Finanças, com sede na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel, CEP 85.560-00, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.995.414/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Senhor Álvaro Denis Ceni Scolaro, portador do CPF nº 009.378.889-40 e do RG nº 8.124.995-4 SSP/PR.

CONTRATADA: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.648.607/0001-94, com sede na Rua Nicolau Pampuch, nº 188, Bairro Afonso Pena, no município de São José dos Pinhais – Paraná, CEP: 83.045-280, neste ato representada legalmente pelo Sr. Marcelo Lubas, portador de RG nº 4.164.583-0 e inscrito no CPF sob nº 610.572.319-91.

DO OBJETO
Contratação de pessoa jurídica especializada para Implantação dos novos indicadores ambientais REBAPP – Retificação das Bordas em APP´s - Áreas de Preservação Permanente e de Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo do município de Chopinzinho-PR.

DO VALOR
O valor total do contrato é de R$ 112.270,00 (cento e doze mil, duzentos e setenta reais).

DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO
O contrato terá vigência de 06 (seis) meses, contados da data de assinatura.

FONTE DE RECURSOS
A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária: Secretaria de Finanças.

Gestão/Unidade:	04.01 - DEPARTAMENTO DE GESTÃO FINANCEIRA
Fonte de Recursos:	000 - Recursos Ordinários (Livres)
Programa de Trabalho:	0412300022.008 - Manutenção das atividades da Secretaria de Finanças
Elemento de Despesa:	3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Desdobrado:	1763 - Serviços Técnicos Profissionais
Nota de Empenho:	Não se aplica

DA JUSTIFICATIVA
O município de Chopinzinho está localizado na região sudoeste do estado do Paraná, inserido dentro da região da Floresta Ombrófila Mista, com presença de Araucária angustifolia (pinheiro do Paraná), árvore símbolo do Estado e presente na lista de espécies ameaçadas de extinção. Juntamente com estes remanescentes de mata nativa, com

presença de araucárias, cria-se a oportunidade para a presença da fauna ameaçada de extinção, em especial, a Gralha-azul, ave símbolo do Estado do Paraná.

Possui 95.902,11 hectares de território municipal e é detentor de porções significativas de áreas de mata nativa com presenças de Araucárias e possui uma única unidade de conservação no território do município com área verde já protegida no ICMS Ecológico de 11.458,7 hectares da área indígena, ou seja, o município possui apenas uma área verde protegida (unidade de conservação) de um total geral de área verde existente no território de 31.124,2 hectares, ou seja, 19.665,5 hectares de área verde ainda existente no território do município, e não inseridas no ICMS Ecológico, considerando também o índice de áreas de mata nativa do município inserido no Mapa de Classe de Uso da Terra/IAT/Governo do Estado do Paraná.

Em termos práticos percentuais, o município possui no total, 31,124,2 hectares de mata nativa no seu território, e desta forma, ou seja, 63,1% de mata nativa preservada ainda existente com potencial para análise e inserção de novas áreas protegidas para o programa do ICMS Ecológico.

Assim, a relevância ambiental que o município possui apresenta-se em condição ímpar na região, onde a adoção de novos indicadores ambientais de apoio a gestão municipal de áreas verdes, torne-se imprescindível para um melhor desempenho do município neste viés que vem ao encontro com o tema mundial de apoio com ações de combate às Mudanças Climáticas.

O município possui, portanto, um total de 19.665,5 hectares de mata nativa preservada e que não são áreas verdes protegidas (UC´s), além da permanente necessidade de monitoramento e controle para evitar o desmatamento, em especial na região floresta ombrófila mista, em que o município se encontra em sua abrangência, com presença de espécies ameaçadas de extinção.

Desta forma, o município detectou a ausência de indicadores ambientais específicos, que provém da relação entre área verdes e áreas verdes protegidas, em função do total do território do município, e ainda, que estes indicadores não estão contemplados nas fórmulas de cálculo do ICMS Ecológico, no entanto, são importantes ferramentas para o planejamento e tomada de decisões ambientais e de desenvolvimento, por parte do município.

Em síntese, o município, na ausência de indicadores ambientais específicos, constata a necessidade de apoio técnico especializado para implantação destes indicadores e que se crie assim, indicadores ambientais de áreas verdes protegidas, das quais, no momento, é inexistente para o município, destacando que as necessidades e oportunidades acima descritas estão enquadradas na legislação vigente.

Em observância disso, elucida-se que a contratada Nativa do Brasil é uma empresa técnica fundada em 10 de janeiro de 2007, que é detentora da Marca/Serviço: “Projeto REBAPP”, registrada no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) sob nº 924359021, estando dentre suas principais atividades, a especificidade e o diferencial de ser uma empresa privada de pesquisa técnico-científica e aplicada em campo, que gera novos modelos de engenharia, inovadores para a solução de problemas e questões no âmbito de planejamento e adequações inéditas. A empresa possui inúmeros convênios e termos de cooperação, sendo destacáveis:

a) CONFEA-CREA-MÚTUA/PR: Convênio nº 009/2021;

b) AMENORTE: Associação dos Municípios do Médio Noroeste do Estado do Paraná;

c) AMSOP: Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná;

d)CANTUQUIRIGUAÇU: Associação dos Municípios do Cantuquiriguaçu.

Os serviços inéditos da empresa, concluídos a partir de suas pesquisas, são:

a) PMIC: Plano Municipal de Programa ICMS Ecológico e PMIC especial de manancial/prómanancial. do Estado do Paraná;

b) REBAPP: Retificação de bordas em APPs, áreas de preservação permanente e solução de conflitos em zoneamentos em uso e ocupação do solo de planos diretores e de áreas verdes protegidas, criando novos indicadores ambientais, denominados indicadores ambientais REBAPP – IRAP e IRAV;

c) Criação e Registro do Projeto REBAPP Mosaico de UC´s do Corredor Ecológico Santa Maria com o Registro sob n° 172024100087/61.084 CREA-PR,

d) PACUIM: Planos ambientais de conservação das APPs e de uso dos imóveis lindeiros;
A empresa possui ainda:
a) Publicação na Revista da AMP (Ano 4, Edição nº 164/02): Apresentação do que é o PMIC criado pela Nativa do Brasil ao presidente da AMP – Associação dos Municípios do Paraná, prefeito de Jesuítas, Júnior Weiler;
b) Modelos de contratação do PMIC – Inexigibilidade PMIC nº 044/399, PMIC especial de manancial nº 037/399;
c) ARTs de 44 municípios de PMICs;
d) Treinamento de monitoramento específico de índices e coeficientes ambientais municipais
do Programa ICMS Ecológico publicados pelo Governo do Estado do Paraná;
e) Treinamento de capacitação para os membros do GGIA – Grupo Gestor do Índice do
Programa ICMS Ecológico municipal;
f) Atuações socioambientais espontâneas de caráter internacional;
g) Participação da empresa Nativa do Brasil na Feira FACIM 2016 (Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Moçambique);
A empresa tem como responsável técnico o Engenheiro Florestal Marcelo Lubas – CREA nº 23.078/D sendo o autor e criador do modelo de criação do Plano PMIC – Plano Municipal de Programa ICMS Ecológico para municípios, e ainda:
a) Destaque CREA/PR nos anos de 2012, 2017 e 2021;
b) Criador da técnica “Diagramas das Araucárias do Paraná”: técnica reconhecida, certificada e premiada pela Fundação Banco do Brasil como Nova Tecnologia Social;
c) Título de Responsabilidade Ambiental;
d) Autor do livro: “Memória e Sustentabilidade”;
e) Carta de Reconhecimento e de Notoriedade Internacional;
f) Certificado de Responsabilidade Ambiental da Câmara Municipal de Vereadores de São
José dos Pinhais;
g) Premiado pela Fundação Banco do Brasil “Tecnologias Sociais, pela criação da técnica de trabalho com fibras e sapés de pinheiros (Diagramas das Araucárias) e pinhote (arte de costurar cascas de pinhão), que foi considerada Nova Tecnologia Social”;
h) Prêmio FUNARTE do Ministério da Cultura em produção crítica em culturas populares
e tradicionais;
i) Atuações no exterior: Alemanha (1997), Estados Unidos e Caribe (Porto Rico) (2001),
Espanha (2001), Alemanha (2006), África do Sul e Moçambique (2007); Itália e Suíça (2008),
Moçambique (2007, 2008, 2009 e 2016).
Em virtude do mencionado acima, justifica-se a Notória Especialização da Empresa Nativa do Brasil, com Razão Social NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA, no desenvolvimento dos serviços a serem executados, devidamente comprovada através dos documentos anexados a este procedimento administrativo.
A Administração Municipal optou pela sua contratação por meio do procedimento de inexigibilidade de licitação, uma vez que, para o trabalho ambiental a ser realizado, é de suma importância o conhecimento técnico e legal das ações a serem executadas.
Chopinzinho-PR, 16 de abril de 2025.

JOSEANE DE SOUZA
Gestora do Contrato

DA AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO

Considerando a justificativa da Secretaria, quanto à necessidade do objeto e a avaliação das soluções disponíveis no mercado, concluindo-se pela viabilidade da contratação.
Considerando que o processo é instruído com os documentos relacionados no art. 72 da Lei n. º 14.133, de 1º de abril de 2021.
Considerando os pareceres favoráveis à contratação e/ou o saneamento dos aspectos consignados nas respectivas ressalvas.

AUTORIZO a contratação direta a que se refere o presente termo.
Chopinzinho-PR, 16 de abril de 2025.

ÁLVARO DENIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Andreia da Silva
Código Identificador:1C7F33E6

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 17/04/2025. Edição 3259
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amp/

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 15 | Processo 46/2025

Acessar Contratação

Última atualização 22/04/2025

Local: Chopinzinho/PR **Órgão:** MUNICIPIO DE CHOPINZINHO **Unidade compradora:** 0000 - PREFEITURA MUNICIPAL

Modalidade da contratação: Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, III, f

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

Data de divulgação no PNCP: 22/04/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 76995414000160-1-000076/2025 **Fonte:** Governançabrasil Tecnologia e Gestão em Serviços

Objeto:

Contratacao de pessoa juridica especializada para Implantacao dos novos indicadores ambientais REBAPP Retificacao das Bordas em APP s Areas de Preservacao Permanente e de Zoneamentos em Uso e Ocupacao do Solo do municipio de Chopinzinho PR

Informação complementar:

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R$ 112.270,00	R$ 112.270,00

Itens | Arquivos | Contratos/Empenhos | Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado
1	Implantacao dos Indicadores Ambientais REBAPP do municipio IRAV Indice REBAPP de Areas Verdes IRAP Indice REBAPP de Areas Verdes Protegidas.	1	R$ 112.270,00

Exibir: 5 | 1-1 de 1 itens | Página: 1

Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.gestao.gov.br

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.